

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Rivaldo Pereira dos Santos

ENTRE SILÊNCIOS, NÓDOAS E COBIÇA:

homossexualidades masculinas, dominação e transgressão em *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha

Rivaldo Pereira dos Santos

ENTRE SILÊNCIOS, NÓDOAS E COBIÇA:

homossexualidades masculinas, dominação e transgressão em *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha

Área: Literatura e Cultura

Linha de Pesquisa: Memória e Produção Cultural

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liane Schneider

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa – UFPB

2012

A237d Santos, Rivaldo Pereira dos.

Entre silêncios, nódoas e cobiça: homossexualidades masculinas, dominação e transgressão em O Barão de Lavos, de Abel Botelho e Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha / Rivaldo Pereira dos Santos.-- João Pessoa, 2012.
223f.

Orientadora: Liane Schneider

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA

1. Botelho, Abel (O Barão de Lavos) – Crítica e interpretação. 2. Caminha, Adolfo (Bom-Crioulo) – Crítica e interpretação. 3. Literatura comparada. 4. Relações de gênero. 5. Homossexualidade masculina.

UFPB/BC

CDU: 82.091(043)

Tese: ENTRE SILÊNCIOS, NÓDOAS E COBIÇA:
homossexualidades masculinas, dominação e transgressão em *O Barão de Lavos*, de
Abel Botelho e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, de Rivaldo Pereira dos Santos,
defendida e _____ no dia _____ de _____ de 2012, como pré-quesito
para o título de Doutor em Letras, pela Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Liane Schneider - UFPB/PPGL (orientadora)

Prof^a Dra. Simone Pereira Schmidt – UFSC (examinadora)

Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva – UEPB (examinador)

Prof^a Dra. Solange Pereira da Rocha- UFPB (examinadora)

Prof^a Dra. Ana Cristina Marinho – UFPB (examinadora)

Prof^a Dra. Luciana Eleonora Calado - UFPB- (suplente)

DEDICO ESTE TRABALHO

A todos que um dia não puderam, por algum motivo, conviver prazerosamente com suas homoafetividades

AGRADECIMENTOS

Partindo do pressuposto que a realização deste trabalho seria impossível sem a ajuda de muitos que, direta ou indiretamente, foram cúmplices na produção do mesmo, e, por não acreditar na produção individual, já que partilho da convicção de que todo trabalho é coletivo, fruto da acumulação de conhecimentos de toda humanidade em todos os tempos e lugares, torna-se imperioso – e não apenas por elegância ou praxe – externar meus agradecimentos àquele (a)s que de uma forma ou de outra, contribuíram para a execução do mesmo.

- A Deus, por me fazer continuar insistindo nas buscas;
- À Liane Schneider, minha orientadora, pela paciência, compreensão e acolhimento que demonstrou durante todo o processo de realização do trabalho, sempre incentivando, e pela competência e lisurta na condução da orientação;
- À banca de da Qualificação composta pelo(a)s prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva e profa. Dra. Ana Cristina Marinho, pelas sugestões bibliográficas, pelos livros emprestados ou doados e pelos comentários de suma importância para elaboração do trabalho que serviram como coorientação.
- A Neném e Marly, minhas irmãs, pela dedicação, doação, paciência e compreensão;
- Aos que já estão em outra dimensão minhas preces e gratas lembranças, principalmente minha mãe, D. Rita;
- A todos os amigos, principalmente aqueles que se dispuseram gentilmente a trazer livros em suas bagagens quando de suas passagens por diversas cidades: Paris, Lisboa, Nova York, Buenos Aires, Santiago do Chile, São Paulo, Porto Alegre e Recife;
- Aos outros familiares, sem citar nomes para não incorrer em injustiças;
- A Maria Alice, Alessandra e Vinicius, pelo aconchego da acolhida;
- A Alcir, pela gentileza do Zusammenfassung;
- Ao professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Letras da UFPB, pela disponibilidade.

RESUMO

Neste trabalho discutimos como são moldados os protagonistas das narrativas *O Barão de Lavos*, do português Abel Botelho, e *Bom-Crioulo*, do brasileiro Adolfo Caminha. Nessas, as homossexualidades masculinas e as misturas raciais aparecem negativamente marcadas pelo olhar naturalista dos narradores, que as adjetivam de anormais e perigosas por serem antagônicas aos objetivos da civilização branca que deveriam ser implantados em Portugal e no Brasil do século XIX. Assim, a leitura dos respectivos romances pelo viés comparativo, permite que reconheçamos de que forma as masculinidades socialmente rejeitadas e a mistura racial estavam integradas à ótica do desejo colonial proposto. Deste modo, nas duas narrativas, as homossexualidades do Barão e do Bom-Crioulo, lhes são atribuídas como forma de rejeição e marginalização por serem manifestações contrárias à heterossexualidade compulsória. Até mesmo as respectivas formações genéticas destes personagens retiravam deles o direito de participar dos futuros projetos republicanos objetivados para Portugal e Brasil. Os marcadores negativos imputados a estas personagens literárias por questões sociais, culturais e políticas, mascaradas como herança genética, provocaram o desencadear de nossa análise, que se apoiou nos estudos culturais e de gênero. Assim, em relação ao reconhecido modelo heterocentrista e branco marcadamente presente nas narrativas naturalistas, que pretendeu, através de seus narradores, enquadrar o Barão e Bom-Crioulo como transgressores, indicamos em nosso estudo as diversas possibilidades de manifestação das subjetividades e como essas podem ir além das fronteiras da cultura imposta pela perspectiva do dominante, especificamente pela oscilação ou ambiguidade sempre possível na voz narrativa naturalista.

Palavras-chave: homossexualidade masculina; raça; desejo colonial; relações de gênero; patologia.

ABSTRACT

Along our study we discuss the construction of the protagonists of two narratives: *O Barão de Lavos* (1891), by the Portuguese writer Abel Botelho, and *Bom-Crioulo* (1895), by the Brazilian writer Adolfo Caminha. In both narratives, male homosexuality and hybridity are negatively portrayed through the naturalist perspective, being classified as abnormal and dangerous since they oppose the objectives of the civilizing project that would be implemented in Brazil and in Portugal. Thus, comparative readings of both novels allow us to recognize the way socially rejected masculinities as well as hybridity were integrated to the optic of colonial desire proposed by the civilizing project of the 19th century. In this way, in both narratives homosexuality appears attached to the (hybrid) baron of Lavos and to the (black) Bom Crioulo as marks of rejection and marginalization generally imputed to any sexuality or “race” opposed to the heterosexual model. Even the “genetic” formation of both characters made it impossible for them to participate of the future republican project desired by Portugal and Brazil. The very negative markers that were imputed on these two literary figures because of social, cultural and political reasons, masqueraded as genetic heritage, were the reasons for the development of our alternative reading of these narratives, an analysis that used cultural studies and gender studies as its theoretical foundations. In respect to the heterocentrist and white model recognized in several naturalist narratives, which here aimed, through the voice of narrators, to identify the Baron and Bom-Crioulo as transgressors, in our study we indicate the possibility of diverse expressions of subjectivity, showing how different these can be from the narrow limits offered by the imposed hegemonic culture. This space for a different reading came through the oscillations and ambiguities present in voice of naturalist narrator.

Keywords: male homosexuality; race; colonial desire; gender relations; pathology

ZUSAMMENFASSUNG

In dieser Doktorarbeit haben wir uns mit den Hauptfiguren der Erzählungen *O Barão de Lavos*, des portugiesischen Autors Abel Botelho, und *Bom-Crioulo*, des brasilianischen Autors Adolfo Caminha, auseinandergesetzt, um zu erörtern, wie sie geformt wurden. In diesen Erzählungen scheint es uns, dass die männliche Homosexualität und die Rassenmischung nach der naturalistischen Perspektive negativ repräsentiert werden, die sie als anormal und gefährlich bezeichnet, weil sie unvereinbar mit den Zielen des zivilisatorischen Prozesses waren, der kurz davor war, in Portugal und in Brasilien eingesetzt zu werden. So ermöglichen uns die Analysen der jeweiligen Romane in dem hierbei aufgebauten Dialog anhand des komparativistischen Modells, dass wir erkennen, in welcher Art die sozial ausgestoßenen Maskulinitätsformen in die Optik des kolonialen Begehrens integriert waren, die für die Einsetzung des zivilisatorischen Prozesses geplant war, der im 19. Jahrhundert stattfand. Auf diese Weise, in den zwei Erzählungen, die Homosexualität des gemischtrassigen Barons und die des schwarzen Bom-Crioulo werden ihnen als eine Art von Ablehnung und Marginalisierung angerechnet, sowie jegliche Manifestation gegen die weiße und europäische Zwangsheterosexualität ausgelegt wird. Die jeweiligen genetischen Formationen dieser Figuren entzogen ihnen das Recht an den zukünftigen für Portugal und für Brasilien vorgesehenen Projekten der Republikaner mitzuwirken. Die negativen Merkmale, mit denen diesen literarischen Figuren versehen wurden, die zwar mit einer genetischen Erbschaft maskiert, aber dennoch aus sozialen, kulturellen und politischen Gründen entstanden sind, brachten uns dazu, unsere eigene Analyse zu machen, die sowohl von kulturgeschichtlichen Studien als auch von der Geschlechterforschung unterstützt werden musste. So, im Gegensatz zu dem befürworteten heterozentrischen und weißen Modell, vorhanden in zahlreichen naturalistischen Erzählungen, welches mit Hilfe von ihren Erzählern beabsichtigte, den Baron und den Bom-Crioulo als Verbrecher einzuordnen, zeigten wir in unserer Studie die verschiedensten Manifestationen der Subjektivität und wie diese über die Kulturgrenzen, die durch die dominante Perspektive aufgezwungen werden, hinausgehen können, besonders durch die immer mögliche Oszillation bzw. Mehrdeutigkeit in der Stimme des naturalistischen Erzählers.

Stichwörter: männliche Homosexualität; Rassenmischung; koloniales Begehren; Geschlechterbeziehungen; Pathologie

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Naturalismo em Portugal e no Brasil: entrecruzamento de olhares	17
1.1- Sobre o Naturalismo: (re)visitando caminhos	17
1.2- Naturalismo em Portugal	27
1.3- Abel Botelho, Patologia Social e o Naturalismo português	34
1.4- Naturalismo no Brasil	38
1.5- Adolfo Caminha e o Naturalismo brasileiro	45
2 Gênero e Masculinidades	55
2.1- Amplo diálogo: gênero e estudos comparados	55
2.2- Configurações da homogenitalidade masculina na história ocidental	60
2.3- O patriarcado e a construção da masculinidade na sociedade burguesa	68
2.4- A urbe oitocentista: rede de possibilidades de efetivação de desejos	76
2.5- Homossexualidades, injúria e subjetividade	82
2.6- O rapto de Ganimedes: loucura e perdição em <i>O Barão de Lavos</i>	89
2.7- Fome e sede tantállica de gozo proibido em <i>Bom-Crioulo</i>	105
2.8- <i>O Barão de Lavos</i> e <i>Bom-Crioulo</i> : diálogos cruzados	126
3 Contatos entre culturas, colonizadores e colonizados: raça e hibridismo	138
3.1- Teorias raciais em voga no século XIX	138
3.2- Entraves e ranços: homossexualidades, hibridismo e cobiça colonial	143
3.3- Homossexualidade, raça e os vínculos com a dominação colonial	153
3.4- Declínio da raça e nódoas em <i>O Barão de Lavos</i>	161
3.5- O racismo em <i>Bom-Crioulo</i> : a cor negra como marca da diferença	171
3.6- O vai-e-vem: teias de influências entre Portugal e Brasil	185
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

INTRODUÇÃO

Os valores culturais que muitas vezes imputamos à realidade estão circunscritos aos muros que construímos ou foram erguidos durante nossa existência. Na verdade, somos seres relacionais, frutos da história e agregados a uma determinada cultura, o que tanto pode limitar como ampliar nosso conhecimento de mundo, dependendo de como nos posicionamos perante as ideologias e os ambientes que nos envolvem com seus incontáveis tentáculos. Seguindo esta linha de raciocínio, um dos nossos objetivos no presente trabalho é demonstrar como as artimanhas do poder e da dominação estão engajados e a serviço de determinadas causas em períodos específicos da história. Na nossa pesquisa, este recorte está assentado e focaliza o final do século XIX e tem como suporte investigativo os romances naturalistas: *O Barão de Lavos*, do português Abel Botelho e *Bom-Crioulo*, do brasileiro Adolfo Caminha. Nossa escolha por estas narrativas partiu do princípio de que ambas estão inseridas nos cânones literários de Portugal e do Brasil e são marcos do Naturalismo e também por serem consideradas vanguardistas, transgressoras e polêmicas quando de seus lançamentos, durante todo o século XX, sendo ainda hoje, na primeira década do XXI, apontadas como narrativas provocativas. Exatamente por estes motivos, por essas incessantes problematizações que são trazidas à tona nos dois romances, é que somos inseridos num amplo e fértil campo de leitura, análise e discussão, mesmo que em diversos momentos nossas lentes de pesquisador possam estar obnubiladas pela cultura em que fomos construídos.

Cientes dos nossos limites, enquanto sujeitos históricos, buscamos suportes em teóricos da literatura, das ciências sociais, da história, além de outros campos do conhecimento para fundamentar nossa compreensão das diegeses envolvidas na pesquisa. Disfarçadamente ou não, essas serviam de sustentação a determinadas ideologias que emergem nas tramas, tornando as próprias narrativas campos para que se desvelem incomensuráveis possibilidades investigativas. Contudo, não perderemos de vista o fato de que as próprias narrativas selecionadas para nosso *corpus* carregam em seu bojo e nos oferecem os matizes do que pretendemos discutir, um literário em diálogo com o contexto social e cultural dos dois países em que ocorreram as produções.

Assim, inseridos neste contexto que configuramos nos parágrafos anteriores, nortearmos nosso trabalho, visando descortinar o funcionamento das representações de questões associadas à homossexualidade, ao racismo e ao desejo colonial oitocentista, pois foi justamente neste período que tanto a problematização das masculinidades não hegemônicas passaram a entrar no rol das sexualidades injuriadas, como a questão das misturas das raças tornou-se o foco de discussões e catalogação científica em defesa do colonialismo branco e heterocentrismo europeu. Vale mencionar que isto acontecera, justamente, no momento em que o ser humano se deparou face a face com o projeto de expansão colonial, através do qual os países europeus, brancos e hegemônicos tentavam, auxiliados pela ciência colocada a serviço deles, demonstrar que o processo civilizatório a alcançar haveria obrigatoriamente de copiar a base na qual estava fincada sua cultura, ou seja, na heterossexualidade branca europeia.

De antemão, afirmamos que as referências teóricas escolhidas para nossa fundamentação servem para dar apoio às análises, não objetivando reduzir a capacidade ou o caráter literário dos romances, mas, pelo contrário, visando ampliá-los, através da entrada dos mesmos em outros campos de discussão. Assim, a escolha desses romances como nossos objetos de pesquisa exige, a nosso ver, que parcerias sejam estabelecidas com os referenciais teóricos selecionados a fim de lograr algum sucesso.

Na verdade, trabalhar homossexualidades, racismo e desejo colonial expande a capacidade investigativa das narrativas e não tem o objetivo de aprisioná-las ou reduzi-las. Nossas escolhas possibilitam novos entendimentos aos já vastos campos dos estudos realizados sobre as respectivas narrativas. E partindo deste lugar, associados às relações que permeiam a literatura como um todo e as singularidades das literaturas e ideologias destes dois países de “mesma língua” e, ao mesmo tempo, inseridos dentro dos ditames históricos culturais do Ocidente cristão e patriarcal que permeiam, distinguem e fazem dialogar diversos campos relacionais perpetrados em ambos os países, que daremos forma ao olhar através do qual enfocaremos nosso *corpus*.

Sabemos que, no final do século XIX, Brasil e Portugal precisavam buscar seus próprios caminhos, buscando subsídios culturais externos, sem perder de vista suas respectivas peculiaridades enquanto nações singulares. Na verdade, as cabeças pensantes tanto de Portugal como do Brasil finissecular, arvoravam-se o direito de reconstruir estas nações, copiando ou adaptando modelos e ideologias advindas da Europa Ocidental, principalmente da França, Alemanha e Inglaterra, sem abdicar de seus próprios projetos literários, econômicos, políticos e sociais.

A partir deste raciocínio, podemos vislumbrar, nos diversos campos das ciências e das artes, as múltiplas interferências que influenciaram esses intelectuais. A literatura naturalista, que não poderia estar completamente fora deste momento, carrega em si inúmeras marcas do período. Portugal, sem sua colônia mais rica, passando por sério desequilíbrio econômico e inquietações políticas e sociais, e o Brasil, tentando descobrir caminhos jamais percorridos como nação independente. Contudo, ambas as nações não poderiam, no jogo de múltiplos interesses econômicos, abdicar de buscar novas parcerias. Neste contexto histórico de transição é que despontam as buscas por novos paradigmas para estes dois países e, em suas tentativas de alcançar seus objetivos, é que se descortinam as respectivas diegeses.

Nas análises referentes às homossexualidades masculinas, à mistura das raças e ao desejo colonial, enquanto forças opostas ao projeto hegemônico branco e heterossexual que se idealizava para estes países, temos obrigatoriamente que passar pelo viés dos olhares preconceituosos das teorias científicas que determinavam a pureza das raças e pelo heterocentrismo como sustentáculo dos projetos futuros destas nações. Estas teorias, que abominavam a homossexualidade, as misturas raciais, entre tantas outras categorias marginalizadas que desafiavam a norma, pregavam o controle social e a higienização sexual e racial, tendo como função primeira alijar aqueles que não se adequavam ao modelo naturalizado como hegemônico. Deste modo, estas categorias que, por marcas (inclusive genéticas) foram negativizadas, não se adequavam aos projetos de implantação das democracias brancas e heterossexuais, acabavam sendo “banidas” e definidas como “estrangeiras”, pois convulsionavam a paz e a harmonia desejadas pela “ordem e progresso” do positivismo. Contudo, este antagonismo, de alguma forma, dá destaque tanto a tais categorias marginalizadas em seus papéis como agentes transgressores como as novas formas de subjetividades. Os matizes performáticos dos mestiços, dos homossexuais e o lugar social exigido e construído por esses criam e recriam continuamente novas subjetividades e, por contiguidade, mostram que os indivíduos, mesmo pedagogicamente educados, melhor dizendo adestrados, para serem objetos perpetuadores e repetidores de determinada cultura – pelo determinismo cultural – podem, como atores e reprodutores das ideologias reinantes, reinventarem-se, através de novas traduções que vão surgindo dentro das tradições. Assim, a homossexualidades e a mistura das raças nas narrativas servem também como fontes de manifestação dos espaços de diferentes subjetividades, mesmo que os narradores,

imbuídos dos ideais naturalistas queiram mostrar que estas categorias obedecem às leis científicas que os determinam sem possibilidades de se autogerirem.

O Barão de Lavos e Bom-Crioulo, mergulhados nos temas calcados nestas teorias sociais, tornam-se referências incontestes para se estudar aquela época - como marcos fronteiriços, pois ambos os textos são pioneiros nas representações destas categorias conflitivas e antagônicas em relação ao modelo social e político que se pretendia para Portugal e Brasil. O barão Sebastião e o negro Amaro, como personagens-título dos romances, são peças-chave nos estudos nas literaturas do século XIX nos dois países. Na verdade, através de nossas análises dos dois romances, ora aproximando estes povos, ora os afastando, observamos que em nenhum momento as narrativas deixam de dialogar através dos vetores da homossexualidade e das questões da mistura de raças. Contudo, não podemos esquecer que os romances trazem em si marcadores pontuais, que serão discutidos nos capítulos, que os tornam independentes e singulares, mesmo ao nos disponibilizar e apresentar estas questões comparativas.

Dentro desta perspectiva, buscamos suporte durante o desenrolar da pesquisa nos referenciais teóricos ligados às questões de gênero, principalmente às que trabalham com sexualidades marcadas negativamente e nos teóricos finisseculares que respaldavam as desigualdades das raças, os quais defendiam a separação dessas e apresentavam a mistura racial como algo nefasto ao processo evolutivo de qualquer nação. Contudo, não deixamos de nos reportar também a teóricos, mais atuais, que trabalham esses temas.

A problematização que viceja em nosso trabalho discute as questões de gênero – masculinidades estigmatizadas negativamente – interrelacionadas e estabelecidas dentro das relações que perpassam o desejo colonial. Na verdade, as teias de relações são encaminhadas nestes romances naturalistas através das relações entre os personagens principais e seus pares homogenitais, locupletados por triângulos amorosos, nos quais as mulheres apresentadas, em segundo plano, servem de contraponto para que as narrativas acentuem o pensamento ortodoxo heterossexual e burguês. A partir de tal perspectiva e observados os contornos da poética naturalista, verificaremos as diversas nuances em que os narradores tentam circunscrever estes personagens-título dentro da lógica pseudo-científica na qual homossexuais e mestiços são patologizados e animalizados. Este ponto de vista, como sabemos, estava associado aos estratagemas de dominação e poder criados pelos países dominantes e colonizadores em favor de seus processos expansionistas.

Deste modo, nossas análises desvelam que em *O Barão de Lavos* e em *Bom-Crioulo* as tentativas de marginalização das ações perpetradas pelos personagens dos romances partem do princípio de controle dos sujeitos transgressores. Colocá-los à margem dos processos que regulavam o social, político e econômico daquele período, objetivava defender os interesses dos países centrais. Segundo o pensamento exposto nestes romances naturalistas, tanto o homossexual como aqueles advindos das misturas raciais – negros e híbridos – já nasciam geneticamente marcados, negativamente estigmatizados. Por este motivo, os personagens-título dos romances devem, sob o prisma da causa colonial, ser banidos como forma de higienização sexual e purificação racial.

Desta forma, as análises aqui desenvolvidas servirão também como mais uma avaliação crítica ao Naturalismo e nos ajudam a compreender mais acuradamente os processos de engajamento desencadeados nas literaturas dos respectivos países. Mesmo que já tenham sido desenvolvidos diversos trabalhos de atualização e reatualização dos romances que compõem nosso *corpus*, o que pode ser observado através da bibliografia criteriosamente selecionada por nós, é que nossas análises acrescentarão algo novo aos estudos realizados aqui no Brasil e lá em Portugal sobre os romances de Abel Botelho e o de Adolfo Caminha. Através da comparação que aproximará questões raciais, sexuais e contextual-históricas, acreditamos mostrar outro diálogo possível entre as culturas e os romances envolvidos. Pois sabemos que

a literatura tem um papel particular a cumprir neste caso: diferentemente dos discursos religiosos, morais ou políticos, ela não formula um sistema de preceitos; por essa razão, escapa às censuras que se exercem sobre as teses formuladas de forma literal. (TODOROV, 2010, p.80)

De algum modo, estes dois romances expõem, além das questões defendidas pela ciência, questões religiosas associadas ao patriarcalismo judaico-cristão. Nestes podem ser divisados argumentos que, de algum modo, defendiam a questão da perpetuação da espécie, as ideologias raciais, o desejo colonial, etc., de forma tanto aberta como dissimulada. Os textos, girando em torno da temática tão em voga no período do nosso recorte, tratam de assuntos que a maioria teima em manter no “armário”, definindo-os como letais à noção de “família” e, por contiguidade nefasto ao processo evolutivo civilizatório. Deste modo, ao trazer os dois romances à baila,

oferecemos a oportunidade de discuti-los e, ao mesmo tempo, deixar que as palavras contidas neles tenham oportunidade de si falar por si mesmas.

Se a discussão sobre as sexualidades e “raças” ainda hoje não foram esgotadas e atraem, pela sua mística, “gregos e troianos”, imaginem na época do lançamento dos dois romances? Deste modo, *O Barão de Lavos* e *Bom-Crioulo* - como obras literárias, não se esgotam e continuam projetando novos campos de possibilidades e polemizações, já que são pontos representativos para a democratização dos discursos sobre estes temas.

Didaticamente, para uma melhor compreensão do que será aqui desenvolvido e discutido, dividimos nosso trabalho em três capítulos: no primeiro, inserimos e localizamos os romances e os autores dentro das suas respectivas correntes naturalistas em Portugal e no Brasil, pois estas, apesar de grassarem por toda Europa Ocidental, carregavam em seu corpo singularidades que as distinguiam; no segundo, analisamos as questões das sexualidades masculinas consideradas “fora do eixo” do hegemônico universalizado como normal e natural, através dos personagens-título e as relações projetadas ao redor e a partir destes; no terceiro, encaminhamos questões associadas aos contatos entre as culturas dos colonizadores e dos colonizados, nas quais se discutem os papéis de raça e a estigmatização negativa como condicionantes para circunscrever dentro dos cânones da patologia os frutos provenientes do desejo sexual colonial.

Deste modo, apoiados pelos discursos teóricos das diversas ciências e da arte do fazer literário, trabalharemos a homossexualidade, as ideologias raciais e o desejo colonial desenvolvidos nas diegeses que enfocamos, e que, de um modo ou de outro, aprisionaram o Barão de Lavos e Bom-Crioulo, nossos protagonistas, dentro da estética naturalista, através do enquadramento de um mundo prefigurado e desenvolvido pelos narradores dos respectivos romances. Mas se, por um lado, os narradores circunscreveram aqueles dentro da ótica desta escola, em determinados momentos, abriram frestas que tornaram possível que tais personagens questionassem o determinismo criado na tentativa de emparedá-los. Nosso objetivo é exatamente buscar essas pistas ou brechas que se criaram e que dialogam com várias mudanças de perspectiva que só seriam mais claramente expressas muito mais tarde... Assim, vamos espiar por essas frestas que os textos permitem.

1 - NATURALISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL: entrecruzamento de olhares

A literatura é parte de um todo, a cultura. (Noé Jitrik).

1.1 Sobre o Naturalismo: (re)visitando caminhos

A realidade não tem nenhuma obrigação de ser interessante, mas a gente falando sobre ela tem a obrigação de fazê-la interessante. (Jorge Luis Borges)

No século XIX, principalmente nos anos posteriores a 1850, concretiza-se o expansionismo burguês no mundo. Neste período, que foi fértil nos diversos segmentos artísticos, desponta na literatura a escola naturalista que vai inserir as questões sociais, políticas e econômicas em suas narrativas, já que estas, obrigatoriamente, respaldavam estilisticamente em suas diversas nuances os caminhos propostos pelo Naturalismo.

Esse período foi basilar para a consolidação do colonialismo branco burguês, erupção de diversos nacionalismos e lutas ideológicas baseados na superioridade racial, tecnológica, no comércio ilegal e no surrupiamento dos povos e civilizações consideradas inferiores, como muito bem sintetiza Llosa (2011) ao afirmar que a santíssima trindade dos três “C”: cristianismo, civilização e comércio buscavam justificar o colonialismo. Neste momento histórico, as nações imperialistas empregaram métodos organizacionais que lhes auspiciavam lucros imediatistas adquiridos através de rapinagem econômica selvagem e sem lei. Entretanto,

não foi só o princípio da concorrência econômica, partindo do pressuposto da desigualdade, não da igualdade. Nem a virtude burguesa opondo-se com altivez moral ao vício aristocrático. O mais decisivo foi que a hierarquia feudal destruída precisava ser substituída por outra, burguesa, que só podia ser construída sobre a desigualdade econômica. (MAYER, 1989, p.27)

Deste modo, observamos que a sociedade burguesa buscava respaldo para seu agir de acordo com o Pragmatismo, “doutrina filosófica que se adota como critério

de verdade a utilidade prática, identificando o verdadeiro como útil” (HOLLANDA, 1966, p. 970), pois, ao expansionismo burguês imperialista, o que interessava era, apenas, a rápida acumulação de riquezas. Tudo valia no modelo de expropriação dos povos colonizados, considerados sub-raças. Para os povos conquistadores, só a presença e o contato deles junto aos “desprovidos de civilização” já era lucro para os não brancos, não europeus, não cristãos, pois a questão “do centralismo europeu é fortalecida por um discurso cultural que lega e confina o não europeu a um estatuto racial, cultural e ontológico secundário” (SAID, 2011, p.114).

A Física, a Química, a Termodinâmica acumulavam avanços que, aliados à industrialização, tornavam possível o surgimento da máquina a vapor, da compressão, da liquefação e da solidificação. Num contínuo crescente exponencial, os que se auto-imputavam civilizados também passam a dizimar povos de outras raças em nome desta suposta superioridade branca europeia. Todos estes avanços oitocentistas, impulsionados pelo pensamento materialista do Positivismo de Augusto Comte, chegam também às ciências naturais, dando ensejo para que estas passem a se ocupar com o estudo da sociedade, substituindo a teologia e a metafísica. Em 1859, é importante considerar que Darwin publica sua *Origem das Espécies*; Huxley admite a proximidade do homem com os antropóides, enquanto Lombroso defende a relação entre fisiologia e a criminalidade em seu livro de 1875: *O homem delinquente*. Deste raciocínio, vemos que a ciência do século XIX estava a serviço e à disposição para qualquer explicação destes atos de vandalismo e de apropriação indébita.

O auxílio da ciência, a colonização e o assentamento dos colonizadores viabilizam a ideia de que o mito “do mundo a conquistar” surja como realidade, pois o dito “desconhecido” passa a ser desvendado pela ocupação e colonização permanente dos “novos” espaços geográficos pelos países imperialistas. O homem europeu chega aos pólos, acumula riquezas rapidamente, grandes contingentes populacionais se deslocam em levas, movidos tanto pela cobiça em busca de uma vida melhor e de riquezas imediatistas vislumbradas como pela questão da industrialização proporcionada pelo capitalismo, que atraiu trabalhadores para as maiores cidades, mas sem que essas pudessem absorver toda a mão-de-obra. Assim, um grande contingente de trabalhadores excedentes, que o capitalismo utiliza como exército de reserva e de acordo com sua necessidade, é obrigado a uma constante emigração. Destas migrações surgem novos adensamentos populacionais. A acumulação do capital pelos considerados mais “aptos” ou mais “vorazes” traz regalias e privilégios para esses, que se tornam vitrinas e

exemplos a serem seguidos, Deste modo, como o capitalismo não pode ser para todos, pois é excludente, destroi os considerados “incompetentes”, “inferiores” e “fracos”.

É, justamente, influenciado pelas ciências naturais e prestando tributo a elas que o Naturalismo busca, respaldado pelas obras de Darwin, transformar a literatura numa espécie de ciência. “O Naturalismo, que visto de hoje pode parecer rotineiro e pouco inovador, foi também cheio de experiências, algumas das quais talvez estejam na base de outras que vieram depois.” (CANDIDO, 2004, p.89). Na verdade, a literatura, assim, inserida neste processo encadeado nos vários campos das ciências, inclusive as humanas, passa a ser envolvida por essas novidades em sua elaboração ficcional. Constatase, deste modo, que “a arquitetura” do Naturalismo, corrente literária do final do século XIX, ancorou-se nas diversas teorias científicas - novo deus emergente, como auxiliar e, “aliançou a arte com a ciência, sem que a arte deixasse de ficar independente perante a ciência” (PINTO, 1996, p. 103).

Poderíamos dizer que se a ascensão da burguesia teve o Romantismo como seu foco e modo de expressão, no Naturalismo, essa passou a ser retratada, justamente, por sua decadência, pois tal escola desvelava, sem rodeios, as transformações sociais que ocorreram na Europa no século XIX e, ao mesmo tempo, denunciava e desnudava o *modus vivendi* decadente e supervalorizado da burguesia e tudo que estava agregado aos seus valores. No Naturalismo, “o romance será expressão mais fortemente contaminada pelas tentativas científicas e experimentais na arte do século XIX. Toda a atitude artística da época encaminha-se para a objetividade, desiludida com os excessos do Romantismo” (BRAYNER, 1973, p.8).

Ao rebuscamento do Romantismo se contrapõe o Realismo, que em sua forma mais acurada dá origem ao movimento Naturalista. Se o Romantismo tendia a falsear a realidade, ao amainar tudo aquilo que pudesse chocar os espíritos, o Naturalismo surge, pontualmente, para anunciar este e outros aspectos mascarados pelo Romantismo. Era necessário expor o repugnante, o amargo e o nefando ligados à literatura e outras artes. Zola, sobre seu romance *Thérèse Raquin* –, marco do Naturalismo - afirma: “escolhi personagens soberanamente dominados pelos nervos e pelo sangue, desprovidos de livre arbítrio, arrastados em cada ato de suas vidas pelas fatalidades da própria carne.” (ZOLA, 2001, p.10). De fato, quando discorreremos sobre o percurso histórico do Naturalismo, temos a obrigação de considerar a produção do escritor francês Zola, já que este é tido como o maior representante desta escola, pois

seus romances servem como pedra angular para as diferentes nuances da corrente naturalista em vários países.

Em diversos romances produzidos pelo viés naturalista observamos que o escritor antes de escrever a obra, certamente estudou o assunto e o meio com afinco, possivelmente tomando notas e fazendo registros sobre a realidade que pretendia representar. Essa busca surge da acuidade com que ele trabalha o tema nos seus romances. Com a posse desses dados, coloca mãos à obra, tentando retratar sua época o mais fielmente possível. Poderíamos até mesmo dizer que a obra surge do cotidiano, ou seja, “a história se compõe de todas as observações recolhidas, de todas as notas tomadas, uma puxando a outra, pelo próprio encadeamento da vida das personagens, e a conclusão nada mais é que uma consequência natural e inevitável” (ZOLA, 1995, p.25). Deste modo, o romancista tenta mostrar ao leitor os atos humanos, como representação mais próxima possível da vida cotidiana. Este dia-a-dia é o mote do romance naturalista. Na trama inventada subjaz uma cópia dramatizada daquilo que existe de fato, o que torna a tradução que o autor faz deste algo mais próxima da realidade e, por conseguinte, do que este observa nesse meio e dos atos humanos aí verificados. Sendo esse o caráter e a base de suas produções literárias, o escritor naturalista desenvolve sua obra aliando a imaginação a aspectos do meio que representa. Vejamos na íntegra o que Zola (2001, p.10) afirma sobre seu romance *Thérèse Raquin*:

Que se leia o romance com cuidado e ver-se-á que cada capítulo constitui o estudo de um caso curioso de fisiologia. Numa palavra, não tive senão um desejo: considerando um homem vigoroso e uma mulher insaciada, procurar neles o animal, e mesmo ver o animal, lançá-los num drama violento, e observar escrupulosamente as sensações e os atos desses seres. Eu simplesmente fiz com dois seres vivos o trabalho que os cirurgiões fazem com os cadáveres.

Para os naturalistas, o que emana do ser humano é aquilo que é modelado pelo meio em que esse vive; deste modo, e seguindo a escola determinista que dá o tom cultural ao movimento, não há um só agir e pensar humanos que não estejam norteados pelo meio. Por isso, os personagens criados por escritores naturalistas são produtos das relações que ocorrem no espaço e no tempo em que estes vivem e que são manifestados nos seus corpos pelos seus agires. O ser social é, assim, de acordo com a percepção naturalista, determinado pela natureza e sem possibilidades outras, pela hereditariedade

e pelas relações sociais, parecendo não poder mudar a realidade que se desenha para ele, em seu eterno ciclo de nascer, viver e morrer.

Dessa forma, seguindo os contornos de nosso cotidiano e emparedado pela natureza, o romance naturalista segue, dentro do paradigma similar e aproximado da realidade, como se fora não mais que um fato corriqueiro de nossas vidas. “O romance vai à frente dele mesmo, contando coisas de modo regular, não reservando nenhuma surpresa, oferecendo, quando muito, a matéria de uma notícia; e, quando termina, é como se deixássemos a rua para entrar em casa” (ZOLA, 1995, p.97).

Vale considerar que os romances zolistas tem como sustentáculo as questões fisiológicas hereditárias aliadas ao meio físico, que surge sobranceiro, como definidor dos destinos de seus personagens. Estes fatores, no Naturalismo, são determinantes para degradação dos personagens, já que aqueles podem propiciar manifestações de vícios adquiridos por sua gênese e pelo meio. Contudo, nesta escola, o meio social aliado aos dois fatores antes mencionados, parece não dar chance aos personagens de escapar aos seus destinos, “dobrando os homens no círculo fechado das condições naturais” (CANDIDO, 2004, p.84). É necessário observar que, mesmo sendo o meio-ambiente regulador do comportamento dos personagens, este só aparece na narrativa quando é exigido na manifestação da trama.

Assim, para os naturalistas, o meio e a hereditariedade eram determinantes no agir humano. Zola, em suas tentativas de aproximar ao máximo suas obras à ciência, aliava-se com a idéia de hereditariedade e atavismo cultural. Esta infatigável busca destinava-se à elaboração de uma das peças fundamentais de ficção naturalista, o meio, herdado dos ensinamentos de Taine, misturado à hereditariedade, constituía sistematicamente a fórmula verídica, o segredo da realidade. (SODRÉ, 1965, p.22)

Salientamos que no Oitocentos as formas de representação da arte e da cultura estavam sob a égide da ciência. Nesta associação, podemos reconhecer o raciocínio de Antonio Candido: “à medida que se desmancha a resistência da vida civilizada, por falta dos instrumentos culturais, e o homem, cada vez mais despojado, vai revertendo lentamente a certas contingências da condição animal” (CANDIDO, 2004, p.76). Com base em argumentações semelhantes aparecem, nas obras de Zola e dos naturalistas, as explicações das degradações e animalização dos personagens. Vejamos que as moléstias adquiridas nos nervos e sangue de seus personagens são

frutos de herança genética e se manifestam de maneira desregrada quando estes vão se despojando dos princípios que regem o processo civilizatório.

O Naturalismo, então, ao tentar ser representação precisa da realidade, passou a munir-se de fórmulas para explicar o comportamento humano. Dentro desta lógica, passa a utilizar-se tanto das ciências naturais como das ainda incipientes ciências da área sociológica. Deste modo, “o Naturalismo é um pouco a sociologia na literatura” (SODRÉ, 1965, p.25). Esta escola, pois, terá como uma de suas características a introdução da ciência no espaço orbital da arte literária. Para que isto aconteça, torna-se necessário evidenciar a decadência social através de questões ligadas à psicologia e à biologia, fazendo com que os romances no Naturalismo passem a ser uma verdadeira tese com nuances de cientificidade, tentando analisar as questões sociais através do “rigorismo técnico, mais do que quem faz ciência do que literatura” (SODRÉ, 1965, p.30). O corpo, assim, torna-se um verdadeiro campo de provas das ciências. Por este motivo, aquele passa a ser uma presença constante nas obras do Naturalismo, pois justamente no corpo se podia comprovar as teorias científicas que grassavam no período.

Zola, em seus romances, coloca focos de luz nas mazelas, misérias, vícios e promiscuidade que afloram na vida cotidiana, principalmente da classe operária, mas sem deixar de fora outras classes sociais. Esta sinalização devia-se ao fato de ser ele simpatizante do operariado, como classe social, e das causas que estavam a favor desta. Ao mesmo tempo, procurava mostrar que as desigualdades sociais eram frutos da exploração e das injustiças cometidas pela barbárie do mau uso que a burguesia fazia do capital. Ele foi, muitas vezes, criticado pelos teóricos literários, mas respondia a estes críticos que o romance naturalista deveria ter como parâmetro e baluarte a ciência e a classe operária. Zola acreditava também que estas obras deveriam passar pelo viés da experimentação e da observação. Vejamos a opinião do próprio Zola, contida no seu livro *Le Roman Expérimental* e citada por Sodré:

Entendemos que um romancista deve ser ao mesmo tempo um observador e um experimentador. O observador expõe os fatos tais quais os observou, estabelece o terreno sólido em que se vão mover os personagens e acontecimentos; em seguida surge o experimentador e faz as experiências, isto é, faz seus personagens se movimentarem em determinado enredo de modo a patentear que a sucessão dos fatos é exigida pelo determinismo das coisas estudadas. (SODRÉ, 1965, p.33)

Pelos fatos apresentados, extraídos do pensamento zolista, nos parágrafos anteriores podemos observar que o Naturalismo, ao denunciar os abusos do capital industrial, engajava-se seriamente no auxílio interpretativo dos acontecimentos históricos e nas lutas sociais dos últimos decênios do século XIX. Com o despertar da conscientização e posteriores reivindicações da classe operária no último quartel do Oitocentos, Zola volta-se para a questão dos mineiros, percorrendo regiões a fim de conhecer de perto a situação. Desta coleta de dados, escreve *Germinal*. Como aponta SODRÉ (1965, p.36), “O Naturalismo foi produto específico de sua época e, de certo modo, retratou-a: surgiu entre ele e o meio uma relação dialética, como em todos os fenômenos de fora da qual seu julgamento é uma deformação grosseira”.

Esta escola atingiu seu zênite no último quatriênio do século XIX, quando a acumulação capitalista auferiu aos países centrais da Europa um grande desenvolvimento industrial impulsionado pelas riquezas adquiridas em função do colonialismo. Por esse motivo, os “romances mais típicos do naturalismo são marcados pela civilização que a burguesia construiu no enquadramento das cidades e trazem na sua estrutura o próprio ritmo da sucessão temporal” (CANDIDO, 2004, p.81). Assim sendo, a representação de diversas classes sociais nos romances naturalistas são pontuais reflexões sobre o período; entretanto, essa representação era apenas parte da ampla rede de possibilidades e inovações estético-científica que se apresentavam perante o homem finissecular. Deste modo, poderíamos dizer que, em certo sentido, pressupunha a inserção da literatura – ora utilizando-se da ciência, ora situando-se em contraste com esta - nos debates e nas grandes transformações estéticas, sociais, técnicas que aconteciam naquele período histórico. Estas mudanças foram alicerçadas pelo capitalismo industrial imperialista em franco desenvolvimento e, pela riqueza adquirida pelos países hegemônicos “graças” à apropriação indébita exercida sobre as economias coloniais.

No que se refere às diferentes configurações das masculinidades dentro do romance naturalista e a consequente patologização da homossexualidade como masculinidade negativamente marcada, podemos observar duas vertentes teóricas que, de certa maneira, se opõem e se completam. A primeira pode ser analisada como aquela em que o narrador, ligado às teorias essencialistas, vem confirmar a execração da prática homogenital por esta ser concebida como antinatural. Na segunda das vertentes

teóricas, a análise deve decodificar e reafirmar as questões dos diversos papéis sociais dos personagens. Na verdade, podemos observar que os romances naturalistas que serão discutidos neste trabalho poderiam seguir, à primeira vista, uma ordenação de pensamento muito próximo a primeira das teorias, ou seja, a teoria essencialista. Mas, optamos por seguir o pensamento de BARCELOS (2006, p. 104) no qual ele refuta “liminarmente qualquer visão de uma identidade homossexual essencialista e predeterminada, de caráter transhistórico e cultural”.

Os narradores destes dois romances da escola naturalista, imbuídos das idéias científicas que pairavam sobre a sexualidade, expõem este segmento das masculinidades ao opróbrio e à execração pública. Esta leitura, atrelada à estética do final do Oitocentos, ficaria muito tempo, sem dúvida, estacionada nestas barreiras de preconceitos. Pois os dois romances, se nos atermos às análises finiseculares, pretendem mostrar a decomposição da moral da sociedade burguesa pelo viés dos “desmandos” sexuais dos praticantes das masculinidades deuterocanônicas do último quarto do século XIX.

Na verdade, poderíamos dizer que os narradores, mesmo seguindo a teoria essencialista e mergulhados na estética naturalista, vacilam ao apresentarem os personagens de seus romances como incongruentes e contraditórios. “A literatura que não admite a incerteza do narrador é uma forma de impostura muito, muito difícil de tolerar” (SEBALD, 2011, p.19). Este afastamento das regras do Naturalismo acontece quando os personagens dos romances, em introspecção, passeiam em elucubrações pelos seus mundos oníricos. Vejamos que toda vez que o Barão, no romance de Abel Botelho, sai em busca de “prazeres proibidos” com adolescentes pobres nos “guetos” de Lisboa, calcula em sua mente o momento certo de como e onde agir. Assim, ele torna-se nesses momentos, mesmo que obediente ao credo naturalista, sujeito consciente do desejo e do que a sua prática podia lhe acarretar. Mesmo que ele não consiga desvencilhar-se das teias das regras sociais nas quais se debate, pois sua patologia era genética, seu universo onírico questiona os valores elegidos culturalmente como normais. Deste modo, o “texto do romance é complexo também por isso, por essa contradição – a moral finissecular condena o objeto de desejo da narrativa; a homosociabilidade, no caso, erotizada, que dilacera o barão em sua busca incessante de realização junto aos meninos de rua”. (SOUZA JUNIOR, 2001, p. 114), mas ao mesmo tempo possibilita que o personagem de auto-questione ou se auto-justifique.

No romance de Caminha, acontece o mesmo, já que Bom-Crioulo, quando busca em pensamento e na prática realizar seus desejos eróticos considerados antinaturais com o aprendiz de marinheiro Aleixo, que estava em trabalho a bordo na mesma fragata em que aquele prestava serviço à Marinha Imperial Brasileira, torna-se também sujeito de seu desejo. Mesmo que, nos romances frutos de análise, seus personagens estejam atrelados às regras canônicas do Naturalismo, observamos que quando estes manifestam seus pensamentos, para depois saírem em busca de seus objetos do desejo, adquirem certa autonomia e não agem apenas por impulso.

É forçoso reconhecer que, concedendo às personagens o privilégio da introspecção ou permitindo a directa representação de diversas manifestações do seu universo onírico, o narrador arrisca-se a consentir a revelação de anseios ou frustrações que em nada se liguem aos interesses da estética naturalista. (REIS, 1980, p.79)

Ao analisarmos os dois romances naturalistas, através da perspectiva da segunda vertente teórica, procuramos observar os personagens agindo dentro de uma práxis política, social e econômica no espaço que os circunda. Neste aspecto, podemos, através destas novas interpretações das narrativas, fazer sair da sombra grupos minoritários dantes silenciados. Isto acontece devido às releituras possíveis destes romances e demonstra que “a atenção a analogias e variações temáticas fazem parte de qualquer estudo literário” (STEINER, 2001, p162).

Essas minorias que, frequentemente não têm direito à voz, comportam, em si, diversos segmentos sociais tais como: povos colonizados, homens e mulheres de todas as cores, credos e níveis sociais, praticantes de sexualidades marcadas negativamente, negros, índios, e diversos grupos aqui não nomeados, passam a emergir, ou seja, sair do “armário” como sujeitos nos mais diversos campos de manifestações culturais, inclusive na literatura. Entretanto “é arriscado destacar a continuidade e a centralidade do armário numa tentativa histórica que não tem como ponto fulcral uma perspectiva redentora (esteja ela no passado ou no presente) da sua ruptura apocalíptica” (SEDGWICK, 2003, p.8). Deste modo, ao colocar em xeque valores, até então, impostos pela cultura dominante, estes “estrangeiros” passaram a reivindicar seus próprios espaços, enquanto sujeitos de sua história, mais conscientes de seus direitos enquanto cidadãos. Assim, “uma nova sociologia de leitura vem se configurando, propiciada pela era democrática, quando os valores das minorias passaram a ser assinalados, malgrado o desejo da maioria” (LUGARINHO, 2001, p.161).

Destas buscas, nas duas últimas décadas, brotou a necessidade de rever os papéis das vozes silenciadas na formação das sociedades. É, justamente, neste momento que aparecem os estudos culturais, as teorias de gêneros e aquelas ligadas às masculinidades marcadas negativamente, como foco de luz, descortinando o que havia de escondido pelas formas tradicionais de entendimento da sociedade. A partir de então, os grupos minoritários, questionando os valores da ideologia dominante, passaram a se conscientizar do seu papel, enquanto sujeitos, dentro desse mundo liberal e globalizado, no qual todas as vozes devem ser ouvidas. É nesta perspectiva que vemos um Portugal historicamente conservador, saído da longa ditadura salazarista e, atualmente integrado na Comunidade Europeia, sendo abalado em suas convicções advindas de preconceitos arraigados historicamente inoculados em sua alma de nação colonizadora. Sob este mesmo ponto de vista, temos um Brasil, nação emergente, vindo do trauma de vinte cinco anos sob o coturno da ditadura militar, tentando, através de uma nova Constituição, dar aos seus cidadãos o direito de gozar de liberdades e dos direitos que a cidadania deve lhes confere.

Obrigados à mudança urgente, Portugal e Brasil, países integrados à comunidade mundial democrática, são obrigados, empurrados pelos movimentos libertários ocorridos principalmente na Europa e nos Estados Unidos, a reconhecer os papéis de suas minorias na formação destas nações. Surgem comunidades, então homoafetivas organizadas, em ambos os países, conscientes de seus papéis na história e na cultura destas nações. Estes grupos passam, então, a demarcar seus lugares, através da conscientização legal e legítima do próprio discurso enquanto sujeitos e de um agir sexual cujo objeto do desejo se afasta dos padrões heteronormativos. Assim, ao passar historicamente, com suas práticas, suas reivindicações e seus discursos, da região do silêncio e da sombra para a da visibilidade e da representatividade, estes mesmos grupos começam a reivindicar o direito à voz na construção da história portuguesa e brasileira, respectivamente.

Assim, pelo exposto nos dois parágrafos anteriores, poderíamos pensar que o afloramento da discussão da questão Da homossexualidade nestas duas nações (Portugal e Brasil) só veio à baila nas últimas décadas do século XX, através dos espaços reivindicados por esta categoria marginalizada. Contudo, isto não é dado verdadeiro, pois o próprio Naturalismo, no século XIX, já coloca em foco esta discussão, ao expô-la em diversas obras literárias, principalmente no *Barão de Lavos* (Portugal) e *Bom-Crioulo* (Brasil), narrativas nas quais os praticantes da homogenitalidade têm o lugar de

personagens-título. Nestes dois romances podemos divisar que “as manifestações inúmeras da história da homossexualidade manifesta em Portugal imbricam com as nossas brasileiras” (LUGARINHO, 2001, p.163). Assim, vemos que o romance de Botelho prenuncia no final do Oitocentos o alvorecer da “moderna tradição da representação literária da homossexualidade em terras de Portugal” (LUGARINHO, 2001 p. 163). No Brasil, o *Bom-Crioulo*, apesar de haver romance anterior a de Adolfo Caminha sobre este tema, é a primeira em que um negro praticante da homogenitalidade em uma narrativa emerge como personagem-título. “É então que Caminha, discordando dos que afirmaram ser novo em literatura o assunto do *Bom-Crioulo*, cita *Um Homem Gasto*, de Ferreira Leal, no Brasil e, em Portugal, *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho” (AZEVEDO, 1999, p. 124), como narrativas que já esboçaram o que ele desenvolveria mais detalhadamente.

Queremos demonstrar com nosso estudo que, com a discussão das obras naturalistas em Portugal e no Brasil, hoje mais democratizados pelas discussões trazidas pelas ditas minorias e suas reivindicações de cidadania, descortina-se um momento ímpar para se revisitar os dois romances naturalistas que compõem nosso *corpus*. A teia de transgressões dos personagens, nas duas narrativas, mostra a “capacidade do homem homossexual em resistir aos vários sistemas de poder, subvertendo as convenções totalizantes e desmentindo o paradigma do dualismo sexualizado” (PITTA, 2003, p.20). Ao mesmo tempo, as diversas performances eróticas dos personagens questionam o binarismo que respalda o heterocentrismo e, por conseguinte, a suposta identidade sexual prefixada. Deste modo, através desta mobilidade da prática sexual dos personagens nos dois romances, podemos divisar diversas manifestações e possibilidades de descentralização da histórica identidade masculina rotulada de estável.

1.2 Naturalismo em Portugal

No século XIX, momento em que vários países da Europa já se organizavam na luta para barrar as reivindicações do proletariado, divisamos Portugal ainda lutando contra os últimos rincões do feudalismo, os quais eram respaldados pelo

baronato rural, pelo bacharelismo e pelo conselherismo burocrático. Salientamos que alguns segmentos progressistas lusitanos já tinham aberto diversas frentes de luta para sair desta estagnação. Apesar desses esforços, faltava à nação lusitana os meios econômicos necessários que pudessem estabilizar e continuar os avanços técnicos e científicos necessários para deslanche desenvolvimentista. A independência do Brasil – colônia mais rica do império – foi a grande perda para economia de Portugal. Esta separação - aliada aos obstáculos internos provenientes do atraso econômico, aos avanços do capital industrial europeu, as confusas e conturbadas questões da política interna e externa que assolavam o país naquele momento histórico - barrou qualquer tentativa da metrópole de colocar em prática as reformas necessárias, mesmo em um Portugal que precisava de uma urgente industrialização.

Este quadro de acontecimentos fez a nascente burguesia portuguesa mancomunar-se com o capitalismo externo numa tentativa de sair da estagnação. Aquela, necessitando atrair créditos externos para fomentar o desenvolvimento, cria um programa de obras públicas, de modo que o capital estrangeiro pudesse entrar no país e ajudar a transformar ou maquiar a velha face da ultrapassada economia portuguesa. Assim, a incipiente estrutura de produção portuguesa foi reforçada, pois o Estado, além de aumentar a carga fiscal, começara a pedir empréstimos aos banqueiros europeus - principalmente ingleses - ligados às economias industrializadas. Entretanto, o que se observa é que

a situação liberal portuguesa revelava um contorno singular. A venda dos bens nacionais, longe de abrir caminho a uma reconversão econômica dinamizada por uma nova burguesia audaz, empreendedora e capaz de assumir os riscos da modernização, dera lugar ao aparecimento de novos ricos nobilitados às pressas. A riqueza fundiária mudara apenas de mãos; mas os conteúdos mentais e a filosofia das atitudes permaneceram aferrados ao culto tradicional e sedutor das vaidades nobiliárquicas. Um Portugal com granjas e bancos, mas sem oficinas, ou seja, sem indústrias. (HOMEM, 2003, p. 20)

A entrada do capital externo camuflava a realidade com uma aparente estabilidade e prosperidade, já que a base agrícola, na qual estava assentada a economia portuguesa, fora mantida devido aos impedimentos impostos pela Coroa portuguesa à iniciativa privada e aos desvios de capital para fins outros que não a industrialização do país. Manifestações contra este estado de coisas, que poderiam contar e estar nas mãos

do proletariado, ficam restritas às manifestações advindas de uma burguesia emergente, da qual a intelectualidade era a camada de maior expressão. Em resumo, o fulcro do acontecido naquele momento histórico deveu-se a Portugal não ter ainda um proletariado organizado em número e em força suficientes para fazer frente a esta estrutura, já que a indústria portuguesa era frágil e localizada em pontos esparsos ao redor da capital Lisboa e da cidade do Porto, principais logradouros do país.

As causas objetivas que deveriam ser à base das reformas política, econômica e tecnológica portuguesa são deixadas de lado, porque a pequena burguesia insiste em direcionar os questionamentos para questões teórico-ideológicas. Neste palco de acontecimentos surge uma parte da intelectualidade que recebe de bom grado as influências dos movimentos de vanguarda, entre eles, o Naturalismo, que despontavam na Europa mais desenvolvida economicamente. Os “ventos” que sopravam, principalmente, da França, tendo Alemanha e Inglaterra em segundo plano, movimentavam a conservadora madorna lusitana, de modo que, em sentido contrário a esta letargia, surge uma geração ligada ao materialismo e atrelada tanto aos avanços científicos da segunda metade do século XIX como alimentada pelas idéias provenientes da geração naturalista. Contudo,

a proliferação da literatura estrangeira acabou por gerar discussões entre intelectuais portugueses preocupados com a pequena repercussão dos enredos nacionais. Essa redenção frente ao produto estrangeiro, presente também em vários setores da cultura nacional levou Eça de Queirós a dizer ironicamente que “Portugal era um país traduzido do francês – no princípio em vernáculo, agora em calão”. (EL FAR, 2004, p. 54)

Da geração que alicerçava suas conquistas nas ciências naturais e sociais, eclode na Universidade de Coimbra um movimento chamado de “Geração 70”. Movimento que vai de encontro ao saber canônico e obrigatório ensinado naquela antiga e tradicional estrutura, ponto de difusão do conhecimento português. Salientamos que esta universidade, ainda, no último quadriênio do Oitocentos, considerava indesejável e criminoso os ideais da Revolução Francesa.

Os jovens estudantes da velha instituição passavam a desenvolver atividades que combatiam os valores considerados retrógrados, justamente aqueles baseados nos estatutos pombalinos que preconizavam normas implacáveis. Neste período, a Universidade de Coimbra mantinha um grande contato com os países vizinhos,

principalmente, depois da ligação ferroviária, inaugurada em 1864. Deste fluxo de trocas de idéias frutifica a Questão Coimbrã, movimento em que participavam os mais renomados intelectuais das letras portuguesas. Jovens discutiam os alemães: Goethe, Hegel; os franceses: Baudelaire, Balzac, Flaubert. Dentre os portugueses, Herculano passaria a ser, na influente universidade, um dos poucos mentores respeitados e discutidos pelos acadêmicos, devido tanto a sua tomada de posição a favor das ideias revolucionárias como também porque em sua obra estava espelhada estas ideias.

Em 1871, acontece em Lisboa uma reunião de intelectuais, que, junto ao grupo de Coimbra, passa a aderir às novas ideias advindas das discussões do avanço científico e do materialismo, levando-as até a população. Esta seria a segunda geração portuguesa atrelada às ideias naturalistas. A partir desse novo grupo passa-se a divulgar as “novidades” provenientes do além-fronteira. A maneira que estes intelectuais encontraram para divulgação de suas ideias foi através de uma série de conferências, nas quais se debatiam questões culturais, enfrentavam pensamentos considerados conservadores, tomavam posições de combate ao mostrar as contradições e o mal que havia nas normas vigentes e como estas impediam Portugal de recobrar seu caminho como grande nação colonizadora.

Estas conferências, batizadas de “As Conferências do Casino”, pois as reuniões ocorriam no “Casino Lisboense”, divulgaram um manifesto assinado por diversos intelectuais, entre eles citamos: Eça de Queiroz, Antero de Quental, Teófilo Braga etc. Aquelas objetivavam:

abrir debate das novas idéias, visando a transformação social, moral e política do povo; ligar Portugal a modernidade; adquirir consciência do que ocorria na Europa; agitar a opinião pública; estudar os problemas ligados a transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa. (SODRÉ, 1965, p.46)

Além dos cinco itens acima citados, que norteavam a pauta das discussões, alguns outros também eram analisados, entre eles o catolicismo, o absolutismo e as questões ligadas às conquistas coloniais. Para os conferencistas, a união do catolicismo com o absolutismo ceifava o exercício de todas as liberdades; o capital adquirido das colônias deveria ser empregado no setor produtivo, ou seja, na cultura da terra e no desenvolvimento industrial e não desvirtuado para pagamento dos altos juros dos empréstimos contraídos.

Nas reuniões das “Conferências do Casino” discorre-se sobre diversas questões ligadas à literatura portuguesa. Eça de Queiroz em sua conferência sobre a “Literatura Nova, o Realismo como Nova Expressão da Arte” pontua sobre o Naturalismo português. Nestas, ele tanto defendia que a arte deveria ser como um espelho no qual se refletissem as questões sociais ligadas ao seu tempo como fazia críticas àqueles que defendiam que a arte só deveria ser vista como arte. Deste modo, a literatura, como todas as outras artes, estaria interligada às questões históricas, sociais, políticas e econômicas e deveria se afastar das expressões usadas no romantismo, deixando de lado o convencional. Para ele, a arte, em seu todo, deveria estar, de uma forma ou de outra, ligada às ciências naturais e sociais e, ao mesmo tempo, buscar o espírito de justiça e de verdade.

Assim, o Naturalismo, dos debates ocorridos tanto na “Questão Coimbrã” como nas posteriores “Conferências do Casino”, se projeta fortemente na literatura portuguesa, apoiado tanto por Eça como pela

obsessão temática capital do século XIX: a de repor Portugal na sua grandeza ideal tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, econômica, social e cultural. Quer dizer, em termos de literatura, à obsessão de criar um movimento ou uma obra em que essa regeneração simbólica se cumprisse, transfigurando a miséria deprimente do “Portugal contemporâneo.” (LOURENÇO, 2007, p.88-89)

As cartas em apoio a esta nova escola da literatura foram lançadas e agora só faltava partir para o trabalho de execução e publicação das obras. Em 1875, Eça de Queiroz lança o romance *O crime do Padre Amaro*. Entre as diversas versões do romance havia grandes diferenças, não só no número de páginas, mas também no conteúdo. Esse é visto como um romance de tese por estar agregado a questões sociais e por obedecer a certas normas. Mas é com o lançamento do romance *Primo Basílio*, estrondoso sucesso perante os leitores, perfazendo duas edições só no ano de 1878, que a escola naturalista se fixa em terras lusitanas, apoiado pelos críticos favoráveis ao Naturalismo que reconhecem neste romance uma porta aberta à discussão das questões sociais, econômicas e políticas da época. O certo é que não se pode deixar sem menção a importância de Eça de Queiroz, não só entre os naturalistas portugueses, mas também em toda a literatura de língua portuguesa.

Quando os primeiros trabalhos do naturalismo português começaram a surgir, como sempre acontece com o novo que surge, despontaram diversas oposições críticas. A primeira delas afirmava que esta escola não apresentava nenhuma proposta nova, pois o Realismo em que ela se baseava já era visto há muito tempo na literatura; a segunda crítica negativa era de que o Naturalismo adorava escândalos e explorava o escabroso para chamar atenção para si, e que este tema também não era novo, pois as questões ligadas à moralidade, na literatura, já eram tema por demais debatido; a terceira estava ligada à questão patriótica, pois Eça criticava a adoração à grandeza do glorioso passado português. Seus opositores criticavam-no alcunhando-o de “impatriota”. Estas críticas encontravam muitos aliados, entre os intelectuais portugueses que estavam atrelados à tradição. Entre estes havia muitos que defendiam que o Naturalismo estava tentando desmoralizar as famílias portuguesas, justamente em suas tradições e “nenhum povo, e mais um povo de tantos séculos de vida comum e tão prodigioso destino, pode viver em harmonia consigo mesmo sem uma imagem ideal de si mesmo.” (LOURENÇO, 2007, p.51).

Segundo a crítica literária, o Naturalismo português pode ser dividido em fases: na primeira o Naturalismo que, no campo da política, apoia-se em Victor Hugo, em Proudhon e em Taine, e no qual reinam absolutas as influências de Flaubert e Balzac. Nesta, as preponderâncias externas foram adaptadas às questões políticas, sociais e econômicas internas portuguesas, já que Portugal vivia um momento histórico-desenvolvimentista em descompasso com a Europa mais industrializada. As obras naturalistas desta fase espelham os problemas da pequena burguesia portuguesa ascendente, fazendo com que os romances seguissem regras (romance de tese). Assim “a literatura tornava-se um “auxiliar poderoso da ciência revolucionária”, conforme Eça proclamaria” (SODRÉ, 1965, p. 53). Esta fase estava diretamente ligada aos assuntos debatidos tanto pela Questão Coimbrã como pelas Conferências do Casino; a segunda fase, na qual esta incluído Abel Botelho, recebe substancialmente a influência de Zola. É nesta que começam a aparecer as “imitações ortodoxas” (SODRÉ, 1965, p.61). Este grupo de escritores seguia a cartilha das questões ligadas à combatividade, as teorias científicas de patologia e hereditariedade. A primeira fase, segundo alguns críticos, seria superior a segunda, pois aquela seguia menos o cânone importado. *O Barão de Lavos*, um dos romances objetos de nossa análise, pertenceu à segunda geração e Botelho, segundo Sodré foi “o último dos naturalistas lusos, na ordenação cronológica, mas não em importância.” (SODRÉ, 1965, p.59).

Contudo, é bom não perder de vista que a ideologia da escola naturalista pregava, aliado às questões positivistas, que o progresso português estava, obrigatoriamente, aliado à instauração da República como forma de governo em terras lusas. “O sentimento de fragilidade da identidade portuguesa que ao longo do século se foi desenvolvendo, primeiro com a perda do Brasil e posteriormente, com o discurso devastador da Geração de 70, atingiu, com o Ultimatum¹ britânico de 1890, o seu momento depressionário” (RIBEIRO, 2004, p.83). Vemos, assim, que a questão da autoestima do povo português se encontrava, naquele momento histórico, em baixa. Ao confrontar seu presente desabonador, principalmente se comparado com seu grandioso passado de nação imperialista, via-se o degradingolar da nação, devido à inoperância da monarquia portuguesa para gerir tão grandiosa e orgulhosa nação herdeira de um passado glorioso, cabendo, assim, “aos portugueses criar e construir uma pátria inteiramente portuguesa e inteiramente atual” (RAMOS, 2003, p.364). O Ultimatum, imposto a Portugal pela Coroa inglesa e as perdas de grande parte dos territórios do Império na África, após a Conferência de Berlim² (1884-1885), colocavam a outrora nação portuguesa conquistadora em posição de inferioridade frente às nações centrais europeias imperialistas. É devido à essa situação precária, fruto da inoperância da monarquia, em que se encontrava o “mendicante” Portugal finissecular; país que um dia fora “berço de descobridores e de criadores de nações” (RAMOS, 2003, p. 348), que os autores de vários romances naturalistas, ironizam metaforicamente, através dos seus personagens, todo arcabouço histórico, social e político que vivia a outrora pátria exaltada por Camões.

¹ Ultimatum – Em 1890 a Inglaterra decreta, através deste documento, que o governo português retire suas tropas em onze horas dos territórios africanos por ela reivindicados. Acabando, deste modo, a política portuguesa que pretendia estender seu imperialismo em terras africanas. O projeto português era que houvesse uma ligação territorial contínua que se estenderia do oceano Atlântico ao Índico (de Angola a Moçambique).

² A Conferência de Berlim foi considerada pelos historiadores como um dos maiores acontecimentos do Oitocentos no campo do Direito Colonial Internacional e da expansão europeia. Nela, foram redefinidas as novas fronteiras das colônias africanas, de modo que fosse possível dirimir possíveis conflitos e se estabelecessem as zonas de influências das potências europeias. Na assinatura do acordo final, Portugal foi um dos maiores perdedores de territórios.

1.3 Abel Botelho, Patologia Social e o Naturalismo português

“Nevoeiro”
Nem rei, nem lei, nem paz em guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer-
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fatuo encerra
Ninguém sabe que coisa quere..
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
É (Que anciã distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...
É a Hora! (Fernando Pessoa)

A segunda metade do século XIX é o momento em que o Naturalismo apresenta todo seu vigor em Portugal. Esta fase na história portuguesa foi de grandes inquietações e mudanças na secular e conservadora estrutura política e econômica do país. Este período conturbado fora “aberto com a fuga da família real para o Brasil, o século liberal termina com a liquidação física, se não moral, de uma monarquia a quem se fazia pagar, sobretudo, uma fragilidade nacional que era obra da nação inteira” (LOURENÇO, 2007, p.29).

É neste momento que em Portugal busca atrelar-se aos movimentos culturais da Europa mais desenvolvida que Abel Botelho emerge dentro do espaço literário português. A produção literária dele se inicia com o lançamento do romance *O Barão de Lavos* de 1891 e é concluída em 1919 com *Amor Crioulo*, romance publicado incompleto e postumamente. Botelho, entre os portugueses, foi aquele, entre os naturalistas, que mais se aproximou do modelo do zolismo. Foi, justamente, este que em sua obra cujo título é *Patologia Geral*, forneceu como legado literário uma idéia mais precisa da geração naturalista que, em Portugal, seguia de perto as influências de Zola. Lançado em 1891, *O Barão de Lavos* é um romance que nos mostra de forma peremptória o tema da fatalidade que acompanha a degeneração da raça do barão e até aonde esta questão de hereditariedade pode acentuar a morbidez. Segundo o narrador do

romance, o doentio e degenerado acentua-se de geração a geração, aumentando as patologias e levando, por conseguinte, o enfermo progressivamente à degradação. Em 1895, Abel Botelho publica *O Livro de Alda* em que fala sobre a questão homossexual feminina; em 1901, edita *Amanhã*, em que debate a situação dos revolucionários trabalhadores lisboetas em suas lutas atreladas ao anarquismo e ao socialismo; em 1907, lança o *Fatal Dilema*, cujo tema base é o intercuro sexual entre parentes consaguíneos próximos. *Próspero Fortuna*, de 1910, encerra o ciclo, no qual mergulha seus personagens no mundo da decadência e da corrupção da classe política. Na Patologia Social botelhiana “está sempre a intenção combativa, antípoda da impassibilidade, mas os seus recursos artísticos são débeis, as cores carregadas, os processos esquemáticos” (SODRÉ, 1965, p.60).

Seus romances seguem quase sem desvio os mandamentos canônicos da escola naturalista, mas neles, ao longo do tempo, podemos divisar que este escritor foi amenizando os exageros do Naturalismo. Se em *O Barão de Lavos*, Botelho trabalha a questão da degeneração genética, adquirida através da mistura das raças, da qual o personagem principal não podia se desvencilhar, nos romances seguintes, principalmente em *Amanhã*, ele vai trabalhar questões atreladas ao socialismo dos operários lisboetas. Nos romances publicados no início e no final de sua produção literária vê-se uma acentuada mudança nos termos expressos e no burilar do que produz. Enquanto nas primeiras produções vemos os apegos ao cientificismo e uma exagerada preocupação em poder retratar de maneira mais fiel a realidade circundante, nos últimos romances vemos que “as soluções de expressão sofrem visível aligeiramento, poetizam-se, adquirindo fluência de meios tons e transparência líquida” (MOISÉS, 1961, p.14). De modo que, se fizéssemos uma análise superficial, afirmaríamos que Abel Botelho, em sua obra, segue canonicamente os mandamentos do Naturalismo. Contudo, se continuarmos analisando na linha do tempo mais acuradamente suas produções, divisaremos que há amostras do afastamento das questões norteadoras do naturalismo cientificista. Nas narrativas posteriores a *O Barão de Lavos* aparece uma diminuição da “deformação do mundo operada pela concepção materialista e científica do Universo e do Homem” (MOISÉS, 1961, p.17).

O conjunto de romances que formam a Patologia Social³, de Abel Botelho, no qual está incluído o *Barão de Lavos*, tenta retratar a degeneração da célula social nos

³ A influência de Emile Durkheim (1858-1917) e seu raciocínio sobre fatos normais e patológicos podem ser visto no título desta obra de Abel Botelho. Esta questão do patológico, como fato social, se espalha

quais vivem seus personagens. Estes, fragilizados pelo espaço circundante e determinante, do qual não se pode safar, entram em *débâcle*. Na Patologia Geral, Abel Botelho, ao traçar o perfil da vida que se levava em Portugal, através da voz de seus narradores, quer nos mostrar como o determinismo histórico-espacial, aliado às questões da herança genética, tornava o povo desta nação suscetível a adquirir diversas formas de degeneração. Os personagens destes romances

são doentes, mental e fisicamente, arrastando uma vida de mazelas diárias de abjeções e degradações encobertos num manto de hipócritas convenções que nada encobrem (...). A família e a sociedade que ela forma, são, em suma, em caso patológico, na medida em que seus componentes o são. (MOISÉS, 1961, p.31)

A Patologia Social é formada por cinco romances, nos quais seus narradores têm como objetivo trazer à tona os desvios patológicos dos personagens principais. Para isto, os narradores os contextualizam histórica e politicamente, pois as vivências sexuais humanas não podem prescindir das relações sociais, históricas e políticas em que se inserem. Para demonstrar tal fato, os narradores se utilizam tanto de práticas morais historicamente não aceitas pela ortodoxia heterossexual judaico-cristã, como também sinalizam que os distúrbios orgânicos destes personagens metaforizam a perda da virilidade, base sem a qual uma nação de aventureiros e descobridores como fora Portugal não poderia soerguer-se. Ao escolher determinadas patologias e as inocular nos personagens principais dos romances deste ciclo, os narradores pretendiam mostrar que aqueles estavam visceralmente doentes, pois Portugal, nação que os criara, estava desgobernada e, deste modo, incapacitada de produzir filhos capazes de continuar a herança deixada pela raça viril que auferiu à nação portuguesa o “direito e a obrigação” de levar aos quatro cantos do mundo a colonização, o comércio e o cristianismo. Deste conjunto de explanações, podemos chegar à idéia central dos romances que formam a “Patologia Social” botelhiana, pois, por contiguidade, elas desvelam e demonstram que os desvios individuais são consequências de algo mais amplo, ou seja, dos desvios psico-sociais adquiridos individualmente dentro de uma sociedade em estado crescente de degeneração nos campos histórico, social e político.

pela escola naturalista que o utiliza assaz. De acordo com Durkheim, os fatos patológicos se opõem aos normais, pois eles não fazem parte da regra geral dos usos e costumes das comunidades e servem como enfraquecimento dos valores cultuados pela maioria. Por isso, segundo o ponto de vista deste autor, os fatos patológicos são considerados de maneira negativa.

Abel Botelho, ao tratar das questões morais em decadência, ameaçadoras do equilíbrio social, queria “fotografar” de maneira real as turbulências que ocorriam na vida moral, política, social e econômica portuguesa naquele momento histórico, pois aquele foi um período de verificação da fragilidade da monarquia e que levou a posterior queda desta com a implantação da República em outubro de 1910.

E a desordem política, feita de rivalidades mesquinhas, de escândalos reais ou fictícios, de ações polêmicas na imprensa e no Parlamento - continua. Parece ter só um fim: destruir. Enquanto o Rei e alguns poucos dos seus servidores se aplicam a manter o que ainda se sustenta, a maioria agita-se numa infatigável empresa de “bota-abaixo”. Atacam-se a Igreja, a Monarquia, todas as estruturas morais e tradicionais. (AMEAL, 1974, p. 675)

Como consequência da decomposição social dos costumes provenientes da decadente nobreza, os ideais burgueses, representados na forma de governo republicano, tornaram-se o objetivo mor para a solução dos problemas que infligiam a sociedade portuguesa, “A república, conjunto de proposições políticas de subversivo teor ideológico, mas de reduzido âmbito social, aparece então como a forma de apropriação de um destino coletivo confiscado” (LOURENÇO, 2007, p.31). É nesse conjunto de convulsões política, social e econômica que Portugal vive no final do século XIX - no qual a monarquia agonizava - que Abel Botelho cria seus personagens na Patologia Social. Deste modo, os narradores, ao desnudar e mostrar os aspectos patológicos de seus personagens, querem mostrar o declínio da nação portuguesa, aliando suas idéias com a ciência, ao mesmo tempo em que colocam esta escola literária a serviço da causa republicana.

Estes personagens, vivendo num ambiente social, econômico e político em decadência, carregam em si, seguindo o raciocínio determinista, a degradação do ambiente ao qual pertencem. Através dos estigmas negativos, com os quais veste seus personagens, Abel Botelho, através de seus narradores, vai analisando a decomposição e a agonia do mundo monárquico português. Aos olhos deste, a nação portuguesa estava em grande crise porque seus componentes sociais, políticos e econômicos interrelacionados estavam enfermiços. Por isso, o ciclo dos cinco romances

resiste à análise como documento altamente vivo de sua época, o que quer dizer: testemunho valiosíssimo de um espírito autônomo,

autêntico, a tentar ver claro um “momento” de crise dos mais decisivos na história do povo português. (MOISÉS, 1961, p.76)

Mas, para Botelho, a verdadeira crise em que se encontrava seu país era de cunho moral e ético atrelados aos fatores já expostos. Em sua *Patologia Social*, o autor “interessa realizar aquilo que Antonio Jose Saraiva denominou “Um Inquérito à Vida Portuguesa”” (MOISÉS, 1961, p.25) e, observar os sinais evidentes dos descompassos que corroíam o povo luso. Contudo, Botelho, em sua obra não apresenta caminhos que possam levar a alguma solução e, este não é o objetivo dos romances que formam seu ciclo de publicações.

1.4 Naturalismo no Brasil

No final do século XIX, o Brasil era o principal mercado de livros da ex-metrópole, por isso havia na ex-colônia grande influência tanto dos autores portugueses como das diversas traduções feitas, via Portugal, de autores estrangeiros. Em pleno Oitocentos a influência da Universidade de Coimbra em terra *brasilis* se fazia notar, já que “a fina flor da intelectualidade brasileira continuava a procurar na velha cidade universitária a formação que seus pais e avós haviam conseguido” (REGO, 1966, p.19). Isto não quer dizer que não houvesse mercado, mesmo que incipiente, para livros nas próprias línguas dos autores de outros países europeus, principalmente daqueles advindos da França. Contudo, essas leituras eram privilégios de uns poucos eleitos. Na verdade, havia naquele momento histórico uma necessidade premente de incluir valores europeus na formação das elites brasileiras, “dentre as manifestações particulares daquela dialética, ressalta o que poderia chamar “diálogo com Portugal”, que é uma das vias pelas quais tomamos consciência de nós mesmos” (CANDIDO, 1985, p.110). Deste modo, não podemos estudar o Naturalismo brasileiro sem fazermos menção aos créditos dos naturalistas de lá transferidos aos de cá, já que o Brasil foi favorecido, devido aos fortes laços culturais com Portugal, tendo acesso ao que o mercado editorial lusitano produzia.

Outra grande influência que deve obrigatoriamente ser citada é a francesa, atrelada ao zolismo. “É dizer, por fim, que esse vínculo formado, em função do livro-mercadoria – primeiro entre França e Portugal, e, depois, entre Portugal e Brasil – motivou o contato de obras e autores até então isolados em seu contexto.” (EL FAR, 2004, p.65). Por esse motivo, entre os autores brasileiros da escola naturalista existem os que seguem o zolismo, os que recebem influência do queirozismo e alguns outros que caminham lado a lado com os dois. São mais raros, contudo, os que receberam uma dupla influência.

Dentre os portugueses, Eça foi aquele que mais inspirou nossos escritores. Esse não seguia a linha do naturalista baseada no fisiológico, mas preferia obedecer à filosofia de Taine, na qual o meio era o agente que moldava o agir de seus personagens.

Um crítico esquecido, e injustamente, Aderbal de Carvalho afirmou que O Primo Basílio caíra “em nosso meio literário como uma verdadeira bomba de dinamite, fazendo o estrondo mais forte de que há notícias nos nossos meios literários, escandalizando a pacata burguesia, ofendendo a pudicícia dos nossos mamutes intelectuais, na nossa arqueológica literatura. (SODRÉ, 1965, p.127)

Abel Botelho, apesar de sua pequena influência no Naturalismo em *terra brasilis*, deve ter sido lido por Caminha, podendo ter influenciado a elaboração do *Bom-Crioulo*, já que esse o cita quando sai em defesa do seu romance, tratado como imoral pela crítica literária brasileira, justamente, por abordar a questão da homossexualidade sem que fosse preciso disfarçá-la.

Historicamente, o Naturalismo surge no Brasil no período em que também ocorreram a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Essa foi uma época de certo avanço da burguesia brasileira, protagonizada pela entrada de capital oriundo da exportação do café, de uma atenuada urbanização, principalmente no Sudeste e da criação de inúmeros periódicos, anúncios, revistas e panfletos, os quais “foram pródigos em informações sobre tais mundos urbanos” (MOREIRA, 2006, p.25). No Rio de Janeiro, a burguesia urbana desenvolvia-se e, com ela, o cientificismo passou a dominar a intelectualidade brasileira. Esse cientificismo, aliado às idéias positivistas que preconizavam a República, constituía a base do pensamento dos intelectuais brasileiros.

Em 1881, em São Luis do Maranhão é lançado *O Mulato* de Aluísio de Azevedo, considerado por vários críticos como o marco inicial do Naturalismo no

Brasil, apesar deste romance carecer de uma base sólida naturalista, pois é considerado como uma mistura de duas escolas: do Romantismo e do Naturalismo. Em 1892, no Ceará, houve o movimento denominado de “Padaria Espiritual”, ligado às letras e às artes. “A Padaria Espiritual se destinava, como é dito no seu Programa de Instalação, a “fornecer pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral”” (AZEVEDO, 1999, p.59). Nestas reuniões, o uso de vocabulário estranho à língua portuguesa era definitivamente proibido. Adolfo Caminha era um dos integrantes deste grupo. Outro movimento importante da época foi “A Escola de Recife”, cujo tema basilar era a questão da espiritualidade brasileira, no qual Tobias Barreto estava à frente.

A partir das pontuações históricas descritas nos parágrafos anteriores, podemos afirmar que o Naturalismo aportava no Brasil num período de vasta mudança tanto na economia como nas artes. A economia brasileira, que estava respaldada numa estrutura do velho mundo colonial e escravocrata a ruir, começa a dar notas de modificação tanto pelo capital acumulado advindo da exportação do café como com os novos empreendimentos que surgiram com a pequena burguesia em ascensão. O eixo econômico começara a deslocar-se do Rio de Janeiro, tomando rumo a São Paulo. Mudanças políticas, urgentes, eram exigidas. É, então, neste palco de acontecimentos que entre nós frutifica a semente do Naturalismo. Por este viés, a aurora do movimento naturalista não aconteceu no Brasil por acaso, mas capitaneada pelos acontecimentos políticos, econômicos e artísticos advindos de Europa efervescente, aliado às circunstâncias históricas e as necessidades brasileiras. Todas estas sementes encontraram solo propício para a propagação do Naturalismo num Brasil que se transformava.

O novo movimento literário chega à ex-colônia portuguesa da América do Sul adaptando-se ao clima, à sensualidade, às doenças endêmicas, à natureza, aos grupos nativos, aos afro-brasileiros e a uma língua portuguesa mais rica, devido às novas palavras acrescidas ao seu léxico. “O naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano, pujante de vida, de amor, de sensualidade” (ARARIPE JUNIOR apud SODRÉ, 1965, p.173). Por estes motivos, nosso Naturalismo, ao desviar-se do europeu, torna-se distinto devido às suas especificidades ao interagir com a terra, o clima, as cores e os nativos. Se, em Portugal o modelo naturalista importado já sofrera modificações, quando aporta no Brasil adquire uma “feição polêmica que não estava na receita importada e contrastava com ela: quanto ao preconceito de raça e de cor, polêmica quanto à influência clerical, polêmica

quanto aos padrões de comportamento social próprios da classe dominante, na sua pretensa moralidade de costumes (...)” (SODRÉ, 1965, p.231). Assim, as obras literárias do Naturalismo produzidas em solo brasileiro trazem como marca registrada as condições do meio e as questões raciais, sem, contudo, deixar o nosso aspecto político de lado, na elaboração do seu discurso baseado nos inconformismos, fruto dos grandes debates e transformações que aconteciam em nosso modelo social, político e econômico finissecular

Mesmo havendo no Brasil inúmeros críticos contrários a este movimento, não se conseguiu impedir que os romances pertencentes ao Naturalismo ganhassem aceitação popular. O sucesso junto ao público adveio do anseio por novidades que acometia diversos setores da sociedade brasileira, que encontrava nestes temas uma válvula de escape para exorcizar suas mazelas. Tais romances “apimentados” em seus enredos e que falavam de sexo, adultério e homossexualidade espelhavam cruamente o cotidiano, mesmo que muitas vezes velado, de seres humanos que demonstravam dificuldade de se ajustarem a códigos morais muito rígidos. Deste modo, ao retratar esta realidade “o romance naturalista criticado neste fim de século trouxe para o leitor brasileiro um ser humano provido de sangue, músculos e nervos”. (BRAYNER, 1973, p.26). Mas, o grande mérito desta escola foi fazer com que diversos valores morais, considerados tabus, pudessem circular em variadas camadas sociais do Brasil finissecular.

Houve também vozes que saíram em defesa destes romances e que tentavam diminuir a acidez da crítica contrária ao Naturalismo. Entre eles podemos citar o que o próprio Adolfo Caminha, em sua Carta Literária, aponta em defesa de seus textos, dos de Zola e do próprio movimento naturalista.

Sou contra a libidinagem literária e não perdoaria nunca o escritor que me viesse, por amor do escândalo, descrever cenas imorais, episódios eróticos a título de naturalismo.

Mas, vamos: é preciso não confundir a verdade flagrante e necessária, reproduzida naturalmente, sem intuítos dissolventes, com a patifaria rasa, que dói nos ouvidos e faz saltar o sangue à face da burguesia.

Zola, por maior que seja o número de seus inimigos, não é um romancista imoral.

O próprio burguês, farto de argúcia filosófica, lê os romances do mestre a princípio talvez com certos receios, mas logo com um entusiasmo crescente, e, ao cabo da leitura, sente-se bem humorado, como saísse de um banho fresco; reconhece que lucrou alguma coisa

e que tudo aquilo é de uma sinceridade edificante! (CAMINHA, 1999, p.71-72)

O Naturalismo vai seguindo sua rota na história da literatura brasileira e em 1890, é lançado *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo, romance considerado por muitos críticos como um dos maiores, não só do Naturalismo, mas também de toda literatura brasileira. Em 1892, Adolfo Caminha publica *A Normalista* e, logo em seguida, -1895 – *Bom-Crioulo*. Caminha, com este romance, atinge um dos pontos mais altos do movimento literário brasileiro do fim do Oitocentos, já que *Bom-Crioulo*, ao lado de *O Cortiço* – são considerados, pelos nossos críticos literários, como os melhores exemplos de nosso Naturalismo. Observe esta crítica comparando os dois romances: “*Bom-Crioulo*, de 1895, atinge aquela grandeza trágica que o naturalismo só conheceu com o *Cortiço*” (SODRÉ, 1965, p.192).

Como já dito anteriormente, o Naturalismo brasileiro segue muitas idéias preconcebidas advindas dos países europeus coloniais, devido à intensa influência e intercâmbio cultural recebidos diretamente dos países hegemônicos da Europa ou, indiretamente, via Portugal. Contudo, os naturalistas brasileiros conseguem em algumas de suas obras se safar, em parte, dessa orientação, pois conseguem ultrapassar diversas vezes esta linha divisória imaginária, imprimindo nos seus romances nossos costumes, nosso meio, nossa história e nossas questões raciais.

Pode-se mesmo, dizer que a nossa rebeldia estereotipada contra o português, representando um recurso de autodefinição, recobria no fundo um fascínio e uma dependência. Todo o nosso século XIX, apesar da imitação francesa e inglesa, depende literariamente de Portugal, através de onde recebíamos não raro o exemplo e o tom da referida imitação. (CANDIDO, 1985, p.111)

O Brasil, incluído no rol das economias coloniais, continuava a ser um fornecedor de matéria-prima a baixo custo para o sustentáculo dos fornos e das caldeiras da indústria europeia. Ao mesmo tempo, o Brasil era obrigado a consumir os produtos industrializados, perfazendo, deste modo, um desequilíbrio econômico que embargava sua entrada no mundo industrializado. Vender por preços baixos e comprar por preços altíssimos gerava uma defasagem na nossa incipiente e claudicante economia. Desta contradição, surgiram no Brasil forças nos campos político, social e crítico-literário que tentavam opor-se a esse estado de coisas. Junto a esta corrente de oposições, no campo

literário, surge o Naturalismo brasileiro, seguindo a linha básica do europeu, contudo, introjetando valores e ideias provenientes de uma economia colonial, baseada num modo de produção em que o binômio terra *versus* escravo servia de sustentáculo, pois a vida nas cidades brasileira no século XIX era um prolongamento do que acontecia no campo. Deste modo, o Naturalismo brasileiro, associado de perto às questões do nacionalismo, passa a elaborar em suas narrativas nosso meio e nossa raça.

Havia uma necessidade de autodefinição nacional, que os escritores pareciam constrangidos se não pudessem usar o discurso para representar a cada passo o país, desconfiando de uma palavra não mediada por ele. Isso é notório no Naturalismo, que desejou uma narrativa empenhada, cheia de realidade, e que no Brasil contribuiu de maneira importante pelo fato de ter dado posição privilegiada ao meio e à raça como formas determinantes. Ora meio e raça eram conceitos que correspondiam a problemas reais e as obsessões profundas, pesando nas concepções dos intelectuais e constituindo uma força impositiva em virtude das teorias científicas do momento. (CANDIDO, 2004, p.129)

Apesar dos autores naturalistas brasileiros tentarem imitar seus contemporâneos europeus, podemos afirmar que, devido às próprias condições adquiridas tanto por sermos naquele momento um país de economia colonial defasada frente aos congêneres europeus como por sermos uma sociedade organizada política e socialmente de forma diferente do modelo além-mar, no caso, Portugal, nosso Naturalismo pode ser nomeado de singular em diversos aspectos, afastando-se do cânone naturalista proveniente dos países vistos como colonizadores. “Por isso, o naturalismo brasileiro é tanto mais falso quanto mais se esforça para aproximar-se da receita externa, e tanto mais válido quanto se atém às influências peculiares ao meio nacional” (SODRÉ, 1965, p.233). Deste modo, observamos que o naturalismo brasileiro, mesmo tendo sofrido principalmente influências francesas e portuguesas, segue seus próprios caminhos atrelados às diferenças sociais, políticas e históricas que havia entre a Europa e o Brasil. Isto pode ser observado, na citação a seguir, quando o narrador, em *Bom-Crioulo*, ironicamente critica o colonialismo português glorificado por Camões, em *Os lusíadas*. Observamos que o nome de Camões estava escrito numa barca de aluguel, cujo remador era um galego. Esta barca é aquela em que Amaro embarca quando foge da prisão e que vai levá-lo à terra ao encontro fatal com Aleixo.

Os grandes navegadores portugueses⁴, que com sua esquadra outrora singravam os oceanos do mundo, agora precisavam remar barcos de aluguel para sobreviver.

A pequena embarcação vinha chegando para a ilha, sem toldo remada por um galego de suíças meio velho. Trazia à popa, no recosto do paineiro, o dístico – *Luis de Camões*, por cima de uma figura a óleo, que tanto podia ser a do grande épico como de qualquer outra pessoa barbada, em cuja fonte se houvesse desenhado uma coroa de louros. Nesta infame garatuja, o poeta tinha o olho esquerdo vazado, o que, afinal de contas, não interessava ao negro.

— Quer me levar ao cais? Perguntou Bom-Crioulo ao português.

— É já! Disse o homem atracando. O *Luis de Camões* não dorme. (BC, p.76)⁵

Essa é uma das ironias, entre outras existentes em *Bom-Crioulo* que comprova que o Naturalismo brasileiro se posicionava contra as formas de conformismo que poderiam tornar nossa escola similar ou mera cópia das congêneres europeias. Na verdade, nossa literatura finissecular assumia também a indignação social e não se resignava com a maneira como estava organizada nossa sociedade neste recorte histórico. Estes aspectos citados nos parágrafos anteriores, embora sejam fatores de diferença da escola naturalista brasileira em relação ao Naturalismo europeu, são, como tudo que é exterior à obra, componentes que tem função e espaços primordiais e necessários à narrativa naturalista brasileira. Se estes estivessem fora desta lógica, perderiam o sentido de estar inseridos nela, pois para terem sustentação na narrativa, obrigatoriamente, devem fazer parte do enredo.

⁴ No século XIX, de acordo com PEREIRA (2002), os portugueses, que no Brasil Colônia gozavam de certos privilégios, passaram, com a independência do Brasil, a ser objetos de hostilidade, devido ao recente passado como opressores. Discorre ainda este autor que a alcunha de galegos dada aos portugueses no Rio de Janeiro, no século XIX, devia-se ao fato da emigração clandestina dos portugueses, com passaportes falsos, através do porto de Vigo, na Galícia espanhola.

⁵ A partir dessa, todas as citações de Bom-Crioulo serão apresentadas como BC, seguidas do número de página, edição de 1983 citada na bibliografia.

1.5 Adolfo Caminha e o Naturalismo brasileiro

Podemos verificar nos romances naturalistas que os escritores desta escola nos diversos países, onde esta encontrou condições de proliferar-se, tem a tendência de descortinar de modo incisivo o real. No Brasil, precisamente, o movimento se traveste de singularidades e, apesar da marcante influência francesa e portuguesa sobre ele, reflete a busca de nossa literatura em se afirmar e adquirir uma identidade própria. Vemos acentuado neste momento peculiar de nossa literatura,

que os intelectuais e escritores da antiga colônia de Portugal começaram a tomar consciência da necessidade de se por em busca de uma identidade. Essa situação específica explica a insistência na indagação sobre o elemento “nacional” na produção literária e crítica brasileiras. (NITRINI, 2010, p.188)

É dentro desta perspectiva do meio determinando o homem que surge no romance brasileiro, ou seja, sendo mais pontual, no romance naturalista, pela primeira vez, a presença de um negro e homossexual como personagem-título. O Naturalismo brasileiro, mesmo que tenha se utilizado do negro e do homossexual de maneira negativa em seus experimentos com grupos raciais e sexuais considerados inferiores ao hegemônico, branco e heterossexual, antecipa a presença destas categorias marginais como foco central em suas narrativas transgressoras. Ser negro e homossexual era por questão de hereditariedade, estar classificado inevitavelmente como pertencente à marginalidade, à exclusão, ao refugio social. No que se refere à presença do negro em nossa literatura, a condição basilar para que este fosse vinculado ao adjetivo *bom* ou *de valor* teria de passar pelo comportamento obediente, sem questionamentos em relação aos códigos inferidos pela hegemonia branca. O modelo do “negro bom” viabilizado em nossos romances só poderia acontecer também se fosse imputado nesse o clareamento da pele. Para o praticante da homogenitalidade, numa sociedade edificada dentro de normas fixas e ditatoriais de heteronormatividade, era impossível ser visto como “bom”. Portanto, ser um contumaz praticante da homossexualidade no século XIX era estar irreversivelmente afixado dentro do cânon heterocentrista como desviado e depravado.

Observamos que muitos autores, seguidores do modelo determinista que grassava à época, ao tentar embranquecer seus personagens, apresentando-os como mulatos ou mestiços, deixavam, na verdade, transparecer aí um selo de racismo disfarçado. O negro apresentado como embranquecido por tais autores vai superando a marca da diferença negativamente percebida e atrelada à cor da pele, e, ao mesmo tempo, ao ir se clareando, vai ultrapassando as barreiras que o impediam de ascender socialmente. O branco se dispõe, segundo Kothe (2000, p.570), a “aceitá-lo em seu convívio social a maneira que este vai se aproximando do modelo do branco”. Vemos que “ele precisava ser como o senhor branco queria que ele fosse, um negro para inglês ver”. O negro, se possível, “tinha de ser um sinhô ou uma sinhá” (KOTHE, 2000, p.570), apagando ou dissimulando, assim, todas suas diferenças e especificidades. Percebemos aqui ecos do determinismo justificando o colonialismo europeu, e que se sustenta na afirmação de que a hereditariedade racial era fator preponderante para a superioridade do branco em relação ao negro.

Vários romances naturalistas nos mostram o lugar que o negro ocupava no Brasil nos últimos estertores do Império e nos albores da República, fazendo desmoronar a idéia de haver aqui uma convivência harmoniosa entre diferentes grupos raciais e, até mesmo, uma real tolerância às diferenças. No período que enfocamos ao longo de nossa pesquisa, aparentemente cabia ao negro somente agradecer ao branco por ter sido arrancado forçosamente da “primitiva” África. Para o branco, só o fato de o negro estar em terras brasileiras e em contato com a dita civilização branca já seria uma dádiva. Deste modo, o negro, em agradecimento, deveria aceitar e perpetuar os valores que o branco lhe impunha. Como a cultura e identidade africanas não eram reconhecidas como valores positivos do ponto de vista do colonizador branco-europeu, e sim, como algo negativo, deveriam ser descartadas para que essa parcela da população pudesse assimilar o modelo cultural branco, e, desde modo, pudesse ser inserida no mundo civilizado. É bom frisar “que todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e de produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável” (BUTLER, apud HALL, 2009, p. 129), deste modo os negativamente marcados pagam pelo preço de suas diferenças.

Este breve raciocínio serviu para introduzirmos a obra de Caminha dentro do Naturalismo brasileiro. Sabemos que a fortuna crítica sobre a obra de Adolfo Caminha, em especial sobre seu livro *Bom-Crioulo*, é vasta e este romance em especial é citado

nos mais diversos manuais de literatura, ensaios publicados em revistas, livros, periódicos. Na verdade, as críticas sobre a obra de Caminha surgem a partir da publicação de *A normalista*, no momento mais alto da reação simbolista ao naturalismo, justamente entre os anos de 1893 e 1894. Apesar de algumas críticas favoráveis, em sua maioria os críticos receberam este romance com muitas “farpas”. Neste sentido Adolfo Caminha, em defesa daquele, escreveu o seguinte:

Se *A Normalista* é um livro imoral, cuja circulação deve limitar-se a um certo e determinado grupo de leitores, então o que direi dos romances de Aluísio Azevedo? Que não devem ter entrada sequer nas bibliotecas públicas? Neste caso, e com muito mais forte razão, a *Carne*, de Júlio Ribeiro, deveria ser queimado solenemente perante um conselho de jesuítas...

É a eterna questão que levou Madame Bovary aos tribunais, Madame Bovary, esse código da nova arte, segundo Zola.

A crítica finge ignorar uma coisa: que todo escritor naturalista verdadeiramente digno desse nome, admite que o injuriem por todos os modos, contanto que não o chamem de imoral (CAMINHA, 1999, p. 73-74).

No caso específico do romance *Bom-Crioulo*, sabe-se que, à época de seu lançamento, houve um grande escândalo nas forças armadas, principalmente na marinha, já que o tema tratado na narrativa desnudava a extrema violência e a homossexualidade que grassava na Marinha Imperial Brasileira. Segundo Sânzio de Azevedo (1999), o alvoroço foi tão grande que Caminha sentiu necessidade de sair em defesa de seu *Bom-Crioulo*: ““não é obra para se dar prêmio nas escolas”. Continua afirmando que se a crítica “ingênua e pudibunda” visse as gravuras que ilustram o volume de Tardieu que ele tinha em sua estante, “não sei que gestos de náusea faria, cobrindo o rosto com a mão em leque””. (CAMINHA apud. AZEVEDO, 1999, p.124). Na defesa de Caminha, em relação aos seus romances torna-se patente que a inquietude do autor não vinha só das críticas à sua obra, mas, sim, em ter certeza que este incisivo ataque estava diretamente associado às mordazes críticas ao Naturalismo. Segundo AZEVEDO (1999, p.122), o crítico Valentim Magalhães, assinando “V.M., *A Notícia*, do Rio, publicou em 20 de novembro de 1895,” afirma:

“*Bom-Crioulo* “é um inconsciente, por obcecação literária ou perversão moral”, diz o crítico: “Só assim se pode explicar o fato de haver ele achado literário tal assunto, de ter julgado que a história dos vícios bestiais de um marinheiro negro e boçal pode ser

literariamente interessante”. No final, a insinuação maldosa: “Provavelmente o Sr. Caminha já foi embarcado, talvez grumete como o seu louro Aleixo” – o que ignoro.

O crítico afirma, mais uma vez citando Caminha *ipsis litteris*, que vinha “de muito longe essa guerra à verdade na arte. Inda não saiu dos prelos obra naturalista que não fosse tachada de imoral, desde que o grande Balzac atirou em circulação seu primeiro livro de análise” (CAMINHA, apud. AZEVEDO, 1999, p.123). Possivelmente o fato de o Naturalismo brasileiro ter tido como mentores principais autores nordestinos, como o maranhense Aluísio Azevedo e o cearense Adolfo Caminha, poderia justificar ainda mais a resistência da crítica reconhecida da época a esse movimento literário.

A posição geográfica e intelectualmente periférica dos escritores naturalistas em parte explica a hostilidade com que seus romances foram recebidos na capital do país. Mais importante do que isso, a posição periférica de que eles gozavam no distante Nordeste (mesmo que, na busca de glórias literárias, tenham por fim se dirigido ao Rio de Janeiro) os permitiu ter uma visão ex-cêntrica do Brasil, em oposição à visão cêntrica de escritores cariocas, como Machado de Assis. Desse ponto de vista descentralizante, e animados pela vontade de saber, os escritores naturalistas foram capazes de dar voz a setores até então marginalizados. (MENDES, 2000, p.216)

As várias celeumas que seguiram o lançamento de *Bom-Crioulo*, cujo teor atingiu os píncaros da acidez, deveram-se a sua temática, e também ao fato de encontrarmos aí um protagonista negro, ex-escravo, homossexual e marinho. O romance, assim, vinha expor um tema tabu e silenciado pela marinha, mas que há muito grassava em seus quadros. A homossexualidade praticada na vida de bordo era algo deveras delicada, vexatória e desmoralizante tanto à Marinha Imperial como aos olhos sociais da época. Contudo, estas práticas sexuais masculinas injuriadas na vida de bordo, vistas como vício repugnante eram patentes e colocavam em xeque valores cultuados pelo heterocentrismo militar. Muitos críticos agrediram ferrenhamente o livro, que, mesmo assim, circulou sem grandes impedimentos. Vários dos críticos não se limitaram a comentar a construção literária de Caminha, mas também passaram a rotulá-la conforme seus valores e juízos morais. Ribeiro nos relata que, na opinião de parte da crítica literária da época, *Bom-Crioulo* “não devia sequer ser pego com as mãos, mas com uma pá que o atirasse longe, no lixo” (RIBEIRO, 1957, p.58). Vejamos a própria

afirmação de Adolfo Caminha, quando, ao se sentir incomodado com a crítica inclemente, sai em defesa de seu romance, dizendo que *Bom-Crioulo* é “nada mais que um caso de inversão sexual estudado em Krafft-Ebing, em Moll, em Tardieu e nos livros de medicina legal” (CAMINHA, apud. AZEVEDO, 1999, p.123). Ele aponta aí a necessidade de discussão dos temas propostos, já que esses não eram invenções totais suas, e sim, tanto ocorrências em estudos médicos do período como parte da vida cotidiana que se desenrolava em torno dele. Não é a toa que, segundo DELEUZE (1985, p.159): “os autores naturalistas merecem a designação nietzscheana de médicos da civilização”.

Com o passar dos anos, somaram-se críticas tanto positivas quanto negativas sobre *Bom-Crioulo*. Caminha, sem dúvida, fora um retardatário dentro da escola naturalista, fato este que, possivelmente, atrasou sua inclusão no rol dos melhores escritores do período. Conforme comenta Lúcia Miguel Pereira sobre o autor: “José Veríssimo nem lhe parece ter tomado conhecimento da existência, Sílvio Romero só de passagem o menciona” (MIGUEL-PEREIRA, 1960, p.8). Dentre as muitas críticas sobre o romance *Bom-Crioulo* ao longo dos tempos, algumas lhe fizeram justiça, como se percebe nas observações seguintes: “este livro, ousado na concepção e na execução, forte e dramático, humano e verdadeiro é, a despeito dos senões, apontado com o *Cortico*, o ponto alto do Naturalismo” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p.173). Mendes, outro crítico literário, afirma que esse romance é “uma ruptura grave no tranquilo credo Naturalista de quem, à distância, descreve e explica o mundo através de categorias científicas claras e inequívocas” (MENDES, 2000, p.122). O crítico acrescenta ainda que o “Naturalismo de Adolfo Caminha, desse modo, avança sobre o apolíneo, contaminando-o, dando-lhe assim um corpo e uma sexualidade” (MENDES, 2000, p.188).

A morte prematura de Caminha, aos trinta anos de idade, causada por uma tuberculose, é lamentada por vários estudiosos de sua obra, já que “privou a literatura brasileira de uma das mais sérias vocações de romancista que já surgiram entre nós” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p.168). No mesmo livro (p.173), encontramos ainda a afirmação de que especialmente em *Bom-Crioulo* fica patente e “mais alta e forte sua vocação (...)”, sendo que nestes romances Caminha se “revela romancista autêntico e livre”, fazendo-nos “lamentar a sua morte prematura”. A crítica ainda comenta que

Talvez também as vicissitudes de uma vida atormentada e sofredora lhe tenham de algum modo, prejudicado a obra que, em muitas passagens, deixa à mostra o ressentimento do autor, tem um caráter intencional que perturba a liberdade criadora. Noutras, porém, revela um vigor, uma originalidade, uma densidade e uma coesão que só possuem os verdadeiros romancistas, os que sabem surpreender entre as coisas reveladoras relações, os que penetram no mistério dos seres e da vida. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p.168-169)

Apesar dessas considerações sobre *Bom-Crioulo* e do indiscutível interesse sobre a obra de Caminha ao longo do século XX, é importante destacar que, a nosso ver, a crítica não se debruçou sobre a obra do autor com o devido cuidado que essa mereceria, já que ficou limitada a comentários superficiais, sem um mergulho mais profundo e uma crítica mais acurada. Percebemos que esta se circunscreveu ao talento, ao ressentimento e à visão do autor como um naturalista retardatário. Mesmo enaltecendo-o e comparando-o a Aluísio Azevedo, alguns críticos não deixavam de apontar que o principal defeito de *Bom-Crioulo* era a “ausência de poesia”, pois “nesta novela de paixão e morte, passada em grande parte no mar, raramente se sente um sopro lírico, raramente a ressonância poética alteia as criaturas rastejantes que nele se movem” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p.173).

Já Sabóia Ribeiro, ao analisar o romance, ressalta que *Bom-Crioulo* oferece, no seu contexto, “um magnífico exemplo da aplicação de “método experimental” no romance. Nele o autor preparou todos os elementos da história e às suas premissas se manteve rigorosamente fiel até o fim” (RIBEIRO, 1957, p.67). Este aponta ainda o fato de o romance ter sido rotulado à época de “lixo do sexo”, apesar do fato de que “seu panorama se estende algo além do drama sexual do negro, com muitos aspectos da paisagem marinha, do ambiente sensual e abafante de um Rio portuário do século passado” (RIBEIRO, 1957, p.72). Nestes comentários vemos também que não existe aí nenhum interesse ou convicção de que o romance faria jus a estudos verticalizados e aprofundados para seu melhor entendimento, pois até mesmo o crítico que pretende lhe dar algum destaque desvia-se das questões cruciais do romance buscando temas ligados à paisagem. Contudo, é necessário observar que a paisagem no Naturalismo não é apenas algo descritivo, mas é um elemento que está agregado ao enredo, dando-lhe coesão e coerência, tendo, por conseguinte função específica. No *Bom-Crioulo*, as descrições da “velha corveta”, do mar sem vento, do retrato do imperador no sótão onde

o casal homossexual – Amaro/Aleixo - residia, entre tantas outras descrições, desvelam o universo que circunda e aprisiona os personagens e que os impede de atingir o grau de inclusão na dita "civilização".

O crítico Massaud Moisés sai em defesa do romance de maneira deveras pertinente e sagaz, pois discordando de diversos ensaios críticos que desacreditavam a obra afirma: “Adolfo Caminha soube desenvolver com sóbria mestria tema dos mais escabrosos” (MOISÉS, 1984, p.63). Aqui, podemos observar que este crítico defende o romance por esse trazer a marca da transgressão sexual no agir de seus personagens, já que o termo “escabroso” em nosso léxico é um adjetivo que significa: “oposto às conveniências ou ao decoro” (HOLLANDA, 1966, p.482). Da citação, observamos que a nomeação de “tema escabroso”, para os papéis sexuais marginais dos personagens desenvolvidos ao longo da trama, está diretamente associado ao desconforto que este causava em um mundo conservador heterossexual, patriarcal e cristão. Na verdade, a ideia de pecado e vício, que acompanhava as questões ligadas às práticas sexuais não heterossexuais nas sociedades provincianas como era a nossa, não só escandalizava a crítica, mas também toda a sociedade. O mesmo crítico destaca ainda, de maneira positiva, que o autor, “dono de uma prosa incisiva, vigorosa e fluente atentou para a pintura de personagens e cenas de ambiente, com isso superando a estreiteza do naturalismo” (MOISÉS, 1984, p.63).

Sânzio Azevedo, pesquisador metódico da obra de Caminha, acredita que “foram as cenas de homossexualismo (...) que causaram a indignação de críticos não só seus contemporâneos, como até de nossos dias” (AZEVEDO, 1999, p.112). Nesse crítico podemos observar análises que, de fato, indicam maior profundidade na leitura do romance, já que aquele evita os olhares repletos de provincianismos e preconceitos de certos críticos rotuladores ou manipuladores da arte. Este pesquisador, em sua introdução à publicação do romance *Bom-Crioulo*, intitulada “Um romance ousado”, tece comparações entre as escolas literárias ao afirmar que “enquanto os realistas, para fugir ao idealismo dos românticos, pintavam a vida sem embelezamento, mas sem descer a pormenores chocantes, os naturalistas buscavam justamente as cenas mais deprimentes e não evitavam a descrição da alcova, assim como gostavam de focar casos de enfermidade” (AZEVEDO, 2001, p.3). Em *Bom-Crioulo*, as descrições minuciosas da alcova, pelo narrador, querem nos mostrar que o exílio forçado do casal

homossexual, naquele quarto da Rua da Misericórdia, servia como denuncia de sua condição de marginalizados sexuais. Seus papéis transgressores os obrigavam a si esconder, já que não seguiam os mandamentos da sociedade heteronormativa. Assim, “a narrativa parece uma concatenação de coisas e o enredo se dissolve no ambiente, executados em função deles. Aqui, poderíamos dizer contrariando o famoso ensaio de Lukács que descrever é narrar.” (CANDIDO, 2004, p.61)⁶. Essa afirmação desse crítico está em seu livro “O Discurso e a Cidade”, no qual ele analisa a obra de Zola, *L’Assomoir* e do qual nos apropriamos para discutir o romance de Caminha e as obras naturalistas.

Essas são algumas das vozes críticas e análises desenvolvidas sobre a obra de Caminha e sobre o Naturalismo no contexto brasileiro. Na verdade, procuramos, de algum modo, destacar aquelas que aprofundam o olhar sobre o romance foco de nosso trabalho, contudo não podemos deixar de lado as críticas que pesam sobre o Naturalismo brasileiro em geral. Não há como negar, contudo, que as análises mais contundentes sobre *Bom-Crioulo* são aquelas produzidas em períodos mais recentes. Provavelmente à época em que o romance foi lançado, ou seja, final do século XIX e início do XX, as temáticas ali tratadas, como a práxis homossexual e as relações interracialis, eram não apenas temas velados, mas verdadeiros tabus; igualmente, por este motivo houve bastante estardalhaço no lançamento da obra tanto por parte do público como da opinião crítica provinciana brasileira. Sendo muitos dos críticos norteados por uma moral vitoriana, típica da época, seria quase improvável supor que *Bom-Crioulo* pudesse receber críticas favoráveis naquele momento histórico. Contudo, demonstrando o paradoxo de mercado em contraposição ao falso moralismo burguês, segundo fontes históricas, podemos afirmar que o romance polemizou e vendeu muito, esgotando rapidamente os volumes publicados. As fortes reações ao livro estão vinculadas ao fato de que “em *Bom-Crioulo*, o sentimento de horror é fruto da

⁶ Como respaldo à afirmação de Antonio Candido, citamos Jacques Rancière que em seu “O inconsciente estético” mostra como as questões freudianas guardam, a partir do Romantismo, laços visíveis com a literatura e as artes em geral. Vejamos, então, a citação na íntegra: “A grande regra freudiana de que não existem “detalhes” desprezíveis, de que, ao contrário, são esses detalhes que nos colocam no caminho da verdade, se inscreve na continuidade da revolução estética. Não existem temas nobres e temas vulgares, muito menos episódios narrativos importantes e episódios descritivos acessórios. Não existe episódio, descrição ou frase que não carregue em si a potência da obra. Porque não há coisa alguma que não carregue a potência da linguagem. Tudo está em pé de igualdade, tudo é igualmente importante igualmente significativo” (RANCIÈRE, 2009, p.36-37).

percepção de que o homossexualismo é uma imoralidade repelente” (MENDES, 2000, p.123).

Em tempos posteriores, ou seja, quase ao final do século XX, outros críticos passaram a se aproximar deste texto literário sem pré-julgamentos morais no que se refere às representações das sexualidades diferentes da heterossexualidade hegemônica. “A beleza de *Bom-Crioulo* está na sua temática, na paixão das personagens, na tese defendida pelo romancista naturalista, na visão de mundo, de sociedade, de sujeito, de raça, de gênero, de outros elementos sustentadores de uma sociedade” (SILVA, 2009, p.68). Na verdade, estas críticas positivas surgem depois que diversos segmentos marginalizados saíram da região do silêncio e puderam ter voz e reivindicar seus direitos, inclusive aqueles estigmatizados, por evidenciarem suas masculinidades negativamente marcadas. Entre elas temos a de Trevisan, (2000, p.254): “num Brasil provinciano, recém-entrado na República, Caminha trata o amor homossexual com surpreendente naturalidade, como um dado específico e irrefutável, chegando até mesmo a criar uma legítima ternura entre dois homens do povo”. Neste desenrolar dos acontecimentos reivindicativos surgiram teorias que buscaram explicações para o banimento destes segmentos considerados marginais. Se *Bom-Crioulo* sofreu ojeriza na época de seu lançamento, tornou-se, por seu tema desestabilizante, um romance privilegiado nas discussões atuais, devido a estar e poder ser inserido em diversos campos de investigações teóricas ligadas às teorias de gênero e aos estudos culturais.

Seria supérfluo dizer que suscitar polêmica é algo inerente e até esperado de toda obra literária, principalmente quando de seu lançamento. Assim, não poderia ser diferente com *Bom-Crioulo*. O estranhamento causado nos críticos do Oitocentos e da maioria do Novecentos em relação a esta obra atingiu patamares altíssimos, não devido à complexidade da obra, mas sim, pela forma como a temática da homossexualidade e das relações afetivo-sexuais interracialis foi representada dentro daquele recorte histórico.

É bom frisar que esta inquietação dos críticos e de toda sociedade, em relação a *Bom-Crioulo* e aos vários romances naturalistas, adveio tanto do novo modo como velhos temas foram tratados como também do estágio social-evolutivo e receptivo em que se encontravam as sociedades em que estes romances foram publicados. Vejamos, pois o ponto de vista defendido por Antonio Candido sobre o assunto:

Há portanto uma espécie de degradação do enfoque *natural* de Zola, quem sabe por causa de certo sentimento ateu de pecado, visível não apenas em Aluizio, mas em Eça de Queiróz, Abel Botelho, Adolfo Caminha, Júlio Ribeiro, que também receberam mais ou menos a sua influência. É como se nas sociedades mais atrasadas e nos países coloniais o provincianismo tornasse difícil adotar o Naturalismo com naturalidade, e as coisas do sexo acabassem por despertar inconscientemente um certo escândalo nos que se julgavam capazes de enfrentá-las com objetividade desassombrada. (CANDIDO, 2004, p.127).

Por fim, obviamente não basta classificar *Bom-Crioulo* simplesmente como um romance naturalista, já que, por trás de sua forma marcada pelo Naturalismo, Caminha insere traços simbolistas⁷, tornando-o um texto que ultrapassa as amarras dos limites aos quais os críticos pretendem circunscrever as escolas literárias. Para a literatura, como para as artes em geral, não há limites que não possam ser ultrapassadas. O romance perpassa fronteiras históricas, espaciais e culturais, já que inocula em si a África, a Europa, a América, o homem, o sub-homem, o super-homem, Apolo, Dionísio, vida, morte, o heróico, o trágico, o erótico. Deste modo este texto tem algo de prismático, pois dependendo do foco de luz que o leitor faça incidir sobre o mesmo, podem-se divisar diversas combinações, sentidos e interpretações.

⁷ “Zola, que odiava os simbolismos e achava que a literatura experimental se esgotava na reprodução objetiva do visível. Mas de sua obra, como de qualquer outra com certo teor de imaginação verdadeiramente criadora, se desprende um significado que transfigura objetos e personagens; e que, nada tendo a ver com qualquer noção idealista de transcendência, decorre da própria organização dos elementos manipulados pelo escritor. Aqui, portanto, num paradoxo aparente, o simbolismo provém do intuito naturalista, e a sua análise permite inclusive sentir todo o significado do título do livro, trocadilho macabro que adquire dimensão plena quando o associamos à tensão elementar vida-morte. *Assomer* é matar com pancadas.” (CANDIDO, 2004, p.56).

2 GÊNERO E MASCULINIDADES

*Cada um de nós é, sucessivamente, não um, mas muitos.
E essas personalidades sucessivas, que emergem uma
das outras, costumam oferecer os contrastes mais
estranhos e assombrosos entre si. (Jose Enrique Bodó)
Motivos de Proteu*

2.1 Ampla diálogo: gênero e estudos comparados

Os estudos comparados conseguem ter uma função mediadora e crítica das relações existentes entre diversos paradigmas, podendo trazer à discussão a questão da interdisciplinaridade. Deste modo, esses estudos, por poderem trabalhar diversas matérias no seu amplo campo de atuação, têm “licença” para dialogar tanto com as mais diversas literaturas como com obras de diversas disciplinas das ciências sociais e humanas. Aliás, é da natureza da comparação buscar esses laços em suas possibilidades mais produtivas. “É uma ilusão crer que a obra tem uma existência independente. Ela aparece em um universo literário povoado pelas obras já existentes e é aí que ela se integra” (TODOROV, 2009, p.220). Por isso, estamos cientes de que o ato de comparar passa pelo viés da investigação, que não só trabalha elementos literários, mas também o cultural, o social, o histórico, político, questões associadas a gênero, transculturação, raças, etc., já que estas categorias lhe servem como sustentáculo nesta relação de contiguidade. Obviamente, o próprio foro da comparação estabelecerá quais áreas serão as contempladas de maneira específica em cada trabalho.

É preciso também entender a literatura segundo uma dialética essencial, a partir da qual o texto sempre comporta as marcas do contexto em que se produziu, mas, ao mesmo tempo, resguarda sua

porção de autonomia em relação a este contexto. (BULHÕES, 2003, p.13).

É, então, a partir do olhar comparatista, tendo como um dos suportes a questão do diálogo interdisciplinar, que analisaremos os dois romances de nosso *corpus*, a partir de uma perspectiva que focaliza os estudos de gênero e o desejo colonial, mais pontualmente as questões das homossexualidades, inserida no campo das masculinidades apócrifas. Cientes das alterações que perpassam as concepções interrelacionadas com os estudos comparados em literatura dentro do campo das ciências humanas, propomos desenvolver os estudos das masculinidades (homossexualidades). Em defesa de nossa proposta, seremos respaldados pelos estudos de gênero, pois estes são elementos basilares na formulação das construções sociais, históricas e políticas associadas às questões das masculinidades marcadas negativamente e que estão problematizadas socialmente nos dois romances. Nossa abordagem, neste trabalho, está sustentada também pelos diversos caminhos marcados por resistências e reinterpretações ligadas aos mitos de construções e as possíveis desconstruções desmitificadoras das masculinidades numa perspectiva naturalista ambientada no final do Oitocentos.

Dos debates em torno deste campo de estudos, ao longo dos anos, diversas correntes foram formadas e muitos debates articulados. Então, destes chegamos a conclusão que,

um bom procedimento consiste em estudar a obra em todos os seus momentos e antecedentes, nas suas relações com a história política e a história das artes, enfim. A totalidade de seu ser ou da síntese histórico-estética. (NITRINI, 2010, p.22)

Assim, através da interrelação com outras áreas das ciências humanas, observamos que os espaços ligados ao interesse dos estudos comparados foram estendidos e transformados, alcançando questões ligadas à literatura e à história, à literatura e à sociologia, à literatura e à psicologia, etc., pois “todas essas disciplinas concorrem em conjunto para o estudo do literário, resguardada a especificidade de cada uma” (CARVALHAL, 2007, p.39).

Contudo, é necessário observarmos que, nos estudos comparados em literatura, a interdisciplinaridade não deve estar norteada apenas pela questão de comparar as disciplinas, mas que esta deve apontar primordialmente para o texto como obra sempre inacabada devido às constantes leituras e reescrituras a partir de tais cruzamentos.

O caráter inventivo e constitutivo da interdisciplinaridade: cabe a ela criar novos objetos de conhecimento. Isto supõe que os sujeitos do conhecimento sejam desinstalados de seus territórios e se disponham a atravessar suas fronteiras, adotando uma mobilidade que os habilita ao diálogo com outros referenciais teóricos. (MARQUES, 1999, p. 63).

Deste modo, vemos que a questão da interdisciplinaridade nos estudos comparados, ao ultrapassar as barreiras que se interpõe entre as diversas ciências sociais humanas, passa a ser ponte de diálogo entre elas. Contudo, é basilar não esquecer que este diálogo não é algo fixo, mas deve ser constantemente feito e refeito. Esta interrelação com outras disciplinas deixa em aberto os canais para entrada de novos vetores e novas experimentações nas obras literárias. Seguindo este raciocínio, podemos afirmar que “os estudos literários, em particular os da literatura comparada, e os estudos culturais evidenciam o caráter fluido e esgarçado das fronteiras que delimitam os espaços disciplinares” (MARQUES, 1999, p.67). Assim, subsidiados pela abertura proporcionada pela interdisciplinaridade, que media os estudos comparados em literatura, através dos diálogos com as disciplinas situadas no campo das ciências humanas, utilizaremos como suporte para nosso trabalho as teorias de gênero e os estudos coloniais, mas sem desviar o olhar dos romances, como pontos fulcrais de nossa pesquisa

O espaço de comparações hoje envolve comparações entre produções artísticas estudadas por diferentes disciplinas; entre várias construções culturais daquelas disciplinas; entre tradições culturais ocidentais, tanto erudita como popular, e aquelas das culturas não ocidentais, entre produções pré e pós-contato cultural dos povos colonizados; entre construções de gênero definido como feminino e

aqueles definidos como masculino, ou entre orientações sexuais definidas como normais e aquelas definidas como “gay”, entre modos de significação e análises materiais de seu modo de produção e de circulação; e muito mais” (BERNHEIMER, apud. NITRINI, 2010, p.120)

Na verdade, sabemos que os estudos comparados têm como um dos seus pilares o contínuo e constante movimento de superação de barreiras, por isso seus objetivos estão cada vez mais ampliados e diversificados com o surgimento de produções dos diversos segmentos considerados “marginais”, ligados às questões de gênero, raça, ecologia, etc. Deste modo, se nos apoderarmos da afirmação de que “toda concepção de áreas cercadas por placas de ‘não ultrapasse’ deve ser rechaçada por uma mente aberta” (VAN TIEGHEM, 1998, p.76), veríamos que os objetivos do campo de atuação dos estudos comparados não respeitam traçados fixados.

Assim, num momento histórico em que a questão da alteridade é discutida em suas mais diversas nuances, em que o “diferente” como forma de resistência se empenha cada vez mais nos movimentos em prol de uma maior visibilidade, torna-se pertinente a discussão que encetaremos sobre o lugar das masculinidades estigmatizadas negativamente nos estudos de gênero. Deste raciocínio, trabalharemos o espaço de diferenciação e de diálogo destas masculinidades marcadas negativamente – homossexualidades em Portugal e no Brasil -, sem deixar de observar os momentos históricos em que elas se apresentaram nos respectivos romances, em dois países de uma mesma língua de origem, de culturas diferentes, ex- metrópole e ex-colônia. Já o fato de que as narrativas desenrolem-se num mesmo recorte cronológico, ou seja, o século XIX, indica a possibilidade de leituras comparadas. Contudo, é óbvio que levaremos em consideração que Brasil e Portugal se situavam em realidades históricas, políticas e econômicas distintas. Dentro desta perspectiva é necessário observar que

as diferenças não só mostram cada vez mais a sua face, e por isso se avizinham, competem e se afrontam por exprimir sua identidade. Essa expressão chegará, no limite, a subverter a pretensa homogeneização das sociedades ditas de consumo ou de massa. Neste caso, como vedar ao comparatismo o estudo da expressão intercultural numa mesma língua ou num mesmo país? (DUARTE, 1998, p.77).

Seguindo o raciocínio da questão da “mobilidade contínua” e do não se deter em barreiras como parâmetros auxiliares nos estudos comparados é que sentimos a necessidade de discutirmos, em nosso trabalho, as questões aventadas nos parágrafos anteriores, pois nos dois romances diversos tópicos referentes à nossa análise estão representados.

O princípio prático sustenta que a comparação é exequível quando são identificados tópicos, condições ou elementos formal ou presumidamente idênticos. É claro que aquilo que é presumivelmente, mas não realmente idênticos logo trai a diferença. Com tato e sorte, no entanto, podemos descobrir que tal diferença é grande o suficiente para criar interesse, ou então que a proposta identidade é forte o bastante para sustentar a justeza da comparação (EARL, 1996, p.41).

Como as reivindicações de grupos considerados marginalizados e suas respectivas reinterpretações da evolução cultural, apoiados nas questões atreladas ao ponto de vista da alteridade, passaram a exigir da sociedade uma postura crítica politicamente correta em prol de suas causas, observamos que as questões de gênero e culturais só têm a acrescentar às práticas comparativas, pois aquelas conseguem distender o campo em que estas atuam. Os estudos comparados, adjunciados às questões da área da interdisciplinaridade, tornam-se, assim, algo essencial nos diversos debates de reivindicação e afirmação das identidades inferiorizadas dentro do discurso hegemônico heteronormativo.

Na verdade, é por meio desta abertura advinda desses debates que os estudos comparados puderam inserir em suas investigações as questões que não estão circunscritas no âmbito das identidades não-marcadas negativamente e confundidas como parâmetro universal. Deste raciocínio, podemos nos aproximar da pergunta feita por Duarte (1998, p.80) àqueles que têm como foco estes estudos: “fechamos os ouvidos ou abrimo-los ao rumor polifônico de vozes antes caladas pelo processo que equalizou desde sempre civilização e repressão?”. Deste modo, podemos afirmar que manteremos os olhos e ouvidos bem abertos, quando esses se debruçarem sobre as relações de vizinhança e de diferença que há entre os romances, *Barão de Lavos* e *Bom-*

Crioulo e entre o Brasil e Portugal, guiados pelas mãos dos narradores dos respectivos romances.

2.2 Configurações da homogenitalidade masculina na história ocidental

*Tenho o coração apertado por tua causa,
Meu irmão Jônatas.
Tu me eras imensamente querido,
a amizade me era mais cara
do que o amor das mulheres.*
(2 Samuel 1, 26)

Daremos ênfase nesta seção do nosso trabalho às questões de gênero, tendo como foco a construção e a desconstrução das identidades. Mais especificamente, nossa proposta se centra nas masculinidades, principalmente aquelas identificadas como homossexualidades⁸. A partir desse lugar, desse lócus, olharemos retrospectivamente para o contexto do século XIX. Este interesse advém das configurações literárias homogenitais explícitas prefiguradas nos personagens masculinos dos dois romances objetos de nosso estudo.

É por demais tentador apresentar um conceito “definitivo” de homossexualidade, entretanto sempre esbarramos com os diversos contextos histórico-culturais em que tais discussões estão inseridas. Afirmar que alguém é homossexual em todos os tempos e em todas as culturas é tentar burlar a história, já que a categoria de sujeito homossexual que conhecemos surge apenas no Oitocentos.

Foucault, entre outros historiadores, situou em meados do século XIX uma mudança no pensamento europeu, segundo a qual as relações entre pessoas do mesmo sexo deixam de ser entendidas como uma questão de *actos* genitais proibidos e isolados (neste

⁸ Neste trabalho, quando falarmos sobre homossexualidade, estaremos nos reportando especificamente às práticas sexuais masculinas. Sabemos que os praticantes da homogenitalidade receberam diversas nomeações ao longo do tempo. Entretanto fixamos esta nomenclatura, já que foi no século XIX que, segundo Foucault(1985), esta categoria foi nomeada.

sentido, actos que qualquer pessoa poderia cometer, caso não mantivesse os apetites sob controle apertado), para serem vistas como resultado de *identidades* estáveis (a ponto de os traços da personalidade de cada um o poderem definir *como homossexual*, talvez mesmo na ausência de qualquer atividade genital). (SEDGWICK, 2003, p.26).

Historicamente - das populações insulares do Pacífico, passando pela Grécia, Roma, grupos autóctones das Américas até nosso mundo moderno - foi dado a homossexualidade tratamento diferenciado e variável. O que não se pode negar é a ocorrência de comportamentos homogenitais comprovados em várias ou quase todas as sociedades tradicionais. Diversos críticos, a partir das pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo belga Levi-Strauss no Brasil, defenderam que:

O homossexualismo não só existiu, como foi um fato comum. Claude Levi-Strauss, um líder da escola burguesa da antropologia, em seu relatório sobre os índios Nhambiquara do Brasil Central (no seu livro *Tristes trópicos*), observou que as relações homossexuais entre os jovens se manifestavam de maneira pública, ao contrário das relações heterossexuais. (...) Muitos observadores notaram que, entre os Papuas, os Keraki e os Kiwai da Nova Guiné, os atos entre os homens mais velhos e os mais jovens são parte essencial dos rituais de passagem para adulto. (OKITA, 1980, p.13)

Estudos sobre sociedades indígenas da América do Norte, frequentemente destacam a figura do *berdache*. Este “não é definido como macho, nem como fêmea; se costuma afirmar que ele/ela gosta de se vestir com roupas que não condizem com seu corpo físico. Para os nativos, um *berdache* macho é um homem com coração feminino e uma *berdache* fêmea, a mulher de coração masculino. (SCHNEIDER, 2008, p.176). A presença deste nas cerimônias religiosas de seus grupos era essencial para a realização das mesmas. Além disso, o *berdache* assumia um papel preponderante no rito de iniciação sexual. Os índios Sioux, Fox, Sacs e Laches davam anualmente uma grande festa em homenagem aos seus(suas) *berdaches*, indicando a importância que tais sujeitos sem papéis sexualmente fixos assumiam para o grupo do qual fazia parte. É sabido também que nas sociedades primitivas, a sexualidade, como todas as necessidades básicas eram compartilhadas por todos os membros de forma mais livre. Isto porque a questão do binarismo sexual não era definidor do gênero como nós

conhecemos nas sociedades cristãs ocidentais. Os diversos papéis sexuais, como algo integrante da completude da sexualidade humana era, portanto, naturalmente aceita.

Vale considerar que as práticas sexuais entre homens foram tratadas de diferentes formas ao longo da história e em diferentes culturas. Na Antiguidade Clássica, as relações homogenitais ocorriam, através da “pedagogia homossexual” e da prostituição, contudo diversas regras haviam de ser respeitadas. A pedagogia homossexual consistia no aprender questões ligadas à virilidade, através da prática sexual entre iguais. A prostituição era oficialmente proibida aos cidadãos gregos e “os prostitutos masculinos que exerciam a sua atividade em bordeis e pagavam as taxas impostas sobre a sua profissão eram, supostamente, em sua maioria estrangeiros” (DOVER, 1994, p.52). Os homens livres podiam praticar a pederastia com os efebos (jovens adolescentes), desde que aqueles assumissem um papel ativo, já que para o padrão exigido para sexualidade de então, ser passivo era se humilhar. Assim, assumir tal posição era não permitido legalmente a um cidadão grego. Os gregos que permitiam ser penetrados, se descobertos, perdiam todos os direitos que a cidadania lhes auferia, passando, assim, a ser considerados como estrangeiros ou colocados no mesmo patamar das mulheres. O sexo praticado na Grécia antiga, entre erástes e erômenos era o intercrural. Este atavismo cultural, herdado do patriarcalismo, chega a nós, colocando o exercício da passividade como algo que acarreta desgraça moral ao seu praticante. Segundo Friedman, “um homem que consentiria a si mesmo a experiência de uma mulher era considerado um *cinadeus*, termo emprestado do grego que significa homem que tinha prazer com tais humilhações” (FRIEDMAN, 2002, p.29-30).

Frisamos aqui que não se via, naquele período, uma heterossexualidade se opondo à homossexualidade, o ponto crucial da questão estava no desempenho dos papéis sexuais.

Mas quando os varões gregos da mesma classe social faziam amor se colocava um autêntico problema, uma vez que nenhum deles queria se humilhar perante o outro (...). Na atualidade esse problema continua ocorrendo entre os homossexuais. A maioria acha que o papel passivo é, em certa medida, humilhante. Na verdade, as relações Amo-Escravo vieram atenuar um pouco esse problema. (FOUCAULT, 2005, p.37)

Em Roma, seria também indigno para um cidadão ser sexualmente passivo, pois isto estava vinculado a uma posição servil. Aqueles que exerciam os papéis de

passivos sexualmente se situavam no mais baixo patamar da hierarquia romana. Também era recomendado que a união sexual entre um adulto e um jovem fosse rompida quando os primeiros sinais de barba surgissem. Nesta prática sexual de caráter homossexual havia um significado pedagógico, já que os jovens deveriam aprender a tornarem-se homens-cidadãos através do contato íntimo com os adultos do sexo masculino. Em todo o Império Romano havia cultos prestados ao membro viril masculino, inclusive foram encontrados em Pompéia vários desenhos de pênis em seus muros com a seguinte inscrição: *Hic habitat felicitas*. Traduzida do latim esta frase significa: aqui habita a felicidade, e se reporta diretamente ao membro sexual masculino ereto.

A pedagogia homossexual, muito mais antiga do que em geral se acredita, aparece nas sociedades onde a virilidade tem um estatuto de valor moral absoluto, como assinala John Boswell; entre os povos antigos era comum dizer que os homens que amavam outros homens eram mais masculinos do que seus homólogos heterossexuais. E isso em nome do argumento lógico (que pode nos deixar céticos) de que os homens que amarem homens procurarão igualá-los e ser como eles, enquanto os que amarem mulheres se tornarão como elas, quer dizer, efeminados. (BADINTER, 1993, p.79)

Deste modo, segundo Badinter, a homossexualidade nessas sociedades, de forma pedagógica, era tanto o portal de entrada que inseria o jovem ao mundo adulto, como era também necessária para o processo de construção da masculinidade. Vê-se, assim, que esta não dependia de um sentimento de identificação direta, mas sim era uma sabedoria transmitida por uma relação íntima e de iniciação contínua de geração a geração. A masculinidade era percebida como sendo transmitida literalmente nesse “corpo a corpo”, já que a prática sexual servia de suporte para o jovem adquirir a almejada virilidade. “Da formação do guerreiro para o batalhão sagrado da antiga Tebas à formação do honesto cidadão ateniense, toda a educação masculina reservava um lugar importante à homossexualidade iniciática e pedagógica, que tinha peso de instituição” (BADINTER, 1993, p.81).

Já em Roma, “muitos imperadores praticaram oficialmente a homossexualidade. Antínoo, favorito do sábio imperador Adriano, chegou a ser objeto de culto oficial, após sua morte precoce.” (BADINTER, 1993, p.79). A despeito de a homossexualidade e a degradação moral terem sido, segundo alguns historiadores, a

causa da decadência do Império Romano, é deveras simplista, primária e insatisfatória a idéia de se cogitar tal afirmação. Na verdade, a base material para aquela desintegração gradual foi à decadência de um sistema econômico e político que não mais controlava o Império que havia criado, e não devido a certa tolerância no que se refere ao comportamento sexual.

Seguindo os caminhos das configurações da homogenitalidade na História Ocidental, sabemos que sempre houve o surgimento e desaparecimento de pequenas seitas entre os pobres e escravos romanos como núcleos de resistência e manutenção de suas culturas e, dentre essas, aparecem os cristãos, que eram veementes opositores dos desejos terrenos. Um de seus principais líderes, Paulo, admoestava os cristãos contra essas tentações, dentre elas as tentações do pecado da carne. Como sabemos, Paulo era judeu, e, por conseguinte, adepto do Vétero-Testamento e avesso às questões sexuais. Este pregava que os neófitos cristãos renunciassem à sexualidade, como ele o fizera. A rejeição judaica às questões sexuais deuterocanônicas, principalmente, à homossexualidade, respondia a uma necessidade cultural, já que em Israel, a família era base da continuidade e perpetuação dos valores religiosos judeus e ponto fulcral da unidade daquele povo. Segundo a tradição judaica um homem podia ter várias mulheres, engendrar filhos era uma benção de Yaweh, pois, agindo assim, colaborava para perpetuação da nação escolhida por Ele para propagar Seu nome; todas as outras práticas sexuais, além da heterossexualidade reprodutora, eram consideradas abominação. “Abominação que se traduz mais claramente como “impureza ritual”” (SULLIVAN, 1996, p.31). A rejeição da homossexualidade no Ocidente teve, portanto, raízes político-religiosas.

Para os israelitas a condenação da homossexualidade era um fator de agrupamento e defesa da nação, pois a não prática deste ato era fator de identidade para eles. Assim, em Levítico o mandamento da condenação da homossexualidade, pode ser traduzido como crime político e religioso (HELMINIAK, 1998, p. 50-51).

Os povos vizinhos de Israel, do Fértil Crescente⁹ seguindo sua tradição cultural, usavam prostitutas em seus templos em sua exaltação ao princípio criador da natureza. Os judeus, praticantes do monoteísmo, passaram a associar a homossexualidade tanto à idolatria, como ao crime contra a identidade da nação israelita. Esta prática, portanto, foi incluída no código das faltas contra a família: “O homem que se deita com outro homem como se fosse uma mulher, ambos cometeram uma abominação, deverão morrer, e o seu sangue cairá sobre eles” (Lv 20, 13). Por este motivo, qualquer sinal dessa prática era suficiente para que os judeus a condenassem.

Guardareis todas as minhas leis, todos os meus juízos e os poreis em prática; assim não vos vomitará a terra à qual vos conduzo para nelas habitardes. Não seguireis as leis das nações que eu expulso de diante de vós, pois elas praticaram todas essas coisas e, por isso, me aborreci delas (Lv 20, 22-23).

Assim, o Xeol, inferno para os hebreus, seria o lugar para onde iriam aqueles que praticassem qualquer forma sexual em que não houvesse fins procriativos, pois “Iahweh”, o deus de Israel, havia prometido ao seu povo que, se este guardasse seus mandamentos: “eu te cumularei de bênçãos, eu te darei uma posteridade tão numerosa quanto as estrelas do céu e quanto a areia que está na beira do mar, e tua posteridade conquistará a porta de seus inimigos” (Gn 22, 17). Dessa forma, os cristãos e, mais tarde suas igrejas, herdeiros da tradição judaica, passaram a defender este ponto de vista teológico e antropológico de execração da homossexualidade. Os cristãos estabeleceram, assim, atitudes de repressão, auto-repressão e sublimação em relação a tal prática para fugir do fogo do inferno, de modo que pudessem ter garantido seus lugares no “céu”.

Com o Édito de Milão de 342, decretado por Constantino, o cristianismo torna-se religião oficial do Império Romano. Em 538, o imperador Justino codifica a lei romana e prescreve torturas, mutilações e castrações aos praticantes do sexo entre pares iguais. Estavam, pois, instalados oficialmente os horrores e crueldades contra os praticantes da homogenitalidade. Doenças, crimes, fome, pestes, terremotos eram

⁹ O Fértil Crescente é uma região, situada no Oriente Médio, banhada e que sofre influência dos rios Tigre, Eufrates e Nilo. Este nomeação se deve a esta região ter o formato de uma lua crescente. Hoje compreende Israel, Palestina, Líbano e partes da Jordânia, Síria, Iraque, Irã, Egito e Turquia.

apontados como efeitos do pecado da prática marginal de sexualidade. Este pecado era considerado tão terrível que não podia sequer ser mencionado na presença de cristãos.

De passo em passo, o cristianismo vai impondo um código moral e uma ética sexual no Ocidente, estabelecendo o que era certo ou errado. Com as reformas católica e protestante inicia-se a introdução de uma ética sobre o comportamento sexual dos cristãos, que deveria ser seguida à risca. Esta normatização, no caso da Igreja Católica, é expressa pelo Direito Canônico, cujo órgão executor era o Tribunal da Santa Inquisição que julgava, entre outros, os crimes sexuais.

A Igreja passa a condenar, deste modo, qualquer forma de prazer, principalmente se esse envolvesse práticas homossexuais. Para os heterossexuais o mandamento era este: “mas, se não podem guardar a continência, casem-se, pois é melhor casar do que arder em concupiscência. (1 Cor, 7,9). A infração àquele interdito, quando detectada, ou denunciada, sujeitava os transgressores a punições que variavam quanto aos níveis de rigor, podendo ir de penitências rigorosas até a morte. Como exemplo, podemos citar a perseguição sofrida por Joana D’Arc (1412-31), muito significativa do ponto de vista da história da opressão à homossexualidade. Ela foi acusada, além de bruxaria e crimes políticos, de prática sexual nefanda, pelo simples fato de usar roupas masculinas. Quando, após juramento, ela voltou a utilizar tais vestes, foi executada pelas autoridades. Os chamados processos de bruxaria prosseguiram por muitos anos, mesmo depois do final da Inquisição. Os movimentos de reformulação protestante deram continuidade ao movimento de caça às “bruxas”. Um fato que exemplifica a opressão na Idade Média é a perseguição que a classe feudal, apoiada pela Igreja, dirigiu ao homossexualismo, que atingiu estágios tão radicais que até hoje marcam os discursos e a intolerância homofóbicas. Contudo, salientamos que

é impossível viver sem ao menos a perspectiva do prazer. Até mesmo os cristãos que inauguraram no mundo ocidental a apologia da dor e do sofrimento como bases para uma felicidade futura, a ideia do prazer é indispensável, uma vez que eles esperam um dia “gozar as delícias eternas celestiais” (NUNES FILHO, 1997, p.103).

Já no século XIX, os praticantes da homossexualidade foram incluídos numa nova categoria de indivíduos, pois neste momento as sexualidades periféricas foram incluídas nomeadas e classificadas como perversões. A homogenitalidade que até então era considerada como algo circunstancial, ligado às diversas manifestações da

sexualidade, passa ser presentificado na conduta de seu praticante como algo patológico, anormal. Segundo Foucault, os dois últimos séculos do segundo milênio “foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um esforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das “perversões”. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais” (FOUCAULT, 1985, p.38). A partir de então, o homossexual deixou de ser alguém com desejos pelo mesmo sexo e passa a ser uma categoria, uma espécie nomeada. Espécie que poderia ser diagnosticada por exames médicos. “Os médicos haviam aprendido a detectar o homossexual, o qual, entretanto, se escondia. O exame do ânus ou do pênis bastava para desmascará-lo. Apresentavam deformidades específicas, como os judeus circuncidados” (ARIÈS, 1986, p.81).

Seguindo este raciocínio, podemos observar as variações de juízo moral pelo qual passou o comportamento homossexual e suas configurações em diferentes recortes históricos e em diferentes culturas. Do ponto de vista essencialista, a homossexualidade, como representação, está situada no rol das práticas sexuais antinaturais, e carrega o peso de seu papel sexual que é ser estigmatizada negativamente e condenada, já que a heterossexualidade foi culturalmente legitimada como o natural e universal. A partir desta lógica, as outras formas de práticas sexuais, que não a heterossexualidade, tornaram-se desvios e patologias. Contudo, os olhares que recaem sobre a homogenitalidade nos mostram que estas se manifestam sob conjunto de regulamentações históricas e culturais alicerçadas no binarismo que tenta regulá-las, afirmando o que é interdito, o que é permitido socialmente.¹⁰ Deste olhar, “temos, assim, um fenômeno curioso, qual seja, o de que algo suposto ser meramente biológico e meramente natural (sexo) sofre modificações quanto ao seu sentido, à sua função e à sua regulação ao ser deslocado do plano da natureza para o da Sociedade, da Cultura e da História” (CHAUÍ, 1984, p.10). Na verdade, os diversos caminhos e as diversas interpretações que perpassam as homossexualidades nas diversas culturas nos fazem rejeitar a questão essencialista. As masculinidades, como qualquer outra forma de desejo sexual, não podem ser configurados em modelos pré-determinados, já que é inerente à condição humana múltiplas performances no campo do exercício do desejo sexual, ultrapassando até mesmo as imposições sociais, culturais, políticas e históricas.

¹⁰ Aqui podemos ver delineado o que se entende por “consciência social”, já que esta serve como juízo de valores e tem, por conseguinte, um papel crítico sobre os atos e desatos dos homens. A consciência social é gerida pela sociedade que dita o que pode e não pode ser feito, a não ser que aquele que se afastar das regras deseje receber sanções.

2.3 O patriarcado e a construção da masculinidade na sociedade burguesa

*Sem cuidado nenhum, sem respeito nem pesar
Ergueram à minha volta altos muros de pedra.
E agora aqui estou, em desespero, sem pensar
Noutra coisa; o infortúnio a mente me depreda.
E eu que tinha tanta coisa por fazer lá fora!
Quando os ergueram, mal notei os muros, esses.
Não ouvi voz de pedreiro, um ruído de fora.
Isolaram-me do mundo sem que eu percebesse.*
(Kaváfis, Muros)

Nesta seção discutiremos a questão da construção da masculinidade heterossexual, sempre apresentada como um valor positivo, ou seja, como um lugar não-marcado dentro dos arranjos sociais patriarcais e burgueses. Além disso, nos interessa verificar como tais modelos se reproduzem, perpetuando este prestígio dentro de um espaço supostamente repetidor. “Daí os dispositivos de saturação sexual, tão característicos do espaço e dos ritos sociais do século XIX. Diz-se frequentemente que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal – ao casal heterossexual, se possível legítimo” (FOUCAULT, 1985, p.45). Aqui, nosso objetivo não será debater a masculinidade de maneira estática, especificamente aquela do século XIX, e sim, verificar, ao longo do desenvolvimento burguês, como foram construídas visões de masculinidades, a partir de um olhar que se apoia no conhecimento construído até o momento presente. Isto pode ser mais bem reiterado quando se discute a questão da construção das identidades, pois é através delas que os mais diversos agrupamentos se integram ao grupo social por meio de condutas e signos que definem seus respectivos pertencimentos. É bom frisar que esta identidade só valerá se for compartilhada ou reconhecida pelos membros do grupo já que, como aponta Bauman (1998, p.260), “a tentativa de compartilhar é esmagadora”, devido a necessidade de afirmação grupal.

Deste modo, podemos afirmar que a identidade tende a ser moldada pela convivência e pelos processos sociais de aglutinação entre os indivíduos pelos quais somos alimentados em nosso dia-a-dia. Neste desencadeamento vão surgindo os valores que são cultuados pelos diversos grupos sociais. Assim, a questão da masculinidade heterossexual é utilizada como norma para a garantia dos valores de dominação e poder, de modo que é auferida legitimidade e positividade a tudo e a todos que estiverem vinculados a esta categoria dentro dos arranjos dos grupos patriarcais. O medo de perder

tais valores, cultuados como positivos, e que servem como garantia de alta autoestima e prestígio masculino dentro do grupo social, pode causar certa angústia interna no homem, toda vez que ocorrer desvios do comportamento padrão exigido como garantia da manutenção do sistema de gênero estabelecido. Este medo advém do jogo especular que é criado, no qual cada membro do grupo deve vigiar o outro como se fora sua própria visão refletida em um espelho. É deste modo que fica garantida a perpetuação da conduta masculina padrão, que se atrela à distribuição do poder em planos mais amplos. Sob um rigoroso controle do grupo e de cada um individualmente, esta precisa ser preservada para que seja mantido o lugar dos privilégios. Contrariar a norma, no que se refere ao comportamento padronizado, leva o indivíduo à perda desse prestígio, já que seu grupo acaba se voltando contra ele. Isto é algo angustiante para o membro divergente, já que, ao se perceber depreciado perante seus pares, se sente diminuído no que se refere à autoestima e autoimagem. Assim, a masculinidade heterossexual, vista como dominante e superior dentro da sociedade patriarcal, exige um perpetuar de valores que obriga os homens a se afastarem de tudo que esteja associado ao feminino, “pois pertencer a tal grupo instila em seus membros um intenso sentimento de valor humano em relação aos que estão fora dele” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.41). Vemos, portanto, que a identificação, com os pares masculinos, exige uma vigilância constante e uma opressão de tudo que se afasta do modelo heterossexual compulsivo.

A masculinidade enquanto símbolo hegemonicamente valorizado provê satisfação existencial àqueles que crêem dela participar, através de condutas e práticas identificadas socialmente como masculinas, mesmo que para isto tenham que suportar duras provas e perigosas experiências, que constituem aquilo que chamo de vivências interacionais das masculinidades. (OLIVEIRA, 2004, p.248).

A interação entre os homens com base na sua masculinidade é estruturante das identidades, no caso, do “masculino heterossexual”, ao mesmo tempo em que dá a esses o lugar simbólico de agir como grupo dominante. Deste modo, a interação do indivíduo com o outro, como imagem especular, marcando o agir e o lugar de cada um, é decisivo para a fixação da identidade. Assim,

as vivências interacionais formam o elo que permite vislumbrar uma intermediação entre o lugar simbólico e o lugar imaginário, ou antes, a corrente viva em que o primeiro e o segundo se expressam, numa

constante recursividade e influência recíproca, constituindo-se como faces de uma mesma realidade. (OLIVEIRA, 2004, p.249)

Estas vivências interacionais são construídas através de acordos, esquemas e relações que geralmente se reproduzem, mas que também podem sofrer alterações em suas relações de força historicamente instituídas. Estas relações são prescritivas em uma sociedade, sendo renovadas ou reconstituídas continuamente pelas ações e vivências dos indivíduos que vão interagindo ao longo da história de um grupo social.

As interações causadas pela vivência agregadas à complexidade das mesmas, resultante das diversas situações e experiências verificadas ao longo do processo histórico, tornam possível o surgimento de alterações nos valores adquiridos. No caso da construção da masculinidade, ou mesmo da noção de “virilidade”, percebe-se que elas vão surgindo e se recriando através das vivências interacionais entre os indivíduos dentro de seu espaço-tempo e, “tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita” (BOURDIEU, 2005, p.64). A masculinidade heterossexual, como lugar simbólico carregado de valores e circunscrito a uma determinada cultura, fortaleceu o masculino heterossexual como valor supremo na modernidade.

Assim, a constituição da masculinidade heterossexual propicia ao indivíduo um *status* que lhe é fornecido culturalmente devido a sua condição de macho. Oliveira (2004, p.251) percebe que, para os homens identificados com as noções hegemônicas de virilidade, adquirida por atavismo cultural foi criado uma “definição auto-justificadora de sua situação, ao mesmo tempo em que possibilita o estigma aos que não se posicionam nesse lugar”. Dentro da perspectiva de um modelo masculino hegemônico em contraste com as outras categorias é que se estruturam as diversas identidades sociais. Contudo, é bom frisar que estas estruturas não são estanques, mas se modificam e se realinham numa relação dialética de interesses e conflitos, num processo inacabado e sujeito a reatualizações tanto no que se refere ao indivíduo como à sua identidade.

As vivências interacionais de masculinidade perpassam a vida do homem desde sua mais tenra infância até a velhice. A apropriação deste comportamento por parte da categoria “macho” vem expressar simbolicamente os valores que dão respaldo à manifestação de sua identidade como o dominador não-marcado.

Assim, o homem sublima sua experiência concentrando-a no pênis, simbolizado na figura do falo. Através desse processo, a

afetividade e a sexualidade masculina se regionalizam. Por isso, a sexualidade do “homem hegemônico” é genitalizada, onde o pênis, através da penetração, atualiza a masculinidade (MUSSKOPF, 2005, p.84-85)

Na verdade, estes comportamentos, apropriados como basilares para a manifestação da masculinidade, não funcionam igualmente em todos os homens, enquanto sujeitos e corpos desejantes, em todas as culturas, em todas as épocas e em todos os níveis sociais e econômicos. Todas essas vivências de manifestação da masculinidade vêm acompanhadas tanto de conforto como de desconforto para o indivíduo masculino, podendo torná-lo tanto algoz como vítima dentro dos arranjos e das prescrições sociais que lhe são impostas nestas interrelações sociais de gênero. “Já é tempo, dizem, de os homens compreenderem que o ideal viril custa muito e que a masculinidade só se tornará menos arriscada quando deixar de ser definida por oposição à feminilidade” (BADINTER, 1993, p.146). Deste modo, podemos afirmar que desempenhar papéis sexuais pré-determinados para a masculinidade no jogo das vivências relacionais entre os gêneros ou mesmo, dentro de um mesmo gênero pode custar caro, pois coloca em xeque a já combalida, restrita e vigiada liberdade humana.

O conjunto de mandamentos que norteiam a vivência da masculinidade é algo que impõe um sempre “estar” e “ser” homem, o que passa a ser de capital importância para o desempenho desse papel. Reproduzir estas vivências é algo afinado com o comportamento padrão, canônico, que exige do homem suor e sangue. Não seguir este credo faz com que o indivíduo masculino/heterossexual passe a se sentir inadequado dentro do modelo proposto. Abdicar desse privilégio pode ser visto como fracasso pelo estigma da desonra que é imputada àquele que não cumpre as prescrições cunhadas pela exigência social estabelecida hierarquicamente no regime codificado para os gêneros. Assim, “esta é a lógica configuradora do discurso da abjeção que circula de forma legítima entre o senso comum, que torna indignos e desonrados todos os que não se comportam de acordo com o ideal vigente de masculinidade” (OLIVEIRA, 2004, p.269). Viver e usufruir daquilo que a sociedade prescreve para o grupo não-marcado torna-se um imperativo. Por isso, na tentativa manter seu *status* privilegiado nesta estrutura de lugares demarcados “todos os homens, de alguma forma, confiscam para si o valor positivo atribuído aos caracteres identificados com a masculinidade, ainda que nem todos se comportem seguindo de maneira estrita sua rígida cartilha” (OLIVEIRA, 2004, p.270).

Em certos bastiões da masculinidade heterocentrista, alguns padrões de comportamento transmutaram-se, assumindo a forma de radicalizações em defesa do *status quo*. Provavelmente é isso o que se percebe em relação àqueles homens que saem em defesa de ideais de masculinidade de grupo, tentando esconder suas fragilidades e inseguranças existenciais a fim de mascarar suas impotências individuais. “A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante de outros homens, para outros homens e contra a feminilidade por uma espécie de medo do feminino” (BOURDIEU, 2005, p.67).

Esta representação de masculinidade que emana da cultura não é natural, mas apenas carrega representações de uma sociedade respaldada no binarismo das relações: forte/fraco, dominante/dominado, penetrador/penetrado. A questão do não-marcado, o “universal”, ser apresentado como ideal de masculinidade moderna é uma imputação trazida pela construção cultural que a civilização ocidental fez para si mesma, sendo essa construção baseada numa relação binária que cultua tudo que pode ser colocado num campo semântico de opostos absolutos. Esses discursos, que apoiam o binarismo no gênero, estão marcados pela heteronormatividade e servem para rechaçar outros segmentos considerados “estranhos no ninho”. “Segundo os teóricos e teóricas queer, é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão” (LOURO, 2004, p.45), para que as questões que perpassam os gêneros possam fluir sem impedimentos.

Segundo BUTLER (s/d, p.146), discutindo o pensamento de Wittig, em seu ensaio “Variações sobre sexo e gênero”, “a oposição binária sempre atende a propósitos de hierarquia” e acrescenta que “sua demarcação é por sua vez um ato interpretativo carregado de pressupostos normativos sobre um sistema binário de gêneros”. Exercitar a masculinidade é, dentro deste contexto, tanto fruição de prazeres e criação como também violência, já que essa se torna necessária para que seja possível tomar posse do capital simbólico. De fato, apesar das diversas mudanças que o capitalismo trouxe no campo dos comportamentos, “a masculinidade como lugar simbólico ainda é bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais” (OLIVEIRA, 2004, p.285).

Vista como um lugar simbólico, a masculinidade valoriza o possuidor, dando-lhe sustentáculo, principalmente, para que os mais resistentes não abdicuem da marcação de seu território, independentemente das práticas sexuais destes sujeitos.

Contudo, percebemos que “ser homem”, dentro das relações sociais atreladas a modelos fixos de comportamento para cada gênero, também implica, de algum modo, agonia e sofrimento, principalmente, no que se refere às manifestações de afetividade no campo profissional, no campo do afetivo e no campo sexual-afetivo do sujeito masculino. O enquadramento das afetividades torna este homem agressivo, tendo de assumir constantemente uma atitude de autodefesa, que o leva ao isolamento e acarreta tensões tão inoculadas em seu cerne que dificilmente poderão ser identificadas e dissecadas para um posterior reajuste. Este homem, que está culturalmente a representar em todos os momentos um modelo exigido para ele na cultura heterocentrista, acredita que seu comportamento de macho viril é algo agregado a sua condição natural, e não uma norma imposta pelos ditames sociais. Por este motivo este se sente obrigado a reduzir seu universo a um mundo de competitividade e agressividade, limitando, assim, todas suas manifestações de ternura e delicadeza. Mas, considerar como defendem alguns críticos que o exercício da masculinidade torna-se simplesmente um fardo é querer negar as benesses advindas do fato de ser homem.

De alguma maneira, qualquer manifestação comportamental deste homem que ultrapasse as estreitas fronteiras que definem o terreno em que o estereótipo do macho deve circular, deturpa a imagem especular criada pela sociedade para o que foi determinado como fundamental para a construção da identidade masculina. Dentro desta perspectiva, segundo a qual o poder e relação de dominação norteiam as diversas formas de ações masculinas, ser enquadrado como homossexual torna os sujeitos vulneráveis nos seus projetos de conquista. Na verdade, as experiências de ultrapassar os limites dos demarcados para as experiências de macho, penaliza os homossexuais, transformando-os em estrangeiros, já que estão deslocados de seu suposto lugar demarcado culturalmente por suas práticas sexuais transgressoras.

É aí que observamos que, acima de qualquer coisa, as relações corriqueiras entre os homens ditos machos são pura representação, já que esses jamais podem manifestar sua afetividade para que não sejam confundidos com o fraco, o débil, o homossexual, o feminino. Deste modo, esses apagam parte de suas individualidades a fim de se esconderem no superficialismo e no distanciamento. Ao não demonstrarem sinais de fraqueza ou sensibilidade, com medo de perder amigos e posições, as relações entre os ditos “machos” não podem ser aprofundadas.

Educado e “adestrado” para valorizar o poder que emana de seu privilégio que é ter o pênis e/ou o falo¹¹, o homem desde cedo tenta reproduzir o modelo feito “sob medida” para ele. É assim que, a partir da mais tenra idade, os meninos são educados para seguir as normas que lhes dão os privilégios e, desse modo, todos aqueles que se desviarem do agir identificado com a postura de dominador serão punidos. Ser homem é ser o melhor, estar em posição teoricamente privilegiada em relação às mulheres, às crianças e aos outros que diferem do padrão masculino - como então abrir mão do que lhe dá vantagem? O homem macho é estimulado a perpetuar comportamentos dentro do papel social e cultural que representa. “A sua sexualidade preserva as características da força como dominação, especialmente através da penetração e da vergonha de ser penetrado, e da competição, manifesta pelas inúmeras conquistas e sua exibição a outros homens” (MUSSKOPF, 2005, p.82). Este deve calar sobre as dificuldades que enfrenta e aumentar o número de suas conquistas amorosas, mesmo que essas sejam apenas criações de sua mente historicamente condicionada. Podemos ver o pavor da homossexualidade nos mais diversos rituais no dia-a-dia do homem moderno: nos cumprimentos, nos esportes, nos sinais de amizade, nos bares, no ato de beber, nos gracejos sobre as mulheres. Tudo isto objetiva

estritar a coesão do grupo masculino, onde diferenças de classe são momentaneamente anuladas, e para impedir a emergência dos desejos homossexuais, todo um conjunto a oferecer um exutório escoador de agressividade que poderia nascer da frustração de tais desejos. A fraternidade viril está submetida à seguinte contradição: necessário recusar todo homossexualismo declarado, embora afinal se prefira a companhia dos homens a das mulheres. (FALCONNET, 1977, p.112-113)

Nolasco, um dos críticos do comportamento imposto aos homens pelo binarismo hetero/homo, seguindo as relações sociais baseadas nos pares de oposição, que rejeita a homossexualidade, mas em contrapartida respalda a homosociabilidade, afirma o seguinte: “Um menino é educado nas precariedades de um cárcere, para, quando crescer, se tornar seu próprio carcereiro” (NOLASCO, 1993, p.47). De fato, no campo convencional das atitudes do agir do macho, o desempenho sexual é basilar na

¹¹ “Antes de Lacan, “falo” e “pênis” eram sinônimos, embora “falo” fosse sempre considerado um termo mais sutil. Mas Lacan usou “falo” para designar o que ele chamou Simbólico, que é a linguagem e a cultura. Em outras palavras, o falo é o símbolo do efeito que a linguagem tem no desenvolvimento da subjetividade humana. O falo e o pênis, portanto não são a mesma coisa. O pênis é o órgão masculino real. O falo é um símbolo da linguagem e da cultura.” (EILBERF-SCHWARTZ, 1995, p.46).

construção da identidade do homem, mas é justamente neste campo que esse tem seu agir podado ou deformado, vivendo em um constante clima de tensão e restrição de prazer no sentido mais amplo, já que sua sexualidade, ao invés de perpassar por todo seu agir, concentra-se apenas em sua genitália. Assim, o corpo do homem, em seu sentido afetivo, é negado como lugar de prazer. O homem, ao negar seu corpo como lugar de encontro com o outro, passa a evidenciar o número de conquistas através de variedade de aventuras, em que as relações de poder e dominação se tornam presentes, garantindo o distanciamento entre os praticantes e deixando de lado a questão do respeito à alteridade, que deveria nortear todo relacionamento humano.

A questão de dominação sobre o outro aflora nas relações sociais, sexuais e econômicas. Deste modo, o homem, vivendo sob o mito de que a liberdade sexual lhe é inerente por ser macho, não consegue viver sem exercer a dominação sobre o outro. Daí surge o grande dilema masculino, que é o de dificilmente encontrar-se no e com o outro. Na verdade, o agir sexual do homem que valoriza excessivamente seu desempenho sexual padrão acaba sendo utilizado para definir e reforçar a heteronormatividade dominante. Ao mesmo tempo, tal desempenho serve como selo para que esse garanta um atestado de virilidade.

Vemos que o homem enclausurado pela exigência de um desempenho sexual imposto pela cultura não consegue se entregar, pois, dentro do imaginário da subjetividade masculina o contato com o/a outro/a esta sobrecarregado de questões de poder e dominação, questões essas que reproduzem o que se percebe na esfera pública e privada. Percebemos, assim que “a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação” (HALL, 2009, p.32). Dentro desse imaginário normativo - vigiado pela família, escola e religião – é que é processada a socialização do homem macho numa expectativa de que esse “seja homem”; assim, ao invés de, desde cedo, o sujeito preocupar-se em tornar a vida uma fonte ou lugar de prazer, pode torná-la um desassossego, uma fonte de angústia sem par, devido à vigilância constante em que vive.

Construído socialmente para dominar dentro do binarismo em que a escala de valores positivos esta sempre associada ao masculino, ao macho viril e ao exercício da heterossexualidade, inexoravelmente esse sujeito masculino assumirá atitude radical no que diz respeito ao seu par extremo de oposição, ou seja, o homossexual, que é marcado pelos auspícios do ruim e inferior em nossa cultura cristã-ocidental. A

homossexualidade passa, então, a funcionar como marcador de fronteiras no que tange ao exercício da afetividade entre os homens. Mas essa demarcação advém das regras impostas pela heteronormatividade, que fixa os limites de separação entre os segmentos, através de atitudes homofóbicas, estimulando a preservação da masculinidade padrão. Deste modo “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa muitas vezes por declarada homofobia” (LOURO, 2001, p.27). Este posicionamento de defesa, de um homem diante de outro, torna o campo de intercâmbio entre esses mais tensos em qualquer espécie de contato que se busque um real encontro. Se, ao contrário, as relações não fossem embargadas e pudessem fluir sem percalços, poderia haver novas possibilidades de construção de papéis sociais para os homens em que as diversas categorias de masculinidades poderiam desenvolver-se sem censuras, impedimentos e sem papéis pré-determinados, o que afetaria de forma determinante a organização do sistema de gêneros.

2.4 A urbe oitocentista: rede de possibilidades de efetivação de desejos

Toda vida clandestina exige uma organização que minimize os riscos e ao mesmo tempo otimize a eficácia.

(Michael Pollack)

Os grandes espaços urbanos, ou seja, as cidades consideradas de maior porte, na segunda metade do fim do século XIX, devido ao grande número de serviços que nelas se efetuavam e a grande diversidade de indivíduos que nelas circulavam, serviam como ponto de convergência para o esconderijo de marginais, busca por empregos no comércio e nas fábricas, des(abrigo) de párias, e de possibilidades de manifestações de

desejos silenciados, já que ali podiam vicejar uma gama de microterritórios que ensejavam o exercício e a socialização das práticas homossexuais.

E esse encaixamento de mundos sociais oferece aos indivíduos a possibilidade de pertencer a vários universos ao mesmo tempo e de ter, por conseguinte varias identidades sociais, com frequência, nitidamente separadas uma das outras: profissional, étnica ou religiosa, sexual. (ERIBON, 2008, p.41)

Nos espaços urbanos podem, devido a essa grande teia de relações, se manifestar, mais ou menos indiferenciadas, peripécias individuais multifacetadas. Lisboa e Rio de Janeiro sendo, respectivamente, capitais das Coroas portuguesa e brasileira, suas maiores cidades, e os mais movimentados portos de Portugal e do Brasil finissecular, eram pontos de convergência e divergência de uma rede de inúmeras relações que, muitas vezes, fugiam ao controle político, social, moral, e sanitário. Com o aumento populacional das grandes cidades e a oferta de poucos empregos que havia nestas, houve um incremento de pessoas à procura de ganhar dinheiro das mais diversas maneiras para que pudessem sobreviver. Algumas destas começaram a disponibilizar seus corpos como mercadorias, de modo que pudessem obter dinheiro para suas sobrevivências, ou mesmo para “melhorar de vida”.

Foi nestas cidades, capitais das Coroas de Portugal e do Brasil, que Botelho (*Barão de Lavos*), em Lisboa, e Caminha (*Bom-Crioulo*), no Rio de Janeiro, situaram seus romances, pois nelas havia uma gama enorme de possibilidades de relações e comportamentos que podiam se presentificar em determinados microterritórios, inclusive aqueles considerados fora dos padrões da “normalidade”, considerados verdadeiros guetos. Vemos que estes romances, pertencentes à escola naturalista, estão inseridos nos espaços urbanos que “a burguesia construiu no enquadramento das cidades” (CANDIDO, 2004, p.81) e trazem a marca das relações sociais hierarquizantes estabelecidas nos maiores centros urbanos de língua portuguesa do fim do século XIX. Nestas cidades havia lugares, ou guetos mal afamados, onde os marginalizados de todos os segmentos, inclusive aqueles considerados como desviados sexuais, podiam exercer suas práticas consideradas fora do padrão heterocentrista burguês. É justamente nestes locais, seguindo as duas narrativas em análise, de Lisboa e do Rio de Janeiro, como

espaços de inclusões e de exclusões que “os sujeitos homoeróticos encontram oportunidades de expressão de autenticidades na apropriação de partes do espaço social, microterritorializando aquilo que é discriminado pela sociedade” (COSTA, 2010, p. 25). Deste modo, nestes espaços, uma rede de relações ímpares podia ser vistas nas questões referentes a vivências do privado, de modo que os indivíduos podiam gozar de certo grau de anonimato em suas diferentes práticas posicionadas como conflitivas em relação ao legalizado e ao legitimado. Estes locais demonstravam “uma aparente inclusão que, todavia é bastante operativa, na medida em que estabelece o contraste necessário para ressaltar o confinamento do pobre nos lugares menosprezados” (CANDIDO, 2004, p.47). O substantivo “pobre” na citação de Candido pode, muito bem, ser substituído por “os múltiplos segmentos marginalizados da urbanidade”, de modo a melhor situar a grande diversidade de divagantes que perambulam nos guetos ou mesmo por diversas partes das grandes cidades.

Lisboa e Rio de Janeiro, como espaços agregadores de identidades instáveis e performances sexuais múltiplas, tornam-se lugares propícios em que diversos papéis sociais encontram chances concretas de aflorarem. Deste modo, estas cidades nas duas narrativas servem como

lugar de fluxo constante de pessoas e objetos; é a sede da economia monetária, onde a dimensão econômica uniformiza os indivíduos e as coisas e determina relações e atitudes; é, também, uma estrutura impessoal, que se sobrepõe aos indivíduos indiferenciando-os. É ainda, o lugar da divisão econômica do trabalho, da especialização, da fragmentação e do rompimento com vínculos históricos tradicionais. (LEAL, 2002, p.20).

Assim, as cidades tornam-se lugar de trânsito de grandes levas de indivíduos e, nas quais estes podem desfrutar de alguma autonomia, certa “liberdade e anonimato”, nas questões pertinentes às escolhas das suas vivências. Entretanto, estas escolhas no plano individual e privado não estão isentas das problematizações. Essas são provenientes dos conflitos que surgem a todo o momento nos processos de individuação, dentro de uma sociedade coercitiva e herdeira de valores burgueses e, através de uma cultura patrilinear, em que a masculinidade hegemônica é tecida por

meio de socialização das normas impostas. Deste modo, esses espaços urbanos tornam-se propícios para o trânsito de diversas manifestações das individualidades.

Com a diversidade de seus modos de vida, seus lazeres, suas facilidades de contato, as possibilidades que oferece de levar uma vida relativamente anônima e de poder compartilhar, sem dificuldade, as diferentes esferas da vida social, a cidade é o lugar ótimo para o desenvolvimento de uma tendência homossexual. (POLLACK, 1990, p.28)

Mesmo que muitas tendências individuais possam ser exteriorizadas nas grandes cidades, inclusive aquelas ligadas às sexualidades marginais, essas continuam a circular periféricamente, em oposição e em torno do campo da sexualidade heteronormativa. Como essa é o centro nas culturas ocidentais, aquelas são consideradas deuterocanônicas, já que a categoria heterossexual é aquela que determina os valores positivos nos mais diversos espaços, inclusive naqueles microterritórios urbanos em que são exigidos o anonimato de seus freqüentadores. Nestes lugares, em que inúmeras relações são perpetradas, movimentam-se os indivíduos marginalizados, procurando tipos com os quais possam se identificar e nos quais e com os quais possam se ver espelhados, justificando suas próprias identidades. Deste modo, “os sujeitos orientados para o mesmo sexo constroem uma geografia de possibilidades de expressão dos desejos e espontaneidades homoeróticas, unindo localizações de níveis variados de velação e revelação dessas espontaneidades, interagindo sutilmente em espaços públicos a fim de exercer tais desejos. (COSTA, 2010, p. 30).

No romance de Caminha, o Rio de Janeiro é retratado como residência da Corte e local para o qual convergiam indivíduos de diversos rincões do Brasil. Essa migração se fazia devido aos diversos atrativos que a capital brasileira e sua maior cidade ofereciam. Nela circulavam diversos segmentos sociais, entre eles, muitos negros livres ou fugitivos - segmento social marginal no Brasil escravagista -, que se apresentavam como alforriados devido a sua maneira de vestir e calçar com certo esmero. É neste espaço, exatamente na base naval e local de treinamento da Marinha Imperial Brasileira, que Bom-Crioulo se refugia quando foge da fazenda de café, onde era escravo. E é nesta mesma cidade que, no desenrolar do romance, vamos encontrar esse personagem-título de Adolfo Caminha - Bom-Crioulo, morando “como marido e

mulher” com Aleixo - o imigrante branco e grumete da Marinha Imperial Brasileira, na Rua da Misericórdia.

No romance *Barão de Lavos*, de Abel Botelho, ambientado em Lisboa, capital da corte imperial portuguesa, circulavam indivíduos de diversos níveis sociais, de diversas nacionalidades e das diversas colônias portuguesas que se encontravam em busca de objetivos distintos, mas que se reconheciam ou se deixavam conhecer nestes espaços de trabalho e de divertimentos, tais como teatros, circos, passeios e vagabundagem. É necessário salientar que no final do Oitocentos não havia, nessa cidade, uma classe média formada, mas apenas o esboço dela. Pelos centros de divertimentos, ou próximo deles circulavam, misturados com intelectuais, pequeno-burgueses, nobres, um verdadeiro exército de “marginalizados”, vendedores ambulantes, desempregados, etc. Os desempregados, de uma maneira ou de outra, tentavam sobreviver oferecendo diversos tipos de produtos de imediato consumo, inclusive seus próprios corpos, através da prostituição. Nesta classe dos párias sociais, se encontravam os adolescentes, objetos do desejo do personagem-título do romance botelhiano, como por exemplo, Eugênio, futuro amante e fonte principal dos desregramentos e desvarios do Barão.

É sabido, por sinal, o hercúleo trabalho que tentou ser feito, durante o século XIX, para separar a classe trabalhadora pobre do universo dos marginais. Esta separação, porém, parece ainda não ter atingido o extremo ocidental da Europa. Existe no livro de Abel Botelho, uma grande proximidade entre estes trabalhadores ocasionais, que vivem de vários expedientes – como era o caso de Eugênio – e os mundos do teatro, do meretrício e de outras formas de contravenção. (OLIVEIRA, 2008, p.33)

Na verdade, existe certo fascínio permanente, por parte dos romancistas do Naturalismo, em descrever as cidades como algo vicioso, contaminado, lixo, esgoto. Os personagens naturalistas, além de portarem marcas negativas comportamentais por causa de suas genealogias, são determinantemente degenerados devido às influências do meio desumanizante que são as grandes cidades. Lisboa, local por onde circulam os personagens botelhianos, do romance em análise, não podia fugir à regra, pois é o espaço urbano de maior importância em Portugal e, por conseguinte, por onde circulam todas as categorias sociais, do rei a seus súditos, transeuntes de diversas nações num vai-e-vem constante entre seu porto e no seu comércio. Este espaço mercadológico é

constituído numa estrutura em que pessoas e mercadorias se intercambiam, pois ambos são compráveis e vendáveis. Assim,

está posto o gosto naturalista de se criticar a cidade moderna, no caso Lisboa, e a exposição dos vícios mais sórdidos da sociedade: o adultério, a prostituição, a exploração sexual de rapazes das classes inferiores(...)a cidade surge desnudada em espaços escuros e escusos onde homens soturnos encontram-se com outros homens em busca de momentos de licenciosidades e de prazeres não confessados. (LUGARINHO, 2001, p.165).

Deste modo, nestas duas cidades em que se desenrolam as narrativas, Lisboa e Rio de Janeiro, nos são apresentados diversos espaços escusos, chamados de ruas do pecado ou locais de compartilhamento e socialização das sexualidades consideradas marginais, em que poderia haver certa pseudo-tolerância socializante entre os “déclassés” (BOTELHO, 1982, p. 368)¹². Em Lisboa, na narrativa botelhiana, são citadas as ruas do Salitre, o Passeio e a Baixa Lisboa, o Arco da Bandeira, locais em que o Barão vai ao encontro dos seus objetos do desejo, pois nestes lugares “democráticos” encontravam-se os refugos sociais que em muitas ocasiões “alugavam” seus corpos a baixo preço àqueles que os desejassem. Nestes locais permissivos, segundo o narrador, o Barão, em suas escapadas sexuais, ia dar vazão ao seu instinto sexual. Vejamos que nestes refúgios permissivos, o Barão de Lavos consegue resolver momentaneamente seus frequentes e angustiantes apelos sexuais, pois estes se tornaram nele uma fome voraz, uma verdadeira fome tantálica que nunca era saciada: “afinal, debaixo do Arco do Bandeira, deu com um garoto esfarrapado e torpe, e nele foi cevar ignobilmente, ao primeiro recanto imundo da viela, a bulimia sensual que o devorava.” (BL, p.127).

Assim, através da narrativa botelheana ficamos sabendo que, desde pelo menos o século XIX, a Baixa lisboeta era uma zona de prostituição masculina e que o cais do Sodré era uma região de encontros fortuitos entre homens e que a efebria era uma prática mais comum do que se supunha na sociedade portuguesa, o que os autos da inquisição já haviam apontado. (LUGARINHO, 2001, p.165).

No Rio de Janeiro, a Rua da Misericórdia, citada na narrativa caminiana e local onde boa parte da trama do romance se desenrola, era considerada, através de

¹² A partir desta, todas as citações de *O Barão de Lavos* serão apresentadas como BL, seguida do número de página, edição de 1982, citada na bibliografia.

fontes historicamente comprovadas, espaço reconhecido como pernicioso à instituição familiar que a burguesia tanto defendia. É neste microterritório onde circulava a “chusma” social discriminada pela sociedade. Vejamos, assim, que a escolha da Rua da Misericórdia por Adolfo Caminha para residência do “casal” Amaro/Aleixo não foi aleatória, mas pontual, como indica o crítico brasileiro FIGARI (2007, p.215).

Acostumados a uma prolongada sociabilidade e co-presença masculina nas largas viagens de ultramar, os marinheiros continuam sendo apontados em suas crônicas como sujeitos vadios e depravados. Em terra, os lugares de maior concentração da “marujada” eram a bica dos marinheiros e as “bodegas suspeitas” da Rua da Misericórdia, “refúgios de delinquentes e viciados.

Nestes espaços “permissivos” podiam ser vistos em muitas ocasiões homens de braços com outros homens; neles pululavam ocasiões diversas dos encontros e manifestações de caráter homossexuais. “Bom-Crioulo tomou a esquerda, por baixo da arcada do Paço, enfiando pela Rua da Misericórdia, braço a braço com o grumete, fumando um charuto que comprara no quiosque.” (BC, p.34). Esses lugares, verdadeiro “espaços de socialização”, eram mal-afamados, pois lá circulavam o dito refúgio social ou aqueles que procuravam exercitar seus “desvios” e “depravos”. Foi nestes microterritórios “permissivos” e marginalizados das grandes cidades que diversas categorias rejeitadas “inventaram territórios urbanos e diásporas, redefinindo identidades”. (MOREIRA, 2006, p.8). Esses locais, de alguma maneira, serviam como espaços libertários, onde grande parcela de marginalizados podia exercer suas várias performances, mas é bom frisar que esses lugares estavam sempre sob o olhar vigilante dos entraves policialescos do social legitimado e legalizado. Vale salientar que esses guetos mal afamados das cidades têm lugares definidos estrategicamente na paisagem urbana e funcionam como válvula de escape para o equilíbrio social.

2.5- Homossexualidades, injúria e subjetividade

“Atrás dos apedrejados vem as pedras” (Adolfo Caminha, *Bom-Crioulo*)

Nos romances de Botelho e de Caminha, as manifestações de injúria e difamação são constantes, pois o código naturalista assim determinava. Bom-Crioulo é chamado de “crioulo imoral e repugnante” (BC, p.66) por D. Carolina. Eugênio, por sua relação com o barão recebe por tabela o epíteto pejorativo de “paneleiro” pelas suas vizinhas, quando ele tarde da noite toca a campanha delas: “lembrou-se das vizinhas do primeiro andar e tangeu a campanha. Um busto apontou à grade, de escrava enfarinhada, a qual, mal que o conheceu, injuriou logo: - “Chiça”, paneleiro! E arremessou desprezivelmente a porta, com estrondo” (BL, p. 234).

Nas narrativas, os protagonistas-título, para vivenciarem seus laços homoafetivos, precisam da clandestinidade e isto é seguramente algo segregador numa sociedade em que as manifestações de afeto são basilares para o equilíbrio psico-somáticos dos integrantes do corpo social. O praticante da homossexualidade, deste modo, permanece numa situação de inferiorização, sem poder efetivamente, em espaços que não sejam regulados e permitidos pela heterossexualidade, demonstrar sua vida afetivo-sexual. Viver sempre correndo o risco de ser injuriado complica a vida do homossexual que permanentemente precisa esconder seu relacionamento homogenital, pois “o homoerotismo é parte da metáfora literária das vidas desgraçadas, das imagens trágicas do ser humano, que reproduz uma moral: a sexualidade anômala, na qual os “desvios” conduzem o ser humano à destruição e à morte” (FIGARI, 2007, p.285). Esta relação mascarada necessita superar a lógica que a exclui da liberdade de realização de suas práticas, já que a condiciona e a delimita, empurrando-a do espaço público para o privado. Assim sendo, vemos que a vivência do homossexual pode até ser exercida, entretanto deve ser afastada do convívio social e, obrigatoriamente deve ser silenciada e exercitada na clandestinidade. A relação homossexual, assim, manifesta-se em espaços delimitados, já que desponta como uma prática sexual problematizada “nascida da oposição entre a vontade de dizer e a obrigação de calar” (ERIBON, 2008 p.68). Deste modo, o homossexual, mesmo que impedido de tornar sua prática sexual visível, não deixa de receber, de forma atenuada ou acentuada, injúrias, que fazem e se tornam parte integrante do seu cotidiano. Dentro deste mundo de insultos, desenvolvem-se as diversas performances em que devem se mover os segmentos sociais marginalizados como negros, mulheres, homossexuais etc., categorias construtivamente inferiorizadas nos espaços demarcados pelos privilégios machistas. Entretanto, estas categorias marcadas negativamente, trazidas à luz respectivamente nos romances de Botelho e

Caminha nos mostram que “a transgressão é a própria evolução criadora onde a literatura ocupa espaço tão importante.” (FERREIRA, 2007, p.XIII).

Entretanto, podemos dizer que dentro das hierarquias formuladas no espaço heteronormativo machista, o homossexual, encontrando-se abaixo de todos os níveis dos estigmatizados negativamente, era obrigado a dissimular e silenciar seu agir. Ser nomeado como tal, imputava ser incluído no segmento dos “injurados dos injurados”, pois aquele que está incluído no “índex” como praticante da masculinidade marcada como não hegemônica pertence a uma categoria degenerada, sendo catalogado pela ciência do Oitocentos como portador de patologias irreversíveis, por ser antípoda da heteronormatividade. Este segmento, assim, precisava ser submetido ao controle social por estar, em suas performances sexuais, além fronteira da disciplina normativa do heterocentrismo. Deste modo, o praticante da homogenitalidade passa a ser estigmatizado tanto no espaço público como no particular, pois o mundo exterior é regido por normas culturalmente advindas da sociedade heterocentrada. Assim, a família burguesa-patriarcal, como célula-mãe perpetuadora e sustentáculo dessa ideologia, não poderia agir de modo distinto.

Se os desejos homossexuais são incriminadores é que a família se conduz de maneira particularmente repressiva a este respeito. A possibilidade de que um menino venha a ter “tendências” ou um destino de homossexual é temida como uma calamidade pelos pais e a roda dos parentes. Nos meios populares, os insultos mais graves dirigidos a um homem são certamente “pederasta”, “bicha”, “fresco” etc. De acordo com o julgamento comum, o homossexual, longe de ser um homem, não passa de um impotente – uma mulher. (FALCONNET; LEFAUCHEUR, 1977, p.109).

Nas narrativas, portuguesa (Botelho) e brasileira (Caminha), em foco, podemos observar a questão do silêncio e da dissimulação da prática homogenital dos personagens-título como salvaguardando as adversidades que lhes acometeriam caso manifestassem abertamente seus comportamentos “desviantes”. Bom-Crioulo e Aleixo vão conviver na Rua da Misericórdia, microterritório permissivo na Corte brasileira. O barão mantém um “atelier”, onde jovens vão posar para suas pinturas artísticas; na verdade, o local era um disfarce para seus encontros amorosos e posteriormente tornou-se o local onde o barão alojou e cercou seu amante Eugênio de todos os favores. Por esta explicação, vemos que os praticantes da sexualidade masculina não padronizada são obrigados a se defender através de mascaramentos ou de “esconderijos”, já que se

sentem de modo permanente, isolados e desterritorializados socialmente. “O homoerotismo, um estrangeiro nas sociedades heterocentradas do Ocidente, é o elemento que exige a constituição de espaços outros que possibilitem a sua manifestação e o contato entre as pessoas” (LEAL, 2002, p.25).

A censura, velada ou explícita, sob a qual os homossexuais têm de conviver, serve como cerceador da liberação de Eros. Esta censura, ao mesmo tempo, promove uma pseudo-naturalização hierárquica das práticas heterossexuais, transferindo para o masculino heterocentrado, o ditador de regras, uma legitimação e legalização dentro do espaço público, enquanto as práticas ligadas às masculinidades marcadas negativamente são problematizadas e devem ser ocultadas ou não reveladas. Na verdade, vemos que “o homossexual é duplamente marginal. É marginal no sentido de estar, como a mulher, à margem do centro. Mas é marginal, ainda, no sentido conotativo do termo, na acepção de *fora-da-lei*, de pervertido, de imoral, de pecador” (THOMÉ, 2009, p.21-22). Ser integrante do grupo dos não heterossexuais masculinos é ser duplamente infamado: por si próprio, através da auto-infamação apropriada da condenação sócio-cultural naturalizada e pelo injuriador que nega ao homossexual um discurso positivo de si mesmo. “Um corpo que não consegue ser absolvido do sofrimento que infringe ao sujeito torna-se um corpo perseguidor, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e de dor” (SOUZA, 1983, p.6). Mesmo aqueles que tentam passar despercebidos das hostilidades sentem essas pairar sobre suas cabeças como uma constante e insidiosa desqualificação, pois “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2005, p.48). Desde raciocínio, a ocultação de suas realidades torna-se uma exigência que perpassa a vida social dos homossexuais, já que uma constante ameaça sobre seus corpos sexuais torna árdua a arte de socialização do afetivo-sexual para este segmento de sexualidade marcada negativamente.

A violência das injúrias do heterocentrismo é tão marcante que o homossexual passa a dissimular sua prática, já que este *modus vivendi* é a maneira mais fácil introjetada por esta categoria social para “escapar” dos preconceitos. Mesmo aqueles que vivem uma prática “fora do armário” não conseguem fugir do estigma social negativo imputado pela injúria, pois os homossexuais, ou estão sempre sob olhar vigilante do cânone estabelecido pelo heterocentrismo ou já inocularam a vigilância em

seus inconscientes devido ao constante e insistente aparato repressor do policialesco heterossexual.

Na injúria, é o íntimo que é visado, o mais profundo do ser, o que toda a tradição espiritualista chamou de “alma”. E, se a injúria efetivamente recebida provoca um eco tão forte na consciência daquele que a recebe, é porque essa “alma” foi fabricada pela socialização num mundo de injúria e de inferiorização (ERIBON, 2008, p.86).

Assim, os homossexuais conscientes de sua sujeição tendem a viver, desde tempos passados, discretamente sob disfarces ou dentro do “armário”. Contudo, o maior efeito de introjeção dos valores heterocentristas que marcam a homossexualidade negativamente advem da homofobia, que, ao ser interiorizada pelo homossexual, faz com que este se veja como um estrangeiro dentro da organização de um mundo essencialmente heterossexual. Por conseguinte, os espaços permitidos para este segmento demonstrar sua homoafetividade se tornam tanto restritos como eficazmente sob a mira e permissão da moral burguesa. De qualquer maneira, “o homossexualismo, como toda forma de vida sexual, não consegue ser feliz se não como condicionante da liberdade.” (FALCONNET, LEFAUHEUR, 1977, p.110). E, esta liberdade, para demonstração da homoafetividade não encontra espaço legitimado onde possa circular com direito a indiferença dos olhares repressores. Na verdade, esses estão sempre ostensivamente vigilantes, plenos de censura e de manifestações de preconceitos, muitas vezes transformados em atos de intolerância e violência.

Sabemos que a homossexualidade é submetida a um *continuum* linguístico injurioso que busca inviabilizar a autoestima desta categoria, e que este discurso tem uma regularidade histórica nos séculos XIX, XX e começo do XXI. Por conseguinte, a violação da autoestima deste segmento brota das estruturas de dominação impostas, que são, de modo visceral, permanentemente reelaboradas e reescritas pelo estado, pelas igrejas, pela família etc. Estes agentes a serviço da heterossexualidade reprodutiva compulsória tentam, de todas as maneiras possíveis, perpetuar seus valores, demonstrar a naturalidade daquela, imputando aos homossexuais “uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos (BOURDIEU, 2005, p.46).

Em *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, podemos observar que os narradores, imbuídos da ideologia heterocentrista, pretendem manter essa hierarquização simbólica de representação e de linguagem ao respaldá-las

pela ciência. Isto acontece pela injúria e difamação, que pesam como fardos sobre a homossexualidade dos personagens-título, pois, de acordo com os narradores dos romances em análise, a “andromania” daqueles foram adquiridas, através de suas respectivas cadeias genealógicas. O Barão e Bom-Crioulo, ao vivenciarem suas práticas homossexuais, não conseguem ter uma visão positiva de si mesmos, já que foram incutidos neles os valores da heterossexualidade compulsória como norma a seguir. Esta sendo vista como dominante, universalizada e naturalizada, veste-se do manto de obrigatoriedade e positividade e, por conseguinte, coloca a homogenitalidade em lugar oposto à imagem especular “perfeita” que é a heterossexualidade. Assim, os homossexuais, na sequência das narrativas, tornam-se forjadamente conscientes de suas deformidades e de suas “patologias”, mesmo que esta consciência esteja projetada sob o prisma diretivo de cultura que inferioriza tudo que não esteja ligada à masculinidade heterossexual hegemônica. “O dominante, como diz Pierre Bourdieu, é aquele que consegue impor a maneira como quer ser percebido, e o dominado, aquele que é definido, pensado e falado pela linguagem do outro e/ ou aquele que não consegue impor a percepção que tem de si mesmo” (BOURDIEU, apud. ERIBON, 2008, p.95).

Deste modo, os narradores, mesmo em duas nações distintas, mas sob os auspícios de valores adestradores que em um *continuum* constroem a cultura machista, estigmatizam negativamente os personagens-título. Estes, patologizados, ao exercerem suas sexualidades fora da ordem sexual heterocentrista “vivem seus amores como jogos proibidos, praticados às ocultas” (COSTA, 2002, p.115). Na verdade, observamos que os narradores cerceiam, pois, a utilização da liberdade e da individualidade nas escolhas do exercício da homoafetividade quando injuriam e difamam seus personagens. “E poderíamos até dizer que a estabilidade heterossexual só é assegurada pela delimitação e exclusão da “homossexualidade”, isto é, de uma “identidade” homossexual definida por certos traços depreciativos a toda uma “categoria” de pessoa” (ERIBON, 2008, p.99). Mas, mesmo obnubilados com a patologização e difamação pelos respectivos narradores dos romances em análise, os personagens-título praticantes da homogenitalidade, ao serem colocados à luz como foco central das narrativas, nos apontam que “numa sociedade viciosa o vício dos marginais pode ter a virtude da denuncia.” (COSTA, 2002, p.115).

A masculinidade heteronormativa, ao ser tomada como árbitro e regra das práticas sexuais, impõe que os outros pertencimentos das masculinidades heterodoxas passem sob o julgamento da ortodoxia do heterocentrismo, já que este, estando no ponto

mais alto da escala hierárquica, coloca a homossexualidade, justamente, no oposto. Deste modo, ao reagir contra estes privilégios adquiridos culturalmente pelo heterossexual, o homossexual transgride o cânone do patriarcalismo ocidental e, por conseguinte, passa a receber constantes insultos, difamações e injúrias reproduzidas por transgredir o “normalizado”.

Epítetos político, histórico e socialmente difamadores foram naturalizados e introduzidos no cotidiano do homossexual, fazendo com que o agir dos praticantes das masculinidades estigmatizadas negativamente passassem a ser delineados por essa gama de preconceitos que os transformaram em categorias rejeitadas. Vemos, deste modo, que o inconsciente do homossexual, ao ser formado dentro das leis da linguagem que reflete a heterossexualidade como base hegemônica de toda organização política, social, histórica e cultural do pensamento ocidental, é obrigado a romper com essas tradições para que possa impor-se como sujeito. Na verdade, o desassujeitamento dessas normas aumentará, através dos jogos sexuais, as oportunidades das relações sócio-afetivas e sexuais no âmbito da homogenitalidade.

A homossexualidade é uma oportunidade histórica de reabrir virtualidades relacionais e afetivas, não tanto pelas qualidades intrínsecas do homossexual, mas porque a posição deste, de certo modo “inviesada”, as linhas diagonais que ele pode traçar no tecido social, permite revelar essas virtualidades. É na invenção de um “sistema relacional” como este que se deve buscar a possibilidade de reinventar a si mesmo e de escapar à sujeição pelas normas sociais (FOUCAULT, apud. ERIBON, 2008, 374).

Deste modo, a homossexualidade, apesar de constituída dentro dos ditames da heteronormatividade, a problematiza, pois mostra que ela não é nem única nem tem o monopólio do desejo sexual. As diversas formas do desejo sexual, em busca do objeto do prazer que perpassam pelos corpos e suas variadas formas de manifestações dentro da sociedade, abrem espaços para uma sociedade mais pluridemocrática dentro de uma perspectiva relacional afetivo-sexual. Deste modo, trabalhando dentro da ótica construtivista, compreendemos que, se o heterossexualismo dominante é construído historicamente, até pode ser também desconstruído, dando espaço, assim, não só aos injuriados sexualmente a possibilidade de exercerem suas sexualidades, mas também de outras categorias marginalizadas reivindicarem sua autodeterminação nos mais variados campos em que se tecem as relações sociais.

2.6 O rapto de Ganimedes: loucura e perdição em *O Barão de Lavos*

O nobre amante da beleza sente amor aonde quer que perceba excelente e esplêndidas qualidades naturais sem deter-se diante de alguma diferença de caráter fisiológico. (Plutarco, Diálogos sobre o amor).

O Barão de Lavos, de 1891, por ser um dos fundadores da representação da homossexualidade em língua portuguesa - *Bom-Crioulo* é de 1895-, tornou-se basilar no que concerne à análise da questão das masculinidades marginalizadas no campo crítico-literário. No romance, o narrador nos apresenta a prática homogenital do personagem principal de “acordo com o manual” da estética naturalista, ou seja, esta nos é exposta como algo anormal e doentio. “E este amor patológico não relampeava em turbulências; antes enquistara numa fixidez calma e sinistra de mania, que é a forma da paixão dos linfáticos” (BL, p.95). Segundo o ponto de vista do narrador, o personagem-título é um aristocrata homossexual advindo de uma ascendência de misturas bastardas, com a moral em decomposição pelo seu agir sexual fora dos padrões exigidos para o seu papel social no exercício de sua vida pública e privada.

O final do século XIX precisava que o barão respeitasse as regras da virilidade masculina, já que essa, segundo e seguindo os parâmetros do Oitocentos, estava diretamente associada a questões biológicas, ou seja, era adquirida naturalmente pela condição de ter nascido homem. E, por este motivo, seguindo o pensamento científico de então, era outorgado aos varões uma pretensa superioridade socialmente naturalizada pela biologia. “O macho é o aticismo, a beleza sem atavio, confiante na própria essência; a fêmea é o gongorismo, a turgidez, o tédio (...)” (BL, p.194). Mesmo que esteja alijado, segundo o narrador, por questões genéticas, dos privilégios dessa superioridade supostamente adquirida por herança biológica, o personagem-título nas suas diversas performances ligada às sexualidades despadronizadas, nos mostra, quando de suas elucubrações, que o “seja homem” é, em si, uma imposição construída socialmente, através dos marcadores de masculinidade que a cultura vigente exige dele. Cultura esta que o molda continuamente seguindo uma tradição atávica e produzida por códigos éticos e morais construídos ao longo da história do Ocidente.

Na verdade, esta construção é melhor reiterada através da homossexualidade do barão, representada como a chave que abre e fecha o romance e que, ao longo de toda a narrativa, nos é mostrada às escancaras e sem desvios. Contudo, há, também, na narrativa, uma alusão indireta e subliminar ao comportamento homossexual do personagem-título, quando D. Sebastião, o barão de Lavos, nos é apresentado como apreciador e colecionador de várias cópias da arte greco-romana, compradas em visitas a diversos museus pela Europa afora, que traduziam o amor entre iguais, pois essas mostravam a nudez masculina e mesmo pedagogos evangelistas em plena mostra de suas sapiências patriarcais virilizadas.

Várias configurações de Ganimedes tocaram-no igualmente, a saber: a encantadora estátua em mármore de Carrara do Vaticano, achada em Óstia em 1800; o famoso *Rapto de Ganimedes*, de Rubens, no Museu Real de Madrid; o fresco de Carrache, em Roma; em Florença, a tela de Gabianni. O mesmo com o célebre *Aquiles*, em mármore, do Museu do Louvre, soberbo estudo do nu pertencente à época chamada do “estilo sublime”, e que passa por uma cópia dum trabalho Alcâmenes, o discípulo predilecto de Fídias. O mesmo com os Narcisos, os Batilos, os Hermes, os Adônis, os Evangelistas, as Madalenas, as Fornarinas – com os “motivos” mais humanamente plásticos de todas as religiões e de todos os tempos. De tudo isto comprou quanta reprodução lhe apareceu. Voltou com o gosto educado, apurado, e com a sede de largos **prazeres ignorados** a chamejar-lhe, cada vez mais mordente, nos grandes olhos negros. (BL, p. 34, grifo nosso)

O narrador ainda nos apresenta de maneira especial o quadro Ganimedes, do pintor flamengo Coryn Boel, inspirado num homônimo de Miguel Ângelo, representativo, esse, da intrepidez e audácia que se necessita para ultrapassar as fronteiras quando se quer viver o amor denominado de proibido. O quadro nos remete a uma alusão direta do narrador ao amor grego, pois a pintura é verdadeiro ícone, cultuado pela “seita homossexual intelectualizada”. Quando o narrador, em prolepse, nos mostra o quadro “Rapto de Ganimedes” como amuleto do Barão de Lavos – personagem-título do romance, nos mostra a questão do homossexualismo como tema central da narrativa. Esse quadro representa o mito do rapto do belo jovem troiano Ganimedes amado por Zeus, senhor do Olimpo e simboliza, na narrativa, o rompimento das fronteiras do amor marcado e do não marcado positivamente dentro do modelo heteronormativo. Observamos que

nos gregos a pederastia era uma paixão comum e de nenhuma forma desprezível. Cantavam-na e celebravam-na publicamente. Essa obscena invenção de Ganimedes, príncipe troiano duma beleza maravilhosa, arrebatado e transportado ao Olimpo pela águia de Júpiter para substituir Hebe, a hetera divina, no serviço particular dos deuses é um símbolo; dá o documento frisante de quanto era honrado o efebismo na antiga Grécia. (BL, p.26-27)

Deste modo, sabemos, através do narrador, que o Barão de Lavos tem como fonte de inspiração o ideal da estética grega, ou seja, o pendor amoroso deste estava direcionado para a beleza dos efebos.

O quadro comprado pelo barão, estava exposto permanentemente em lugar especial em seu escritório e diversas vezes na narrativa este é explicado orgulhosamente pelo barão aos amigos quando esses o visitam. Vejamos o que afirma a baronesa em sua ignorância e insegurança pequeno-burguesa atravessada com laivos de ciúme do quadro: “esse pedaço de papel manchado e roto é, no entender do senhor meu marido, a melhor coisa da casa. Pessoa que aqui venha de novo, há de admirá-lo por força!” (BL, p. 164). Se o barão faz a defesa do quadro para os amigos de maneira catártica, como se defendesse o que tem de melhor em si próprio, imagine quando o apresenta a seu amante. O momento da apresentação do quadro a Eugênio é uma verdadeira iluminação para o barão. Esse, ao descrever o quadro, entra em êxtase, de forma tal que até “o simples e embrutecido” Eugênio percebe que na descrição do quadro exposto há uma relação direta com o que estava acontecendo entre ele e o barão.

– Júpiter, sob a forma duma águia, sulca os ares abraçado à sua presa. As longas asas robustas prolongam-se no espaço, desdobradas; e as garras duras, luzentes, recolhem-se, empolgam de leve com receio de ferir a encantadora criança, cujo corpo delicado pende para a terra num abandono gracioso, Ganimedes vai triste, numa atitude tocante de prostração e de desânimo; um pedaço de linho acaricia-lhe os quadris, flutuando, a cabeça descai-lhe sobre a espádua, e os olhos entreabertos, parecem dizer-nos um lânguido adeus. Júpiter, na sua metamorfose, não perdeu a divindade; segue todo vaidoso do seu rapto; é bem a ave que maneja o raio; apenas trai na doçura do olhar o prazer que o amolece ao contacto do formoso troiano... Lambe-lhe, de bico aberto, o braço arredondado; e todo o seu ser arrogante e majestoso como que estremece no alvoroço de levar para o Olimpo o objeto do seu amor(...)
Era uma gravura preciosíssima, duas vezes secular, de Coryn Boel; reproduzia o famoso quadro de Miguel Ângelo. Tinha-a no lugar de honra o barão. Adorava-a. Queria-lhe como à melhor porção de si próprio. Era a consagração, o símbolo das suas abominações de pederasta.

Eugênio compreendeu. Instintivamente, viu naquela ave soberba e forte, estreitando um perfeito corpo de homem, a fúria secreta do barão cevando-se e mordendo na dulcidão da sua carne... Soltou o braço; um asco vago arrefecera-o. (BL, p.163-164).

O quadro é um verdadeiro prolongamento do corpo, mente e alma do barão “que não o dava por dinheiro nenhum” (BL, p. 164) e do qual só vai se desfazer quando, no final da narrativa, encontra-se em total miséria moral, física e econômica. Vende-o, então, já que Tânatos estava prestes a sair vencedor em seu eterno embate com Eros.

Nas paredes, nuas, inteiramente nuas desta vez, faltava o seu inseparável talismã – o *Rapto de Ganimedes*. Tinha resolvido, na véspera, a vendê-lo para com o dinheiro obtido comprar uma camisa e um chapéu decentes... – Mas a desapareição da estremecida gravura fazia-lhe o efeito do último elo da sua vida, partido. E parecia-lhe um túmulo, a cela, onde ele, entalado, asfixiava, pasto já das larvas, enterrado vivo! (BL, p. 412).

Este famoso quadro, com sua mística onipresença o acompanha em toda sua trajetória na narrativa, é apresentado a nós leitores como uma prolepse da “desviante” e “patológica” cobiça do Barão em busca de prazeres interditos. Se na Grécia Antiga o amor entre os iguais estava franqueado a deuses e mortais, já que “os deuses gregos eram mais tolerantes que o Deus judeu. Todos davam exemplos de variação sexual aos mortais” (CARELLA, 2011, p, 74), na civilização judaico-cristã-burguesa, os cultuadores do “Rapto de Ganimedes” poderiam até vivenciar o erotismo em microterritórios socialmente permitidos, mas seus discípulos deveriam silenciar suas práticas, pois, se pronunciadas, cobriria de nódoas seu praticantes.

Depois desta apresentação do amor grego, através da homossexualidade simbolicamente representada no quadro, vivenciado pelo deus maior do Olimpo – Zeus, analisaremos a questão de como se percebe a construção e a desconstrução da masculinidade no romance. Antes, gostaríamos de salientar que o “amor grego” nos é mostrado, também, no romance de Adolfo Caminha, quando o narrador introduz Tântalo¹³. Contudo, esta discussão será trabalhada no capítulo da análise comparativa. Entretanto, isto não quer dizer que, mesmo analisando os romances, de início,

¹³ O suplicio seria a sede, a fome e o desejo eterno sem nunca poder saciá-los tanto em meio a um mar de água que chegava até seu pescoço sem que pudesse bebê-la como pelas frutas que estavam sobre a cabeça de Tântalo sem que esse pudesse comê-las, já que a água e os alimentos sempre fogem ao alcance de suas mãos.

separadamente estejamos trabalhando as duas narrativas isoladamente. O que pretendemos é pedagogicamente aplinar os caminhos para um melhor entendimento do trabalho.

Diversos marcadores constitutivos da masculinidade, presentificados na cultura do final do século XIX, nos são apresentados ao longo do romance botelhiano. Desde as primeiras páginas, símbolos de segurança e poder masculinos tais como: chapéus, bengalas, cigarros, charutos, barba, bigode, duelos, etc., nos chamam atenção devido à incisiva presença destes como marcas inegáveis da representação do homem-macho finissecular. “Tocava-lhe a coxa com a bengala, como distraído; postava-se-lhe ao lado, fitando-os com o olhar seco e vítreo, persistente; soprava-lhes na nuca uma baforada” (BL, p.9). De acordo com Anne-Marie Sohn (2009), estes marcadores serviam como base de socialização da masculinidade. Eram verdadeiros rótulos e atestavam a virilidade, ao mesmo tempo em que demarcavam o lugar do masculino dentro do espaço hierárquico-social. A partir deste ponto de vista e com a demonstração do lugar do masculino, o narrador consegue traduzir simbolicamente como funcionava a supervalorização da demonstração da virilidade na imposição da dominação masculina. Esta virilidade, determinante do homem-masculino-macho, era sustentada por teorias advindas da biologia que, de acordo com a ciência do Oitocentos configurava o masculino como superior, e, que, ao mesmo tempo respaldava a dominação masculina no campo social como um prolongamento desta superioridade naturalizada.

No olhar, dilatado e teimoso, duma secura inflamada e vítrea, fulgurava obstinação dum desejo; ao passo que na boca a brasa do charuto, numa febre de pequeninos movimentos bruscos, denotava que os lábios e as maxilas eram nervosamente sacudidos por uma forte preocupação animal. (BL, p. 8)

Percebe-se, assim, que a questão da masculinidade finissecular não passava, apenas, pelo determinismo da questão biológica, mas por um conjunto de exigências culturais, que exigiam demonstração de enfrentamento e embate com o outro macho para demarcação de espaço ou território.

Continuando o raciocínio, vemos que, até recentemente, mesmo na segunda metade do século XX, o cigarro e o bigode, e mesmos outros marcadores da masculinidade continuavam sendo usados por esta categoria, como suporte para

esconder suas fragilidades, para demonstrar seu *status* ou mesmo para dissimular a inclinação sexual considerada como marginal. Na verdade, estes símbolos eram vistos como um dos lugares demarcadores no terreno dos privilégios da masculinidade. A partir do pensamento de Simone Beauvoir, podemos, parafraseando-a, afirmar também que não se nasce homem, mas torna-se homem, já que tanto a categoria mulher como a categoria homem são construídas socialmente e os símbolos de ostentação da masculinidade, no caso dos homens, fazem parte de tal construção. Aqui é necessário salientar que o cigarro ou o charuto eram percebidos, de algum modo, não só como marcadores da masculinidade, mas também como sinais de liberdade e independência em relação ao poder patrilíneo. Por isso, inclusive, muitas mulheres começaram a se apropriar destes símbolos “canonizados” como masculinos, a partir do final do século XIX, como demonstração de emancipação em suas lutas pela igualdade de direitos.

Outro lugar marcado como sustentáculo da demonstração do comportamento masculino seria a capacidade de duelar em defesa da honra, principalmente na alta camada social, da qual fazia parte o barão de Lavos. Contudo, segundo o narrador, a querela deste com seu oponente, que chega ao nível de se bater em duelo, devia-se mais às suspeitas do barão de que “o Câmara” estivesse cortejando Eugênio, amante do barão e, não porque aquele lisonjeasse a baronesa Elvira, como vemos a seguir.

Que relação poderia haver entre a andromania do barão e do Câmara?...- A bem dizer nenhuma. Pretendia-lhe o marialva a esposa: não parecia que devesse com isso incomodar-se demasiado o marido. Todavia, refletindo... acudia o passado do Câmara, o caso do comendador... notavam-se ilações; analogias!- de modo que sem saber porquê, quando, depois do sarau em São Cristóvão, os três se encontraram, foram unânimes em que o ódio do barão ao marialva se firmava não no sobressalto do risco do seu tálamo, mas numa causa misteriosa, por eles adivinhada vagamente. (BL, p.206)

O outro aspecto que merece ser discutido no texto seria a questão sempre crescente da cobiça sexual do Barão. Segundo o narrador, a força incontrolável do instinto animal que domina o personagem-título, no desejo de se apropriar de jovens imberbes, transgride os códigos morais vigentes. “Devia ser um rapaz que ele procurava; porque os olhos deste homem alto e seco poisavam de preferência nas faces imberbes, levemente penujosas dos adolescentes. Fitava-os um instante, com uma fixidez gulosa e sombria” (BL, p.8). Deste modo, o narrador, apoiado pelas teorias científicas que vicejavam no período e que foram acatadas pela corrente naturalista,

constroi o personagem principal do romance - praticante do “vício secreto” – como um marginal social, pois esse, em seus papéis sexuais deuterocanônicos, se situa além-fronteira dos parâmetros instituídos para o exercício da masculinidade. Desejar sexualmente outro semelhante em gênero é algo que foge ao padronizado para o macho. O Barão, ao transgredir um dos pilares dos privilégios da masculinidade instituída, coloca-se à margem, já que este *modus vivendi* desestabiliza a persistente ordem heteronormativa forçando-a a um movimento em direção à clandestinidade social. Vejamos que “o marginal é aquele que não tem reconhecimento do centro. Isto é, do próprio institucional. É o institucional que exclui o marginal do “campo da legitimidade” e que o isola [...] no interior desse campo” (KRYSSINSKY, 2007, p.9).

Deste ponto de vista, torna-se obrigatório dentro das relações sociais levar em conta que as questões ligadas à construção social da homossexualidade passam pelo crivo da tradição, já que essa respalda o segmento da masculinidade não marcada com privilégios de hegemônica. Assim, a imagem do outro, no caso, o praticante do homossexualismo, tende a ser rejeitada e deteriorada pelo grupo dominante heterossexual. Por este motivo, o narrador do romance projeta o pensamento culturalmente majoritário – respaldado pela ciência – apresentando o Barão humilhado e rejeitado por um agir que se afasta do idealizado em suas tentativas de conquista dos jovens marginalizados socialmente: “com eles trocava o barão qualquer frase banal, a entabular relações: - o tempo como estava... lume para o cigarro... se andava passeando. - E era extraordinária a crise de eretismo que no pederasta acendiam as primeiras palavras destes seres inomináveis” (BL, p.387). O narrador, quando segue a teoria essencialista que apregoa o homossexualismo como algo degradante, estigmatiza negativamente o comportamento do personagem-título. É, então, partindo deste pressuposto essencialista que “o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos nós, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo – elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores ou ruins.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.35).

No segundo capítulo do romance, o narrador, com seu olhar naturalista, nos mostra que a prática nefanda do Barão era fruto de questões histórico-genéticas. As diatribes praticadas por este estariam diretamente ligadas às misturas que houvera, ao longo do tempo, em sua cepa genética e, adquiridas, através, de sua origem aristocrática decadente. Como o barão era o último rebento da linhagem miscigenada, torna-se

plausível a explicação do por que nele encontravam-se todas as condições favoráveis para proliferação de vícios.

O atavismo fez explodir neste com rábida energia todos os vícios constitucionais que bacilavam no sangue de sua raça, exagerados numa confluência de seis gerações, de envolta com instintos doidos de pederasta, inoculados e progressivamente agravados na sociedade portuguesa pelo modalismo etnológico de sua formação. A inversão sexual no amor, o culto aos efebos, a preferência dada sobre as mulheres aos belos amantes, veio-nos com a colonização grega e romana. (BL, p. 26)

A questão da degeneração genética do personagem-título, levantada pelo narrador, segue a linha de pensamento da ideologia burguesa que precisava se legitimar politicamente, em busca de se subsidiar em defesa dos ideais republicanos. Pois, para se afirmar como tal, esta burguesia nascente necessitava de algum modo demonstrar as inconseqüências e descaminhos da nobreza e da sua decomposição.

O narrador, então, baseado nesta premissa da *débâcle* genética que acompanhava a nobreza, vai buscar respaldo histórico para mostrar a introdução da homossexualidade em terras lusas. Este nos acena que os desvios da heteronormatividade chegaram neste país ibérico, através dos caminhos percorridos pelos romanos, herdeiros e perpetuadores da cultura grega. “De Roma é claro que a paixão dentro do mesmo sexo alastrou para as colônias. A contaminação foi fatal.” (BL, p.27). Seguindo o pensamento do narrador, observamos que a total decomposição dos privilégios e marcadores da masculinidade foi contrabalançada pela invasão dos bárbaros, povos advindos do norte, que introjetaram “sangue novo”, não degenerado aos perpetuadores do amor entre os iguais. O narrador, contraditoriamente, mistura neste raciocínio, natureza e cultura.

A transfusão foi crudelíssima. Operaram, destruindo. Mas por trás da arrogância bestial da sua arremetida vinha apontando a generosa unção dum mundo novo. Aquela treva aparente mascarava uma alvorada. Eles traziam da penumbra druídica das suas florestas os elementos sociais que faltavam ao Ocidente gasto e decrepito: a liberdade pessoal, a sinceridade da crença, a disciplina, o valor, a ordem, a consagração da virtude, o respeito da família, o amor pela mulher. (BL, p. 28)

O narrador continua, nos capítulos seguintes, a sinalizar aspectos negativos como marcadores para os praticantes da homossexualidade. Ao expor seu ponto de vista construído dentro da cultura burguesa-judaico-cristã-ocidental, aquele concorre para transferir por osmose os desvios e vícios do Barão a todos os praticantes da homogenitalidade. Esta imposição advinha do pensamento do grupo dominante e era apoiada por teorias das desigualdades das raças humanas que vicejavam na época, que procurava catalogar como inferiores os segmentos não brancos, não europeus, não heterossexuais.

A ciência, como era a portadora da última palavra, obrigava que até o desejo sexual fosse lastreado por ela e, ao mesmo tempo, seguisse seus ditames. Na verdade, a ciência apregoava que a homossexualidade era antinatural, patológica e abominável, algo orgânico que poderia muito bem ser catalogado. Deste modo, execrada em qualquer circunstância, então, estava pela ciência, senhora absoluta da verdade finissecular, a representação da paixão homogenital “O amor, o amor!... E o que é o amor, senão um egoísmo dos sentidos?... Abnegações, ideais, platonismo, êxtases... são outras quimeras. O amor é uma paixão puramente orgânica, toda animal e de instinto.” (BL, p. 336).

Seguindo em nossa análise, há outro aspecto, mostrado no romance pelo narrador, que poderia ser entendido como uma aparente alegoria à questão pedagógica grega, na qual o mais velho – o Barão - seria o pedagogo em sua relação com o mais jovem – Eugênio.

Depois, por altas horas almoçavam juntos. Almoço lauto. E então à mesa, demoradamente, o barão prosseguia na educação do amante. O garfo empunhava-se assim, a faca deste modo, e para ali o guardanapo, e o Bucelas era para o peixe, e nunca vertesse *champagne* em copos sem pé... Nunca dissesse “calhou”, mas “aconteceu”; nem “intrujice”, era melhor “espertalhonice”; nem “pinóias”, antes “meretrizes”; nem “pus-me na alheta, mas “safei-me a tempo”. Nem chamasse aos municipais “guitas, nem “bufos” aos espiões. (BL, p.103)

Ao contrário do que parece despontar no romance, essa não era uma questão inserida dentro dos moldes educativos, entre adultos e jovens, que havia na Grécia Antiga. Sabemos que tanto no mundo helênico como ainda em várias culturas nativas, o aprendizado da masculinidade, obrigatoriamente haveria de passar pedagogicamente pela etapa da prática homogenital. Por esse motivo, os jovens precisariam de um mentor

- homem mais velho e mais sábio, no desenrolar do processo de aprendizagem, para que pudessem atingir a maturidade. Mostra-se que a homossexualidade nestas culturas surge como um patamar obrigatório na ascensão do jovem em direção à heterossexualidade.

Entretanto, o que se percebe na narrativa botelhiana não segue a linha do raciocínio dos moldes pedagógicos, porque o que há no romance é uma louca cobiça e visceral paixão do personagem-título, aristocrata de alta linhagem da nobreza portuguesa, por Eugênio, um jovem de raízes humilde, de dezesseis (16) anos. Vemos que é o próprio Eugênio que afirma sua idade quando tenta, mais tarde na trama, seduzir Elvira, esposa do barão: - Sabe, sim, que lhe quero muito! Imensamente!... com todas as veras do meu coração, com toda a sofreguidão da minha alma, com todo o invencível furor dos meus dezasseis anos!”(BL, p.271).

Na verdade, o que acontece é que o barão suborna Eugênio ao oferecer-lhe dinheiro, que afasta a relação entre os dois do modelo grego. Esse jogo de sedução mercantilizado mostra que não há nenhuma nuance pedagógica na relação, mas somente um jogo de instinto aflorado, não domado, de exploração sexual através do poder econômico. Assim que viu o adolescente Eugênio pela primeira vez o “barão olhou-o, distraído, mas logo ficou fascinado com o olhar preso ao rapaz” (BL, p.15). A partir de então, o narrador passa a retratar um mundo, no qual os jogos homossexuais que se desenrolam entre o Barão e Eugênio, são apresentados de maneira suja, perigosa e delituosa. Eugênio, o jovem bastardo, filho de uma religiosa com um militar, que mais tarde o barão introduz nos “descaminhos” dos jogos amorosos homogenitais, é cria e refugio social deste mundo desumanizado pelos mais abonados economicamente. Nesta perspectiva, observamos que o narrador, de modo irônico e enclausurado em uma cadeia de preconceitos cujo centro tem como base a cultura heterossexual burguesa, imputa ao barão, devido a sua condição e práticas heterodoxas transgressoras, ares de “pedagogo”.

Seguindo na análise, observamos que o narrador onisciente utiliza-se tanto do discurso direto como do indireto para nos apresentar o declínio e queda do barão. Entretanto, diversas vezes, este titubeia paradoxalmente quanto aos marcadores da estética naturalista, ao apresentar o personagem-principal, através da flexibilidade que adquire o discurso indireto livre, “estamos perto do fluxo de consciência, e é essa direção que toma o estilo indireto livre no século XIX e começo do século XX” (WOOD, 2011, p.23). O narrador, mesmo como porta-voz de uma moral judaico-cristã patriarcal, deixa brechas para outras interpretações sobre o comportamento homossexual do barão, que não seja só aquela determinada pela teoria essencialista.

Agindo assim, o narrador “faz o romance perder em muito a sua estética literária, mas o coloca como documento intrigante e digno de ser discutido” (LUGARINHO, 2001, p.165). Poderíamos afirmar que algo análogo ocorre em *Bom-Crioulo*, de Caminha, nos momentos em que o narrador romanceia a relação entre Amaro e Aleixo.

Mesmo que o barão não consiga afastar-se de sua condição homossexual, adquirida geneticamente, segundo o olhar naturalista, podemos observar que aquele, como indivíduo inserido numa cultura baseada no desejo heterossexual reprodutivo ou com fins reprodutivos, fica perturbado ao se imaginar pego em deslizos por suas práticas sexuais heterodoxas, afastada das exigências dos padrões burgueses.

O barão ia se traindo. A súbita aparição daquele par honesto e simples, caindo de chofre, com toda a galhardia e lúcida expansão duma vida exemplarmente calma no torvelinho mistério da alucinação do seu vício, envergonhou-o, aclarou-o a razão, deu-lhe a medida do próprio aviltamento, e, como um raio de luz faiscando nas estalactites duma caverna, acordou-lhe na consciência um repelão de remorsos. Corou, atabalhoou, agitou-se. (BL, p.11)

A voz narrativa nos aponta, no início do romance, que o Barão era somente ativo sexualmente dentro do binarismo que perpassa a questão de gênero. Isto servirá para demonstrar, na sequência do romance, sua “decadência” quando este se “desencaminha” por prazeres sexuais supostamente não condizentes com sua posição de macho viril, pelo menos aos olhos do narrador. Vejamos como esse demonstra a felicidade do barão quando descobre que ele foi o homem que desvirginou o inexperiente e, até então, imaculado Eugênio:

Agora homem em cima de mim, antes do senhor, nem sombras do primeiro! - Acredito! - explodiu o barão, radiante. E abraçando o efebo, com esta fusão de ternura envaidecida e grata que nos faz estreitar ao coração a virgem que se nos deu inteira: Como te chamas tu, afinal! - O meu nome é Eugênio... (BL, p.98)

A tradição cultural herdada do patriarcado impõe que o passivo é aquele que é desonrado, pois ser penetrado é ser subjugado. Este atavismo nos chega, através da cultura machista, de que ser passivo é algo negativo e ligado ao feminino. No patriarcado, pois, é uma exigência que os privilégios determinantes da masculinidade se imponham, principalmente no campo do desempenho dos papéis sexuais. Contudo,

podemos observar que, pelo olhar do narrador, o barão, mesmo quando ativo, já era considerado um degenerado e invertido, já que desejava um corpo do mesmo sexo biológico que o seu.

Se um homem desejava sexualmente outro homem, de modo passivo, era homossexual porque seu desejo era feminino; se desejava ativamente outro homem, era igualmente homossexual, porque, embora seu desejo fosse masculino, o objeto do desejo era alguém do mesmo sexo biológico, não havia como escapar ao que o senso comum aceitara como sendo a verdadeira identidade homossexual. (COSTA, 1995, p.246)

O barão, segundo a lógica do narrador, devido a sua dependência irracional aos ditames da homossexualidade, segue uma trajetória de desregramento moral, declínio econômico e decomposição física. E, quando, devido a seus gastos excessivos com Eugênio, não tem mais recursos financeiros, é rejeitado pelo amante. Salientamos, aqui, que em muitos praticantes da homossexualidade, ao ser introjetado neles o germe da culpabilidade cristã, por exercitarem sexualidades culpabilizadas, passam a se auto-auferirem castigo por suas “incursões”, em busca de amantes indignos deles próprios. Deste modo, em sua ânsia e descabro sexual, vão eles descendo rapidamente em direção à “Suburra” social em busca de prazeres que os levam a perder a autoestima. Dentro desta perspectiva, já não sendo senhor da “situação”, o praticante da homossexualidade, em função do prazer, abre mão de um dos marcadores dos privilégios da masculinidade – o “direito” de ser o penetrador. Antes de se permitir que seja penetrado, ponto mais baixo que o macho pode alcançar segundo o pensamento da patrilinearidade, o barão inicia-se no sexo oral – *felatio* – com “adolescentes” de classe inferior a sua.

um momento houve em que a imunda boca, numa insalubre avidez, num insustentável furor doido, convulso, a um dado ponto se colou, sôfrega, sugando... Ao cabo, num desmedido horror de si mesmo, sem poder explicar-se como baixara àquela abjecção suprema, o barão balbuciou: - Nunca ninguém te tinha feito isto? Ao que o rapaz, filosofalmente, abotoando-se: - Ainda ontem... **um padre. Era preto.** Deixou fulminado esta resposta de surpresa e de assombro o barão. – como!?... Então não era só ele? Outros havia também que... E muitos, talvez, quem sabe?... Muitos, sim, provavelmente... Muitos! Bem mais do que ele, do que o mundo imaginava! (BL, p.380, destaque nosso)

Observamos que neste momento o personagem-título, mesmo felatizando o rapaz, age como sujeito dentro da perspectiva do desejo. Ele continua predador, e aquele que caça dentro da nossa cultura é o que se dispõe a dar o primeiro passo em direção ao objetivo. O barão, ao praticar sexo oral em rapazes, questiona valores construídos dentro da tradição judaico-cristã patriarcal hegemônica, legitimados como universais. Ao felatizar um seu igual e o outro, ao deixar-se ser felatizado por um igual, mesmo que estejam repetindo uma relação vista como reprodutora do binarismo ativo/passivo, torna-se transgressora por ser praticada entre iguais. Assim, como aponta Lugarinho (2001, p.166), “entre imputar-lhe o vício e a degradação moral e física definitiva, o narrador prefere apresentar a cena como grande momento iniciático e lírico, o momento supremo da trajetória do barão.”

Por outro lado, vemos que já no início do romance, o narrador mostra em prolepse, que, apesar dos desejos de macho construídos e manifestados pelo barão, nesse já se mostrava o germe de “pregustar” ser penetrado, desconstruindo, assim, o mandamento maior da cultura machista que é “sodomizar”. É notório que o narrador onipresente, na relação entre o barão e Eugênio, nos mostra o desejo ainda não realizado do barão, mas já latente nele, que era ser femeado. Dentro da ótica construída para os papéis desempenhados na relação sexual, o narrador, anteriormente, já mostrara que o barão era casado, frequentara mulheres em bordeis, cumprindo o ritual exigido dele, dentro dos apelos do patriarcalismo. Mas em sua relação com Eugênio – jogo sexual entre iguais - outras performances sexuais passam a ser, se não vividas, pelo menos imaginadas ou desejadas como fonte de prazer pelo barão. O narrador, fechado em seu ponto de vista adquirido no qual só o penetrador usufrui de prazer, descreve o ato de ser penetrado como não prazeroso para o possuído. O Barão ao admitir tal fato, como agente da passiva, é “gozado”.

Ele tinha por enquanto junto do efebo os mesmos apetites de penetração e de posse que o homem sente de ordinário para com a mulher. Todavia, em raros momentos de vertigem, ao contacto da sua carne com aquela outra virilidade impetuosa e fresca, percorria-lhe os músculos, fugidio, breve, um movimento efeminado; faiscava-lhe no espírito uma pregustação do prazer que tivesse por base a passividade, o abandono; entrava de supurar-lhe da vontade uma solicitação em escorço de se entregar, de ser possuído, **gozado**, de ser femeado em suma. (BL, 1982, p.92, grifo nosso)

Ao aproximar-se do desenlace da obra, o narrador nos indica que a “degradação” do barão acontece quando ele permite, não mais só no desejo, mas na prática, ser “efemeado”. Como se no ato de ser penetrado houvesse um *a priori* que inferiorizasse o homem em seu suporte de masculinidade. Deste modo, esta cultura construída e moldada nos privilégios do macho, da qual o narrador é porta-voz, é problematizada toda vez que o barão, mesmo que seja empurrado por sua genética degenerada através de seus agires homossexuais, se impõe como sujeito do desejo. Mesmo que este desejo culmine numa prática sexual desconsiderada dentro dos moldes da cultura heterossexual burguesa, suas performances desautorizam o poder patriarcal que tenta impor como degradante qualquer ato que desabone a heteronormatividade.

Assim, a *débâcle* da virilidade do barão, segundo o ponto de vista do narrador, acompanha sua descida ao fundo do poço. De passo em passo, o narrador, seguindo os mandamentos heterocentristas, vai tecendo a derrocada do personagem-título em função da busca do barão pelo prazer, dantes resguardado. Quanto mais este busca satisfazer seus desejos “desviantes”, mais ele se afasta do convívio de suas relações sociais e, ao mesmo tempo, passa a ser considerado um ser abjeto dentro do seu círculo. Ele desvia-se dos prazeres coercitivos ligados à cultura patriarcal, no qual o macho deve ser o “possuidor” e, libertando-se deste jugo, torna-se adepto fervoroso de formas outras de prazer. O Barão, neste “pregustar” e “degustar” ser penetrado, enquanto livre do assujeitamento, vai em busca da libertação erótica do seu corpo e passa a usufruir de prazeres outros, através de outras performances no exercício do desejo.

Trágico, com fortes marcas melodramáticas também, pois o modo, entretanto, com que o narrador nos apresenta aquele instante é bastante suspensivo e problematizador(...) sem dúvida, nele encontramos o momento em que, supostamente, o Barão estaria descendo mais baixo na sua condição moral, entretanto, fica explícito a consciência de que tal instante é fulcral para o já dito processo iniciático que o Barão atravessara. Iniciação e degradação são, certamente, semas que, tradicionalmente, não se coadunam entre si e, indicam um movimento, apontam em direção opostas! Aqui, o discurso indireto livre toma a forma mais bem acabada no romance, e temos, assim, o ponto de vista do barão que suplanta a voz do narrador(...) (LUGARINHO, 2001, p.166).

Mesmo que o narrador atribua ao homossexual um determinismo genético, biológico e para seu proceder, seus atos vão em direção oposta ao apregoado pela

estética naturalista, pois o barão, quando deixa aflorar seus pensamentos, adquire certa independência e autonomia, já que, neste momento de divagações, o narrador dá aval ao seu personagem-título - o barão - para que ele se desassujeite dos ditames naturalistas. Isso acontece porque “são tão intensas a “energia libertária” e a “atração pelo abismo”, experimentados pelo narrador, que ele não pode se livrar da teia de contradições e incoerências, no conflito estabelecido pelas necessidades impostas pelo desejo erótico e um violento impulso subjetivo de libertação das convenções sociais” (SOUZA JUNIOR, 2001, 114). Assim, o Barão, enquanto sujeito, em sua busca de prazer, apoiado pelas contradições do narrador, desmobiliza fronteiras fixadas pela cultura patriarcal. O mesmo acontece com Eugênio, amante do barão, quando transita em suas práticas sexuais entre homens e mulheres, como ativo ou passivo. Nas descobertas destas práticas sexualmente marginalizadas ele vai desconstruindo o mito do macho-ativo quando passa a concentrar em si diversas performances de exercício do desejo, principalmente aquelas auferidas pelo atavismo cultural como próprias de grupos considerados subjugados. Deste modo, a maneira que vai desempenhando diversos papéis sexuais ao longo da narrativa, o personagem-título e Eugênio problematizam o arcabouço que sustenta o binarismo. Tal ideia dialoga com pensadores contemporâneos e nos mostra que no ser humano nada é estável, mas cambiante; diversas performances são possíveis e factíveis.

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não garantem para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa. (BAUMAN, 2005, p.17-18)

O narrador, em *Barão de Lavos*, consegue problematizar a ideia de identidade fixa construída culturalmente para o macho como ativo tanto no personagem principal como em Eugênio, amante dele. No romance, nos é mostrado que as identidades, dentro de uma sociedade em que o processo de socialização é cambiante, podem ser também flutuantes nas questões de gênero, raça, práticas sexuais, etc. As diversas performances do barão, principalmente aquelas ligadas as suas descobertas no exercício de sua homossexualidade, podem ser vistas em diversas manifestações dentro

da narrativa, mesmo que essas estejam encobertas pelo sistema de representação do discurso cultural hegemônico que imputa a heteronormatividade como marcador naturalizado como universal.

A partir deste descolamento, além da fronteira demarcada pela heteronormatividade, o Barão e Eugênio põem em xeque os conceitos de identidade fixa e, ao mesmo tempo, questionam o modelo padronizado de macho centrado em única performance sexual. Como transgressores, eles subvertem os padrões da heterossexualidade. Contudo, isto “não implica, como se poderia imaginar, o colapso destas estruturas binárias ou dos seus efeitos ideológicos” (SEDWICK, 2003, p.9). Mesmo assim, nos seus “descompassos” o Barão e seu amante demonstram que a economia erótica perpassa por diversos caminhos, ultrapassando os limites das questões ligadas ao exercício do desejo sexual atreladas ao gênero, às identidades pré-fixadas e supostamente naturalizadas. Deste modo, aqueles, apesar de estarem sob a égide de uma cultura patrilinear e burguesa, permitem que, de alguma maneira, possam aflorar, em si mesmos, diversas performances no campo do exercício de suas sexualidades. Observemos como o narrador descreve o livre trânsito performático do barão em sua busca de prazer:

Ao mesmo tempo, a porção de feminilidade subjacente neste ascoente epílogo de raça, fizera explosão por completo. Ansiava o barão por entregar-se. Queria de força realizar as abjectas imaginações, as execráveis quimeras que, de berço, lhe arranhavam a sensualidade. A perversão do sentido genésico ganhara por fim o ascendente. Por isso agora a circuitagem de noctívago do barão não coleava tanto de volta dos efebos, como em roda dos tipos de músculo e de força, dos marujos, dos militares e dos cocheiros. (BL, p.394)

O Barão, como personagem-título, e Eugênio, como amante do barão, ao desbravarem fronteiras no campo das masculinidades, ao ultrapassarem as fronteiras demarcadas pela cultura heteronormativa e viverem desejos interditos, impróprios do sistema sexual reprodutor em que se baseia a civilização burguesa, abrem espaços para desejos outros que não só aqueles legitimados pela heteronormatividade. As variáveis práticas eróticas deles “transmigram sem licença nas fronteiras do gênero” (PITA, 2003, p.15), fazendo com que suas performances problematizem o aparato que sustenta a heterossexualidade como fonte basilar da civilização ocidental. Deste modo, os (des)caminhos dos prazeres sexuais do barão e de Eugênio, vistos como patológicos

pelos narradores, conseguem, na narrativa, apesar de toda expectativa induzir o contrário, criar novas perspectivas de entendimentos. Pois, toda vez que o Barão e Eugênio praticam o Eros interdito abrem um leque que permite novas e múltiplas leituras, sentidos e interpretações do desejo sexual masculino.

2.7 Fome e sede tantálica de gozo proibido em *Bom-Crioulo*

E Deus? O que diria Deus daquilo tudo? Deus não sabia de nada. Perdidos no meio do mar, eles estavam perdidos dos olhares de Deus. (José Lins do Rego, Usina).

Logo nas primeiras linhas de *Bom-Crioulo* somos, através da voz do narrador, apresentados à velha corveta da marinha imperial brasileira

no entanto ela aí vinha – esquiife agourento – singrando águas da pátria, quase lúgubre na sua marcha vagarosa; ela aí vinha, não já como uma enorme garça branca flechando a líquida planície, mas lenta pesada, como se fora um grande morcego apocalíptico de asas abertas sobre o mar... (BC, p.9)

Esta prolepse nos indica o desfecho trágico que terá a relação homogenital estabelecida entre Amaro e Aleixo, já que, alegoricamente na simbologia ocidental, o morcego representa tanto o “ser hermafrodita” (CIRLOT, 1984, p.388) como “as forças da noite e do mal” (WOENSEL, 2001, p.210). Aleixo, por ser um jovem com feições femininas, encarna em si a ambiguidade sexual, que servirá para atizar a cobiça sexual de Bom-Crioulo. No isolamento da imensidão líquida do mar aberto nos é apresentado o espaço restrito da corveta como um mundo feito *de* homens e *para* homens, onde os desejos sublimados afloram, através dos desejos sexuais e da vivência da sexualidade represada que circula vulcanicamente pelas veias dos jovens marinheiros que habitam o mundo ficcional criado por Caminha.

A narrativa segue e nos mostra o fato de que os corpos que não se sujeitarem ao código moral da marinha serão punidos por infringirem a ordem. Essa punição, tudo

indica, seria mais grave quando surgissem práticas que afrontassem a sexualidade heteronormativa, mola mestra que rege o universo da ordem patriarcal. Na corveta da marinha imperial esta regra era quebrada muitas vezes às “escondidas”, pois ela dificilmente poderia ser cumprida à risca, já que homens e mais homens se amontoavam durante meses em alto mar. Assim, a vigilância às práticas sexuais heterodoxas, neste mundo flutuante de homens – espaço diminuto - na corveta, ao singrar pelo mar, funciona sob o exercício do terror e da intolerância sobre os corpos produtivos dos marinheiros, como se esses estivessem sob os pressupostos códigos sociais que regiam tais relações sexuais em terra firme. Contudo, assim como o barco à vela à mercê das ondas, as práticas sexuais, ali vivenciadas, parecem assumir um fluxo ondulante, maleável, não tão obedientes ou fixadas às normas do modelo hegemônico. Isto nos é apresentado pelo narrador onisciente, pois este “conhece o direito e o avesso dos personagens e não os evoca conforme lhe pareceram no momento em que as coisas se passaram, mas segundo a clarividência de uma retrospectção que desnuda todos os escaninhos” (PACHECO, 1963, p. 144).

Em suas mais diversas formas, as práticas sexuais que se estabelecem entre homens na corveta são corriqueiras é fato inegável. Sabe-se delas, mas essas devem permanecer não anunciadas nem pronunciadas. Os inúmeros “olhos de Argos” - o cão mitológico com dezenas de olhos incumbidos por Hera para vigiar Io, já que Zeus, marido da primeira desejava a segunda - estão presentes na corveta, vigiando os desvios de comportamento a fim de definir posteriormente a punição para aqueles que se afastaram dos padrões da heterossexualidade. Como se esse pudesse ser obedecido, num espaço de homens jovens confinados meses a fio. Podemos perceber claramente a representação de tal proibição ou condenação da prática sexual não codificada como heteronormativa em *Bom-Crioulo*, quando Herculano - um jovem grumete - é açoitado por ser visto praticando o prazer solitário. Ato condenado na tradição da cultura judaico-cristã, estando prefigurado no Onã bíblico, em Gênesis 38, 4-10, quando esse derrama sua semente na terra para não dar descendência ao irmão. Na narrativa, a prática da busca individual pelo prazer, não escapa ao controle do rígido código proibitivo que permeia as práticas sexuais, já que estas devem obedecer a certas regras que querem circunscrever o desejo sexual dentro do espaço heterossexual com fins reprodutivos, mesmo num espaço, como a corveta, onde os jogos eróticos só poderiam acontecer se fossem fora do padronizado.

Ora, aconteceu que, na véspera desse dia, Herculano foi surpreendido por outro marinheiro, a praticar uma ação feia e deprimente do caráter humano. Tinham-no encontrado sozinho, junto à amurada, em pé, a mexer com o braço numa posição torpe, cometendo, contra si próprio, o mais vergonhoso dos atentados. (...) O outro (...) que tinha o hábito de andar espiando à noite o que faziam os companheiros, precipitou-se a chamar o Santana, e, riscando um fósforo, aproximaram-se ambos para “examinar” (...). Herculano acabava de cometer um verdadeiro crime não previsto nos códigos, um crime de lesa-natureza, derramando inutilmente, no convés seco e estéril a seiva geradora do homem. (BC, p.14)

Ao derramar o esperma no convés – “um solo infértil” - Herculano comete o “maior dos pecados”, ou seja, o desperdício de sua “semente” somente pelo e para o prazer, sem fins procriativos, sendo, então, por este motivo, condenado a chibatadas diante dos companheiros. Tal punição tem de ser necessariamente pública e exercida sobre o corpo do infrator para que essa possa servir de exemplo a todo o grupo. “O corpo masculino pensado e modelizado pela cultura judaico-cristã, pela cultura burguesa, é um corpo censurado e instrumental...” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2010, p.24). Estreitas regras que punem, entre outras práticas, a masturbação, também tendem a punir tanto a prática sexual anal quanto a oral, já que essas não estariam locadas dentro da lógica da procriação sustentada pelas três religiões do ramo abraâmico: judaísmo, cristianismo e islamismo. É o “crescei e multiplicai-vos” do *Livro do Gênesis*, ditando regras em contextos espacial, temporal, social e cultural diferentes e impondo pela tradição o heterocentrismo como suporte universal.

Do raciocínio dos parágrafos anteriores, observamos que a voz narrativa anuncia que a paixão por Aleixo causará sérios problemas a Amaro – Bom-Crioulo -, pois o amor entre iguais é prática considerada execrável. A relação homoafetiva entre Amaro e Aleixo não pode ser vista sob o olhar da legalidade e da legitimidade, por isto tempestade de maus augúrios é mostrada mais uma vez em prolepse, indicando o que advirá dessa junção amorosa e carnal entre os dois engajados da Marinha Imperial Brasileira.

O motivo, porém de sua prisão agora no alto-mar, a bordo da corveta, era outro, muito outro: Bom-Crioulo esmurrara desapiadadamente um segunda-classe, porque este ousara, “sem o seu consentimento”, maltratar o grumete Aleixo, um belo marinheiro de olhos azuis, muito querido de todos e de quem se diziam “cousas” (BC, p.16).

Ao longo do romance, a punição dos personagens por prática sexuais consideradas desviantes está em total acordo com o que se percebe nos códigos de sociedades marcadamente patriarcais. Em tais segmentos, a homossexualidade se opõe aos valores histórico-culturais baseados em mitos culturais erigidos em torno da masculinidade centralizadora e não marcada negativamente. Assim, em *Bom-Crioulo*, o narrador representa a prática da homossexualidade como algo indesejável, inserida no terreno do proibido. Dessa forma, os personagens sexualmente desviantes, no caso, destacadamente Amaro e Aleixo, são dignos de sofrer castigos em seus corpos, o que é explicitado em várias passagens do texto. Como Amaro fora o transgressor, o que tomara iniciativa, “corrompendo” o mais jovem, é seu corpo que merece imediata punição.

O narrador fecha a questão e posiciona-se a favor dos padrões sexuais herdados do judaísmo, baluarte do patriarcalismo, em que a fertilidade da mulher seria uma benção de Deus – solo fértil, enquanto outras práticas sexuais, divergentes daquela centrada na fecundação, seriam desvios amaldiçoados, imperdoáveis. Portanto, não haveria muita esperança de redenção a quem exercesse formas sexuais deuterocanônicas. O que se reconhece em *Bom-Crioulo* é o interesse do narrador em positivizar as incongruências que norteavam as excludentes teorias científicas do final do século XIX e a negativizar os papéis sexuais exercidos fora do modelo padronizado.

Na verdade, a questão da configuração da masculinidade, dentro de sistemas patriarcais, deve ser obrigatoriamente exercitada pelo homem como forma de não abdicar dos privilégios que essa lhe outorga. Essa pode ser reconhecida em várias passagens do romance: Bom-Crioulo, visto como macho e viril, é sempre descrito como aquele que domina, aquele que detém o controle dos fatos e das coisas; Aleixo nos é apresentado como o protótipo feminino, ou seja, aquele que é dominado e seduzido. Logo na primeira relação sexual estabelecida entre os dois personagens, o narrador nos demonstra o lugar hierárquico dos papéis sexuais que cada um dos dois assume em tais trocas: o que é ativo fica “em cima” e o que é passivo está “em baixo”. Portanto, em *Bom-Crioulo*, o lugar do súcubo e do íncubo na relação, continua determinando as formas de poder estabelecidas pela tradição. Essa hierarquização é demonstrada, na narrativa, tanto entre os dois personagens como também dentro da sociedade patriarcal em que esses estão inseridos, como se percebe na seguinte citação, onde ecoa a voz do narrador sobre os desejos de Aleixo:

Uma sensação de ventura infinita espalhava-se em todo o corpo. Começava a sentir no próprio sangue impulsos nunca experimentados, uma vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se-lhe para o quê ele quisesse - uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade. (BC, p.30)

O prestígio e poder vinculados ao masculino são realçados ao longo do romance, inclusive pela descrição do corpo de Amaro, vinculado à força e potência, marcadores da masculinidade, surgindo como o provedor, enquanto Aleixo, no relacionamento homogenital, é descrito como amante, como quase-mulher, passivo e protegido. O jogo de poder hierarquizado que se estabelece entre os dois, apresentado pelo olhar do narrador, nos conduz ao cerne da questão em que se baseia a construção dos papéis exercidos numa sociedade patrilinear. O narrador, atrelado e influenciado pelo cânone literário e cultural naturalista, representa esta relação como algo patológico, herança da genética de Bom-Crioulo. Assim, através de um jogo de interesses, notadamente burgueses, que perpassam o romance, o narrador circunscreve, deste modo, as múltiplas faces da homogenitalidade masculina a questões deterministas. Questões essas que condenam esta categoria e as reduzem ao termo ‘homossexual’ que, ao ser criado, já trazia em si marcas de negatividade, “dando-lhe uma essência nominal e uma realidade objetiva inexistente antes da radicalização e da moralização burguesa do sexo nos finais do século XIX e começo do XX” (COSTA, 2002, p.60).

No romance é observável o respaldo que é dado, pelo narrador, à conduta comportamental virilizada, ainda que no interior de uma relação homossexual. *Bom-Crioulo* indica aos seus leitores que, dentro daquele mundo e de suas organizações rigidamente marcadas, o jogo de poder é exercido pela força que emana do *falus*, ao sujeitar e submeter o outro, através das múltiplas manifestações de poder, inclusive as sexuais, legalmente associadas ao desempenho da masculinidade “autorizada” a se manifestar. Aleixo, - o femeado - por quem Bom-Crioulo - o ativo - está apaixonado, é induzido por Amaro a descobrir zonas de prazer que o desprivilegiam perante seus pares masculinos, já que está exercitando papel sexual não condizente, por atavismo cultural, a sua identidade e a seu gênero. Ao permitir e ceder ao desejo sexual de ser passivo, Aleixo deixa à mostra a instabilidade do alicerce da cultura machista que está fincada no ato de penetração, como o modelo compulsório positivo a seguir por todos os homens. No século XIX, seguindo o pensamento de Sohn (2009), a questão da masculinidade tinha como fulcro a valorização do pênis. Deste modo, segundo ela, aquele que era ativo

numa relação sexual, mesmo que esta fosse estabelecida entre iguais sexualmente, não era considerado anormal, pois estava exercendo um hábito inerente aos machos, dentro da cultura machista baseada na penetração. Esta situação ainda persiste, no inconsciente da maioria dos homens, em plena alvorada do século XXI, já que serve de base à cultura patriarcal que perpassa o universo cultural do imaginário da maioria dos indivíduos.

Na relação homoafetiva ocorre entre Amaro e Aleixo, na verdade, desde o primeiro momento da sedução e durante todo o jogo de prazeres vivenciado entre este par de iguais, Aleixo sente-se protegido e, literalmente sob o jugo de Amaro, perfazendo assim um jogo similar ao que existe na lógica entre o homem e a mulher. Desta forma, a lógica masculino/feminino e a lógica heterossexual/homossexual (um subjugando o outro) permanece na relação entre eles e a lógica homossexual da relação entre dois iguais não encontra espaço para ser viabilizada.

Uma cousa desgostava o grumete: os caprichos libertinos do outro. Porque Bom-Crioulo não se contentava em possuí-lo a qualquer hora do dia ou da noite, queria muito mais, obrigava-o a excessos, fazia dele um escravo, uma “mulher à-toa” propondo quanta extravagância lhe vinha à imaginação. (BC, p.38)

Na passagem acima está óbvio o vínculo entre os jogos de poder da relação entre os dois homens, imbricada de erotismo, sedução e cobiça. Como afirmou Bataille e segundo o que se lê nas entrelinhas de *Bom-Crioulo*, “essencialmente, o campo do erotismo é o campo da violência, o campo da violação” (BATAILLE, 2004, p.27). Deste modo, os mecanismos de poder que perpassam as relações sociais, do qual não estão isoladas as relações erótico-sexuais, são aplicadas pelo narrador ao microcosmo em que estão inseridos os personagens do romance. Já que, “ao debruçar-mo-nos sobre a relação de erotismo e poder, devemos ter em conta, portanto, que o individual e o social estão interagindo no que cada um tem de mais específico” (FRANCONI, 1997, p.29). Deste modo podemos ler a relação representada entre Amaro e Aleixo em um contexto mais amplo, perpassando do espaço privado para o público. De qualquer modo, através do narrador naturalista, observamos que a relação entre os personagens da narrativa se forma dentro dos parâmetros sociais e culturais que privilegiam o macho. Amaro submete e “inferioriza” seu par afetivo-sexual Aleixo, repetindo o jogo sexual legitimado nas relações binárias que demarcam as questões de gênero.

Por vezes tinha querido sondar o ânimo do grumete, procurando convencê-lo, estimulando-o o organismo; mas o pequeno fazia-se esquerdo, repelindo brandamente, com jeitos de namorada, certos carinhos do negro. - Deixa disso, Bom-Crioulo, porte-se sério! (BC, p.30)

Aleixo é aqui comparado a uma namorada, e, dessa forma, assume posição desconfortável dentro do campo dos arranjos que o privilegiam por fazer parte da masculinidade hegemônica e, com seus atos de passividade, abdica desse direito. Ao quebrar “com jeitos de namorada” a cadeia da distribuição e sustentação das hierarquias, segundo a cultura baseada no binarismo sexual, Aleixo passa a ser representado, pelo narrador, afastado dos arranjos propostos culturalmente, pelo mundo heterocêntrico para os homens. Assim, este assume posição não abonada dentro dos arranjos de gênero, dentro das polaridades que se concretizam entre “o homem que tem a direção em suas mãos versus o homem que é conduzido pela situação” (SEFFNER, 2004, p.132).

O que se pode certamente afirmar é que esse jogo de poder que se estabelece dentro desta relação vista como transgressora, por ser homossexual, nada mais é do que uma variante das hierarquias de poder oriundas das relações de gênero baseadas no binarismo sexual. Podemos afirmar que o micro universo inventado para Amaro/Aleixo é um reflexo não de algo patológico, “mas do fracasso da sociedade patriarcal em oferecer aos homens, e em particular, aos homossexuais, uma iniciação interna e externa para a condição masculina plena” (HOPCKE, 1993, p.179). A demonstração de forças desiguais que traduz o jogo de sedução na relação sexual estabelecida entre os personagens Amaro/Aleixo emana, assim, da própria não-liberdade masculina no que se refere ao agir e atuar sem os mascaramentos impostos pelo cultural, dentro de um mundo marcado por uma tradição, no qual o macho “seduz” e a fêmea se “deixa seduzir”. Entretanto, sabemos que isto é mero logro para enaltecer a masculinidade hegemônica.

Deste modo, Amaro, raciocinando de maneira articulada com o mundo heteronormativo, do qual introjeta seus valores adquiridos pela tradição no qual está vinculado, faz o possível para controlar seus impulsos direcionados para alguém do mesmo sexo. Como discorre esse crítico: “querer gozar de maneira diferente do majoritário seria uma tara que comprometeria todo o potencial humano daquela pessoa” (MORICONI, 2002, p.103), determinando, portanto, suas desventuras e (in) sucessos

futuros que o desprivilegiaria perante seus iguais. Este conflito pode ser visto sob o seguinte prisma: Amaro tem aparentemente o controle da situação, mas, ao mesmo tempo, sente-se impotente e fraco devido ao apelo emocional, ou seja, devido a sua paixão por Aleixo. “Ao pensar nisso Bom-Crioulo transfigurava-se de um modo incrível, sentindo ferroar-lhe a carne, como a ponta de um agulhão como espinhos de urtiga brava, esse desejo veemente – uma sede tantálica de gozo proibido, que parecia queimar-lhe por dentro as vísceras e os nervos (...)” (BC, 23).

Na verdade, o narrador, ao descrever o corpo de Amaro como pleno de força e virilidade e o de Aleixo sempre comparado à forma feminina, tenta nos ludibriar, buscando persuadir-nos de que a atração de Bom-Crioulo por Aleixo se dá pela feminilidade do corpo deste, pelas suas formas arredondadas. Assim, tal atração seria “quase” como se aquele desejasse ou fosse seduzido por uma mulher. Esse argumento não tem a mínima sustentabilidade, já que anteriormente Bom-Crioulo, segundo o narrador, já dera provas de que não conseguia “amar” mulheres. Contudo, de qualquer forma, o que podemos observar na narrativa é a perpetuação da relação de dominação e subordinação que há entre os dois, como se um fosse o homem e o outro uma mulher. Essa comparação do narrador é fruto de uma cultura fundamentada nas relações de exploração e poder mascarado sob múltiplos disfarces.

Vale ainda destacar que os arranjos entre os sexos e as relações de gênero baseadas no binarismo definiram que o “uso do reto para obter prazer sexual acabou criando uma analogia entre ânus e vagina, de tal maneira que os homens que gostassem de abrir-se em flor pelos falos flamejantes não tiveram culturalmente outra saída a não ser ocupar lugares sociais próprios da mulher” (MORICONI, 2002, p.100), lugares esses que tendiam a ser socialmente desvalorizados. Amaro, sendo o penetrador, aquele que perpetua os privilégios de ser do sexo masculino, apesar de sentir atração pelo mesmo sexo, ainda se apoia no fato de ser ele o representante do pênis ereto, ou seja, aquele que vai ocupar um “espaço” no outro. “Nesse dia Priapo jurou chegar ao cabo da luta. Ou vencer ou morrer! – Ou o pequeno se resolvia ou estavam desfeitas as relações. Era preciso resolver “aquilo” (BC, p.30). Aleixo, ao contrário, é visto como passivo, e, como sabemos na cultura ocidental, herdeira da cultura greco-romana, ser penetrado só é “permitido” aos indivíduos considerados hierarquicamente inferiores na escala social. Na verdade, ainda hoje este atavismo cultural persiste tanto no inconsciente individual como no coletivo.

Pela abordagem que Caminha, através de seu narrador, dá a homossexualidade, ao longo do romance, podemos perceber que ele, por pertencer à escola naturalista, está interessado em trazer à baila tal temática com todos os pormenores e nuances, quer esta aconteça na corveta quer no quartinho de sótão da Rua da Misericórdia. Vejamos como o narrador discorre sobre a relação Amaro/Aleixo: “decorreu quase um ano sem que o fio tenaz dessa amizade misteriosa, cultivada no alto da Rua da Misericórdia, sofresse o mais leve abalo. Os dois marinheiros viviam um para o outro: completavam-se. – vocês acabam tendo filhos, gracejava D. Carolina” (BC, p.41).

Outro aspecto a salientar na narrativa é que Bom-Crioulo, que se fechara sexualmente tanto para a camaradagem com seus colegas da marinha, como também para suas experiências com mulheres, deixa se levar pela corrente do desejo e atração incontidos, assim que se depara com Aleixo. Vejamos que a paixão de Amaro por Aleixo está assentada, segundo o narrador, no “desejo fisiológico” entre pessoas de sexualidades opostas, cumprindo, assim, funções orgânicas.

Sua amizade ao grumete nascera, de resto, como nasceram todas as grandes afeições, inesperadamente, sem precedentes de espécie alguma, no momento fatal em que seus olhos se fitaram pela primeira vez. Esse movimento indefinível que acomete ao mesmo tempo duas naturezas de sexos contrários determinando o desejo fisiológico de posse mútua, sentiu-a Bom-Crioulo irresistivelmente ao cruzar a vista pela primeira vez com o grumetezinho (...). O certo é que o pequeno (...) abalara toda a sua alma, dominando-a, escravizando-a logo, naquele instante, como uma força magnética de um ímã. (BC, p.21)

Este encontro, que desequilibra Amaro como se ele fosse destroçado por dentro e por fora, já que ele não se sentia, a partir de então, senhor de si, é problematizado pelo narrador em diversos momentos da trama. A cobiça de Amaro pelo mesmo sexo, ou seja, por Aleixo, é forte demais para ser negada, tinha de ser apresentada como algo incontrolável, uma tara, enfim.

E não era somente questão de possuir o grumete, de gozá-lo como outrora, lá em cima, no quartinho da Rua da Misericórdia:- era questão de gozá-lo, maltratando-o, vendo-o sofrer, ouvindo-o gemer.... Não era somente gozo comum (...). (BC, 74)

A vivência sexual entre os personagens do mesmo sexo biológico é considerada, pelos padrões da época, crime de lesa-natureza; por isso a narrativa é tensa e, desde o início, há indícios de um final trágico, o qual nos vem sendo antecipado, sugerindo punição àqueles que querem se contrapor à ordem heterossexista, mesmo que empurrados por suas condições genéticas adquiridas, ou por pertencer a uma raça considerada inferior e degenerada, como no caso de Bom-Crioulo. Mesmo que a relação entre Amaro e Aleixo esteja simbolicamente sobrecarregada de nuances heterossexuais, já que Amaro nos é apresentado com as características de macho e Aleixo, como portador dos traços de mulher, na verdade, são ambos do sexo masculino, ou seja, em cada um de seus corpos, identifica-se um pênis, sendo isso o bastante para marcá-los anatomicamente como pertencentes ao sexo masculino, independentemente da identificação subjetiva diferenciada. Assim, não há como fugir de uma relação homossexual entre os dois e isto é o que de fato ocorre, e que, dentro da perspectiva do ponto de vista do narrador, merece ser punida – para cada crime um castigo. Ao consentir ser penetrado por Amaro em seus “pruridos de passividade”, Aleixo permite ser dominado, mesmo assim, ele sendo possuído, em um sentido mais amplo, incorpora em si algo de transgressor. Amaro, apesar de ser aquele que penetra, assumindo seu papel de macho, também transgredir o modelo heterocentrista. Dessa forma, através de sua paixão por Aleixo, Amaro faz com que estruturas que pareciam estanques se modifiquem e se realinham dialeticamente, reatualizando comportamentos e problematizando um modelo hegemônico de masculinidade proveniente da cultura judaico-cristã. A relação entre eles é, de fato, transgressora, por isso, vale destacar que essa é valorizada como acionadora da história por diversos pensadores, como se verifica na seguinte citação:

graças à sua capacidade de transgressão é que tem sido possível à raça humana sobreviver e viver. A transgressão não é, portanto, um fato lamentável, porém, um fator de humanização. O ato de transgredir não deve ser encarado como uma espécie de erro, mas como uma espécie de virtude. A maior força do ser humano reside na sua rebeldia, e é dela que extraímos a história. (NUNES FILHO, 1997, p.137).

Observamos que o narrador, imbuído da tradição que elevava a heterossexualidade como natural, chama a relação sexual entre Amaro/Aleixo de “delito contra a natureza” (BC, p.30) e mais adiante no texto afirma sobre a homossexualidade

de Amaro: “a “natureza” impunha-lhe este castigo” (BC, p32). Nesta linha de pensamento ele segue a ótica naturalista que estigmatizava negativamente a homossexualidade. No entanto, a seguir, este narrador onisciente ao deixar Amaro, através da introjeção exprimir seus pensamentos, contraditoriamente desculpa a homossexualidade dele, como se essa fosse também algo natural. “É que nem todos têm força para resistir: a natureza pode mais que a vontade humana...” (BC, 32). Aqui, o “narrador arrisca-se a consentir a revelação ou frustrações que em nada se liguem aos interesses da estética naturalista (REIS, 1980, p. 79), transferindo e dando liberdade ao personagem-título, Amaro, “a liberdade de introspectivamente concretizarem sua própria análise psicológica” (REIS, 1980, p. 122).

No terceiro capítulo do romance, o narrador nos apresenta Aleixo como uma figura de um anjo sedutor andrógino, cujo fascínio sobre Amaro era tão intenso que esse não pode se afastar de sua órbita. Aleixo povoa a imaginação de Bom-Crioulo, com seus olhos azuis, cabelos alourados e suas formas masculino-femininas provocadoras. Amaro se vê hipnotizado e dominado por essa figura sedutora, tornando-se escravo desta paixão avassaladora. “Na experiência da paixão, as chances de sofrer são tão grandes que só o sofrimento revela a inteira significação do ser amado” (NUNES FILHO, 1997, p.131). Amaro não consegue mais ser todo de si próprio, sonhando que a viagem da corveta de volta à baía da Guanabara, após sua aproximação com Aleixo, nunca termine, permitindo-lhe desfrutar “eternamente” o efêmero da sua paixão. “Era o Bom-Crioulo, cujo espírito debatia-se como um pássaro agonizante em torno desta única idéia - o grumete Aleixo, que o não deixava mais pensar noutra coisa, que o torturava dolorosamente (...)” (BC, 23).

Bom-Crioulo, na descrição do narrador, é o personagem que em muito se aproxima do protótipo de masculinidade cultuada pelos povos do Ocidente. Ele era, segundo o narrador, um “latagão de negro, muito alto e corpulento, figura colossal de cafre, desafiando, com um formidável sistema de músculos” (BC, p15). Vale observar que, mesmo cobiçando uma pessoa do mesmo sexo, esse não é questionado quanto a sua masculinidade, pois ele é o penetrador. Os papéis sexuais, mesmo no amor entre pessoas do mesmo sexo deveriam continuar determinados dentro do binarismo que rege as questões de gênero.

Dentro do negro rugiam desejos de touro ao pressentir a fêmea...
 Todo ele vibrava, demorando-se na idolatria pagã daquela nudez

sensual como um fetiche diante de um símbolo de ouro ou como um artista diante duma obra-prima. Ignorante e grosseiro, sentia-se, contudo, abalado até os nervos mais recônditos, até as profundezas do seu ser moral e físico... (BC, 39).

Nesta citação podemos vislumbrar o início das inquietações de Amaro quanto a sua prática homossexual. Ele que até então, aos trinta anos, se mantivera virgem de mulheres e de homens, sentira-se impelido sexualmente em direção a Aleixo. Assim, vemos esboçado em Amaro, segundo o narrador, um desejo incontrollável pelo grumete Aleixo, mesmo que o primeiro continue a agir como conquistador e que ainda não queira abrir mão dos privilégios herdados por ser homem.

Reconhecia que fizera mal, que devia ser punido, que era tão bom quanto os outros, mas, que diabo! Estava satisfeito: mostrara ainda uma vez que era homem (...) Depois, estimava o grumete e tinha certeza de o conquistar inteiramente, como se conquista uma mulher formosa, uma terra virgem, um país de ouro...Estava satisfeitiíssimo! (BC, p.16)

Na Bíblia, Lv 18,22, já se vê esta analogia e condenação do homem que se deita com outro homem como se fosse uma mulher. O narrador, revestido deste atavismo cultural, quer nos passar esse dado, para também condenar a relação Amaro/Aleixo. Na verdade, o que se vê também é uma tentativa de direcionar a desejo sexual, que só poderia se manifestar em direção ao sexo oposto. A feminilização do corpo de Aleixo, pelo narrador, atende estas prerrogativas. “E vinha-lhe à imaginação o pequeno com os olhinhos azuis com o seu cabelo alourado, com suas formas rechonchudas, com o seu todo provocador.” (BC, p.23). Desta descrição, é patente que o grumete, para ser desejado por Bom-Crioulo, tem que ser travestido de mulher, reafirmando o binarismo como regulador dos gêneros. Aleixo, assim, nos é apresentado, pelo narrador como objeto angelical, sedutor, diabólico e feminino, imagem esta associada à Eva, que induz Adão sedutoramente a comer do fruto proibido. Aqui, observamos, também, que toda economia erótica, que norteia seus princípios através da heteronormatividade, trabalha com a questão de oposição do masculino em relação ao feminino, tentando demonstrar que “o gênero não somente designa as pessoas, as “qualifica”, por assim dizer, mas constitui uma episteme conceitual mediante a qual o gênero binário é universalizado.” (BUTLER, 2010, p.43).

O desenrolar do enredo nos mostra que, antes que a velha corveta chegue ao porto, o amor vivido pelos dois marinheiros, que passara de mero desejo, pois ocorrera em alto-mar, já marcara suas existências: “a claridade não chegava sequer à meia distância do esconderijo onde eles tinham se refugiado. Não se viam um ao outro: se sentiam e adivinhavam-se por baixo dos cobertores” (BC, p.30). Ali, nesse encontro marítimo, tudo fluiu no encadeamento do prazer e da paixão, sem deixar de nomear que a questão de poder estava sobremaneira agregada a este. No entanto, assim que a corveta ancora em terra firme, tinha-se de abandonar o mundo fluido, já que o território agora era outro, apesar das regras heteronormativas serem as mesmas tanto na terra como no mar, naquela, elas eram mais definidas e inflexíveis. Como qualquer outro casal, Amaro e Aleixo descem do navio em direção à Rua da Misericórdia, procurando por um lugar onde possam se estabelecer. O tempo do amor flutuante, da conquista, já passara. Agora eles sentiam necessidade de um amor mais estabilizado, de modo que pudessem continuar o “amor” *ad eternum*, seguindo a lei “quem casa quer casa,” de herança burguesa.

Quase um ano de convivência fora o bastante para que ele se identificasse absolutamente com o grumete, para que o ficasse conhecendo, e a convicção de que Aleixo não o traía entregando-se à fúria selvagem de qualquer marmanjo, a certeza de que era respeitado pelo outro, comunicava-lhe essa tranquilidade confiante de marido feliz, de capitalista zeloso que traz o dinheiro guardado inviolavelmente. (BC, p.41)

Ainda que a relação entre os dois carregue essa nuance pequeno-burguesa de ideal de família estabelecida, obviamente, na prática, esta não perde seu caráter de relação marginalizada, pois transgredia aquele ideal.

Quando o casal de amantes homossexuais chega à Rua da Misericórdia e sobe a escada que os levaria ao sótão, - espaço que Amaro alugara na pensão de D. Carola Bunda, onde passariam a residir quando estivessem em terra firme – há indícios que seus pés não estavam calcados sobre degraus de firme sustentação naquela escada “triste e deserta”. Na verdade, isto parece indicar que aquela relação homossexual os levaria a tristeza, ao isolamento e que, ao mesmo tempo, esta escalada poderia destruir a ambos, pois ela não dava suporte adequado para sustentar o peso do opróbrio que viria a cair sobre eles, caso insistissem naquela relação amorosa. A paixão entre os dois, ao ultrapassar as fronteiras reguladoras e separativas do “certo” e do “errado” no campo da

sexualidade padronizada, os impelia na direção da solidão e da morte social. “Subiram cautelosos, por ali acima, uma escada triste e deserta cujos degraus íngremes, ameaçavam fugir sob seus pés” (BC, 34). Vejamos que, segundo o narrador, quanto mais Amaro e Aleixo vivenciassem relaxadamente seu amor estigmatizado negativamente, mais estariam ameaçados de serem destruídos por causa das normas canônicas nas quais tem de girar as práticas sexuais impostas pela moral sexual cristã pequeno-burguesa.

Este quartinho no sótão, quase rente às telhas, cheirando a ácido fênico - local onde sabem ter morrido um português - com uma cama de vento “já muito usada, sobre a qual Bom-Crioulo tinha o zelo de estender, pela manhã, quando se levantava, um grosso cobertor encarnado para ocultar as nódoas” (BC, p. 38), parece isolar a paixão entre os dois – representada simbolicamente pelo lençol vermelho e literalmente pelas manchas de esperma – num espaço intermediário entre o céu e a terra, afastado dos olhares inquisidores. Esse era um dos poucos lugares legitimamente permitidos, onde eles poderiam exercitar “abertamente” aquela paixão transgressora. Neste sótão que eles tentavam esconder a “nódoa” que os acompanhava. O cheiro do ácido fênico que emana do quarto do casal indica assepsia, utilizado na limpeza do quarto para afastar o risco da febre amarela da qual morrera o português, mas, também, serve para demarcar que esta paixão doente, precisava de isolamento, para não contaminar a moral vigente. O ácido fênico, ao mesmo tempo, dissimularia qualquer vestígio de odor das práticas sexuais que havia entre estes dois homens, afastando, assim, os riscos de punição que estes sofreriam se fossem descobertos como um casal pretenso “legítimo”, mas, na verdade, deslegitimado pelos parâmetros burgueses.

Segundo o narrador, o mundo de Amaro se concentra no trabalho, mas nas horas de folga seus pensamentos voam em direção ao objeto amado, Aleixo, e ao quartinho da Rua da Misericórdia, espaço de cumplicidades, afastado dos olhares e da maledicência dos preconceitos e no qual eles podiam prestar tributo a Eros. Este sótão da pensão e Aleixo eram para Amaro o princípio e o fim, o restante não tinha qualquer importância. O amor entre os dois, inicialmente, e mesmo em todo momento transgressor, vai tomando ares de sentimento pequeno-burguês, em que a fidelidade seria fator de grande valor. Mas essa felicidade de Bom-Crioulo escapa ao seu controle. Ele é separado de Aleixo ao ser transferido para trabalhar em outro navio e o relacionamento deles, antes intensamente vivido, passa a ser marcado por ausências, desencontros permanentes e esporádicos encontros. Carola Bunda aproveita essas

ausências, insinuando-se para Aleixo, que cede aos desejos dela, tornando-se seu amante. Amaro, a partir daquele acontecimento, passa a perder importância aos olhos do objeto amado. Aleixo, com a perda da virgindade, no que se refere ao terreno heterossexual, passa a ser, a partir de sua iniciação sexual com mulheres, nomeado, pela voz narrativa, com epítetos masculinos, já que passara a utilizar-se de seu membro viril, marca obsessiva da masculinidade hegemônica. Seu desejo, enquanto homem virilizado tomava agora “rumo certo” e assim, o narrador começa fazer comparações positivas, segundo os ditames da cultura heterocentrista, sobre ele. “O efebo teve um arranco de novinho excitado” (BC, p.46).

Carola Bunda seduz o grumete e o possui, crendo que matara a homossexualidade dele. Na verdade, Aleixo é pura sensualidade, pois onde se encontrava causava reações de excitação. Ele se enche de garbo quando descobre em si um alto poder de sedução, pois além de conquistar homens, tinha também, a capacidade de conquistar e satisfazer sexualmente as mulheres. Este cruzar de fronteiras de Aleixo mostra que mesmo sendo a bissexualidade não inserida no campo das masculinidades hegemônicas, não se afasta do modelo binário no qual esta inserida. No que se refere ao campo biológico, Aleixo é homem; contudo, o grumete carrega consigo elementos do sexo oposto, o que o torna objeto do desejo de ambos os sexos. Livre da paixão exclusiva de Amaro e, consciente de seu potencial sedutor, Aleixo sonha ultrapassar os limites que o prendiam à pobreza. Seu interesse, a partir de então, passa a ser o de encontrar um homem rico que o sustente. O mercantilismo sexual encontrara em Aleixo um neófito.

Essa idéia penetrou-o como uma lembrança feliz, como um fluido esquisito que lhe inoculasse no sangue. – Podia encontrar algum homem de posição, de dinheiro; já agora estava acostumado “àquilo”... O próprio Bom-Crioulo dissera que não se reparavam essas coisas no Rio de Janeiro. Sim, que podia ele esperar de Bom-Crioulo? Nada, e, no entanto estava sacrificando a saúde, o corpo, a mocidade... ora não valia a pena! Saltou da cama e foi se vestindo devagar, assobiando baixinho, dominado por aquela idéia. – Estava aborrecido, muito aborrecido: precisava mudar de vida. (BC, p.43).

Na mais alta hierarquia da marinha, bem como entre os subalternos, segundo as descrições e indicações do narrador em *Bom-Crioulo*, proliferavam relações homossexuais. Mesmo que isso só se manifeste às escondidas e nas fofocas em que se sugere que “falavam cousas” de um ou de outro membro do grupo (BC, p.54). Assim,

Amaro não era exceção. É justamente para um couraçado¹⁴ de um desses comandantes de quem “se falavam cousas” que Amaro é enviado como força de trabalho.

O comandante, diziam, não gostava de saias, era homem de gênio esquisito, sem entusiasmo pela mulher, preferindo viver a seu modo lá com a sua gente, com seus marinheiros... E havia sempre uma dissimulação respeitosa, um pigarrear malicioso, quando se falava do comandante (BC, p.54).

Bom-Crioulo evitava este comandante como se evita um inimigo; era uma antipatia instintiva, como se visse nele sua própria imagem refletida. Provavelmente, rejeitasse, já que estava apaixonado e afastado compulsoriamente de Aleixo, qualquer interesse gratuito que alguns homens sentiam pelos outros. Além de que, o ato de trabalhar neste couraçado o afastara de Aleixo, por conseguinte, no comandante, também encarnara, segundo o pensamento de Amaro, o motivo da separação. “Esse homem nasceu para me fazer mal, pensava o negro supersticiosamente” (BC, p.55). Assim, a figura do comandante torna claro seu afastamento do objeto amado, ao mesmo tempo em que a figura daquele, em potencial, é impedimento, na imaginação de Bom-Crioulo, para seu encontro com o grumete Aleixo – substantivo proveniente do verbo ‘aleixar’ que, segundo o Dicionário Aurélio B. de Holanda, significa afastar-se, ir para lugar distante. Aleixo, portanto, é o objeto do desejo afastado de Amaro. A partir deste afastamento e dessa distância que o fazem sofrer, Amaro chega a considerar outras alternativas afetivo-sexuais, ou seja, abandonar a homossexualidade e unir-se a alguém de sua cor e do sexo oposto.

Percebe-se, deste modo, certo receio de Amaro em respeito ao sofrimento inevitável que ele identifica como vinculado às paixões por alguém do mesmo sexo e de outro grupo racial, dentro de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e pela escravidão, que segmentava os indivíduos, através de uma hierarquia, na qual cor e/ou o sexo eram fatores condicionantes, tornando, assim, impraticável um relacionamento tanto interracial como homossexual sem maiores atropelos. Na narrativa caminiana

¹⁴ Uma das críticas à Monarquia no romance de Caminha está justamente assentada na questão da esquadra brasileira que precisava ser renovada. “No final do século XIX, a Marinha estava em petição de miséria. Para Rui Barbosa, antes de 1893 a armada via-se “reduzida a restos esparsos e inanimados” (MARTINS FILHO, 2010, p.45). A esquadra brasileira finissecular era remanescente da Guerra do Paraguai (1864-1870). Devido a não renovação de nossa frota, nossos navios compostos de couraçados à vapor e de fragatas à vela passavam mais tempo em reformas, pinturas e consertos nos estaleiros do que no mar. Como Caminha, muitas vozes do final do século acreditavam que o caminho para a redenção do Brasil, inclusive de nossa Marinha, era a República.

ocorre, assim, uma dupla transgressão no relacionamento afetivo-sexual entre Amaro e Aleixo, já que esse é um relacionamento homogenital e também interracial. Na relação, um negro, considerado como pertencente à raça inferior – não devemos esquecer que raça no Brasil está imbricado ao indivíduo de pele negra – é impulsionado sexualmente na direção de um branco feminilizado, considerado pela sua brancura como pertencente à raça “superior”. Na verdade, o narrador de forma irônica e paradoxal, pois o relacionamento sexual homossexual é uma prática sexual infértil, no que concerne a gerar descendentes, inocula valores raciais brancos heterocentristas na mente de Amaro, de modo que ele os exteriorize inconscientemente. O instinto do desejo sexual de “aprimoramento” da raça – diversas teorias levam em conta que no inconsciente coletivo das raças não brancas é inoculada a ideia que os valores associados ao branco europeu e a sua cultura são superiores aos de outras raças –, por isso, havia uma propensão natural de Bom-Crioulo em sentir atraído sexualmente por Aleixo – ultrapassa, assim, as fronteiras da sexualidade procriativa. O frenesi sexual de Amaro por Aleixo, que o torna indefeso sexualmente perante a genética branca de Aleixo, demonstra que também a libido homossexual se curvava as teorias de “aprimoramento” das raças. Deste modo, seguindo o raciocínio do narrador, atrelado à questão da eugenia, a busca pela apuração racial sobrepõe até as barreiras atreladas ao sexismo. A libido do negro Amaro que, até então, resistira a todos os apelos de vivência sexual, não conseguira resistir aos apelos da “pureza” do branco grumete, descendente de europeu.

Apesar dos seus limites, como homem simples, negro e ex-escravo, Amaro, dentro de seu campo de racionalidade, percebe os obstáculos que as convenções culturais lhe impõe por viver um relacionamento homossexual e interracial com Aleixo. Mesmo assim, Bom-Crioulo não resiste aos apelos da paixão, apanha um escaler e deixa o encouraçado. Vale salientar que ele estava veementemente proibido de deixar o navio no qual trabalhava. Ele descumprindo ordens e vai à procura de Aleixo. Como não o encontra de imediato, embriaga-se e briga no cais do porto, acabando preso e chicoteado. “À última chibatada, Bom-Crioulo rodou e caiu sobre o convés, porejando de sangue. Ah! Não havia no seu dorso uma nesga de pele que não fosse atingida pelo vime” (BC, p.56). Observamos que, ao tentar aproximar-se de sua paixão homossexual, Amaro comete um crime de desobediência, merecendo ser castigado pela transgressão. Se, já no início do romance, quando Amaro fora chicoteado por defender Aleixo, nosso narrador apontava que o “fardo” de tal amor seria pesado e doloroso, no fim do romance tal promessa é cumprida literalmente em seu corpo açoitado por chibatadas. Deste

modo, observamos que “assumir uma paixão exige, pois, disposição para enfrentar perigos, temores, sofrimentos, incertezas. É o que se pode chamar de experiência da perdição” (NUNES FILHO, 1997, p.133). Obviamente tal “perdição” seria muito mais pronunciada quando tal relação acontecia entre pessoas do mesmo sexo, dentro de um mundo naturalista-determinista inserido no Brasil conservador do final do século XIX.

Após ser espancado, quase até a morte, no navio em que estava engajado, prática corriqueira nos navios da Marinha Imperial Brasileira, Bom-Crioulo é enclausurado dentro do hospital da marinha e submetido a um isolamento que só fazia realçar sua paixão desmedida. Então, Amaro planeja “um meio de fugir, de abandonar o hospital em procura do grumete (...). Mas como fugir? Como iludir a vigilância das sentinelas?” (BC, p.64). Pensa em Aleixo em todos os momentos, a separação do amante leva-o a loucura, ao desespero. Amaro sente uma saudade incontornável: “Seu consolo neste abandono de galé, nessa espécie de viuvez d’alma, era o retrato de Aleixo, uma fotografia de baixo preço tirada na Rua do Hospício, quando ele e o pequeno ainda moravam juntos na corveta” (BC, p.61). A vida triste no hospital aumentava-lhe o tédio e o desassossego, aborrecendo-o a ponto de desesperá-lo. Aquela situação era um castigo sem nome e sem par para ele. Justamente ele, que precisava de liberdade para vivenciar seu desejo, para proceder conforme seu temperamento e usufruir de seu amor emocional e físico por Aleixo. “A separação lenta que se segue ao “distanciamento” mútuo é um longo e doloroso processo comparável a uma doença crônica” (CARUSO, 1984, p.15).

Percebe-se, nesse afastamento físico imposto aos amantes, que o narrador isola e restringe a prática homossexual estabelecida entre os dois marinheiros, punindo o protagonista não só por amar outro homem, mas principalmente por este querer assumir esta relação nos moldes estabelecidos pela família patriarcal burguesa. A voz narrativa nos faz compreender que há brechas sociais em que a homossexualidade pode circular; contudo, tal prática não deve se manifestar às claras, escancaradamente, pois suas fronteiras devem estar circunscritas a certas áreas ou microterritórios. A homossexualidade só pode ser praticada às escondidas, em espaços específicos, ou seja, em guetos que transgridem o *status quo* estabelecido pelo normatizado, mas sempre sob os olhares policiais e permitidos, de alguma maneira, pelo social “legalizado” e “legitimado”.

Seguindo a análise do romance, observamos que Bom-Crioulo sofre e sente ódio pelo amante que tanto cobiça, principalmente quando é informado de que Aleixo

estaria tendo outro relacionamento ou se envolvendo com alguém sexualmente. O grumete não sai de sua cabeça, se fixa nela como uma obsessão. O distanciamento faz com que o desespero aumente mais e mais, principalmente pelo fato de que Aleixo não o procura, nem para uma visita rápida ao hospital em que Bom-Crioulo se recupera da grande “surra” que levou, por causa das “loucuras” praticadas devido à separação de Aleixo. O ciúme, associado a uma paixão desesperada, torna-se alento para que este adquira forças para viver e procurar Aleixo. Ainda havia nele um fio de esperança, no sentido de salvar sua relação. Nesta dúvida, Amaro pede a um empregado do hospital que escreva um bilhete para Aleixo, para que esse viesse visitá-lo no hospital. O bilhete é entregue à Rua da Misericórdia, em mãos de Carola Bunda que, com pavor do que poderia ocorrer se Bom-Crioulo soubesse do relacionamento dela com Aleixo, o rasga imediatamente, após ler a mensagem. “Fê-lo em miunçalhas atirando os bocadinhos no caixão do cisco – Ora, adeus! aquilo não servia para nada!” (BC, 66). Amaro aguarda em vão pela visita de seu amado ao hospital. Na inútil espera, esse se desconcerta, já que “a paixão é um desequilíbrio, uma desordem que alguém nos provoca pelo simples fato de existir, e sobre essa existência não temos nenhum comando” (NUNES FILHO, 1997, p.132).

Depois dessa infinita espera e da desesperança do reencontro, em Amaro eclode um turbilhão de ódio, associado ao desencontro dos amantes: violência e paixão passam a ocupar o mesmo coração. “Os homens apaixonados “ardem” – uma velha imagem que recorda a força da vida e também o aniquilamento, a consumação” (CARUSO, 1984, p. 220). Dessa forma, Amaro viabiliza sua fuga do hospital para ir ao encontro do amado a fim de verificar *in loco* o que estava ocorrendo. Abandona, assim, o lugar do que espera para tornar-se, quando chegar à Rua da Misericórdia, no não-esperado desesperado, ou seja, naquele que surpreende. Já que não pode possuir o objeto amado, talvez fosse melhor acabar sua paixão, matando o outro, seguindo raciocínio lógico da desrazão passional.

Quando se perde alguém que se ama, e esse amor- essa pessoa- continua vivo(a) há então uma morte anormal. O NUNCA MAIS de não ter o que se ama torna-se tão irremediável quanto não ter NUNCA MAIS quem morreu. E dói mais fundo porque se poderia ter, já que esta vivo(a) (ABREU, 2006, p.30).

Renasce em Bom-Crioulo o furor de possuir Aleixo de qualquer maneira. Ensandecido por ter sido abandonado, este vai em busca de seu objeto do desejo

distanciado e perdido. Pensando no abandono, passa a odiar cada vez mais o grumete, “o causador de todos seus males” (BC, p.71). Neste conflito e em plena loucura, não havia espaço em sua mente para o exercício da razão. “Bom-Crioulo só tinha uma idéia: vingar-se do efebo, persegui-lo até a morte, aniquilá-lo para sempre!” (BC, p.71). Amaro perdera a capacidade de decisão, se é que essa é possível nos devaneios dos apaixonados. Não conseguia fugir da obsessão que o consumira por inteiro. O sentimento nasceu e desenvolveu-se como uma erupção vulcânica, destruindo tudo que havia em seu mundo, se contrapondo aos parâmetros morais. Amaro foge do hospital, sabendo o que buscava; e vai em direção a Aleixo, sua paixão – para vivenciá-la ou exterminá-la. Assim,

O negro não teve dúvida, ergueu-se (...), amarrou na cintura uma navalha de marinheiro que o acompanhava sempre, vestiu, por baixo da roupa branca de doente, a camisa de gola, e voltou cauteloso, perscrutando o silêncio e a escuridão. Depois foi tudo muito rápido; deu volta ao cabo na janela, um cabo grosso trançado, e – que os pariu! – saltou fora. (BC, p.74-75)

Após a fuga, Amaro pega um bote, e depois de alcançar o porto, chega rapidamente à Rua da Misericórdia, mais precisamente à padaria próxima à casa de Carola Bunda, procurando colher informações sobre Aleixo, ao mesmo tempo em que ansiava por vê-lo passar. Na padaria, Amaro descobre que Aleixo estava amasiado com a proprietária da casa em que morava. Neste momento ele estremece e fica aturdido. “Aleixo amigado com a portuguesa, com a D. Carolina! Era inacreditável uma falta de vergonha, um escândalo” (BC, p.78). É então que surge a figura do grumete, apertado em seu traje de marinheiro azul e branco. Amaro salta num impulso de virilidade felina em direção à presa, na verdade, seu ex-amado, agora odiado. Neste momento ele age dominado pelos valores de dominação e poder que estão agregados à questão da masculinidade dentro de grupos patriarcais – o homem não pode ser traído – e, como Amaro é o pólo supostamente masculino da relação homossexual, segundo o narrador, sente que pode e deve vingar-se da afronta da traição, em nome da honra.

Aliás, destacamos que a escolha desta rua, pelo narrador, para fixar a residência dos amantes masculinos - uma entre tantas permissivas na capital da Corte brasileira, onde ficava o sótão em que moravam e se escondiam Amaro e Aleixo, é carregada de simbolismo, já que ‘misericórdia’ é palavra que significa, segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, tanto compaixão despertada pela miséria

alheia como também punhal que os cavaleiros traziam do lado direito e com o qual matavam o adversário derrubado se este não implorasse por misericórdia. Observa-se que a rua, com este epíteto, não foi uma opção gratuita do narrador, pois historicamente ela existia no Rio de Janeiro imperial. A escolha da Rua da Misericórdia tem, ao mesmo tempo, uma dupla significação: a chaga que maculava a prática homossexual de Bom-Crioulo, com a qual os diversos segmentos sociais não tinham compaixão e a antecipação da morte do amado pelo amante por apunhalamento. Na verdade, Aleixo pede misericórdia, mas, ironicamente, é morto com um golpe certo de “misericórdia”, não sendo atendido como implorante pelo ex-amante - “me solte! continuou o efebo trêmulo, acovardado. Me largue! -Não te largo, não, cousinha ruim, não te largo, não! Bom-Crioulo, este que aqui esta, não é o que tu pensas... - Mas eu não fiz nada!” (BC, p.79). Amaro é vinculado em várias passagens do romance a um animal; segundo o pensamento de algumas correntes teóricas da época, o negro estava muito próximo da animalidade - seguindo só os instintos, não conseguindo humanizar-se e comover-se com o pedido de misericórdia do amado.

O objeto amado pelo macho, dentro de uma compreensão patriarcal de mundo, é propriedade privada; assim, Amaro, projetando essa herança cultural, sente-se no direito de ceifar a vida de Aleixo como resposta ao abandono e traição. Mesmo sendo escravo, fugitivo da lavoura de café em busca da liberdade, Amaro não tem a menor noção de que seu amado poderia objetivar também a liberdade do jugo dele. Acreditava Amaro, como amante, que pudesse manter Aleixo para sempre sob seu comando e controle.

A luta pela liberdade não é um exercício gratuito, pois exige ganhos e perdas, por isso o narrador, que desde o início do romance de Caminha dá indícios de que algo trágico acompanharia o desfecho da trama, faz com que Amaro assassine o seu amado, já que não encontra terreno fértil dentro do mundo patriarcal heteronormativo para que sua relação de amor diferenciada das normas pudesse ser vivida com sucesso e em liberdade. A inviabilidade da relação homossexual no romance é golpeada sem misericórdia pelo narrador, já que, dentro de uma sociedade regida pelas normas do patriarcalismo, toda relação que se afaste do cânone pequeno-burguês, colocando em xeque a continuidade e perpetuação da espécie, sustentáculo do estado burguês, teria de ser censurada, ou melhor, ser assassinada, exterminada. A homossexualidade é crime e deve ser punido com a morte, segundo o ponto de vista da sociedade patriarcal e é isso que ocorre no final do romance no que se refere à relação entre Bom-Crioulo/Aleixo.

Em Bom-Crioulo, a violência seguida de morte como saldo final do romance destrói a felicidade do protagonista, mas, porque toma a forma de assassinato e não de suicídio, preserva a existência da homossexualidade para além das molduras do tempo narrativo. Na versão brasileira, se o homossexual não pode ser feliz, ao menos ele pode existir. (MENDES, 2000, p.211)

Poderíamos afirmar que dentro dos parâmetros norteadores da sociedade brasileira do fim do século XIX, Bom-Crioulo é representado como aquele que ultrapassa as barreiras impostas pela ideologia do colonizador branco. É bom enfatizar que “as ideologias sexuais da última parte daquele século apresentavam a pessoa negra – “o feroz selvagem – como situado mais abaixo, na escala evolutiva, do que a branca: mais próxima das origens da raça humana; isto é, mais próxima da natureza.” (LOURO, 2001, p.58). Ao amar na prática, alguém do mesmo sexo biológico e de raça branca considerada “superior” a sua, Amaro problematiza o alicerce no qual repousa todo arcabouço da sociedade escravagista patriarcal e se insurge tanto contra valores sexuais heteronormativos que o impediam de humanizar-se como também contra a moral conservadora que regia a vida imperial brasileira escravagista.

2.8 O Barão de Lavos e Bom-Crioulo: homossexualidade e diálogos cruzados

O desejo é infinito por natureza e a maioria passa a vida tentando saciá-lo. (Aristóteles, Ética a Nicômano)

As questões associados às masculinidades marcadas negativamente serão discutidas neste item através dos diálogos cruzados que as aproximam e as distinguem. Nestes (des)enlaçamentos entre as duas nações, Portugal e Brasil, verificaremos os conflitos existentes na representação da homossexualidade nos contextos – português e brasileiro -, herdeiros culturais de uma mesma língua de origem, situados num mesmo recorte de tempo cronológico, contudo diferenciados historicamente, com realidades distintas como metrópole e ex-metrópole, colônia e ex-colônia e, sobretudo, com diferenças acentuadas nos campos culturais, econômicos, sociais e de gênero.

No *Barão de Lavos*, estão representadas três classes sociais: como protagonista-título, o barão de Lavos, Dom Sebastião; D. Elvira, esposa do Barão, uma pequeno-burguesa e Eugênio, jovem desempregado, amante do barão, pobre, cínico e, pertencente à categoria de “rejeitados socialmente”. Podemos ver, neste último, uma pré-indicação do que Bauman (2005), mais tarde, caracterizará como uma pessoa “não mais necessária ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e, portanto de acomodação impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista.” (BAUMAN, 2005, p.47). Aqui devemos fazer uma ressalva: ainda que Portugal fosse um país agrícola, não tendo entrado no que podemos chamar de economia capitalista industrial, ao redor de suas grandes cidades já se via o surgimento de fábricas.

Quanto à questão das classes sociais, na análise da narrativa portuguesa, essa aparece na estética naturalista como metáfora para o “uso” sexual de Eugênio pelo barão. Isto acontece, justamente, para demonstrar tanto a degenerescência da decadente monarquia portuguesa como também para tornar claro que “a satisfação de uma sexualidade *anormal* para os padrões morais da época exige, como contraparte, o poder econômico” (OLIVEIRA, 2008, p.31). Ao mesmo tempo, é necessário observar também que, na obra de Caminha, Bom-Crioulo é o provedor de Aleixo. Mesmo aquele fazendo parte da baixa hierarquia social da Marinha Imperial Brasileira, está acima financeiramente do seu amante. Neste diálogo entre o Bom-Crioulo e Aleixo podemos divisar esta hierarquização: “Bom-Crioulo estava disposto a ir à terra. – Por que não? Já estava concedida a licença. – Ah! Pensei que tinha se esquecido. – Qual esquecido! Pois eu não te disse que hoje mesmo havíamos de arranjar o nosso ninho” (BC, p.33). Também no romance de Botelho, podemos divisar, em diversos momentos, esta questão da utilização desmedida do poder econômico sendo pontuado pelo narrador. Dentre estes recortes, escolhemos o momento em que Eugênio cinicamente reconhece os possíveis ganhos se aceitar ceder aos caprichos sexuais do barão.

Evidentemente, estava tratando com um alto personagem! Fidalgo e rico, não havia dúvida. – Deixar de farófias... era aproveitar, antes que outro o fizesse. Baguinho e boa vida, vinha do céu! – E o malandrete, com o olhar hipnotizado na pinturilagem do escudo, baixou o pescoço em sinal de submissão. (BL, p.60)

Assim, vemos que, nos dois romances, os narradores, seguem a mesma linha de juízo moral, quando tentam mostrar que a homossexualidade está associada à exploração econômica de jovens marginalizados socialmente. Mas, o que os narradores

pretendem, em suma, é ampliar a discussão da questão, partindo do pressuposto de que toda prática sexual, seja heterossexual, homossexual ou bissexual, pode, muitas vezes, estar baseada na exploração econômica; norteadas pela exploração dos excluídos econômicos que cedem aos apelos sexuais dos pertencentes às classes sociais mais aquinhoadas. Contudo, a questão pontual da prática sexual homogenital nos romances estudados está, segundo os narradores, associada diretamente à herança genética de seus personagens-título, que se utilizam do seu poder econômico como atalho para exercitar suas patologias e atingir seus objetivos sexuais.

Nossos protagonistas: O Barão de Lavos e Bom-Crioulo, mesmo tendo suas práticas sexuais marcadas negativamente dentro da ótica da heteronormatividade compulsória, agem diversas vezes como sujeitos de seus desejos, ainda que, segundo seus narradores, os agires deles sejam determinados por suas respectivas genealogias e não pelas possibilidades que o livre-arbítrio lhes oferece. Deste modo, eles colocam em xeque, supostamente impulsionados por suas cargas genéticas negativas, o modelo naturalizado da heteronormatividade. No comportamento destes podemos ler que “o praticante da desconstrução trabalha dentro dos termos do sistema, mas de modo a rompê-lo” (CULLER, 1997, p.100).

Na se pode deixar de destacar nas tramas as relações heterossexuais dos jovens amantes dos personagens-título com mulheres mais velhas, perfazendo, assim, triângulos amorosos. A formação desses é basilar para o desenvolvimento das diegeses. A presença de amantes femininas nos romances serve para respaldar a identidade masculina em sua necessidade de conquista como ponto de demarcação para salvaguardar socialmente os bastiões culturais do patriarcado. Essas presenças também podem ser analisadas como um reforço ao binarismo que rege as questões de gênero. “Apesar de construir sua identidade em oposição à mulher, daquilo que ela representa e daquilo que ele pode fazer, é através da mulher que o homem, constantemente, prova sua masculinidade” (MUSSKOPF, 2005, p. 85-86). As variadas performances no campo sexual dos personagens destes romances demonstram que as flutuações dos desejos extrapolam o mito cultural criado pela heteronormatividade e, nos apontam que estes são bem menos previsíveis do que se imagina.

Conforme mencionado, na narrativa de Botelho, o triângulo amoroso é formado pelo barão, o efebo e a esposa do barão, Elvira. No início do romance, o narrador nos apresenta D. Sebastião procurando inescrupulosamente jovens, para sua satisfação sexual, em frente a um circo em Lisboa. Lá, o barão encontra Eugênio e, com

o desenrolar da relação, aquele se apaixona pelo jovem, perde-se de si mesmo, descendo ao inferno que o opróbrio acarreta.

havia dois meses que D.Sebastião o amava, sempre com a mesma igualdade, a mesma sofreguidão, a mesma efervescência. Ao contrário do que lhe sucedera com muitos outros, a paixão por este rapaz mantinha-se inalterável, firme, resistindo aos caprichos daquela vontade titubeante. Era uma doentia obsessão, um amor estranho, dissolvente, enorme, duma acuidade que fazia sofrer. Um misto extravagante de submissão e de império, de adoração e de lascívia, que prendia o barão aquele indivíduo do mesmo sexo por laços mais poderosos do que quantos nos serve a História como exemplo de ligação admirável entre homem e mulher. (BL, p.95)

A trama se complica, anunciando uma tragédia eminente, quando a esposa do barão, seduzida pelo jovem Eugênio, se apaixona por este. A desesperada paixão do personagem-título pelo amante e a descoberta da dupla traição conduz D. Sebastião a apagar em sua vida todos os níveis de decência pequeno-burguesa e o conduz numa espiral descendente de degradação que o leva à sarjeta.

A partir da tomada de consciência de seu poder de sedutor tanto sobre o barão como sobre Elvira, esposa deste, o jovem amante - um exímio cínico e perdulário - passa a explorar a ambos. Sobem os gastos do barão e da baronesa na tentativa de segurar o amante. Isto faz com que o barão e a esposa completem em suas vidas as três fases que a condição humana, na lógica cristã, pode vivenciar: céu, purgatório e inferno. Na verdade, a relação com Eugênio, prazerosa no início, leva-os posteriormente à ruína financeira e, conseqüentemente, à decadência moral. Quando o barão descobre que é duplamente traído, termina seu casamento de conveniência e sua desenfreada paixão homossexual. O barão que, segundo o narrador, já era, por sua gênese bastarda, propenso ao desregramento, atinge com a dupla tragédia, o ápice do descontrole psíquico e emocional.

E sozinho em pé a meio do quarto, o barão, fulminado desta dupla traição pela evidência iniludível, assim brutalmente ulcerado na sua condição de amante e de marido, permanecia imóvel e branco também, petrificado, cego, e não atinava com um castigo bastante à enormidade da ofensa, não achava a fórmula do seu desforço, a medida da sua vingança, o estalão do seu desprezo. (BL, p.326)

O tálamo do barão com Elvira, que servira como “freio”, “norma”, “variante” e “corretivo” chega ao fim. Este acontecimento, segundo o narrador, é o marco a partir do qual D. Sebastião, aos trinta e dois anos caminha para o declínio total em direção a sua morte moral, financeira e física. Sua queda vertiginosa – desejo, perda e morte - nos é mostrada impiedosa e cruamente, segundo o olhar do narrador atrelado

a uma estética naturalista que fazia com que os romances fossem representações “coladas” de uma realidade estreita e preconceituosa, a verdadeira expansão dos sentidos das narrativas ficou relegada para um futuro, a nossa leitura, no caso, quando então retomada e reavaliada, sem as influências tão potentes da estética finissecular. (SOUZA JUNIOR, 2001, p.112)

Em *Bom-Crioulo*, o triângulo amoroso gira em torno de personagens pertencentes à baixa hierarquia social. Os praticantes da homossexualidade, Bom-Crioulo e Aleixo, servem, respectivamente, no mais baixo nível hierárquico da Marinha Imperial Brasileira. D. Carolina é uma mulher madura, ex-prostituta portuguesa que vivia do aluguel de quartos para encontros fortuitos e que tinha um único cliente, um português casado, açougueiro que “só de mês em mês dava um ar de sua graça, deixando-lhe a ninharia de cento e cinquenta mil-réis para o aluguel do sobradinho, fora a carne que mandava diariamente” (BC, p.36).

Deste modo, se analisássemos as duas obras superficialmente, poderíamos chegar a uma ilação errônea, defendendo que o elemento feminino introjetado na relação homossexual de cada personagem-título seria a fonte principal da tragédia nos dois romances. Mas o que realmente acontece no plano basilar da obra é a condenação da relação homogenital, já que, segundo a linha da estética naturalista finissecular, este tipo de prática sexual era uma patologia que trazia em si a marca ou o selo da herança genética. A colocação de amantes femininas nas duas narrativas serve adrede para a consolidação da condenação da homossexualidade, de modo que, através delas, se salvaguardasse socialmente os espaços conquistados historicamente pelo patriarcado em seu percurso na História Ocidental. No romance português, Eugênio tem duas amantes e se culpabiliza por viver laços homogenitais com o Barão. “Eugênio corou, vexado. Sentiu que aquela epistolografia imunda, aquela paixão sobrenatural, aquele amor ao arrepio, o cercavam perante a amante nos seus atributos do homem – como se o castrassem moralmente.” (BL, p.261). No romance brasileiro, segundo o ponto de vista

do narrador, acontece o mesmo com Aleixo, pois sua amante portuguesa serve como divisor de águas na sua trajetória de praticante da homossexualidade a neófito heterossexual. “- Se fosse possível não me encontrar mais, nunca mais, com aquele negro, ah! que felicidade! Pensava o grumete aproximando-se de um grupo de marinheiros, perto do cais. E a figura da portuguesa, muito gorda e risonha, os dentes muito alvos, os quadris largos, a face rubra dançava em sua imaginação, como um sonho diabólico” (BC, p.47). Mesmo que os dois narradores nos apresentem os personagens-título como herdeiros de patologias genéticas, o que esses realmente pretendem é estigmatizar negativamente os segmentos praticantes das masculinidades não legitimadas pela cultura judaica cristã ocidental.

A idéia culturalmente difundida de que o “normal” é a heterossexualidade – saúde, vida - e de que a união entre pessoas do mesmo sexo é contranatural – doença, morte - foi difundido e chegou até nós ocidentais, através do atavismo cultural advindo das religiões monoteístas – judaísmo e cristianismo. Ultrapassar fronteiras deste atavismo cultural é cometer pecado contra a natureza e que leva o praticante à morte social e a autoexclusão dos privilégios que acompanham o macho dentro deste mundo patriarcal. A prova maior de que esta condenação é proveniente historicamente das religiões patriarcais e, que, por conseguinte, não deve ser vista como universal e natural, pode ser percebida nas diversas maneiras como a homossexualidade se desenvolve nas diversas culturas e mesmo como nosso grupo social se posiciona sobre esta prática em diversos momentos históricos.

No romance de Botelho, o narrador, seguindo a tradição da cultura ocidental, nos mostra em seu discurso a prática homossexual como algo patológico, pois esta se afasta da prática naturalizada como positiva. Ao mesmo tempo, a homoafetividade também extrapola o exigido pela ciência como padrão de saúde física e mental. Assim, a homossexualidade, ao ser o lado oposto da normalidade, impõe ao seu praticante a alcunha de degenerado. O Barão, em sua sede de capturar para si o melhor momento do prazer sexual com jovens do rejeito social - sob os olhares no narrador -, respalda o modelo seguido pelos naturalistas. “Cada vez que o moço interpelado se afastava aborrecido ou indiferente, este noctívago caçador de efebos lá seguia em cata de outro, cortando os grupos, atravessando a rua, numa incoerência de vertigem, não se sabia bem se tiranizado por um vício secreto, se esmagado por uma feroz melancolia” (BL, p.9). O comportamento desviante do barão faz parte de um jogo marcado, ligado a todo um arcabouço discursivo e histórico que condena a homossexualidade. Esta patologia

imputada ao personagem-título funciona como uma condenação antecipada da categoria do amor que não ousa dizer seu nome e que literalmente deverá levar o barão à morte.

Em *Caminha*, o narrador, seguindo a tradição de condenação do homossexualismo, nos apresenta o personagem-título, não em busca de prazer com diversos jovens do rejeito social, mas a sede tantálica deste é direcionada a um só jovem. “Ao pensar nisso Bom-Crioulo transfigurava-se de um modo incrível, sentindo ferroar-lhe a carne, como a ponta de um agulhão, como espinhos de urtiga brava, esse desejo veemente – uma sede tantaliza de gozo proibido, que parecia queimar-lhe por dentro as vísceras e os nervos... (BC, p.23)¹⁵. Se o narrador procurou condenar a investida de posse do amado pelo amante para denunciar o homossexual como algo doentio, seu argumento torna-se falho, pois, na prática, o que podemos salientar é que em toda relação sexual-afetiva, seja ela hetero, homo ou bissexual, a tentativa da posse do objeto cobiçado por aquele que deseja é basilar.

Na verdade, a civilização ocidental, ao exercer sobre os seres humanos poderes coercitivos nos mais diversos campos de representação da heterossexualidade, arbitrou como ilegal as práticas de sexualidades outras. A partir deste processo, a heterossexualidade, que é apenas uma entre tantas manifestações de sexualidade, passou a ganhar o *status* de naturalizada. Assim, o que é particular, histórico e cultural ganha legitimidade de público, hegemônico e universal. Contudo, mesmo que os narradores dos dois romances sigam este ponto de vista, até porque estão seguindo a ótica da estética naturalista, abrem espaços para outras leituras dos personagens das tramas. Na verdade, nelas a heterossexualidade é fato inconteste. No entanto, a presença nos romances de personagens-título praticantes do homossexualismo, em pleno final do século XIX, demonstra que estas práticas existem para questionar as tradições cultuadas, desvelando-as, inclusive. Ao mesmo tempo, estas narrativas, fazendo emergir das sombras os silenciados de Eros, marcam nas literaturas portuguesa e brasileira do Oitocentos, um ponto inicial para que personagens diferentemente posicionados no que se refere à sexualidade surjam como protagonistas.

No caso dos personagens-título, observamos que a vigilância ostensiva e coercitiva heterossexual incute neles disfarces para que não sejam descobertos em suas práticas excludentes, mesmo que à meia-boca as relações deles já sejam fontes de

¹⁵ Aqui há comparação e alusão direta que o narrador faz do pecado da carne de Bom-Crioulo com o pecado da carne de São Paulo que está em 1 Coríntios. Vejamos a transcrição da passagem bíblica: “O agulhão da morte é o pecado e a força do pecado é a Lei” (1 Cor 15,56)

burburinhos. Bom-Crioulo aluga um quarto, sob o disfarce de que ele e Aleixo são amigos marinheiros, de modo que possam viver em mancebia. Dona Carolina, dona da pensão, na qual o “quartinho” do casal está localizado, é a única que “desconfia” ou que enxerga a verdade sobre os dois marinheiros, pois “ela sabia que o negro não era homem para mulheres...” (BC, p.36). Para ela, uma prostituta, ou seja, também uma marginalizada socialmente, o casal homossexual poderia desvelar a relação, já que são igualmente excluídos sociais.

E desfiou a história do grumete. – Agora D. Carolina vai nos arranjar um quartinho, mesmo que seja no sótão, rematou; mas um quartinho sem luxo, para quando viermos à terra. – uma cama ou duas? Perguntou sorrindo a quarentona. – como quiser... Marinheiro é gente que dorme aos quatro, aos cinco... aos cinquenta! Se houvesse uma caminha larga... – Arranja-se, meu Deus, arranja-se, tornou a portuguesa. O comodozinho de cima esta desocupado, e, quer que lhe diga?, eu acho que ficavam melhor... Sempre risonha e trêfega, sufocada pelo calor, a mulher piscou o olho a Bom-Crioulo. –Então, já sei que vens outro... Bendita viagem! Ou o mar ou as tais cantáridas!... Riram, compreendendo-se... (BC, p. 37).

No *Barão de Lavos*, a censura da relação homogenital do barão com Eugênio passa pelos olhares de censura daqueles que comungavam do mesmo nível hierárquico social de D. Sebastião. Em razão disso, o barão, como homem de posses, mantinha um atelier alugado na Rua da Rosa, onde costumava levar “mulheres fáceis” e “garotos complacentes” e “não os largava enquanto não conseguisse, a impulso de astúcia e de dinheiro, conduzi-los à Rua da Rosa e analisar-lhe a nudez” (BL, p. 57). É justamente nesta casa que o Barão aloja seu amante Eugênio e o deixa sob a custódia da mulher que cuidava da

conservação e arranjo da casa alugada pelo barão, que lhe disse, apenas ela entrou: – Ouviu, Sr.^a Ana?... De hoje em diante este rapaz fica a morar nesta casa. – Sim, Senhor Barão. – A senhora cumpre as ordens dele como se fosse eu que lhas desse. – Sim, Senhor barão. (BC, p.60)

Nos dois romances podemos divisar, de modo contundente, a germinação de uma sub-cultura homossexual transgressora na literatura finissecular de língua portuguesa tanto do lado de lá do Atlântico – Portugal – como do lado de cá – Brasil. Naqueles vemos respaldada a seguinte afirmação: “a transgressão é a própria evolução criadora onde a literatura ocupa espaço tão importante” (KRYSSINSKY, 2007, p. XIII).

Nos romances, mesmo que a homossexualidade continue sendo apresentada como crime e siga a tradição da cultura canonicamente estabelecida, observamos que Eros, mesmo numa cultura heterossexista judaico-cristã, pode até ser reprimido por algum tempo, mas, como o transgressor mor, luta constante e insistentemente por manifestar-se, seja aonde e como for. Desta ótica, vemos que Eros, por estar travestido de dogmas cristãos pelo narrador, exige que o barão e Amaro sejam castigados por causa de suas transgressões. Esta proposição pode ser constatada nas tramas, pois quando Dom Sebastião, em *O Barão de Lavos* e Amaro, em *Bom-Crioulo* adentram no usufruto dos prazeres da carne mais se aproximam de alguma forma de autodestruição social ou física, seja de si próprios, dos seus objetos do desejo, ou de ambos. O barão de Lavos é direcionado pelo narrador a se autodestruir; Bom-Crioulo sacrifica o objeto amado e morre socialmente.

Aqui é necessário observarmos a questão das alegorias que permeiam as duas narrativas em relação aos dois personagens-título.

A onomástica é o estudo da significação dos nomes em um texto. Estes não são distribuídos ao acaso e contribuem na tessitura das redes semânticas dos romances (...). Assim, o nome designa as personagens, inscreve-as no universo social e no sistema de oposições do romance, condensa informações e simboliza atores. (REUTER, 2004, p. 177-178)

Em defesa da questão da alegoria nestas duas narrativas em análise, também podemos justificar sua importância citando Antonio Candido, quando este em seu artigo “De Cortiço a Cortiço” faz a defesa da alegoria nos romances de Zola e de Azevedo: “talvez por influência de Zola nós a encontramos também nos de Aluísio, sendo em ambos os casos a meu ver, elemento de força e não de fraqueza” (CANDIDO, 2004, p.116). Esta afirmação, por contiguidade, também é verdadeira nas alegorias das narrativas de Botelho e de Caminha. Vejamos que a escolha do nome do personagem-título, no romance de Botelho, não foi aleatória, já que a escolha de Sebastião é ironicamente alegórica, pois sabemos que o santo cristão que carrega este nome morreu sacrificado em nome de sua fé em Cristo. O Sebastião de Botelho também morre em defesa de sua fé em Eros.

Em *Bom-Crioulo*, o nome do personagem-título é Amaro. Epíteto esse, que dentro de si está inserido o verbo “amar”, referente àquele que é capaz de amar outrem,

ao mesmo tempo em que é um adjetivo que significa “amargo”, ou seja, o ato de amar para Amaro lhe imputa um gosto amargo. Do mesmo modo, o nome Amaro carrega em si o mar que é salgado, mostrando em prolepse que o mar - lugar onde ele inicia seu relacionamento com Aleixo - e o amar - alguém do mesmo sexo que o seu – fariam Amaro sentir o gosto de sal do a(mar) através de suas lágrimas.

No *Barão de Lavos* e em *Bom-Crioulo*, os narradores, ao apresentarem dois homossexuais sectários de um Eros reprimido, silenciado e condenado, buscam apoio na ciência, novo deus infalível a serviço da causa burguesa, de modo que possam assinalar estas práticas como nefastas e, por contiguidade tornar seus praticantes degenerados.

Ser degenerado ou degenerar-se significava rebaixar-se enquanto ser de Razão, estado moral inaceitável à imagem do homem criada pelo racionalismo e pelo utilitarismo presentes em muitos tópicos do projeto iluminista. O degenerado era o irracional e, como veremos logo após, a irracionalidade só podia ser concebida como doença. (COSTA, 1995, p.151).

As diversas tentativas de controlar as manifestações sexuais dentro do legado cultural da normalidade tornam-se necessárias, já que estas são responsáveis pela reprodutividade humana, como sustentáculo do estado burguês, da sociedade e da família. “Os homossexuais são considerados indivíduos não reprodutores e, assim, como podem assegurar a perenidade da raça? Por esse discurso, a condenação da homossexualidade não parece mais responder uma exigência moral, mas sim à necessidade de preservar a raça” (SCHWAB, 2011, p. 31).

Deste modo, podemos observar que tanto o *Barão*, de Botelho, como o *Bom-Crioulo*, de Caminha, não podem expor à luz seus amores obscuros, reforçando, por conseguinte, a ideia da homossexualidade como algo à margem da ordem social vigente em oposição a um mundo heterocentrista lastreado por fins reprodutivos.

A eroticidade humana é um fato que os valores da sociedade burguesa não suportam. Não podendo anulá-la completamente, a ideologia dominante trata de alimentar o senso comum com informações e atitudes que reforçam o caráter irracional das paixões e dos desejos, razão por que o erótico precisa ser reprimido em nome da preservação do “racional”. (NUNES FILHO, 1997, p.17)

Contudo, nas formas transgressoras e subversivas nos exercícios das masculinidades dos personagens-título, observamos leituras ligadas à problematização

dessas através de práticas sociais forjadas dentro de espaços contextualizados político e historicamente pela cultura machista. Assim, as narrativas diferem entre si quando seus personagens-títulos se direcionam para seu objeto do desejo. O Barão era um contumaz frequentador de guetos em busca de prazeres desmedidos com jovens, mas opta, em determinado momento, por casar. “Lembrou-lhe então casar. Sorriu à ideia... Seria uma emoção nova: seria principalmente, com a sua imposição de deveres sacrossantos um freio, uma norma séria e digna de viver. O casamento pois fascinou-o, como variante e como correctivo” (BL, p. 35). Mesmo depois que o barão se separa tanto da esposa como de Eugênio, continua amiúde a procurar satisfazer seus desejos homogenitais numa ascensão exponencial que o conduz à morte. Assim, o barão era um homem com larga experiência sexual. Bom-Crioulo, ao contrário, aos trinta anos, era virgem de mulheres e de homens. “Fizera muito em conservar-se virgem té aos trinta anos, passando vergonhas que ninguém acreditava, sendo muitas vezes obrigado a cometer excessos que os médicos proíbem” (BC, 32). Algumas vezes, Bom-Crioulo tentara exercer sua virilidade com mulheres, mas se dera mal. Aleixo, por conseguinte, fora sua primeira e única prática sexual, experiência essa tão avassaladora que o desnorteia, levando-o a matar o amante quando este o trai. Portanto, mesmo demonstrando duas maneiras distintas de apresentar seus personagens-título, os narradores, imbuídos dos juízos morais que vilipendiam as práticas homossexuais, não os poupam da condenação. Os personagens, por suas práticas sexuais heterodoxas, nas duas narrativas, precisam ser ou mortos ou enjaulados, pois são, dentro da ótica naturalista, nefastos ao social devido as suas “patologias” genéticas. O barão mesmo antes de morrer começa a se “conscientizar”, segundo o narrador, de que é nocivo ao convívio social, pois ele

bem via como andava constituindo um escandaloso ser de excepção, bem via até que ponto era hostil a natureza! Por isso, antes que o eliminassem, eliminava-se. Ao impulso duma resignada abstenção, tímido e covarde, fechava-se de hábito no seu cárcere voluntário, antes que a grande lei do equilíbrio social o cuspsse da sua engrenagem. (BL, 386)

O barão, ao final da narrativa, morre no meio da rua, circundado por garotos que ele tanto cobiçava. “Ao verem-no prostrado e inerme, rejubilaram os malandrins, a assuada atinge proporções de delírio. Fazem roda, assobiam, apupam-no, atiram-lhe os gorros, apertando o círculo, e agachados ferozes, de mãos nos joelhos, tudo era bradar” (BL, p.414). Sua decadência, derrocada e morte são celebradas por aqueles que o Barão

insistiu em usar ao longo da vida. Já Bom-Crioulo tem sua morte social perpetrada pelo narrador, já que é levado à prisão, depois de ter assassinado seu amante. De qualquer forma, será devidamente punido ao final.

3- Contatos entre culturas, colonizador e colonizado: raça e hibridismo

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos e, dotados como estão de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros. (Artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos do Homem)

3.1 Teorias raciais em voga no século XIX

Quando uma ciência é nova e, portanto, ainda muito dependente da criatividade do novo cientista, certos erros lógicos podem ocorrer. Mas essas inconsistências, oriundas de uma imaginação que ainda vagueia na superfície do novo conhecimento, são inevitáveis quando o objeto da observação é o gênero humano. (Terence Sellers)

O Naturalismo, ao se apoiar nas teorias científicas como um dogma de fé, tenta, segundo Sodré (1965), transformar a arte literária em uma espécie de ciência. Por isso, os personagens retratados por esta escola passam pelas tentativas de ajustes segundo os parâmetros das teorias científicas do período, pois “coisa no universo das coisas, o homem está condicionado pelo meio ambiente e pelo estigma hereditário que se renovam sem parar no ciclo vida e morte” (ZOLA, 1995, p.10). Assim, a discussão de diversas teorias em voga no século XIX torna-se pertinente como foco de discussão, pois faz emergir da região das sombras a problematização da sexualidade, ao mesmo tempo em que expõe a questão do hibridismo biológico, que visceralmente está associado ao colonialismo e suas regras sobre o desejo, impondo-se como um dos *leitmotiv* das duas narrativas.

Nos personagens-título dos romances *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho, e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, estão espelhadas teorias associadas à raça, Mistura racial (hibridismo) e dominação colonial, pois estas estavam em voga no século XIX e eram basilares e sustentáculos para as narrativas naturalistas. Em diversos momentos dos romances, os narradores, marcados pelos momentos históricos, políticos e econômicos em que estão situados Portugal e Brasil, e atrelados ao atavismo cultural, desenvolvem e direcionam seus pontos de vista sobre questões raciais e coloniais. Em *O Barão de Lavos*, D. Sebastião, apresenta próximo ao final na narrativa ironicamente sua genealogia moral da seguinte forma:

trago a tatuagem da infâmia. Estava escrito... A genealogia moral dos meus é edificante... Meu trisavô, inquisidor, era um verdugo e um místico; meu bisavô, um sodomita incorrigível, morreu aos dezanove anos, esgotado, tísico; um irmão dele, que foi cardeal, organizou com tiples castrados da sé e meninos do coro um harém para seu uso exclusivo; minha avó paterna, espécie de Egéria debochada e histérica, essa pagava os madrigais e os sonetos com dormidas, por escala, às noites, no seu leito, à choldra almiscarada dos seus preciosos turiferários; e meu pai... meu pai foi *mignon* de D. João VI... Tudo o mais assim... Ora com tais precedentes, que querias tu que eu viesse a ser, senão isto que tenho sido – um escanzelo, um pulha? (BL, 335-336).

Em *Bom-Crioulo*, a questão do híbrido nos é apresentada tanto pelo narrador como pela imagem projetada deste mesmo narrador, através da representação onírica advinda do grumete Aleixo sobre seu ex-amante Amaro:

a figura do negro acompanhava-o a toda parte, a bordo e em terra, quer ele quisesse quer não, com uma insistência de remorso. Desejava odiá-lo sinceramente, positivamente, esquecê-lo para sempre, varrê-lo da imaginação como a um pensamento mau, como uma obsessão insólita e enervante; mas, debalde! O aspecto repreensivo do marinheiro estava gravado em seu espírito indelevelmente; a cada instante lembrava-se da musculatura rija de Bom-Crioulo, de mau gênio rancoroso e vingativo, de sua natureza extraordinária – híbrido conjunto de malvadeza e tolerância –, de seus arrebatamentos, de sua tendência para o crime... (BC, 59).

Assim, torna-se necessário navegar por estas teorias científicas que tentavam demonstrar que a raça branca europeia era superior as outras, como modo de justificar as desigualdades raciais. Ao nos situarmos no tempo e no espaço em que os

romances foram escritos e lançados, podemos mais facilmente identificar a importância dessas para a compreensão daquele mundo. Algumas inconsistências e certas divagações podem ser vistas ao longo das duas narrativas. Isto acontece por causa do próprio objeto dessas, ao pretender precisar o comportamento humano subsidiado pelas novas teorias científicas. Por este motivo, incluímos no início deste capítulo a incursão sobre as mesmas.

No Oitocentos, debatia-se diversas teorias científicas no Ocidente sobre a origem do homem. A problematização na literatura das questões de diferença de características físicas herdadas pelos diversos grupos étnicos é introduzida pela corrente naturalista a partir do segundo quinquênio do século XIX, seguindo tendências do momento, que abriam espaços para a seguinte discussão: a questão biológica seria ou não determinante no fator comportamental dos indivíduos? Crescia, à época, a visão determinista – em detrimento da visão humanista do Iluminismo – estabelecendo rígidas bases para o comportamento humano. Segundo tal visão, a natureza biológica regia o proceder dos indivíduos em seus mais diversos campos de atuação, de modo que a questão da carga hereditária era percebida frequentemente como fator condicionante do desdobramento das atitudes humanas em suas interações de sociabilidade.

No século XIX, duas correntes teóricas monopolizavam os discursos sobre a origem do homem: a monogenista e a poligenista. A monogenista, que se destacou até o primeiro quinquênio deste século, defendia que a humanidade teria sua origem em uma fonte única. Assim, seus defensores buscavam explicação para as diferentes raças em função dos níveis da moralidade. Já a poligenista trabalhava com a questão biológica para explicar o comportamento humano.

As ideias de Darwin (1974), apresentadas no segundo quinquênio do Oitocentos, em seu texto *A origem do homem e a seleção sexual*, passam a influenciar as discussões sobre raça e, consequentemente, sobre o comportamento humano nos diferentes grupos sociais. Enquanto,

De um lado, monogenistas satisfeitos com o suposto evolucionismo da origem para a humanidade, continuaram a hierarquizar raças e povos em função de seus diferentes níveis mentais e morais; de outro lado, porém, cientistas poligenistas, ao mesmo tempo em que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas. (SCHWARCZ, 1993, p.55).

Percebe-se, portanto, que a novidade que se apresentava no cerne de tais discussões era o fato de que as duas correntes incorporavam em si o paradigma evolucionista darwinista e, ao mesmo tempo, traziam à baila questionamentos concernentes ao campo político-social.

Dessa forma, a partir das idéias de Darwin, os mais diversos campos das Ciências Linguísticas, da Pedagogia, da Psicologia passam a utilizar suas teorias para analisar o comportamento das sociedades humanas. Conceitos muito utilizados por Darwin tais como os de evolução, seleção natural, hereditariedade passam a ser adotados por diferentes teóricos em seus respectivos campos de conhecimento ao longo do período.

Nesta época os debates no campo político e social foram deveras profusos. No político, os debates alicerçaram-se numa linha muito conservadora, já que o darwinismo foi utilizado para explicar e justificar o domínio imperialista da Europa “civilizada” sobre suas colônias em diversas partes do globo terrestre. No social, é ressuscitada a teoria poligenista da seleção natural e a questão da mestiçagem. Segundo a nova versão poligenista, o hibridismo humano deveria ser evitado, já que o mestiço herdaria sempre o pior das raças cruzadas. Deste modo, a mistura levaria à deterioração da raça e, portanto, à degeneração social e traria o caos à civilização. Apesar de sabermos hoje que as discussões sobre raça devem levar em conta sua construção social, à época esta deve ser entendida como critério biológico modelado dentro de uma organização social baseada na diferenciação dos indivíduos devido a caracteres físicos hereditários. Deste conceito surge outro no mundo europeu branco, nomeado de “racismo”, que frequentemente implica a crença na supremacia da raça branca sobre todas as outras por questões políticas, sociais, culturais e econômicas. Todos esses dois conceitos serviam, sem dúvida, para respaldar o projeto de rapinagem do domínio colonial branco-europeu de dominação. Vejamos a denuncia de CONRAD (2011, p.13) sobre os colonizadores:

eles se apoderavam do que conseguiam tomar, apenas pelo fato de estar ali para ser tomado. Tudo era apenas roubo com violência, agravado pelos assassinatos em larga escala, (...). A conquista da terra, que na maioria das vezes significa tomá-la daqueles que possuem um aspecto diferente ou narizes mais achatados que os nossos (...).

Conforme Schwarcz (1993), do evolucionismo social advêm duas escolas deterministas: a geográfica e a racial. A geográfica defendia que, através de análises do clima e do solo, poderíamos chegar, inequivocamente, ao potencial civilizatório de um grupo. Já a escola racial, que seria chamada de teoria das raças ou darwinismo social, defendia que essas constituem, já em si, fenômenos finais e que o cruzamento entre elas, hibridismo, seria um erro. Deste raciocínio, a mistura das raças acarretaria a degeneração racial e social. É a partir dessa visão que surge a defesa da eugenia, que buscava o aprimoramento da raça humana como um todo através da destacada reprodução das raças ou grupos étnicos “ditos” puros. Segundo essa teoria, o aprimoramento humano se dava através da hereditariedade e não através da educação. Assim, a eugenia torna-se, a partir da quarta parte do século XIX, marca de um movimento científico e social fortíssimo, com diversas aplicabilidades. Como discurso científico, ela regulava os nascimentos, que deveriam passar pela censura da questão da hereditariedade; como movimento social, estimulava casamentos dentro de grupos raciais fechados ou mais homogêneos para que acontecesse uma suposta purificação racial.

O que se pode deduzir é que a eugenia defendia que o desenvolvimento social e econômico viria com o aprimoramento da raça, através da “higienização racial”. Portanto, as qualidades inerentes ao homem adviriam das raças brancas “puras” que se encaminhavam, através da evolução, para o que se alcunharia de “civilização”. Negros, amarelos, índios e miscigenados eram concebidos como raças não puras (híbridas) e não perfeitas, tidas como inferiores e incapazes de progredir. “A radicalidade dessa concepção chegava à própria negação do darwinismo, na medida em que duvidava não só de uma origem comum dos homens como da possibilidade de prever um destino conciliável” (SCHWARCZ, 1993, p.62-63). Pretendia-se, assim, confirmar que a chegada ao estado de civilização era somente acessível aos brancos ou pelos brancos

Naturalizar as diferenças significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco sobrava para o arbítrio do indivíduo. (SCHWARCZ, 1993, p.65)

Estes modelos deterministas do século XIX tornaram-se extremamente populares no Brasil e em Portugal, dando ensejo que fossem manifestados em diversos campos da ciência, da política e das artes. Contudo, apesar da questão da aplicabilidade deste modelo racial servir como explicação para a diferença e hierarquização social, não houve nas terras brasileiras, apesar de todo trabalho político de vinda de emigrantes brancos para embranquecer a raça brasileira, impedimentos “legais” que pudessem embargar o surgimento por aqui de uma nação mestiça.

Em Portugal, a questão da miscigenação estava atrelada, como vemos na narrativa botelhiana, à decadência da monarquia portuguesa, que em sua cadeia genealógica sofrera diversas misturas de sangue bastardo, chegando a um ponto em que não havia como reverter o dito processo degenerativo de seus descendentes comprometendo, assim, o futuro da nação. No romance português, pode-se divisar esta questão, justamente aplicada ao personagem-título nas duas citações escolhidas entre tantas: “desta romanesca mancebia porejou um filho, que vinha a ser o sexto avô do nosso barão de Lavos. O atavismo fez explodir neste com rábida energia todos os vícios constitucionais que bacilavam no sangue da sua raça, exagerados numa confluência de seis gerações de envolta com instintos doidos...” (BL, 26). Neste romance, o narrador se apoia na ciência para demonstrar que o grande império português sucumbira devido às misturas de sangue, por parte de sua classe de nobres dirigentes. A bastardia do barão e seus atos degenerados servem de metáfora para mostrar que Portugal precisava destituir urgentemente a monarquia por uma nova forma de governo a fim de salvar o orgulho da nação e instituir novamente a autoestima no sangue do povo português.

3.2 Entraves e ranços: homossexualidades, hibridismo e cobiça colonial

As discussões sobre mistura racial e das homossexualidades sob o ponto de vista da cobiça colonial, que estavam, em seu início, associadas à biologia, mesmo que já apresentassem diferentes níveis de conotações e interesses pontuais, se avolumam a partir do século XIX, e florescem durante o século XX e começo do XXI, ganhando

foro de debates nos campos das ciências políticas, sociais e culturais, etc. Mesmo que, no primeiro período mencionado, já houvesse teóricos que distinguiam raças e espécies diferentes, de algum modo, “os termos “hibridismo” e “mestiçagem” tendiam a ser intercambiáveis, particularmente por quem, de uma maneira ou de outra, tencionava confundir a distinção (YOUNG, 2005, p.12). Isto pode ser contemplado em alguns trabalhos literários ao longo do período, inclusive no Naturalismo do final do Oitocentos e que está explicitado nos romances em tela. Na verdade, segundo diversos pesquisadores, estas questões, como veremos a seguir, foram introjetadas nas linhas de debates, a partir dos contatos entre classes sociais, raças e sexualidades distintas. Nestas leituras sobressaem as diversas maneiras como o desejo colonial, em cumplicidade com o colonialismo, foi utilizado em função do dominador, que queria a todo custo impor sua ideologia.

Na citação que segue, do comentário de C.L. Innes sobre o ponto de vista de Frantz Fanon a respeito da dicotomia colonial, os termos ‘colonizador’ e ‘nativo’ bem poderiam ser substituídos por ‘senhor’ e ‘escravo’, e nada mudaria: “O colonizador é civilizado, racional, decente, religioso, culto; o nativo é bárbaro por natureza, irracional, o inimigo da decência, supersticioso, vivendo em estado de escuridão”. (BROOKSCHAW, 1983, p.10)

No itens subsequentes iremos dissecar a discussão iniciada aqui à luz das relações vinculadas entre os personagens, a biologia, a política, a história, etc. Na verdade, ressaltaremos suas diferenças, suas conjunções e os motivos pelos quais os romances analisados apresentam representações configuradas destas categorias dentro da realidade finissecular de dois povos, situados em tempos históricos, sociais, políticos e culturais distintos e com muitas léguas de mar a separá-los geograficamente. Apesar destas diferenças, há certas proximidades entre as duas narrativas em alguns segmentos como por exemplo: o tempo cronológico – século XIX - em que estas estão situadas, a herança cultural advinda do judaísmo-cristão-burguês-ocidental, as questões associadas às masculinidades rejeitadas socialmente e às teorias raciais. Contudo, não se pode deixar de ressaltar as sombras, os entraves e os ranços entre Portugal e Brasil, herdados dos conflitos gerados por suas condições de ex-metrópole e ex-colônia. A causa destas diferenças e similaridades, inerentes às narrativas, deve ser analisada através dos processos de assimilações e resistências, já que a crítica pós-colonial as colocou à mesa de discussão. A proximidade, poderíamos dizer, estaria imbricada com

as questões de assimilação da cultura do dominado pelo dominante, enquanto os conflitos adviriam das resistências e transgressões ocasionadas pelas tentativas de desassujeitamento do ex-dominado em relação ao ex-dominador. Tudo isto acontece, e é percebido a partir de novas perspectivas teóricas, pois “é sabido que a crítica pós-colonial se propõe a reavaliar e investigar a história tanto do período colonial como do período que sucedeu a independência dos países antes colonizados, buscando focos de resistência cultural e política” (SCHNEIDER, 2005, p.174).

Estas formas de resistências, em si, não tomam uma só direção na rejeição de valores culturais advindos de grupos mais poderosos do Ocidente. Na verdade, a assimilação e a resistência entre os dominadores e os dominados manifestam-se através do permanente intercâmbio que há entre eles, fazendo fluir a socialização da aprendizagem em diversas direções. Este constante vai-e-vem cultural modifica tradições arraigadas no cerne tanto do dominante como do dominado.

Conceitos e movimentos como diáspora, miscigenação, hibridez, fragmentação das nações e dos povos, emigração transnacional, internacionais, identidades individuais e coletivas, tanto nas antigas terras colonizadas como nas metrópoles, são objetos de reinterpretações à luz de um processo de análise que procura enquadrá-los com o resultado de um dinâmico processo de interações culturais conflituosas em tempos coloniais, um processo hoje em dia, promovido pela circulação dos seus agentes coloniais. (RIBEIRO, 2004, p.1)

Não se pode negar que a questão do mistura racial passou por grande transformação ao longo dos dois últimos séculos, começando pela utilização do termo híbrido. Sabemos que “o percurso da palavra ‘híbrido’ remonta a origens biológicas e botânicas: em latim, ela indicava o rebento de uma porca e de um javali” (YOUNG, 2005, p. 7). No nosso léxico este termo é definido como: “resultante do cruzamento de espécies diferentes que se afastam das leis naturais” (HOLLANDA, 1966, p.636), demonstrando assim, sua ligação com questões fisiológicas. No século XIX, período foco nas tramas de Botelho e de Caminha, alguns teóricos defendiam a não misturas das raças, já que segundo eles os seres humanos pertenciam a espécies diferentes. Por isso, o fruto advindo dessa injunção seria um ser híbrido, inferior e estéril. Podendo, deste modo, inverter o processo evolutivo da humanidade e, até mesmo levá-la a derrocada, já que ceifaria a cadeia de nascimentos. “O aparecimento do termo entre 1843 e 1861 marca, portanto, a emergência da crença de que poderia haver algo como o híbrido

humano” (YOUNG, 2005, p.8). No segundo quinquênio do século XX, se percebe que, com as teorias associadas ao multiculturalismo, o termo passa a estar relacionado a questões culturais, dissolvendo, assim, os laços que associavam o hibridismo com as questões raciais. Deste modo, observamos que o hibridismo, que antes estava associado com os fatores fisiológicos e raciais no século XIX, passa por mudanças e é inserido no universo semântico das discussões culturais no último século do segundo milênio.

Um similar debate teórico na época defendia que havia seres humanos de diversas espécies e, que não éramos todos pertencentes ao mesmo grupo humano, ou seja, não fazíamos parte de uma mesma espécie e que as diversas raças formavam subgrupos humanos. Por este motivo não era recomendada, segundo alguns teóricos da época, a hibridação, pois, ao se misturarem as raças, seres fracos e degenerados seriam produzidos ou, até mesmo seres inférteis poderiam ser gerados. Deste modo, fica patenteado que neste ponto de vista do europeu branco, respaldado pela ciência, estava mascarado interesses políticos associados à vigilância do intercuro sexual interracial. Na verdade, estas questões estavam diretamente ligadas ao desejo sexual dos colonizadores em relação aos colonizados. Estes deveriam ser controlados para que não houvesse a multiplicação de indivíduos híbridos, ocasionando um posterior “prejuízo” à civilização branca.

Muitas vezes se sugeriu haver vínculos intrínsecos entre racismo e sexualidade. O que não se enfatizou é que nos debates em torno de teorias sobre raça no século XIX, que se dedicaram à verificação da possibilidade ou impossibilidade do hibridismo, se concentraram explicitamente no problema da sexualidade e na questão de uniões sexuais entre brancos e negros. Teorias sobre raça eram, portanto, teoria sobre o desejo dissimuladas. (YOUNG, 2005, p.11)

Portanto, vemos que o hibridismo além de estar associado à organização de classe e de trabalho em que estava alicerçado o *modus vivendi* colonial, incluía também a questão de raça e gênero, pois em seu bojo estavam embutidas questões da perpetuação da pureza e superioridade da raça branca. Devido a esta contiguidade, podemos incluir, na discussão sobre o hibridismo, as questões sobre as problematizações referentes ao “desejo” colonial que transita entre as diversas raças e gênero.

nas diferentes posições teóricas que se teceram a partir dessas relações de raças e suas misturas giram em torno de um eixo ambivalente de desejo e aversão: uma estrutura de atração, na qual as pessoas e culturas se mesclam e se fundem umas nas outras, (consequentemente se transformando), e uma estrutura de repulsão, na qual os diversos elementos permanecem distintos e são postos uns contra os outros, em forma de diálogo. (YOUNG, 2005, p.24)

Por este motivo, o hibridismo biologizante, que era condenado pelo poder colonial por influência do discurso dominante, deixa de ser prefigurado como estrutura de direção única devido às “ambivalências de desejo e atração” de sentido duplo que perpassam por ele. Cria-se, assim, oportunidade para que apareçam traços da presença de diálogos entre os pólos supostamente considerados como de oposição. Deste pressuposto, observamos que algumas correntes sobre o hibridismo apoiadas nestas discussões começam a problematizar o poder colonial. Isso acontece justamente no momento em que o discurso do dominado começou a ser introduzido como outro saber dentro do espaço do saber que se supunha único. A questão sobre as misturas das raças, deste modo, dentro do campo da alteridade, passa a desequilibrar o poder dominador, subvertendo valores, resistindo a tradições e originando novas traduções. Essas, por ser instáveis, exigem sempre a criação de contínuas e novas traduções, fazendo sair da região das sombras “uma gama de vozes dissonantes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas” (BHABHA, 2007, p.24).

Ao se falar em hibridismo é necessário ter em mente que dentre as várias teorias que o estudam e que o sustentam no mundo oitocentista e sobre o qual nos debruçamos, escolhemos como foco de discussão e análise a heteronormatividade, como entrave às manifestações do desejo sexual entre as raças e, ao mesmo tempo, como modo de barrar a miscigenação. Este alinhamento dos estudos do elemento híbrido nos mostra que sua questão fulcral assenta-se na sexualidade reprodutiva e no controle desta tanto no ponto de vista biológico como social. Em Portugal, a questão do hibridismo perpassava também a hierarquia social, associada à exclusão do outro, já que este outro era visto como “casta” inferior na rígida e conservadora hierarquia social portuguesa. E, por este motivo, não digna de mistura com a classe superior dos intrépidos navegantes portugueses, considerados como desbravadores de mundo. Enfim, o híbrido era o outro, de uma hierarquia social e econômica inferior, colocado em situação desfavorável.

No Brasil, o hibridismo estava associado aos indivíduos de cor negra, pois no século XIX, a política de imigração mascarava seu real propósito, através de um discurso de por fim ao escravismo, com a posterior implantação do trabalho livre. Mas o que na realidade se pleiteava era, através do confinamento do negro, o embranquecimento da população brasileira, evitando o mais possível o cruzamento racial. Segundo os historiadores, “a defesa da vinda de imigrantes brancos e europeus desvela os traços de um discurso racial. A questão não era transformar negros em trabalhadores livres e assalariados, mas apagar ou, ao menos, amenizar, a herança ou a “mácula” negra de nossa história” (BELUCHE, 2008, p.95).

A vigilância sobre a prática sexual heterocentrizada inseria-se na política do colonizador para que não houvesse uma descendência miscigenada, já que a mistura das raças acarretaria comportamentos socialmente anormais no campo da sexualidade. Esses incrementariam as relações sexuais ilícitas, os casos de estupros, o sexo coercitivo e, ao mesmo tempo, embargaria a nação brasileira de entrar no processo civilizatório. O racismo biológico recebia, assim, no final do século XIX, o aval da ciência e tentava coibir a união entre brancos e negros, pois o fruto desta união tornar-se-ia em um breve futuro um perigo social. Por isso diversos teóricos da ciência finissecular apregoavam a esterilização do não branco em defesa da eugenia e da higienização racial. A mistura das raças, segundo estes, levaria à degeneração da espécie, e a cada geração subsequente mais patologias seriam imputadas aos descendentes. Assim, todo ascendente obrigatoriamente devia torna-se responsável por sua descendência, para que esta não seja futuramente composta de degenerados. Deste modo, de acordo com a ciência finissecular, vemos que a questão da hereditariedade como construtora do cânone que dita o que é anormal, toma a palavra de defensora da sociedade branca, burguesa e colonizadora. “Neste momento, é interessante pensarmos a relação entre desvio, loucura e crime. Não é possível abordar a ideia de desvio sem passar pelos seus correlatos: loucura e crime (no sentido de não corresponder às normas vigentes), todo crime representará, ao menos em potencial, os indícios de um ser desviante” (BELUCHE, 2008, p.76). Adrede, a ciência, a serviço do colonizador, demonstra e respalda que este ser desviante é herdeiro genético direto da mistura das raças.

No que se refere à homossexualidade, dentro da discussão sobre raças, observamos que esta estava diretamente ligada aos segmentos dos desviantes e degenerados, pois o hibridismo sempre esteve associado a questões de misturas raciais

regidas pela cultura burguesa heterossexista, judaica, cristã, patriarcal imposta pelo colonizador branco.

Contudo, seja qual for o modelo usado, o hibridismo, como descrição cultural, encerrará sempre uma política implícita de heterossexualidade, razão adicional, talvez, para que se conteste a sua preeminência contemporânea. A razão para esta identificação sexual é óbvia: a ansiedade do hibridismo refletia o desejo de se manterem as raças separadas, o que significava que a atenção se concentraria imediatamente na descendência da raça misturada, produto da cópula interracial – legados vivos, encarnados e prolíferos deixados para trás por uniões abruptas, casuais e muitas vezes coercitivas. **Nesta situação, a relação entre parceiros do mesmo sexo, ainda que claramente encerrada numa dialética da sexualidade racial do tipo diferente-mas-o-mesmo, não consistia numa ameaça, porque não produzia crianças; a sua vantagem é a de que permanecia silenciosa, encoberta e sem marcas. Assim, diante dele, o hibridismo há de sempre consistir numa categoria resolutamente heterossexual.** Na verdade, em termos históricos, se teve algum efeito a preocupação com a amalgamação racial no sexo com o mesmo sexo foi de estimulá-lo (afinal, jogar o jogo imperial era uma prática homoerótica. (YOUNG, 2005, p.31, destaque nosso)

A questão proibitiva que incitava o papel negativo das relações heterossexuais entre brancos e negros respaldava as teorias que tentavam impedir a degeneração racial pela miscigenação. “Fechar os olhos e tapar os ouvidos” à prática homossexual entre colonizador e colonizado, dentro de uma perspectiva de dissimulação silenciosa “não fale, não pergunte, não veja”, demonstra certo “relaxamento” e “mascaramento” da vigilância diante da homossexualidade, devido à incapacidade das relações entre iguais de gerar descendência enfraquecida pela mistura das raças. A homossexualidade, apesar de fazer parte do interesse da política imperial, por não ser prática sexual reprodutora, não deixava de ser colocada no campo das sexualidades transgressivas, incrementadora de “perversões” e “patologias”. Na verdade, o desejo sexual “doentio” direcionado a pessoas do mesmo gênero era considerado fruto nocivo advindo destas misturas.

A sexualidade hegemônica heterossexual, respaldada pela ciência, dava a tônica do que seria legalizado como normal no jogo colonial. Por isso, a homossexualidade, ao lado do hibridismo racial, nos seus trajetos históricos ligados ao desejo sexual, continuava a refletir as tensões e distinções do desejo sexual entre as raças. As imposições de regras fixas que tentavam circunscrever raça e sexualidade,

como se fosse possível controlar o desejo sexual como fonte de intercâmbio entre dominantes e dominados no mundo colonial, não lograram o êxito almejado. As práticas heterossexuais e homossexuais continuaram a correr soltas a revelia das teorias científicas e das leis religiosas.

A cultura do dominante advinda do branco europeu disseminou-se por todo o planeta devido à expansão colonial, através de posses arbitrárias de terras nas Américas, África, Oceania, e Ásia, a partir do final do século XVI AD. Deste modo, civilização e cultura passaram a ser sinônimos da cultura europeia; os outros povos e suas culturas foram nomeados pelos colonizadores europeus de “bárbaros”, já que, esses estavam no patamar de povos a serem introduzidos no processo civilizatório. Assim, o hibridismo, como forma de miscigenação, passou a ser visto pelos colonizadores europeus, “portadores” da raça e cultura superiores, como uma derrocada do eurocentrismo. Na verdade, o discurso do ideal de raça pura e do ideal de beleza do europeu colonizador no século XIX foi, sobretudo, uma tentativa de barrar o cruzamento de fronteiras entre as raças para que não houvesse miscigenação e, com esta, uma posterior degradação moral, social, econômica, ética e genética. “A mesma época assistiu ao nascimento do racismo biológico; antigos preconceitos receberam o selo da ciência. O determinismo biológico argumentava que as diferenças sócio-econômicas entre raças, classes e sexos eram produto de traços genéticos herdados; o social era epifenômeno da biologia” (SHOHAT, 2008, p.71). Interditar Eros, através de discursos que demonizavam e rebaixavam o outro dominado que não pertencente à cultura europeia, tornava-se necessário. Isto ocorria para sustar, de algum modo, a atração e a cobiça sexual que o colonizador sentia pelo dominado e vice-versa, pois a hibridização era apontada pela ciência finissecular como um obstáculo e um entrave à entrada ao desenvolvimento que processo civilizatório acarretaria.

A construção de sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exigem uma articulação das formas da diferença – raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo esta sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder. (BHABHA, 2007, p.107)

Assim, observamos que os discursos científicos que tentavam impedir intercâmbio sexual entre as raças diferentes estavam a serviço do controle colonial do branco europeu em oposição às outras raças dominadas. Gobineau, em *The inequality of human races*, afirma que somente as raças puras poderiam ter uma vida social organizada culturalmente, de modo que pudessem atingir o estágio civilizatório. Vejamos a seguinte explicação de YOUNG (2005, p.131) sobre essa teoria:

A responsabilidade pela mistura do sangue é das raças brancas, porque estas é que são sexualmente atraídas por outras raças, ao passo que o espírito de repulsão mantém as raças amarelas e negras no seu estado de isolamento, sem chegar ao âmbito da civilização. A civilização, portanto, contém a sua própria e trágica falha, visto que as raças arianas se encontram compelidas, por um instinto civilizador, a misturar o seu sangue com aquelas mesmas raças que trarão sua derrocada.

Da explanação, observamos que a base do discurso de Gobineau está diretamente associada à questão das relações heteroafetivas hegemônicas, em que todos não brancos e não cristãos são vistos por uma perspectiva que os inferioriza diante do patriarcalismo colonizador. Assim, todo o discurso colonial visa promover o masculino branco como dominador e tudo que não pertença a este mundo do segmento branco europeu é tornado feminizado e inferiorizado. Aliás, não só os não nativos são feminizados, o país, a geografia, a natureza, a terra do outro também o são. Para que possa se afirmar como dominante e possuidor, o colonizador sente necessidade de justapor sua masculinidade, feminilizando tudo que pertença ao colonizado. Todos esses elementos pertencentes ao dominado são metaforizados como “esposas”. A feminização destas categorias está inserida na categoria de gênero e tenta demonstrar as fragilidades dos dominados dentro do modelo patriarcal, que se mantém associado à custa de práticas que desprivilegiam as mulheres e tudo que for considerado estrangeiro ao mundo masculino e branco.

Este discurso, que se baseia na feminização do dominado e tenta demonstrar a superioridade hierárquica do branco europeu perpassa, de fato, pela perspectiva de gênero e parte do ponto de vista do colonizador como provedor e dominador desejante, em detrimento do inferior colonizado, desejado e feminino. Deste modo, segundo Young em sua explicação sobre o desejo que perpassava o pensamento colonial, nada

além do homem branco pode ser visto como portador dos privilégios da masculinidade, pois o masculino na cultura ocidental está agregado a valores de aventura e domínio e isso não podia estar associado aos colonizados e a tudo que estivesse, por contiguidade, ligados a eles. Deste modo, “se todos os negros, amarelos são “femininos ou feminizados”, então o homem branco é instintivamente atraído por ambos os sexos; apenas acontece que um dos tipos de interações sexual produz prole mestiça. Como muitas vezes na arena colonial, a civilização começa, assim, a unir-se com um homoerotismo inter-racial” (YOUNG, 2005, p.133). Esta metáfora de feminização do dominado pelo dominante, impondo sua força sobre o “frágil”, desmascara a colonização também como agressor sexual. Vemos, assim, então, que a colonização não é apenas uma questão ligada ao discurso, mas também, uma questão de apoderamento do espaço anatômico, geográfico, cultural dos povos subordinados. Como máquina desejante o dominante colonizador é o possuidor de corpos e de apropriação de espaços e de cultura. Estas impropriedades utilizadas pelo colonizador, que em sua gênese podem ser alcunhadas de “verdadeiro estupro” aos povos submetidos, recebem resistência por parte dos colonizados. Na verdade, esta oposição, já é em si, desveladora de que o processo colonial é responsável pelo desfiguramento do oprimido.

Assim, a questão da hibridização e desejo colonial obrigatoriamente tinha que inserir os discursos sobre as práticas sexuais, fossem elas consideradas padrões ou não, canônicas ou não, “lícitas” ou não. A mistura racial e desejo colonial, seguindo este raciocínio, caminhavam paralelamente como fulcro da perspectiva das construções dos sujeitos, através das relações coloniais, pois o comércio de mercadorias estava assentado economicamente na utilização dos corpos desses sujeitos, de algum modo também como mercadorias sexuais, acoplados dentro de um comércio disfarçadamente legalizado e justificado. Vejamos como exemplo desta troca o recorte das aventuras homossexuais de Roger Casement, inglês/irlandês, na África ou na Amazônia brasileira e peruana nos primeiros anos do século XX, na voz do narrador de *O sonho do celta*:

teria sido por pagar aos seus amantes fugazes de alguns minutos ou horas que tinha se tinha se libertado, bem cedo, dos problemas de consciência que a princípio sentia depois dessas aventuras? Talvez. Como se, transformados em transação comercial – me dá tua boca e teu pênis e eu te dou minha língua, minha bunda e algumas libras. (LHOSA, 2011, p.244)

Dentro deste raciocínio, adentramos a discussão de como a mistura racial – hibridismo – está inserida em *O Barão de Lavos* e em *Bom-Crioulo*, já que, como afirma Young, (2005, p.33): “não há um conceito correto de hibridismo, ou apenas um; ele muda conforme se repete, mas também se repete conforme muda”. Assim sendo, pelas vozes dos dois narradores que se utilizavam do hibridismo, atrelado ao desejo sexual, de acordo com seus interesses políticos, discutiremos estas questões que passam pela exclusão do outro, apoiados tanto pela biologia como pela diferenciação social dentro da perspectiva do Naturalismo.

3.3 A homossexualidade, raça e os vínculos com a dominação colonial

Os negros da África, caçados a tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-se do português de maneira mais terrível – amulando-o. (Monteiro Lobato)

Em primeiro lugar, dentro deste item, gostaríamos de apontar que faremos distinção entre raça e etnia, e o porquê de nossa preferência pela utilização de um termo em detrimento do outro ao longo de nossa análise de *Bom-Crioulo*. “Raça - é entendida como critério biológico de organização social assente na distinção dos indivíduos em função de um conjunto de caracteres físicos hereditários” e “Racismo – como crença na desigualdade das “raças” humanas, justificativa do predomínio político, econômico, social e cultural de uma em relação à outra” (PANNOF; PERRIN, s/d, p.149-150). Já “etnia” seria a autoconsciência das distâncias culturais entre determinados grupos, sendo marcada pela língua, pela cultura, pelos hábitos de um povo. Deste modo, vemos que tanto etnia quanto raça são de fato elaborações culturais e que as ligações entre elas acabaram por torná-las interdependentes. A nossa escolha por utilizar o termo “raça” deve-se ao fato de este vocábulo estar diretamente ligado ao racismo científico de Gobineau (s/d) do século XIX, que postulava a inferioridade intelectual permanente e inata dos povos não-brancos como justificativa para a colonização.

Observamos, então que a questão do racismo surge não incidentalmente, mas substancialmente com o colonialismo, dando respaldo tanto para as justificações quanto à existência desse. Como toda uma série de questões, esta também envolveu conceitos que foram usados de forma hierárquica e discriminatória, com base em princípios raciais ou racistas. Não podemos simplesmente negar tais marcas históricas e crer que resolvemos a questão fazendo uso de termos aparentemente mais amenos, tais como “etnia”, o que possivelmente mascara a tensão implícita. Nossa proposta, assim, é a de discutir “raça” no sentido de combater o racismo que permeia esse campo de significados. Os argumentos utilizados com base na diferença racial para impor o modelo branco sobre os outros povos não-brancos ou não-europeus estavam baseados nas diferenças físicas e no grande progresso científico alcançados pelos brancos europeus. Em sua essência, as questões de racismo, que inferiorizava o negro ou o mestiço em relação ao branco, perpassavam por questões associadas à mistura racial implícitos nas relações sexuais entre europeus e colonizados, ocorridos nos processos de instalação das sociedades europeias nas terras “descobertas”. O racismo, que era defendido pelos europeus, tornara-se necessário para provar a boa razão do procedimento do cidadão branco, tanto na utilização e exploração do negro, através do trabalho escravo, como também para inocentar aqueles pelo terrível comércio de mercadoria humana, concretizada via tráfico negreiro. Assim, a existência do racismo estava ligada à questão eurocêntrica, que se utilizava de uma barreira separatista entre o não-marcado branco e o marcado negativamente como o outro, demarcando, assim, as fronteiras em que deviam se situar o colonizador e o colonizado.

O preconceito do europeu ocidental frente a outros povos é histórico e afeta “os mestiços” desde priscas eras, quando aqueles, em seus processos de expansão, subjugaram e inclusive dizimaram muitos povos do outro lado do Mediterrâneo e da Europa Oriental em seus processos de conquistas. Na verdade, os europeus ocidentais sempre tentaram incutir nos povos submetidos a ideia de que aqueles eram portadores de certa superioridade, de modo a justificar moralmente a rapinagem exercida sobre os povos conquistados. Tudo isso reforçava e comprovava a ideologia colonialista de expansão. “No caso específico do negro, quando a escravidão foi acrescida à cor como base de estigmatização, surgiram diversos padrões antinegros que foram capazes de sobreviver à própria abolição da escravatura” (GOMES, 1988 p.8). A estigmatização negativa do outro, através do processo de demonização do diferente, não pode ser visto em separado da questão de diversas formas de exploração às quais o outro é submetido

pelo dominante. O europeu branco, através de sua civilização hegemônica em suas diversas formas de representação, é responsável pela inferiorização e exploração dos povos colonizados nos processos de fundação das sociedades fora da Europa. Neste contexto, tudo que não estava dentro do cânon judaico-cristão e não seguia a cartilha apregoadada por seus teóricos e sua “ciência” era desprezado. Assim, conforme este raciocínio, as práticas sexuais fora do heterossexualismo hegemônico reprodutor passam a ser demonizadas e abominadas. A relevância do *status* da heterossexualidade acontecia por causa do atavismo histórico que a privilegiava dentro da cultura patriarcal judaica e cristã. O europeu branco impondo seus valores culturais aos colonizados, coloca índios, negros, amarelos, etc. no patamar de grupos subordinados e, ao mesmo tempo, demoniza diversas práticas aprovadas nas mais diferentes culturas dos considerados “estrangeiros”, inclusive as práticas homossexuais que faziam parte da cultura de alguns grupos. Assim, os colonizadores que se consideram donos de uma cultura “superior” e “pura” tentam enclausurar os outros povos sob sua ótica do que é bom e o que é mau. A elite intelectual brasileira continuadora da cultura europeia não deixava de pensar do mesmo modo.

A paranóia de certa elite cultural brasileira diante da homossexualidade aflora generosamente quando das periódicas “descobertas” e desaprovação do “vício da pederastia” entre os índios brasileiros. Tal reação talvez tenha seus precedentes nas impressões negativas deixadas pelo naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, que viveu e pesquisou no Brasil por três anos, a partir de 1817, quando ainda muito jovem. Estudando nossos silvícolas, von Martius concluiu que traziam “na infantil velhice, o cunho de uma degeneração continuada por milênios”. Como exemplo dessa “degeneração”, ele apontava o fato de estarem “estes autóctones maculados pelo *peccatum nefandum* e pela antropofagia. (TREVISAN, 2000, p.215)

Estas teorias que apregoavam a superioridade da raça branca eram advindas do Velho Continente e foram importadas por grande parte dos intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do XX. Como país receptor de ideias, recém assumindo sua independência, o Brasil tornava-se vulnerável a teorias advindas da Europa “civilizada”. Quando essas aportaram em nossas plagas, serviram tanto para respaldar interesses coloniais como também para exercer a função de instrumento conservador para manutenção do *status quo*, em que as relações entre a elite e os grupos raciais considerados inferiores eram bem delimitadas e inflexíveis.

A estética naturalista, apoiada por estas teorias e buscando copiar os fatos da forma mais próxima à realidade, utilizou tais ideias ao retratar o preconceito racial em diversas de suas obras literárias. Em *Bom-Crioulo*, a questão do preconceito racial do branco contra o negro e do preconceito sexual do heteronormativo contra a homossexualidade são inoculados metaforicamente pelo narrador no personagem-título, de modo que esse reitere as questões de rejeição ao “mestiço”. Na trama, o negro Amaro é visto por sua genealogia como estereótipo de crueldade, devassidão e bestialidade no que se refere a sua prática sexual. Assim, vemos que a escola naturalista, ao apoiar-se em uma classificação estereotipada a serviço da ideologia do branco europeu, tenta desproblematizar questões advindas do campo da discussão racial e sexual. Deste modo, o Naturalismo, ao se servir de tal corrente teórica para explicar os comportamentos de seus personagens, tenta tornar o próprio *modus vivendi* do seu personagem-título em algo pré-fabricado, o que é algo inconcebível quando se trata de comportamento humano.

Amaro é um representante da raça negra explorada e inferiorizada por fazer parte do grupo dos ditos povos inferiores e que precisavam usufruir das benesses do colonizador em seu processo integrativo/educativo. Contudo, percebemos que através da voz narrativa se percebe que o texto não se encontra livre dos preconceitos raciais da época de sua elaboração. *Bom-Crioulo* sofre a projeção de tais discriminações, revelando o racismo cruel arraigado e declarado no mundo colonial, reforçado pelas teorias científicas europeias sobre a raça humana a serviço do colonizador na tentativa de se auto-afirmar perante seu oposto. Assim, o negro no romance é visto segundo o ponto de vista projetado para este pelo colonizador europeu, pois “a semelhança de um ventríloquo, o autor branco” fazia falar “um negro que imaginava existir e desejava confirmar” (GOMES, 1988, p.17). Portanto, percebe-se que era quase impossível encontrar sinais de sucesso e realização atrelados a personagens negros criados por autores brancos em textos produzidos por esses últimos naquele período e contexto históricos.

Assim, vários estereótipos negativos sobre os negros podem ser facilmente observados em nossa literatura. Na verdade, a maioria deles foi elaborada sob o viés do olhar preconceituoso do colonizador, pois a sociedade brasileira estava submetida a uma visão etnocêntrica branca e elitista e se espelhava nesse padrão como modelo para o país. *Bom-Crioulo* nascera para o trabalho pesado, recebendo justamente este epíteto por ser um homem negro e tido como de bom coração. Seria “bom”, aos olhos dos

colegas, por realizar as tarefas mais pesadas no convés do navio sem se rebelar e por ser obsequioso com todos nos mais diversos níveis hierárquicos; ao se rebelar e transigir volta a ser o negro perigoso. “Crioulo”, palavra que marca o sujeito como pertencente à raça negra, aqui já o vincula eufemisticamente a categoria de mestiço, pois ele sendo “bom” não poderia carregar o pesado fardo de ser denominado de “negro”. Veja que Amaro sendo negro tem de se tornar Bom-Crioulo pelo narrador, já que este epíteto serviria para atenuar as marcas que a cor negra socialmente lhe infligia. Aparentemente, este seria um vocábulo menos preconceituoso, apesar da existência do racismo mascarado subjacente.

Bom-Crioulo era bem-visto por todos no navio, mas era do conhecimento público que, quando bebia, tornava-se um selvagem, com uma força demoníaca. De fato, o personagem é apresentado como deveras contraditório: musculoso, fera perigosa e astuta, comparado a um touro hipersexualizado, mesmo que este permaneça virgem “de homem e de mulher” até “conhecer” Aleixo. Esta é a visão que o narrador nos transmite sobre seu personagem-título. Tal ponto de vista era influenciado pelas teorias raciais eurocêntricas, que proliferavam na literatura do século XIX. “Reduzir o negro a um nível subumano foi uma forma mais simples de lidar com toda esta complexidade” (GOMES, 1988, p.18).

No pensamento do século XIX, os preconceitos ligados ao racismo objetivavam, em princípio, a manutenção do sistema escravagista e, quando da derrubada deste, como alicerce para garantir a permanência dos privilégios da classe economicamente superior branca, de modo que os negros e seus descendentes permanecessem na base da pirâmide, ou melhor dizendo, fora dessa, como refugos sociais. Excluídos do processo produtivo, já que não mais se precisava deles, aos negros restava a marginalização e a morte social incontestes. Na verdade, o colonizador branco “ênfatiza os estereótipos negativos dos negros, taxando-os de selvagem violento ou de elemento subjugado na sociedade e desabona a presença cultural do afro-brasileiro como retrógrada e primitiva porque esta atitude é de quem aspira que o Brasil seja um país de brancos” (BROOKSHAW, 1983, p.19).

Insistir que a cultura e racismo andavam de mãos dadas no século XIX não é afirmação nada nova, mas o que nos interessa é o nível da imbricação entre as teorias raciais, as artes e ciências ao longo daquele período. É claro que esta ideologia oitocentista sobre as raças continua a ser uma chaga na história e no conhecimento ocidental. Deste modo, “a relação próxima entre o desenvolvimento do conceito de

cultura e o de raça, no século XIX, significa que um racismo implícito subjaz às noções ocidentais de cultura, vigorosamente velado, mas com insistência difundido” (YOUNG, 2005, p.110). Vemos, por esta afirmação, que o racismo no Ocidente não foi algo estático, que teria ocorrido somente no século XIX, mas que este é algo recorrente e contínuo, e que chega até nós como atavismo cultural de difícil extirpação. Esse vai, num encadeamento ideológico, solapando os dados culturais dos grupos marginalizados, e “a constelação social, o todo cultural, são profundamente modificados pela existência do racismo” (FANON *apud* YOUNG, 2005, p.111). Dessa forma, mesmo depois de muitas das teorias científicas sobre raça terem caído no limbo, a questão racial continua a ser fundamental para o conhecimento da civilização ocidental e do próprio ser humano, pois

a simples rejeição da categoria “raça” ao campo da ficção científica não conseguiu operar, entretanto, a eliminação de sua contínua presença e impacto *de facto*, com efeitos discriminatórios fortes e perversos sobre os povos que atinge. Constituindo ou não uma categoria válida do ponto de vista biológico, na função de categoria *socialmente construída* a “raça” persiste como dura e incontestável realidade em diversos contextos sociais. (NASCIMENTO, 2003, p.45).

O conde Gobineau (s/d), que se debruçava sobre a questão do desejo colonial, apregoando a supremacia da raça branca. Acrescentava, ainda, em sua teoria que, se deixados a sós, os negros jamais atingiriam o estágio civilizatório ou talvez nunca chegasse a ele, mesmo em contato com os brancos. Sem o branco e sem o poder colonial europeu, até a própria história desapareceria, já que a civilização não existiria.

Na verdade, Gobineau (s/d), ao longo de suas teorizações, ainda defende que a mistura de raças pela prática sexual interracial seria causadora da degeneração das nações civilizadas. Ele mesmo afirma que os traços civilizatórios entre os povos não-europeus só apareceram nestes depois do contato que os nativos tiveram com o europeu. Daí se percebe que o teórico sugere que, para o branco europeu, a mistura racial não seria algo positivo, e sim, essa seria apenas positiva para o negro e outras raças que porventura entrassem em contato com a civilização branca europeia, já que estes receberiam o sangue do colonizador branco, algo valorizado, em suas veias, que os levariam mais rapidamente ao estágio civilizatório. Assim, a mestiçagem, no sentido biológico e cultural produziria, depois do cruzamento, fenótipos melhorados. Daí

entende-se que o intercâmbio sexual e cultural seria um esteio, através do qual os povos brancos ajudariam os não-brancos a subirem os degraus que os separavam da civilização. O contato com o europeu era, segundo este ponto de vista, o abrir de portas para entrada da civilização. Por isso, o homem branco, poderoso e valorizado, deve ser também senhor nas colônias, já que, através de sua influência, os povos não-brancos: negros, índios e asiáticos podem ser redimidos e resgatados da selvageria. Esta redenção dos povos não-brancos se daria pela assimilação dos valores advindos da cultura europeia e, por conseguinte, pela sobreposição das culturas que diferem desta. “Este fenômeno de assimilação foi muito bem captado por Frantz Fanon ao criar a metáfora das ‘máscaras brancas’, referindo-se aqueles homens de ‘pele negra’ que acreditam que, para ascender, devem identificar-se com o branco, assumindo todos os elementos de sua cultura” (BERND, 1987, p.24-25).

Outros teóricos discutiram ainda teses sobre as raças, mas entre eles há uma clara identificação quando defendem a ligação existente entre a civilização branca e seu desenvolvimento material com o elemento branco, masculino, e colonizador, e a vida cultural com o feminino, o negro, o amarelo. Gobineau, por exemplo, afirma “que as nações masculinas procuram o bem estar material; as nações femininas entregam-se mais às necessidades de imaginação” (GOBINEAU *apud* YOUNG, 2005, p.136). Tomando o sujeito branco, colonizador e masculino como superior, este teórico deixa clara sua posição, já que, ao considerar o progresso material masculino como superior e a cultura dos outros povos como feminina e inferior, está desenvolvendo um raciocínio duplamente discriminatório, ou seja, tanto no âmbito da raça quanto do gênero. Assim, Gobineau tanto justifica o domínio dos brancos sobre os outros sujeitos não-brancos como também, se necessário, os feminiza, o que seria, nada mais, que a inferiorização pelo viés do olhar patriarcal. Para ser senhor, com poder econômico e de decisão, era preciso ser homem branco e assumir posturas dominadoras. Nesse sentido, Gobineau (s/d) masculiniza o branco colonizador, tornando marca de tudo que for ativo, e feminiza os outros povos, tornando-os passivos. Assim, os processos de colonização seriam representados por uma relação bastante semelhante aquela que ocorre entre um homem e uma mulher dentro das sociedades patriarcais.

Ao mostrar o branco colonizador como o senhor masculino e as raças colonizadas como femininas, tal teoria nos faz conjecturar que a atração sexual entre raças diferentes seria a base tanto da queda como do surgimento de civilizações, pois somente dessa forma uma civilização sucederia a outra. O erotismo que brota dessa

relação torna-se o combustível necessário para que funcione a engrenagem do que chamamos civilização. Por isso, de acordo com Young, as questões de misturas entre raças sem dúvida estariam sobremaneira ligadas às questões de sexualidade, passando, por conseguinte, pelo viés do intercâmbio sexual e comercial entre colonizadores e povos autóctones dos países colonizados.

A história dos sentidos da palavra “comércio inclui tanto a troca de mercadorias quanto a de corpos em relações sexuais. Portanto, foi inteiramente adequado que a troca sexual (e seu produto miscigenado), que capta as relações de poder violentas, antagônicas da difusão sexual e cultural, viesse a se tornar o paradigma dominante por meio do qual o apaixonado comércio econômico e político do colonialismo foi concebido (YOUNG, 2005, p.222).

Dentro do mundo colonial a nova civilização erigida, através de trocas de diferentes espécies de “mercadorias”, carrega simbolicamente nuances de intercâmbio em diversas esferas, inclusive no campo das mais variadas práticas sexuais. Percebe-se que a discussão sobre a miscigenação das raças estava assentada tanto no comércio como no desejo colonial: “a verificação da possibilidade ou impossibilidade do hibridismo, se concentrava no problema da sexualidade e na questão de uniões sexuais entre brancos e negros. Teorias de raça eram, portanto, teorias sobre o desejo dissimuladas” (YOUNG, 2005, p.11).

Logo, as teorias raciais que vicejavam no Oitocentos, segundo o raciocínio de Young, estavam mascaradas, pois estas não estavam preocupadas se, na realidade, as práticas sexuais eram considerados lícitas ou ilícitas, entre grupos de mesma raça ou interracial, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, etc., já que essa parafernália de intercâmbio sexual e cultural não era considerada um fim em si. Essa servia apenas como subsídio para as diversas maneiras utilizadas pelo colonizador para incrementar as trocas de mercadorias. Como se sabe, o intercâmbio sexual implementado pelo colonialismo servia de baluarte e ingrediente para incrementar o aumento do comércio.

3.4 Declínio da raça e nódoas em *O Barão de Lavos*

*Senhor, a noite veio e a alma é vil,
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
O mar universal e a saudade.
Mas a chamma, que a vida em nós creou,
Se ainda há vida ainda não é finda,
O frio morto em cinzas a ocultou:
A mão do vento pode erguel-a ainda.
Dá o sopro, a aragem, - ou desgraça ou ancia -,
Com que a chamma do esforço se recomoça,
E outra vez conquistemos a Distância –
Do mar ou outra, mas que seja nossa!
(Fernando Pessoa, *Prece*)*

Mesmo cientes que, de acordo com as teorias marxistas, o conceito de raça perpassa o viés das discussões ligadas à classe social, pois, segundo Marx (1983), só o socialismo poderia tornar o mundo socialmente integrado e harmonioso, no romance em análise, privilegiaremos as questões raciais associadas à hibridização e à homossexualidade como objetos fulcrais de discussão. Remontando a história, observamos que diversas teorias “científicas” circulavam livremente no final do século XIX, tanto os compêndios ligados à cientificidade como as artes em geral tentavam se reger por este novo deus que surgia. Segundo Heidegger (2007), o humanismo entrara em crise, já que estava tentando substituir Deus pelo homem como centro do universo. Deus, segundo ele, fora empurrado para fora de trono como mentor do universo pelo homem e sua ciência. É, justamente, baseado na questão da ciência a serviço do homem – do homem branco europeu e colonizador - e de sua causa, que olhamos agora para *O Barão de Lavos*. Podemos divisar no romance, o ponto de vista do mundo europeu colonizador, quando o narrador nos acena preconceituosamente que o desejo homossexual de Dom Sebastião, *O Barão de Lavos*, é desviado do heterossexual hegemônico reprodutor por este ser fruto da miscigenação de raças através de diversas gerações. Vejamos como o narrador descreve a genealogia do barão; “o barão garfava

por enxertia duplamente bastarda em duas das mais antigas e ilustres famílias de Portugal” (BL, p.23).

Para o narrador de *O Barão de Lavos* a hibridização do personagem-título é patente e, já no início do romance, este nos apresenta em prolepse a genealogia do barão, querendo nos induzir a racionalizar que todo o procedimento homossexual do personagem-título estava condicionado às questões genéticas adquiridas através de sua linhagem bastarda e híbrida. “O barão garfava por enxertia dublamente bastarda (...)” (BL, p.23). Ou seja, a mistura sanguínea com diversas pessoas de diversas categorias sociais na história da família do barão foi determinante para que nele se desenvolvessem impulsos degradantes e imorais, que o levariam compulsoriamente à degradação física e moral. O narrador, com o aval “inquestionável” da ciência, vai nos mostrando, passo a passo, que esta mistura acontecida em varias gerações na família do barão, produzia a cada nova geração seres mais debilitados.

Doutrinas imperialistas da difusão das culturas descrevem igualmente bem, a maneira pela qual as teorias baseadas na raça se espalhavam, de disciplina para disciplina, e se tornavam grandes axiomas organizadores do conhecimento em geral. A raça tornou-se o determinante fundamental da cultura e da história humanas: na realidade, é discutível afirmar que a raça tornou-se o princípio comum do saber acadêmico no século XIX. (YOUNG, 2005, p. 113)

Como o Naturalismo, enquanto escola, tentava projetar em suas obras os ditames da ciência com uma aproximação das questões do dito “não normal” aplicados aos “desvios da sexualidade”, de maneira preconceituosa, o romance *O Barão de Lavos* pode e deve ser considerado como sendo especular, dentro da perspectiva desta estética finissecular. A teoria racial que grassava no período estava espalhada por todas as disciplinas, logo a literatura não poderia ficar isenta de sua contaminação. A “doença” do barão, segundo este pressuposto, foi adquirida de seus antecedentes, através de sua cadeia genealógica híbrida, já que ao longo dos séculos fora infectada pelas misturas de sangue decadente e bastardo entre nobres, plebeus e, mesmo com aqueles considerados como “refugos sociais Esses descaminhos existentes na árvore genealógica do barão explicariam cientificamente a predisposição mórbida deste para “certas doenças”, em direção a “sua sinistra andromania” (BL, p. 91). Assim, “a narrativa de Abel Botelho pretende explicar a fatalidade romântica da paixão em termos de hereditariedade mórbida, explicitando a atitude ambígua do narrador, que oscila entre a atração e a

repulsa.” (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 112). Neste caso, o desejo “mórbido” do barão, em suas buscas de prazeres “inominados”, por adolescentes, estava, diretamente, ligado ao declínio biológico de sua raça, adquirido por atavismo genético bastardo. “Degenerara em andrófilo incontrastavelmente; e, sem dúvida, era Eugênio o seu Alcebíades” (BL, p.205).

Mistura racial, doença e homossexualidade, segundo o narrador botelhiano, estavam literalmente associados, deixando a descoberto a cumplicidade subserviente da ciência e das artes, cujo objetivo era carimbar, com o selo da legitimidade, o devastador imperialismo europeu em sua cobiça por conquistas coloniais. Deste modo vemos que “as novas teorias eram apresentadas em termos científicos, mas a teoria racial, na realidade, era sempre fundamentalmente populista em sua apresentação e no seu tom. O deliberado apelo popular da teoria racial permitiu que ela se desenvolvesse fortemente num nível cultural” (YOUNG, 2005, p.112). Assim, em *O Barão de Lavos*, podemos, se seguirmos o pensamento do narrador, divisar que a imputação do patológico no personagem-título através da hibridização e da homossexualidade, tem tanto o aval da ciência como também da utilização do forte apelo popular, já que este também não deixava de ser algo manipulado engenhosamente pelos interesses do jogo colonial. Como a cultura ocidental oitocentista estava subjugada duplamente tanto pelo juízo de valor judaico-cristão de raízes popular e cultural como pelo cientificismo, a homossexualidade do barão foi travestida de anomalia pelo narrador sem atropelos. Isto é de maneira contundente demonstrado no romance quando da condenação de D. Sebastião por suas andanças, em suas buscas de satisfação para seus desejos nefandos e, mesmo, nas suas tentativas de prostituir, em função seu poder de barganha, o “lixo social”, representado pelos garotos miseráveis que deambulavam pelo centro da Lisboa finissecular. Vejamos como o narrador descreve Eugênio, depois de cooptado por dinheiro, em sua primeira aparição no “atelier” do barão: “levou-o para junto do canapé, sentou-se e meteu-o entre os joelhos, pondo-se a contemplar, a beber amorosamente, numa expansão febril de concupiscência, aquele maltrapilho adventício das ruas” (BL, p. 53). A homossexualidade associada à degeneração não deixa de ser a maneira como a cultura ocidental “inscreve o seu outro culturalmente rejeitado no interior de si mesma” (YOUNG, 2005, p.114). A intolerante rejeição da masculinidades deuterocanônicas está associada à constante pretensão da heteronormatividade de se estabelecer, perante seu oposto, neste eterno jogo do binarismo que tenta se auto-ajuizar como naturalidade e normalidade.

Segundo o narrador, a hibridização que houve na genealogia do barão levou este último rebento de ilustre casa portuguesa a uma prática sexual desviante, ou seja, fora dos padrões heteronormativos. Este ponto de vista do narrador nos remete à fobia contra estas práticas sexuais heterodoxas, defendida pelo colonizador e culturalmente aceita como verdadeira. Desse emerge o raciocínio, que grassava ao final do século XIX, no qual a civilização seria levada à derrocada total se a hibridização não fosse ceifada no nascedouro, já que, só, deste modo, seria quebrada a cadeia de nascimentos de seres provenientes de raças distintas, que poderia comprometer o futuro da civilização e da própria humanidade. A hibridização, de acordo com algumas teorias, poderia tornar os futuros humanos inférteis. Essa teoria chegava ao extremo de associar o hibridismo, não só às questões associadas à biologia, mas chegava até a se posicionar contra a mistura dos diversos níveis sociais. A genealogia do barão de Lavos era a amostra do que poderia acontecer com as gerações vindouras, pois seus ascendentes provindos de raças misturadas e de patamares sócio-econômico distintos foram tornando as gerações posteriores cada vez mais suscetíveis a patologias. Assim, a última geração desta “ilustre família portuguesa”, na pessoa do Barão, em síntese, era a amostra de todos os vícios degenerativos, inclusive a infertilidade, adquirida através desses cruzamentos sócio-raciais. “Ao se colocar as questões de hereditariedade como construtora da degenerescência, os médicos oitocentistas buscavam os estigmas físicos da degeneração não para diagnosticar e tratar, mas para enquadrar os supostos anormais dentre as figuras do desvio.” (BELUCHE, 2008, p.101)

De acordo com o narrador, no barão concentrava-se, devido a processos de hibridização em sua genealogia, a civilização e a barbárie. Justamente aí ocorre algo contraditório nas afirmações do narrador, pois uma das bases do princípio criador na história seria justamente o choque entre dois opostos gerados pela resistência. Segundo o pensamento de Canclini (2003), a hibridização, ao fundir estruturas e práticas sociais, torna-se capaz de erigir novas estruturas e novas práticas neste jogo de oposições. Contudo, o olhar obtuso do narrador, ao seguir cegamente os parâmetros impostos pela ciência do século XIX, sem questioná-la, nos mostra, através de metáforas, que na genealogia híbrida do barão podemos ver um resumo dos efeitos nefastos que a mestiçagem da nobreza portuguesa trouxe a monarquia e por associação à nação lusitana. O espírito de aventuras inerente às conquistas coloniais portuguesas foi ceifado devido à perda do espírito destemido e conquistador, herança dos velhos portugueses.

Segundo o narrador, o ímpeto desbravador do português morrera devido ao medo e a fraqueza desta geração híbrida de ir ao encontro do desconhecido.

Fora, mais que uma sofreguidão do Desconhecido, uma sorte de histeria mística, de solicitação do martírio, de culto, de votação incondicional à Divindade, que levava os velhos portugueses do roldão por aquela barra fora num prodígio de arremetida que faz o assombro da História, confiados a frágeis barcas, batidos de inclências, arranhados de incertezas, devastados de terrores, gloriosos de épicas aventuras, a cadastrar o Oceano, a açambarcar o mundo, a firmar o nosso domínio, lá longe, nos países doirados que a *Cruz do Sol* protege, muitos milhares de léguas de mar transpostas - oh! esse mar iracundo e tenebroso a cuja caprichosa imensidade nunca os avoengos de D. Sebastião tinham ousado confiar-se (BL, 116).

De maneira alegórica podemos divisar mais uma ironia na escolha do nome Sebastião para o barão. O sebastianismo, corrente messiânica que grassava em Portugal, pregava a volta de Sebastião, rei, jovem, puro, morto pelos mouros na batalha de Alcácer-Quibir em 1578. Se o D. Sebastião do sebastianismo era pio e virgem, o barão era o oposto. Segundo a crença, aquele, como o Esperado, o Desejado, o Encoberto em seu retorno, reconduziria Portugal, a seu verdadeiro destino de nação poderosa. Vejamos a primeira estrofe do poema “*O Desejado*”:

Onde quer que, entre sombras e dizeres,
Jazas, remoto, sente-te sonhado,
E ergue-te do fundo do não serás
Para teu novo fado! (PESSOA, 1980, p.61)

Vemos, assim, que o D. Sebastião, do sebastianismo, fora um rei desejado antes de nascer e mesmo depois de morrer, ao contrário do D. Sebastião da trama, que como uma metáfora as avessas do mito sebastianista, é execrado já em vida. Assim, o narrador, ao não acreditar na monarquia e nos descalabros de seus nobres, a ironiza através do nome tomado emprestado daquele Sebastião que simbolizava para Portugal a independência. O narrador, pois, espera o alvorecer da república, só com ela a grandeza portuguesa poderá ser resgatada. Da linhagem dos nobres, mais um pseudo Sebastião surgira, contudo, desses Portugal não pode esperar mais nada, pois a humilhação e dependência portuguesa, diante das nações centrais, continuariam se a monarquia não portuguesa banida da terra lusitana.

Na verdade, o narrador do romance, emite juízo de valor reprovativo e faz uma crítica acerbadada sobre a velha monarquia portuguesa, pois essa se tornara inoperante e incapaz de gerir os destinos da ex-gloriosa nação portuguesa e lutar pelos direitos legítimos de Portugal como nação livre. Esta crítica pungente nos é mostrada quando o narrador sai em defesa do espírito empreendedor do colonizador português e de sua intrepidez ao sulcar mares “desconhecidos”, em contraposição à situação em que se encontrava a pátria portuguesa finissecular, agora voltada para si mesma. A família do barão e a monarquia lusitana, arraigadas aos louros dos ancestrais conquistadores, segundo o narrador, perderam o rumo da História e tornaram Portugal paralisado no tempo e no espaço, a observar as conquistas das outras nações europeias no campo tecnológico, político, e no expansionismo geográfico. A defesa do narrador do vasto Império colonizador português nos oceanos Índico, Atlântico e Pacífico pode continuar a ser divisada na narrativa no seguinte trecho:

um mundo novo surgira para a Europa, assombrada, reconhecida. O Catolicismo transpôs a linha. Ia a cruz no punho das espadas. As novas gentes descobertas não eram tanto súbditos agrilhoados para o rei de Portugal, como almas ganhas para o representante de Deus na Terra. (BL, p. 116-117)

O narrador como defensor do ponto de vista do colonizador e, apesar de sua apologia para que não haja misturas das raças, deixa uma brecha, de modo que nós leitores podemos enxergar o que pode ser assim decodificado: a civilização só pode seguir seu caminho de transformação desfazendo as tradições, pois, assim, teremos novas traduções que se transformarão em novas tradições *ad infinitum*. “Sem bárbaros o que será de nós? Ah! Eles eram a solução” (KAVÁFIS, 1982, p.107). A hibridização, que já injetara, com o Império Romano e as invasões bárbaras, novo sangue no povo da Lusitânia, erguera a nação portuguesa. Portugal, que recebera, com suas conquistas além-mar, nova injeção de sangue dos povos colonizados, parecia esquecer que sua raça fora fruto de misturas de raças e que este novo sangue seria capaz de erigir novas estruturas e práticas que arrancariam o país da decadência, do descabro. Vejamos o que o narrador nos diz sobre a miscigenação que houve na Península Ibérica em sua terra com a chegada dos bárbaros:

Depois vieram os bárbaros do Norte inocular sangue novo no derrancamento crapuloso do Império. A transfusão foi crudelíssima. Operaram destruindo. Mas por trás da arrogância bestial da sua arremetida vinha apontando a generosa unção do novo mundo. Aquela treva aparente mascarava uma alvorada. Eles traziam da penumbra druídica das suas florestas os elementos sociais que faltavam ao ocidente gasto e decrépito. (BL, p. 28)

A despeito da defesa da mistura das raças que é evidenciado neste trecho selecionado, o narrador é contraditório quando negativiza a miscigenação que houve na ancestralidade do barão. Segundo a ideologia projetada do narrador, o barão como fruto de hibridização, estampa no cerne e na pele as marcas da decadência e degeneração da mistura racial. O narrador, neste momento, segue a escola naturalista *ipsis litteris*, seguindo à risca teorias científicas sobre as raças e interesses políticos que apoiavam a república como forma de governo em detrimento da monarquia. Deste modo, o narrador, ao tomar posição em favor do “glorioso passado” descobridor português, torna o modelo colonizador como algo benéfico à nação e parâmetro a seguir pelas novas gerações. Ao mesmo tempo, abomina o momento atual e aqueles nobres considerados impuros racialmente e que trouxeram a desgraça e a inércia aos valores lusitanos cantados nos versos camonianos.

“No barão de Lavos confluíam poderosamente as qualidades todas de um pederasta” (BL, p.29). Segundo a tradição, o espírito de conquista, a aventura e o risco deveriam ser qualidades agregadas ao espírito dos conquistadores e isto é o que não se via no barão – metáfora da monarquia portuguesa. Na verdade, o narrador se incumbe de imputar negativamente diversas vezes no personagem-título estes sinais da fragilidade que ironicamente o feminizavam. De acordo com o olhar do narrador, o barão aparentava

conformação feminina: - cabeça pequena, ombros estreitos e ladeiros, bacia ampla, rins muito elásticos, os pés metendo para dentro. O rosto, dum alvo rosado lanugento e macio, tinha uma expressão menineira e ingênua, um ar tocante de fragilidade e doçura. Mas não inspirava simpatia; traía-lhe a inconsistência do carácter essa linha apagada, miúda das feições. O olhar era de ordinário baixo; não cruzava com firmeza; as pálpebras desciam logo, a garantir-lhe a inviolabilidade de abismo. (BL, p. 31-32)

Vemos que o estigma negativo, que o barão carrega como fardo genético, aumenta exponencialmente sua sensibilidade, sendo sua patologia psicossomática, herança de seus ascendentes. Os descompassos sexuais do barão seguem os passos do seu descalabro moral, físico e da sua derrocada econômica. Todos estes sintomas de degeneração estão associados ao intercâmbio sexual perpetrados pelos “promíscuos” ascendentes do barão. Raça, sexualidade e mistura das classes sociais, deste modo, imbricadas se intercambiam no personagem-título para mostrar a feminização do povo português. A cultura da época, baseada no ponto de vista dos colonizadores brancos cristãos europeus em defesa de sua civilização e de seu *status* social, defendia que tanto a mistura do colonizador com os povos inferiores das colônias, como a misturas entre as diversas classes sociais gerariam indivíduos degenerados não só em suas práticas sexuais, mas também indivíduos desregrados socialmente. O fruto deste intercâmbio sexual entre povos em diferentes estágios civilizatórios e de raças distintas ameaçaria o equilíbrio social e mesmo a própria civilização ocidental, já que os descendentes desta mistura não saberiam conter seus desejos sexuais desenfreados. Mesmo que se acreditasse que a mistura das raças geraria descendentes inférteis, o intercâmbio sexual não era bem visto.

O Barão, dominado pelos seus desejos impróprios em direção ao outro igual em gênero, dá suporte às “verdades” apregoadas científica e popularmente pelos colonizadores. Seguindo esta linha de pensamento, mesmo antes de perder-se em paixão por Eugênio, o barão já havia sido marcado pelas gerações anteriores a sua, em linha direta de seus ascendentes, pelo germe do “descontrole no campo dos instintos sexuais desenfreados” e das “patologias” que adviriam desta mistura bastarda, inclusive por uma doença sexualmente transmissível que o deixara infértil. Vejamos trechos em que podemos confirmar este pensamento: “O barão garfava por enxertia duplamente bastarda em duas das mais antigas e ilustres famílias de Portugal” (BL, p.25); “a etiologia moral do barão seguia fatal na sua escala deprimente” (BL, p.36) e do casamento do barão como “correctivo” (BL, p.35), não houvera filhos, já que “uma orquite dupla anulava no barão, quando solteiro, a faculdade de procriar” (BL, p.36).

A questão da não mistura das raças continua sendo alicerçada na narrativa botelhiana de maneira irônica até mesmo na escolha do nome do amante do barão – Eugênio. Este substantivo próprio é derivado de “Eugenia, s.f. - Ciência que tem por objeto o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar, física e mentalmente, as qualidades raciais das gerações futuras” (HOLLANDA, 1966,

p.520). O amante do barão era filho de uma religiosa e de um militar. “Logo na segunda entrevista com o barão, contara-lhe sua vida, sem mentir, singelamente. – Enjeitado. Nascera em Aveiro, dos amores dum militar com uma freira” (BL, p.95). Deste cruzamento, de classes decadentes conservadoras, submissas aos ideais da monarquia e contrárias aos ideais republicanos, nasceu o “bastardo e indigente” Eugênio, pelo qual o barão perde-se em louca e desvairada paixão. “Ao contrário do que lhe sucedera com muitos outros, a paixão por este rapaz mantinha-se firme, resistindo aos caprichos daquela vontade titubeante” (BL, p.95). Ironia das ironias do narrador, pois este coloca a base do discurso colonial, que era a pureza das raças, em xeque, quando pontualmente batiza de – Eugênio – o amante do barão e também, mais tarde de Elvira, esposa desse. Além de ser abandonado pelos pais, Eugênio torna-se um adolescente cínico, aproveitador. Veja o que ele diz à esposa do barão quando esta inflexível, não que lhe dar dinheiro: “Que remédio tens tu, senão dar! (BL, p.288) e logo mais adiante já com o dinheiro em suas mão afirma: “Hás de dar tudo! – com um sobrecenho de império e um risinho triunfante” (BL, p.289).

Outra grande ironia que observamos no texto em análise é a questão histórica do clero e dos militares em Portugal no final do século XIX. Superficialmente, poderíamos dizer que o narrador faz uma crítica ferrenha ao clero, que apoiava a nobreza no impedimento dos ideais republicanos lusos. Quanto à classe dos militares, esta se tornara desprestigiada por não defender as tradições portuguesas. Portugal naquele momento histórico estava submetido ao poderio militar e econômico do imperialismo inglês, causando mal-estar geral na já combalida auto-estima daquele povo.

Observamos que a arbitrariedade das teorias raciais que condenavam a miscigenação é também de maneira ortodoxa defendida pelo narrador, já que este se posiciona a favor do colonialismo português. Mas, ao mesmo tempo, ao se utilizar da ironia, através do jogo que faz com o nome do adolescente de Eugênio, explicada nos dois parágrafos anteriores, afasta-se das imposições da escola naturalista. Esta contradição aparente mostra nuances singulares e certa independência do romance em relação ao Naturalismo.

O discurso a favor do colonialismo, que implementara outrora a grandeza portuguesa, que perpassa a narrativa impõe que a mistura das raças frutifica seres degenerados. Mas, através do nome de Eugênio, vindo do “lixo social”, o narrador nos apresenta outra chave de leitura. Mesmo que o narrador tente justificar as teorias do

colonizador branco europeu como mandamento legal e legítimo, aquele burla esta expectativa de um discurso unilateral utilizado pelo e em favor dos colonizadores e o problematiza, através de um “nocaute” nominal chamado Eugênio. Tal epíteto, Eugênio, escolhido pelo narrador como deboche para intitular o amante do Barão, é crucial para ironizar o discurso colonial e as entranhas do discurso de superioridade racial. “- Como te chamas tu, afinal! – O meu nome de baptismo é Eugênio...” (BL, p.98). Assim, a ironia do narrador é deflagrada contra a teoria da pureza eugênica, desenvolvida para defender os interesses dos colonizadores, ao mesmo tempo que desmobiliza o estereótipo colonial criado na tentativa de justificar as questões raciais em favor do imperialismo.

O discurso colonial, baseado na cobiça e na posse da terra, herdado dos conquistadores portugueses, se espraia e tem lugar privilegiado dentro das relações perpetradas hierarquicamente dentro do próprio país. A relação do baronato rural, do qual fazia parte D. Sebastião, o barão de Lavos, demonstra em grau menor que as relações perpetradas entre nações colonizadoras e colonizadas eram projetadas dentro do reino nas relações entre os nobres e súditos. Esta rapinagem localizada é explicada, pelo narrador, quando este se utiliza tanto das posses econômicas do barão, herdadas devido de sua condição de nobre, como também do acúmulo de conhecimentos deste advindos dos legados da cultura ocidental, para justificar e impor o barão como categoria considerada superior, ao outro explorado. Este legado advindo, através do atavismo cultural, imputava muitos direitos ao barão como latifundiário rural, entre eles o de se apossar do amante, pois devido a sua condição, terra e pessoas podiam lhe pertencer. Vemos, deste modo, que no romance de Botelho, é demonstrado, na relação – Barão/Eugênio - e na própria genealogia daquele e deste, a projeção do ponto de vista do colonizador. O desejo do barão em cercear a liberdade de seu amante, em função de seu desejo construído historicamente como superior, dentro de uma perspectiva heteronormativa herdada do colonizador branco cristão europeu, seria uma alegoria do desejo de manipulá-lo, como faziam as potências colonizadoras com os povos colonizados.

Muitas vezes, no romance, os discursos do patriarcado e do poder colonial se confundem. O primeiro pode ser visto, na esfera do particular, quando o barão, como provedor, coloca Eugênio, seu amante, dentro de uma “casa” e passa a geri-lo economicamente. O segundo momento, o do poder colonial, é demonstrado quando o barão rege, como “pedagogo” e articulador, os movimentos do amante na esfera

pública. Assim, observamos que um discurso machista patriarcal com nuance colonialista desenvolve-se na relação entre estes amantes masculinos. Na verdade, a Eugênio - no romance, visto como o não emancipado, o fraco, o provido, o desprotegido, ou seja, aquele que não poderia ser senhor de sua própria liberdade – caberia, dentro do discurso heteronormativo colonial, a parte do colonizado e feminizado. Esta questão da feminização do outro inferiorizado é recorrente no discurso do colonizador. Neste, não apenas os colonizados, sejam homens ou mulheres, são feminizados, mas também sua paisagem, seu espaço geográfico, pois tudo e todos devem ali estar assujeitados ao poder do colonizador masculinizado provedor. A posse do barão sobre Eugênio pode ser simbolicamente lida como uma representação do poder e dos desejos coloniais.

Deste modo, o romance *O Barão de Lavos*, espelhando as questões ligadas ao discurso colonial – mistura racial, homossexualidade e cobiça colonial - faz adentrar ao campo da literatura finissecular essas discussões tão em voga em pleno alvorecer do XXI. Mesmo que estas, no romance, possam estar mascaradas aos olhos de alguns, entretanto elas não conseguem burlar olhares mais criteriosos, já que “todo conhecimento ocidental é, diretamente ou indiretamente, uma forma de discurso colonial.” (YOUNG, 2005, p.196), pois, como sabemos, esse se manifesta, de algum modo, disfarçado ou não, pois não deixa de ser cúmplice e estar a serviço das conveniências dos grupos dominadores.

3.5 O racismo em *Bom-Crioulo*: a cor negra como marca da diferença

O mar é amargo e o marujo morre no mar.
(Giovanni Verga, *Os Malavoglia*)

Logo no início, o narrador nos induz a verificar que a questão racial será, ao lado da questão de gênero – masculinidades marcadas negativamente - o eixo sobre o qual estará assentada a narrativa. Percebemos já na descrição inicial da corveta que a cor branca desta estava aliada ao bom, ao novo, ao não-marcado, enquanto a cor negra e encardida estava associada ao marcado, ao nefasto, à morte, ao apocalíptico.

A velha e gloriosa corveta - que pena! - já nem sequer lembrava o mesmo navio d'outrora sugestivamente pitoresco, idealmente festivo, como uma galera de lenda branca e leve no alto mar grimpendo serena o corcovo das ondas! (...). Estava outra, muito outra, com seu casco negro, com as suas velas encardidas de mofo, sem aquele esplêndido aspecto guerreiro que entusiasmava a gente nos bons tempos de “patescaria”. Vista ao longe, na infinita extensão azul, dir-se-ia, agora, a sombra fantástica de um barco aventureiro. (BC, p.9)

Deste modo, podemos observar que os adjetivos ‘velha’, ‘negro’ e ‘encardido’ estão, de fato, aqui associados a algo marcado negativamente, se opondo aos adjetivos ‘gloriosa’, ‘branca’ e ‘leve’. A corveta, comparada com “a sombra de um barco aventureiro”, simboliza justamente o tráfico negreiro, nódoa indelével do comércio de escravos negros que tornava suja a história dos mais de trezentos anos do Brasil colônia e da recém ex-colônia. O pensamento de correntes teóricas que apregoavam a supremacia da raça branca e que estava nas entranhas do discurso colonial aportara em terras brasileiras advindas do outro lado do Atlântico, ou seja, exatamente dos países imperialistas da Europa Ocidental. A teoria do embranquecimento da raça brasileira aliava-se ao projeto de erguer nos trópicos um país grandioso isento da “mácula” “negra”, herança africana.

Assim, “o seu casco negro, com as suas velas encardidas de mofo”, também nos dá indício de que a corveta carrega algo negativo em seu interior. Apesar desta pertencer à Marinha Imperial, o tratamento recebido pelos marinheiros de “Sua Majestade” pouco diferia daquele recebido pelos navios negreiros que trafegavam em nossos mares. A violência recebida pelos tripulantes, a falta de higiene e o caos que imperava nas relações perpetradas no interior da corveta beiravam os píncaros da crueldade. Na verdade, o narrador desvela sem rodeios o agir desumanizante que era inferido aos marujos da baixa hierarquia da Marinha Imperial e entre estes havia muitos negros fugitivos das lavouras do café.

Continua o narrador a descrever as punições perpetradas aos marujos, à vista de todos, no convés da corveta. Os tormentos sofridos pelos engajados da baixa hierarquia são detalhados em pormenores pelo narrador: “o comandante, depois de um breve discurso em que as palavras “disciplina e ordem” repetiam-se, fez um sinalzinho com a cabeça e logo o oficial imediato, um louro, de bigode, começou a leitura do *Código* na parte relativa a castigos corporais” (BC, p.12). Logo após esta abertura antológica da obra, o narrador nos introduz o protagonista, cuja alcunha dá título à

narrativa: *Bom-Crioulo*. Este, um marinheiro negro e da baixa hierarquia, está sendo chicoteado por Agostinho – outro marinheiro, também negro – responsável por punir todos que infringissem o código da marinha. “Era o guardião Agostinho, o célebre guardião Agostinho, especialista consumado no ofício de aplicar chibata” (BC, p. 12). Já nessa cena inicial, vemos indicado que em Amaro – Bom-Crioulo – serão aplicadas chibatadas por este infringir o código disciplinar da marinha. Ironicamente, Amaro fugira das crueldades perpetradas aos escravos na lavoura do café e agora, na Marinha Imperial, como negro liberto, também iria sofrer castigo similar, ou talvez pior, pois em alto mar não havia como fugir. Ser negro, segundo a política reinante no final do século XIX, era ser, no mínimo, suspeito, independente do espaço que esse ocupasse naquele recorte histórico brasileiro. Como se a própria condição de ser negro imputasse neste a marca de “vítima” e “algoz”. Estes dois termos no negro não eram excludentes, mas se locupletavam. Nesse universo, ao se nascer negro, não se tem escapatória. “Vítima”, devido à marca da cor de sua pele, herdada da genética, e que o marcava negativamente e “algoz” do branco, devido ao atavismo cultural e às teorias científicas que consideravam a raça negra como violenta e aterrorizadora, já que estava muito próxima ao animal. Este ao trazer, como estigma negativo, a marca da diferença na pele em relação ao “padrão universal” de humanidade, ao mesmo tempo é marcado pelo determinismo biológico, que exime o elemento branco colonizador de toda responsabilidade em relação ao outro ser que lhe seria inferior. “O negro, mesmo antes de ser escravizado tinha um defeito, que para muitos serviu de justificativa para sua escravatura, e esse defeito era sua cor” (BROOKSHAW, 1983, p.12).

Bom-Crioulo, pelo duplo estigma que carrega em seus ombros – ser negro e praticante da homossexualidade – deverá receber em seu corpo e em sua mente os castigos por infringir a “lei da hegemônica sexualidade natural” e a “lei da civilização branca” promulgada pelos colonizadores e perpetuadores do patriarcalismo ocidental, branco e cristão. Vemos aqui, o Naturalismo aflorando e marcando negativamente as categorias de negro e homossexual inerentes ao personagem-título, subsidiado tanto pelo seu determinismo histórico como pelas teorias científicas sobre raça.

Através do olhar do narrador, percebemos que a relação entre Amaro/Aleixo é questionada tanto pelos outros personagens como também pelo próprio personagem-título. O auto questionamento de Bom-Crioulo revela a própria essência do ser humano que é ser contraditório. Aqui nos apropriamos da explicação que Carlos Reis infere ao narrador quando este afirma em sua análise do *Crime do Padre Amaro*: “é forçoso

reconhecer que concedendo às personagens o privilégio da introspecção ou permitindo a directa representação de diversas manifestações do seu universo onírico, o narrador arrisca-se a consentir a revelação de anseios ou frustrações em que nada se liguem aos interesses da estética naturalista” (REIS, 1980, p.78). Amaro, quando introspectivo, sente algo ambíguo em relação a sua paixão por Aleixo, seus questionamentos resultam tanto do fato de praticar a relação homossexual, execrada pela sociedade patriarcal ocidental, como também, por ser essa uma relação sexual interracial. Vejamos o que se passa na mente de Bom-Crioulo: “Aquilo não ia bem (...). Precisava tomar uma resolução: abandonar o Aleixo, acabar de uma vez, meter-se a bordo, ou então amigar-se aí com uma rapariga de sua cor e viver tranquilo” (BC, p.50). É patente nessa passagem que a intranquilidade e o desassossego de Amaro passam, sem dúvida, tanto pelo viés das questões de raça e gênero como pelas pressões que sofre por suas escolhas nada convencionais e deveras transgressoras.

É sabido que os valores estabelecidos hegemonicamente pela sociedade continuam definindo os indivíduos e os caminhos que esses devem seguir. “Estereótipos congelam a personalidade, apagam individualidades, dotando o receptor com características que se adaptam ao ponto de vista *a priori* do percebedor em relação à classe social ou étnica, ou ainda, à categoria sexual de sua vítima” (BROOKSHAW, 1983, p.10). Bom-Crioulo sofre com suas dúvidas por suspeitar que sua relação interracial com Aleixo assuma a forma de algo deveras complicado, quase inexequível. Raciocinando deste modo e sofrendo com o peso das normas da sociedade colonizadora branca, Amaro passa a questionar seu próprio *modus vivendi* e tenta assujeitar-se ao modelo vigente de relacionamento afetivo-sexual para não sofrer. Percebemos, assim, que as relações de poder influenciam e modelam comportamentos, forçando o sujeito negro a pensar em comportar-se como branco e o praticante da homossexualidade a sujeitar-se aos ditames do heterocentrismo.

Em relação às elucubrações que o branco Aleixo, devido à herança da cultura branca hegemônica, projeta em seus pensamentos sobre o negro Amaro temos que aquele

receava ter de o suportar com seus caprichos, com o seu bodum africano, com seus ímpetos de touro, e esta lembrança, entristecia-o como um arrependimento. Ficava abominando o negro, odiando-o quase, cheio de repugnância, cheio de nojo animal com formas de homem, que dizia ser amigo unicamente para gozar. (BC, p.56)

O bodum africano – transpiração excessiva ou de mau cheiro – está aqui relacionado ao cheiro do suor que exalava do corpo de Amaro no momento do relacionamento sexual. Esta referência tão forte ao olfato parece querer dar ênfase ao caráter animalesco tão frequentemente ligado aos negros, pelo olhar do branco. Ao mesmo tempo, percebe-se que Aleixo sentia-se, de certa forma, usado, como se Amaro só quisesse tê-lo, utilizando-se da força, unicamente para gozo próprio. Além disso, Aleixo se percebe na posição de objeto submetido. Lembramos que o patriarcado, ao longo da história, esteve baseado socialmente na opressão do feminino pelo seu oposto masculino.

Carola Bunda, a portuguesa e prostituta que aluga o quarto para o casal logo no início do romance, também repetirá o preconceito racial em relação a Amaro quando afirma: “Negro é raça do diabo, raça maldita que não sabe perdoar, que não sabe esquecer” (BC, p.67). Este arroubo de racismo, inoculado culturalmente, aflora neste momento como instinto de defesa tanto em relação à preservação de seu caso de amor com Aleixo, como também em defesa da própria vida e da de Aleixo. Se soubesse que estava sendo traído, segundo o pensamento de Carola Bunda, Amaro poderia vir a destruí-los, como verdadeiramente ceifará a vida de Aleixo no final do romance. Ela, também amante de Aleixo, quer impedir este de ler o carinhoso bilhete de Amaro, no qual estava traçada a solicitação da visita do amado ao hospital em que aquele estava internado. Vejamos o bilhete que transtornou a portuguesa:

Meu querido Aleixo.
Não sei o que é feito de ti, não sei o que é feito do meu bom e carinhoso amigo da Rua da Misericórdia. Parece que tudo acabou entre nós. Eu aqui estou, no hospital, já vai quase um mês, e espero que me venhas consolar algumas horas com tua presença. Estou sempre a me lembrar do nosso quatinho... Não faltes. Vem amanhã, que é domingo.

Teu
Bom-Crioulo. (BC, p.62)

Neste momento de inquietude, insegurança e temor, ela deixa vir à tona toda a carga de racismo introjetado sócio-culturalmente. Carola, portuguesa de classe baixa, prostituta de profissão, coloca-se na posição do branco colonizador, tomando as “verdades” daquele como sendo suas. “O modo como o branco vê o negro, foi moldado desde a infância pelas histórias em que a negritude era associada ao mal e os que faziam

o mal eram negros” (BROOKSHAW 1983, p.13). Esta deturpação do campo de visão do colonizador advém do fato desse se perceber como social e culturalmente superior ao colonizado. Carola Bunda tem nome e apelido, respectivamente, agregado pelo deboche popular que se reporta a sua falsa santidade por “carola” e, ao mesmo tempo, parte do corpo, pelo epíteto profano e chulo, por esta ser prostituta. A referência à bunda¹⁶ indica o lugar marcado negativamente desta como prostituta. Contudo, mesmo que Carola Bunda pertença ao refúgio social e tenha comportamento condenável dentro dos cânones morais exigidos para mulher no patriarcalismo, ela se considera como mulher, como branca e como portuguesa mais digna de ter o rapaz branco como amante, pois estava salvando-o das garras “homossexuais” do negro Amaro. Na verdade, ela está apoiada por diversos discursos que culturalmente demonizam o negro e a homossexualidade e, automaticamente, endeusam o branco e justificam a heterossexualidade.

O narrador também deixa claro que quando Bom-Crioulo se enfurecia, tornava-se um risco para todos que se impusesse em seu caminho. “O negro parecia uma fera desencarnada: fazia todo mundo fugir” (BC, p.16). Através desta comparação do personagem Amaro com uma fera é mais uma vez reforçada a questão da animalidade do negro que imperava em diversas teorias científicas discutidas anteriormente. De acordo com estas teorias, por não terem atingido o grau de civilidade dos padrões dos brancos europeus, os descendentes dos africanos, vez e outra podiam “desencarnar” a fera perigosa que jazia no interior de cada um deles. De fato, ao longo de *Bom-Crioulo* a comparação do negro com o mundo animal pode ser vista em diversas passagens. Percebe-se, ao longo da narrativa, que esse sujeito deveria ser contido e aprisionado, como vemos na citação a seguir: “Nesse tempo ‘o negro fugido’ aterrorizava as populações de um modo fantástico. Dava-se caça ao escravo como aos animais, de espora e garrincha, mato adentro (...)” (BC, p.17). Portanto, o resgate de um negro fugido era marcado como ação positiva aos olhos sociais. Lugar de animal em liberdade, só em seu *habitat* natural.

Acreditamos que, nesse sentido, também cabe trazer para a discussão a exaltação do mito da demonização do negro de que nos fala Freyre, em seu livro *Ordem*

¹⁶ A palavra “bunda” carrega em si marcas de vulgaridade e de chulo adquiridas pela tradução, transformada em tradição, que a partir do XIX coloca o grotesco como forma literária inferior. Só “na segunda metade do século XIX, o interesse pelo grotesco diminui notavelmente, tanto no campo literário como na história literária. Quando se faz alusão a ele, é para relegá-lo às formas do cômico vulgar de baixa categoria, ou para interpretá-lo como uma forma particular de sátira, orientada contra os fenômenos individuais, puramente negativos. Dessa maneira, toda a profundidade, todo o universalismo das imagens grotescas desaparecem para sempre” (BAKHTIN, 1999, p. 39).

e *Progresso* (1962), no qual afirma que era crença geral a de que a figura do negro e escravo fujão, ao se esconder na floresta, apareceria de tempos em tempos para assaltar pessoas e saquear plantações. Segundo o pensamento desse crítico, a ligação entre mito e realidade acontecia quando o escravo fujão escapava do capitão do mato e, para que este não ficasse mal visto e perdesse a credibilidade perante o senhor de escravos, dos outros escravos e mesmo diante da população livre, espalhava a notícia que o negro foragido fizera um pacto com o demônio. A partir dessa lógica, já não se distingue o negro fujão da figura do demônio introjetada culturalmente, pois, devido a sua aparência de maltrapilho em suas aparições, esse acabava definitivamente associado à figura do diabo.

A fuga dos escravos das lavouras de café e dos engenhos de cana-de-açúcar para as cidades e mesmo para quilombos se dava com frequência devido aos maus tratos perpetrados contra eles. Dos comentários do narrador, cuja voz está frequentemente colada às agruras perpetradas ao Bom-Crioulo, percebemos também quão dura era a vida na Marinha Imperial Brasileira. Mesmo que os castigos contra os negros fugitivos e engajados nesta fossem de extrema violência, eram “preferíveis” a trabalhar como escravos tanto nas fazendas de café como no eito dos engenhos. Conforme citado anteriormente, a violência e os maus tratos eram os motivos para tantas fugas para a cidade, onde os negros poderiam gozar de certo anonimato e conseguir realizar outro tipo de atividades, inclusive na marinha. “A disciplina militar, com todos os seus excessos, não se comparava ao penoso trabalho da fazenda, ao régimen terrível do tronco e do chicote (...) (BC, p.18). A Marinha era, portanto, uma das instituições onde os escravos fugitivos encontravam refúgio. Não que na marinha não houvesse manifestação de racismo ou discriminação, já que todos os negros marinheiros ocupavam postos de baixo escalão. A alta hierarquia era branca e o lugar do negro nesta era o atrelado a posições de subalternidade, fazendo os serviços pesados. Os negros, na maioria das vezes, eram aproveitados nestes navios devido ao corpo forte, aos músculos salientes, acabando por serem utilizado para todo o tipo de atividade que exigisse a força bruta ou não exigisse especialização. Pelos estudos históricos, sabemos que os navios, tanto da marinha imperial como os navios mercantes, foram espaços onde se entrelaçaram as mais diversas culturas e linguagens, pois negros de diversas nacionalidades foram engajados em seus serviços. Essas eram incrementadas devido à grande camaradagem, convivência e intercâmbio cultural estabelecidos entre os negros de diversas nacionalidades e regiões - havia negros de diversas culturas e línguas entre

aqueles trazidos forçosamente para o Brasil - no decorrer das longas viagens de cabotagem pelo continente brasileiro.

Outro aspecto sobre o qual o narrador se debruça ao longo do romance é a questão da imposição da estética branca como ideal de beleza. Esta foi uma, entre várias, das formas que o narrador encontrou para demonstrar o racismo presente na narrativa. Tal estética, herdada dos ideais de beleza dos gregos, excluía qualquer fenótipo que não estivesse dentro dos parâmetros fundamentados no mundo clássico ocidental. Na seguinte passagem, quando o narrador descreve a beleza de Aleixo, percebe-se essa herança não questionada: “Belo modelo de efebo que a Grécia de Vênus talvez imortalizasse em estrofes de ouro límpido e estátuas duma escultura sensual e pujante” (BC, p.39). Em contrapartida, a descrição do Bom-Crioulo, - negro, trazendo na pele a marca do colonizado, do selvagem africano, antípoda ao ideal imortalizado pelo mundo helênico – é outra. Inclusive, quando o narrador descreve Amaro, encontramos vocabulário utilizado no jargão popular, se opondo ao vocabulário castiço utilizado para descrever o branco Aleixo: “– Quem é que não o conhecia, meu Deus? Por sinal tinha sido escravo e até nem era feio o diabo do negro...” (BC, p.22). As duas passagens do romance dão respaldo às questões raciais embutidas nos estereótipos enraizados de preconceitos em relação ao fenótipo do “diferente”. Esta rejeição ao negro funcionava dentro de um binarismo onde o elemento branco, sempre associado à beleza, ao clássico, se opondo ao outro, sempre agregado ao feio, ao popular.

Imagine-se o porão de um navio mercante carregado de miséria. No intervalo das peças, na meia escuridão dos recôncavos moviam-se corpos seminus, indistintos. Respirava-se um odor nauseabundo de cárcere, um cheiro acre de suor humano diluído em urina e alcatrão. Negros de boca aberta roncavam profundamente, contorcendo-se na inconsciência do sono. Viam-se torsos nus abraçando o convés, aspectos indecorosos que a luz evidenciava cruelmente. (BC, p.29).

Nesta passagem, na qual a relação de trabalho é vista não como exigência da construção do mundo racional pelo homem, mas como algo vilipendiador do homem, como trabalho – tortura e castigo - que mata, através da exploração dos negros mantida graças ao medo e a chibata. O “trabalho” na marinha imperial brasileira era exercido pelos engajados negros e outros subalternos num clima de coação, violência e terror. Aquele era um mundo em que a crueldade suplanta toda razão humana e no qual as relações perpetradas seguiam o rastro dos princípios regulatórios da escravidão. Como o

negro era considerado animal, o branco se eximia de toda culpa por desrespeitar aquele em todos os sentidos, causando, por vezes, sua morte. Veja o comentário da elite branca dos superiores da corveta sobre Amaro: “Sempre o conheci refratário a toda norma de viver. Hoje manso como um cordeiro, amanhã tempestuoso como uma fera. Cousas do caráter africano. (BC, p.38). Na corveta, trabalho e suplício eram sinônimos. Até mesmo o “repouso” dos negros após a labuta - na visão do narrador parecia mais a descrição de um amontoado de seres semi-vivos, de cujos corpos exalava um cheiro de morte. A prova de que esses estavam, de fato, vivos, só era percebida através de seus roncões e de suas breves contorções. A cena narrada acima nos mostra e sugere que houve para os marujos uma verdadeira seção de tortura imputada e não de trabalho, antes do “descanso” descrito. Esta seção de sadismo dentro de um navio da marinha mesmo eufemisticamente nunca poderia ser nomeada de trabalho. A narração jamais nos levaria a pensar em trabalhadores livres, mas nos leva a pensar que esses navios da marinha imperial brasileira eram verdadeiros “navios negreiros” flutuantes.

Mas que vejo eu aí... Que quadro d' amarguras!
É canto funeral!... Que téticas figuras!...
Que cena infame e vil!... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!
Era um sonho dantesco... o tombadilho (ALVES, s/p, 1959)

Os negros, tanto como escravos nas fazendas ou como pseudo-livres na marinha imperial, estavam condenados a serem violentados cruelmente.

E Bom-Crioulo, como toda a guarnição, passou à tarde numa sensaboria, cabeceando de fadiga e sono, ocupado em pequenos trabalhos de asseio e manobras rudimentares. - Diabo de vida sem descanso! O tempo era pouco para um desgraçado cumprir todas as ordens. E não as cumprisse! Golilha com ele, quando não era logo metido em ferros... Ah! vida, vida!...Escravo na fazenda, escravo a bordo, escravo em toda parte... (BC, p.33)

A citação acima exemplifica a extensão da opressão experimentada pelos negros ao longo dos diversos “contatos” com os colonizadores europeus. Fosse como fosse, as opções de viver uma vida menos “animalizada” não eram oferecidas aos negros.

Algo que também merece destaque no romance analisado é o fato de que a categoria ‘raça’ acaba por praticamente modelar a sexualidade. Esta questão aflora

quando o narrador nos aponta a questão de gênero associada à raça como parâmetro de manifestação do desejo sexual. Esta preocupação social finisse secular, se firmava cada vez mais no Brasil devido aos auspícios do fim da escravidão. O negro em liberdade, deste modo, desestabilizava a ordem imperial e colonial, pois, com suas selvagerias e alto índice de fertilidade, poderia degenerar o sangue dos brasileiros, desestabilizar a “ordem” e tornar a nação brasileira portadora de uma população não branca. Este era o modelo a copiar, sugerido pelas elites brancas brasileiras, para *terra brasilis*, modelo este espelhado das nações imperialistas e civilizadas europeias.

O recrutamento de imigrantes portugueses, tal como sucedia com a mão de obra de outras nacionalidades, era objeto de uma atividade organizada sob a forma empresarial e várias companhias e empregadores empenhados neste negócio recebiam subsídios do governo brasileiro ou trabalhavam diretamente para governos federais. (PEREIRA, 2002, p.29)

Deste modo, a chegada de brancos ao Brasil, como assalariados para a lavoura do café, tentava dissimular o real objetivo, que era diminuir percentualmente o contingente negro da população brasileira, já que não era possível suprimi-lo. É neste momento histórico que o Brasil, apoiado na teoria do embranquecimento de seu povo a fim de atingir o estágio de “civilização”, passa a importar imigrantes brancos para trabalharem em suas lavouras do café. Literalmente, os negros deveriam ser expurgados deste processo de purificação embranquecedora da população brasileira. Isto seria necessário, segundo os positivistas, para que como nação branca, o Brasil, alcançasse mais rápido o processo civilizatório, fato histórico, inclusive abordado pelo narrador no romance brasileiro ora pesquisado.

Neste momento o transatlântico defrontava com a corveta, içando à ré a bandeira inglesa, um grande lenço de tabaco, encarnado, e saudando com três guinchos medonhos o navio de guerra, cuja bandeira também flutuava na popa verde e ouro. Um mundo de gente movia-se na proa do navio inglês, decerto imigrantes italianos que chegavam ao Brasil. (BC, p.26)

Ainda no romance de Caminha, a questão do isolamento do negro nos é apresentada muito bem delineada quando o narrador, metaforicamente, se utiliza de Amaro, como protótipo, para tornar esta categoria racial à deriva do novo processo que

se avizinhava para o emergente país e futura nação branca que, obrigatoriamente, deveria surgir sem a mácula da escravidão e do negro, sob os auspícios da República.

A partir da década de 1870, com a iminência do fim da escravidão e o consequente pânico moral sobre as transformações sociais que dela surgiram, é que emergiram novas reflexões sobre a sociedade brasileira e a necessidade de construção de seus “desvios”. Essas reflexões utilizaram a sexualidade como uma estratégia de crítica da velha ordem, mas também de consolidação de uma nova, burguesa, que mantivesse hierarquias raciais e de gênero de forma que, em nossa república vigorasse a desejada ordem e, a partir dela alcançássemos aquele grande mito do dezenove, o progresso. (BELUCHE, 2008, p. 108).

Outro momento da obra em que se associa o negro à sexualidade ocorre quando Carola Bunda, já amante de Aleixo, é ameaçada por este, que afirma que irá abandoná-la. Essa, em apelo veemente, lhe diz: - “Fica bonitinho, fica junto de tua negra (...)” (BC, p.57). Esse é o momento em que a branca, portuguesa e prostituta Carola, que anteriormente alcunhara Amaro de “negro com cheiro de bodum”, se autodenomina “negra”, provavelmente na tentativa de valorizar Aleixo como macho e a si mesmo como sedutora, pois ser negra seria, neste caso, assemelhar-se à escrava, ser subserviente ao amante e seu objeto de satisfação sexual. Este era o lugar da mulher no discurso e na cultura machistas. Assumir o papel da negra, bem definido e internalizado no pensamento brasileiro de então, seria ter poder em questões de cooptar o macho sexualmente, ter capacidade de iniciar o amante nos mistérios da plenitude sexual, ou seja, ser senhora fomentadora dos prazeres na economia colonial do desejo. Como centro da perspectiva do modelo de mulher-esposa na época, a mulher branca deveria ocupar o lugar de mãe, a portuguesa deixa claro, no apelo, que não podia nem ocupará tal lugar na relação que se inicia. Carola Bunda, como prostituta de meia idade, sem perspectiva de arranjar marido ou amante para sustentá-la, com idade ultrapassada para ter filhos, utiliza-se do poder da sua experiência na arte de seduzir e na inexperiência de Aleixo, de modo que pudesse exercitar a reconquista do seu amante. Assim, ela assume o estereótipo de mulher fatal, que culturalmente estava associada às negras. Guiada por seus interesses de mulher passional e sob os auspícios de Eros - o deus grego do amor, avesso à moral limitadora – Carola faz uso das ferramentas que tem no sentido de postergar a partida de Aleixo. Vemos, então, que aqui, de fato, a “paixão desconhece

qualquer conveniência de caráter social. Ela não se adapta a qualquer modelo ético de relação” (NUNES FILHO, 1997, p.133).

Eros, desconhecedor de diferenças raciais, fazendo discípulos em qualquer lugar e de quem bem quiser, é a força propulsora que está mais imbricada na pele do personagem Amaro, podendo fazê-la jorrar a qualquer momento. É, justamente, este deus grego, de civilização preceptora do ideal e da estética branca que, varando o coração do nosso personagem principal, vai transformar “Bom-Crioulo em “o erotômano” da Rua da Misericórdia, caindo de êxtase perante um efebo nu, como um selvagem do Zanzibar diante de um ídolo sagrado pelo fetichismo africano a ressurgir milagrosamente” (BC, p.61).

Bom-Crioulo, que permanece numa pureza quase virginal até os trinta anos, perde a cabeça – sob a égide de Eros – pelo jovem efebo. Na Grécia ou em Zanzibar o objeto do desejo torna-se fetiche, desrespeitando os dogmas de classe, idade, gênero ou raça. “A paixão cai como um impacto sobre o eu, que passa então à mercê, sujeito a ela, impotente. A paixão toma conta do eu a revelia” (CRITELLI, 1992, p.19). A interdição da mistura racial é violada devido à inconveniência da cobiça do apaixonado, mas é bom lembrar que como a relação Amaro/Aleixo é de cunho homossexual, há uma dupla violação da regra. Duplo tabu desmoronado por Eros.

De qualquer modo, estava justificado perante sua consciência, tanto mais quanto havia exemplos ali mesmo a bordo, para não falar em certo oficial de quem se diziam cousas medonhas no tocante à vida particular. Se os brancos faziam, quanto mais os negros. É que nem todos têm força para resistir: a natureza pode mais que a vontade humana. (BC, p.32)

Bom-Crioulo, através da voz do narrador, busca aqui justificar-se perante si mesmo, por praticar “cousas medonhas” no terreno sexual, passando a comparar-se aos brancos de igual comportamento. Se estes podiam, então o negro, que estava em uma escala inferior ao branco no patamar da moral, também tinha tal direito. Amaro assume, assim, o ideal do ego do branco. A cultura hegemônica advinda do patriarcado cristão branco passa a ser diretriz também para Bom-Crioulo. É justamente através de tais justificativas às avessas que Amaro adota o padrão de raciocínio do opressor branco na tentativa de, pela comparação, desculpabilizar o que ele considera em si “ato culposos”.

Demais, o capitão Albuquerque recompensava os serviços de sua gente, não se negava a promover os seus afeiçoados. Isso de se dizer que preferia um sexo a outro nas relações amorosas podia ser uma calúnia como tantas outras que se inventavam por aí... Ele, Bom-Crioulo, não tinha nada a ver com isso. Era uma questão à parte, que diabo! Ninguém está livre de um vício. (BC, 20)

Vemos, assim, que apesar do vocábulo ‘vício’, na citação, vir associado à noção do cruzar fronteiras do permitido, de transgredir, está também, sem dúvida, inserido no campo semântico da doença, do nocivo, do patológico. Amaro, ao se posicionar a favor do capitão com uma frase de interpretação contraditória, mostra sua dúvida quanto a sua própria condição. Na verdade, tal ponto de vista, em relação a si mesmo, corroi a estrutura psicológica de Amaro, enquanto negro e homossexual, fazendo-o agir e pensar como se fora participante da cultura heteronormativa branca. O ideal branco como fonte de identificação para o negro torna-se um fetiche. Deste modo o negro que é demonizado pelo branco, passa também a introjetar estes valores e a se autodemonizar por exercer atos execrados pela cultura do seu opositor. Assim, se o modelo branco torna-se um divisor pelo qual o bom e belo devem se nortear, o negro, inserido na cultura branca, quer do mesmo modo assumir esse ideal. Nisto esta assentada uma das bases da violência racista do colonizador branco como classe hegemônica e dominante: “vítima dos efeitos dessa alienação, pouco importa, então, ao sujeito negro o que o branco real, enquanto indivíduo ou grupo venha a fazer, sentir ou pensar. Hipnotizado pelo fetiche do branco, ele está condenado a negar tudo àquilo que contradiga o mito da brancura” (COSTA, 1983, p.4).

O maior campo de atuação da violência racista aconteceria no território em que esse obriga o negro a introjetar noções de inferioridade atreladas a sua condição, o que acaba fazendo com que o ideal branco continue como mantenedor dos prestígios que lhe são outorgados. E o negro, não podendo pensar sobre si mesmo positivamente, dá o direito ao outro de definir sua identidade. Assim, aquele negro que vive em tal estado de alienação, sem possuir autonomia em suas formas de pensar e de agir, fica realmente desprovido de poder. O narrador, ao final do romance, depois do crime cometido por Amaro ao matar Aleixo, nos informa que “ninguém se importava com o “outro”, com o negro, que lá ia, rua abaixo, triste e desolado, entre baionetas, à luz quente da manhã: porém, todos queriam “ver o cadáver”, analisar o ferimento, meter o nariz na chaga...” (BC, p.80). Percebemos que a morte de um branco atrai multidão; um branco morto vale mais que um negro vivo, pois ao negro Amaro não resta sequer um

olhar de condenação ou de comiseração. A lógica diz que de um animal bruto não se pode esperar senão a violência. Neste caso, o lugar de animal é na jaula, na prisão, separado dos civilizados e é isto que vai acontecer com Amaro. No início da narrativa, Amaro foge da jaula - “conseguindo, porém, escapar à vigilância dos interessados, e depois de curtir uma noite, a mais escura de sua vida numa espécie de jaula com grade de ferro” (BC, p.17) - e no final, conduzido para ser enjaulado, quando é preso pelo assassinato de Aleixo. Isto mostra, segundo o ponto de vista do narrador, a incapacidade de ajustamento ou de convivência do negro e do homossexual dentro do processo civilizatório branco e heterossexual. Vemos, assim, que este romance naturalista é cíclico, obedecendo ao mesmo esquema que Antonio Candido reconhece em sua análise, do também romance naturalista, *I Malavoglia*, de Giovanni Verga, “o esquema circular aparece inicialmente no plano mais geral do enredo” (CANDIDO, 2004, p. 82).

Deste modo, o narrador, ao imputar em Amaro um estereótipo marcado dentro da sociedade branca e heteronormativa, nos faz crer que pouco estava preocupado em absolvê-lo desses “estigmas”: ser negro animalizado e praticante da homogenitalidade, pois o preconceito contra o negro e contra a homossexualidade é o que rege o romance, mas o que há de novidade aqui é que se nos debruçarmos em uma análise mais aprofundada na narrativa, podemos encontrar nas entrelinhas denúncias contra esse abuso, independente da intenção de denunciá-la ou não pela voz do narrador.

Bom-Crioulo, enquanto obra do Naturalismo e atrelada ao determinismo científico, não consegue afastar-se das questões ideológicas, sociais e políticas que permeavam o mundo de então e, tendo como fulcro este ponto de vista, é que vemos, imputados pelo narrador em Amaro, concepções de desejo sexual bestializado e descontrolado que irão referendar as questões de hereditariedade racial e dos efeitos de um meio ambiente determinista projetados no cotidiano deste personagem-título. Deste modo, observamos que foi muito mais aceitável, para a opinião pública de então, ver colocada um negro como personagem principal da narrativa, já que este é, ao mesmo tempo, detentor de duplo “estigma negativo” – negro e homossexual. Na verdade, esse serve como “bode expiatório”, respaldando a ideologia do embranquecimento que percorria os últimos estertores do Brasil imperial e o embrião do Brasil republicano. Vejamos parte de um documento epistolar de 1871 que demonstra este fato: “devo informar a v.exa. que é crença quase geral entre os fazendeiros, que o resultado mais ou menos próximo da discussão deste projecto, será a indisciplina dos escravos, seguida

porventura de quaesquer tentativa criminosas contra os senhores” (PEREIRA, 2002, p.244) e continua “o facto é que os mesmos fazendeiros se empenham por todos os modos em obter gente branca para suas fazendas, já, segundo dizem, para se defenderem contra qualquer aggressão dos escravos, já para os habilitarem a substituir aquelles” (PEREIRA, 2002, p. 244). Na verdade, todo esse arcabouço montado servia para justificar o preconceito racial e dar guarida à ciência finissecular que inferiorizava os negros em defesa de seus objetivos. A substituição do negro pelo branco como mão-de-obra, em síntese, absolveia os ideais e interesses sócio-econômicos de uma sociedade branca predominantemente rural e conservadora, que já não tinha necessidade do trabalho escravo e que pretendia substituir o negro pelo imigrante branco.

3.6 O vai-e-vem: teias de influências entre Portugal e Brasil

*Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
(Chico Buarque)*

A influência, em diversos setores, dos movimentos vanguardistas que ocorriam na Europa colonizadora também se faz sentir nas literaturas de Portugal e do Brasil. Na corrente naturalista, estética literária em que estão incluídos os romances de nossa análise, os vínculos que havia entre os países de centro e países periféricos estavam fortemente imbricados. No caso particular do Naturalismo, salta à vista a escola francesa como referência nas obras de outros países, inclusive em Portugal e no Brasil.

Nos romances de Botelho e de Caminha estas influências podem ser consideradas como essenciais. Os ventos naturalistas que sopravam da “libertária” França e de outros países centrais europeus tais como: Alemanha, Inglaterra e Itália, aportavam em terras lusas e, por tabela, chegavam ao Brasil. “A literatura culta foi aqui um produto da colonização, um transplante da literatura portuguesa, da qual saiu a nossa como prolongamento” (CANDIDO, 2010, p.13). Mas isto não quer dizer que nossos intelectuais só recebiam estas influências via Portugal, mesmo sabendo que o vai-e-vem

nas relações Portugal-Brasil-Portugal tenham sido muito estreitas durante quase quatrocentos anos, e mesmo depois da independência brasileira. Aquelas propiciaram uma gama variada de intercâmbio intertextual e muitos dos nossos intelectuais continuaram a estudar e buscar influências tanto em Portugal, como diretamente na França. Além disso, as literaturas portuguesa e brasileira “guardam em si um *vínculo placentário*, no dizer de Antonio Candido, por se escreverem/falarem em um mesmo idioma, o que confere à experiência comparatista enorme vitalidade” (FIGUEIREDO, 1998, p.108).

Vale salientar que no final do Oitocentos a literatura brasileira ainda não havia se emancipado totalmente das influências da literatura portuguesa como também a portuguesa não estava em sua totalidade fora da órbita dos países centrais da Europa. Apesar dessas influências, as escolas naturalistas de Portugal e do Brasil se utilizaram das singularidades que as tornavam diferenciadas em relação aos citados países e mesmo entre si. De algum modo, devido à grande teia de influência entre os dois países pareceria que “o comparativismo entre essas literaturas pode até ser tautologia, tendo-se em vista o grande número de afinidades e semelhanças entre elas” (FIGUEIREDO, 1998, p.111). Na verdade, esta questão do vai-e-vem das influências não segue enquadrado em caminhos definidos, mas também busca (des)caminhos próprios que as tornam autônomas. Assim, o especular entre essas literaturas (portuguesa e brasileira) valerá tanto para o estudo do diálogo que houve entre as literaturas do império e da ex-colônia no fim do Oitocentos como também para verificar as diferenças advindas das resistências e do não conformismo às influências das nações colonizadoras mais fortes militar e econômica. Estes cruzamentos de diálogos estarão à mesa nas análises pontuais dos romances naturalistas de Abel Botelho e de Adolfo Caminha.

Portugal, no fim do século XIX, pode ser incluído dentro do espaço social, político, militar e econômico europeu como um país semiperiférico. “Portugal é um país essencialmente agrícola” (BL, p.237). A realidade é que Portugal, até como centro de seu próprio império estava colocado em xeque, pois o imperialismo português há muito deixara de existir de fato, devido a problemas econômicos tanto advindos das proibições inglesas ao tráfico de escravos, como também devido à perda da ex-colônia (Brasil) que dava alento a este tráfico e subsidiava economicamente os desmandos da monarquia portuguesa. Assim, a metrópole portuguesa estava impedida de ter compensações financeiras e o império português passara a ser apenas uma questão de retórica.

Na questão pertinente ao Brasil entre 1808-1821, podemos observar que deste partia toda a política imperial, já que era no Rio de Janeiro que a família imperial portuguesa fixara residência. Vejamos que a colônia brasileira torna-se metrópole e a metrópole, Portugal, torna-se colônia. “Nós verdadeiramente é que éramos a colônia” (QUEIRÓS, *apud* RIBEIRO, 2004, p.61), confirma o crítico português. Apesar deste período de inversão do poder político, não podemos deixar de levar em consideração Portugal como nação colonizadora do Brasil e não poderia ser diferente. Não se pode desconsiderar, tampouco, a influência que outros povos colonizadores europeus exerceram sobre Portugal e sobre o Brasil, tanto no período colonial como no pós-colonial, como integrantes e participantes de nossas representações culturais. Na verdade, “nossa produção crítica pós-colonial terá de considerar tanto Portugal quanto os novos centros de poder que nos interpelam através das mais variadas formas, inclusive através do discurso sobre as diferenças tão em voga nas instituições acadêmicas” (SCHNEIDER, 2005, p.182).

Outra aproximação dos romances que pode ser explorada é a questão das monarquias portuguesa e brasileira, já que elas pertenciam ao mesmo tronco genealógico. O Barão de Lavos (Dom Sebastião) encarna em si uma metáfora da decadente casa imperial portuguesa. Esse fator pode ser visto como um elemento de crítica voraz à coroa portuguesa, pois esta não mais conseguia manter o país em seu *status* de nação conquistadora do além-mar tão bem contada e cantada por Camões em seu *Os lusíadas*¹⁷. Portugal, agora sob o domínio de uma monarquia envelhecida, hibridizada, e infértil de conquistas colocara à deriva o orgulho deste povo de conquistadores. Portugal monárquico tornara-se um país que dava volta ao redor de si mesmo, sem conseguir sair da letargia devido a problemas internos insolúveis. O barão, assim, alegoricamente, representava esta monarquia que vivia de favores, sem trabalho, apenas usufruindo de rendas e dos altos impostos cobrados do já combalido povo português e de suas pessimamente administradas colônias ou postos comerciais. O casamento do barão, que não lhe trouxera herdeiros devido à infertilidade deste, representa a própria monarquia portuguesa, incapaz de gerar o novo, e um futuro promissor para esta nação. A prática homogenital do barão, também, surge como

¹⁷ *Os lusíadas* de Luís de Camões traçam a epopeia das conquistas portuguesas além-mar. Apesar do herói da narrativa ser individualizado em Vasco da Gama, o verdadeiro herói, das grandiosas conquistas, é o povo português. Nesta epopeia Camões mostra que os portugueses são tão grandiosos quanto os gregos, cantados por Homero, na *Ilíada* e na *Odisseia* e quanto os romanos, cantados por Virgílio, na *Eneida*.

alegoria contraceptiva da casa imperial portuguesa e coloca em xeque a sobrevivência da própria nação, caso não houvesse uma mudança drástica e urgente nos destinos políticos da pátria portuguesa. A implantação do regime republicano em Portugal, ponto de vista sustentado através das ironias em que o narrador vilipendia os nobres portugueses, deveria ser a solução para um novo Portugal.

As áreas de interesse que mais prontamente geram ironia são, pela mesma razão, as áreas em que se investe mais capital emocional: religião, amor, moralidade, política e história. A razão é, naturalmente, que tais áreas se caracterizam por elementos inerentemente contraditórios: fé e fato, carne e espírito, emoção e razão, eu e o outro, dever-ser e ser, teoria e prática, liberdade e necessidade. (MUECKE, 1995, p.76)

Em *Bom-Crioulo* vemos, também, subliminarmente aflorada, a questão da ironia a monarquia brasileira, descendentes diretos da monarquia portuguesa. A monarquia brasileira “libertou” os escravos, contudo, não deu a esses subsídios para que se tornassem cidadãos de fato e de direito. Amaro, o Bom-Crioulo, é um ex-escravo que, por ingenuidade e simplicismo, segundo o olhar irônico do narrador, presta vênias ao retrato do imperador, já que esse, ao acolhê-lo na marinha, se tornara seu empregador e, por conseguinte, “livre” da escravidão. Vejamos o que pensa Amaro quando está só no sótão que alugara na Rua da Misericórdia: “o retrato do imperador sorria-lhe meigo, com a sua barba de patriarca indulgente. Era o seu homem. Diziam mal dele, os tais “republicanos”, porque o velho tinha sentimento e gostava do povo...” (BC, p.49). Amaro, por estar engajado na Marinha Imperial Brasileira, reverencia o monarca, pois acredita que esse o livrara dos senhores e dos caçadores de escravos fugitivos. Contudo, contextualmente este culto está sobrecarregado de ironia, já que quando Amaro presta culto ao ícone ou retrato do imperador, esse está amarelado, pendurado no sótão empobrecido e não num lugar privilegiado à vista de todos. Essa gravura no quartinho alugado por Amaro foi herdada de um português que morreu de cólera e que morava, justamente, neste quarto da hospedaria de Dona Carolina, a velha prostituta portuguesa. Esta ironia do narrador demonstra que se a família imperial portuguesa colocou seu próprio país – Portugal – à margem, seus inábeis descendentes no trono brasileiro também não iriam resolver os problemas políticos e econômicos da ex-colônia.

Outra ironia do narrador refere-se à casa imperial brasileira, herdeira da “ilustre” casa portuguesa. Esta nos é mostrada no romance, através da velha corveta, na

qual os personagens da obra são tripulantes. Vemos na voz do narrador que a frota de nossa marinha mercante só se deslocava quando os ventos sopravam a favor dela. O que poderia justificar um país, como todo seu comércio voltado para o mar e com um litoral imenso, não dispor de navios adequados à exploração marítima? Incompetência. A abertura para o mar, no século XIX, era visto como condição imprescindível para qualquer país que quisesse se desenvolver, já que o processo da conquista de territórios, através da expansão marítima era a fonte principal das riquezas adquiridas pelos países imperialistas. Muitos dos navios de Sua Majestade Imperial brasileira, em plena efervescência da Era Industrial, utilizavam, ainda, velas nos seus deslocamentos pelos mares. A incipiência da navegação brasileira, ironicamente, pode ser vista na narrativa no momento em que a fragata da marinha imperial brasileira cruza com um navio a vapor da marinha imperial inglesa.

Os governos monárquicos de Portugal e do Brasil, incapazes de gerir modernamente suas nações, não conseguem que seus países entrem tanto na Era Industrial como no rol de países colonizadores. Portugal, porque se tornara um país pobre e endividado, não consegue explorar suas colônias, ou seja, o que restou do império colonial português, que um dia estivera presente no Atlântico, Índico e Pacífico e o Brasil há pouco mais de meio século independente, não conseguira deslanchar como país totalmente livre economicamente, devido a má administração. A descapitalização e os altos juros pagos aos países industrializados pelos empréstimos tomados, principalmente a Inglaterra, abortam no nascedouro qualquer projeto desenvolvimentista em Portugal e no Brasil.

Em *O Barão de Lavos*, o personagem-título desponta como metáfora da decrepita monarquia e, a infertilidade do barão aponta simbolicamente para o regime monárquico que cambaleava e vivia seus últimos momentos. Se da relação dele com sua esposa D. Elvira não houvera descendente, muito menos da relação homogenital daquele com seu amante Eugênio haveria. Mesmo da relação entre a esposa do barão e do amante deste, não há filhos. Portugal era, segundo a metáfora do narrador, um país fadado a autofagia. A “esterilidade” da nobreza estava se propagando para toda a nação e, por conseguinte, estava ameaçando Portugal, enquanto país livre e soberano devido às ingerências estrangeiras, principalmente da gananciosa Inglaterra. Este ponto de vista demonstra que, se uma nação tem como líder um governo descomprometido com os ideais de grandeza de seu povo, tende a desaparecer. O barão, como metáfora desta monarquia caduca, é mostrado na sequência da narrativa sem meios para sua

sustentação, pois passara a ser ajudado economicamente pelos “amigos”. A partir disso, não havia outro caminho para ele, a não ser a derrocada total e irreversível. Desta leitura, só havia um meio de Portugal continuar a trilhar seus caminhos de pátria grandiosa e colonizadora que fora: deixar de fazer genuflexão aos seus “amigos” ingleses. Isso só aconteceria se fosse substituída a híbrida e velha monarquia pelo sangue novo dos republicanos.

D.Carolina, em *Bom-Crioulo*, é a metáfora da família real brasileira, descendente da casa portuguesa, exploradora estéril das terras brasileiras e do povo brasileiro. D. Carolina já teve seus dias de “glória”, mas agora vive sustentada por um único freguês, que paga o aluguel da casa em que esta mora. Ela aluga os outros cômodos “por hora”, de onde tira seu sustento. Comparativamente, tanto ela, como a nobreza luso-brasileira, na época do auge, viviam a custa e da exploração do “suor e sangue” dos brasileiros. E, mesmo na decadência, ainda consegue tirar proveito. Ela, antes “amiga” do Bom-Crioulo, descarta-o e por interesse próprio passa a “usufruir” de Aleixo. Amaro, amigo de D. Carolina, salvou-a anteriormente de ladrões que queriam assaltá-la e roubar as suas jóias. No momento atual, como o negro já não serve aos seus “interesses”, ela o substitui pelo filho de imigrante branco. Do mesmo modo que, os descendentes da nobreza parasita portuguesa historicamente substituíram, no Brasil, o trabalho escravo do negro pelo do branco, segundo seus interesses, D. Carolina também se utiliza, alegoricamente, na narrativa, desse mesmo expediente, pois quando passa a usufruir dos “trabalhos” de ou a ter “negócios” com o branco Aleixo, se desfaz do negro Amaro, que um dia fora considerado seu “salvador” e amigo. “Dentro da rígida formação social da colônia e do império, o negro era encarado como um mal necessário. À medida que a abolição se anuncia, ele vai se transformando em ‘perigo social’” (BELUCHE, 2008, p.107).

A ironia dos dois narradores soa em uníssono nos romances, quando se trata de desmoralizar o ócio da nobreza e a decadência da bastarda monarquia portuguesa e brasileira. Mas, a exploração indiscriminada do outro não deixava de ser, também, uma prática generalizada em todos os países centrais europeus em relação às riquezas de suas colônias. Explorar os povos mais fracos tornara-se uma necessidade premente para manutenção do *status quo* dos países brancos e hegemônicos. Portugal herdara esse traço devido a suas raízes colonizadoras. A coroa portuguesa instalada no Brasil, através de seus descendentes, ligadas por laços familiares a Portugal, nos mostra a verdadeira face do explorador português. Eles eram exploradores e aqui ficaram para continuar o

processo iniciado. Assim, a imagem refletida, muitas vezes distorcida, mostrava que a cobiça colonial de posse do outro, travestida de catequista e pedagoga não passava de embuste ou engodo que não sobreviveria a argumentos contundentes. Todavia, sabemos que a exploração, deste outro inferiorizado era respaldada no Ocidente, pois os colonizados não tinham direitos. O que importava era subjugar, inferiorizar e usufruir o máximo do que as conquistas podiam oferecer.

No romance português, metaforicamente, por conseguinte, vemos o barão ensinando o que segue: os primeiros passos da educação “refinada” erigida pela civilização branca a Eugênio, pois só assim seria aberto a esse as portas de entrada à civilidade. Contudo, subliminarmente, o que interessava neste jogo de professor e aluno não era a questão pedagógica *per se*, mas o real objetivo da catequese era subjugar e seduzir o mais fraco. O barão, ao utilizar matizes pseudo-pedagógica na catequese de seu amante, tentava burlar seu real objetivo, ou seja, o desejo de possuí-lo. Aqui é necessário frisar que todo aparato colonial, também reivindicava para si o direito de educar os colonizados, mas a verdade é que aquele estava impondo sua ideologia de cobiça.

Já no romance de Caminha, o narrador nos apresenta Bom-Crioulo também como pseudo-pedagogo na sua relação homossexual com Aleixo. Este fato pode ser visto quando o primeiro tenta propagar o que havia aprendido em seu contato com a civilização branca ao amante: “a camisa devia ser um bocadinho aberta para mostrar a debaixo, a de meia. O hábito faz o monge” (BC, 1983, p.25), e também quando da promessa de assistir a uma peça de teatro, “Bom-Crioulo tinha prometido levá-lo aos teatros” (BC, 1983, p.26). Este lugar de Bom-Crioulo, entretanto, é usurpado por D.Carolina. Essa, segundo a narrativa, vem nos mostrar a substituição do negro pelo imigrante branco na nova ordem, segundo interesses da monarquia luso-brasileira. Assim, vemos o negro Bom-Crioulo, afastado de cena para dar lugar aos imigrantes europeus representado por Aleixo, junto aos interesses da monarquia brasileira, descendente da casa real de Portugal, radicada no Rio de Janeiro.

No romance de Botelho, a crítica aos desmandos da monarquia portuguesa no Oitocentos tem um respaldo histórico, ou seja, o mal-estar que se apoderou do povo português, ex-conquistador, e que agora era obediente e subserviente ao poderio inglês. Portugal fora desmoralizado com o *Ultimatum* inglês de 1890, exigência que obrigava a retirada portuguesa de territórios antes conquistados por Portugal em África e que agora era pleiteado pela Inglaterra. Este desassossego desesperançado português em relação a

sua monarquia pode ser visto no romance pela crítica peçonhenta imposta ao barão, que carregava em si os estigmas negativos de bastardo híbrido, homossexual e estéril, ou seja, um degenerado segundo a ideologia corrente do Oitocentos. O determinismo impunha ao Barão, como metáfora da realeza portuguesa, um só destino: decadência e morte. Portugal, com sua monarquia inoperante não podia reagir à força da Inglaterra por ser uma nação falida e, deste modo, impedida de continuar sua missão imperialista de levar a civilização lusitana a outros povos.

As armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Nosso reino, que tanto sublimaram; (CAMÕES, 2010, p.11).

Portugal sob o governo monárquico no final dos Oitocentos – século da ciência - era um Estado envolto em crises políticas, econômicas, éticas e morais de tal monta que o império português e sua monarquia respiravam agônicos e espremidos entre o mar e a vizinha Espanha. Vale salientar que o império português finissecular era ficcional, não passava de sonhos de um Portugal outrora grande

para além de sua justificação histórica, política e econômica, o imperialismo do século XIX encontrava aqui a sua justificação científica, assente no racismo “cientificamente” provado, como o século da ciência exigia. Já não se tratava de, como no tempo da escravidão, proteger os africanos ensinando os caminhos da redenção religiosa pela evangelização, mas de os promover à civilização dado o seu atraso “natural” e “cientificamente” justificado pela hierarquia das raças. Neste mundo em que, como Nietzsche tinha declarado, Deus tinha morrido, cabia às “raças superiores” desempenhar esse papel civilizacional, através de um Estado administrativamente organizado e investido desse “dever de intervenção”, de acordo com a ideologia da época. (RIBEIRO, 2004, p.24)

Assim, Bom-Crioulo, como negro e homossexual, precisava ser aliado do processo civilizatório, embranquecedor e heteronormativo a ser alcançado para a raça brasileira do porvir. Este era o objetivo pretendido tanto por nossa nobreza como pelos defensores da República. Neste caso, a homossexualidade, a negritude, a selvageria e o não controle dos instintos do personagem-título da narrativa caminiana respaldavam a

ideologia reinante do “perigo negro”, pois, “o negro representou em um racismo brasileiro tanto o “outro” de quem se deveria proteger a sociedade (africano de origem, considerado menos humano ou nem isso), quanto um perigo no interior do próprio grupo principalmente por causa da idéia da miscigenação” (BELUCHE, 2008, p.102). Se o Brasil quisesse galgar o lugar de uma nação respeitada e seguidora da civilidade teria obrigatoriamente que fazer uma higienização racial, que automaticamente excluía o elemento negro. Embranquecer a raça seria o primeiro passo para ingressarmos puros na República que, segundo seus defensores, mais cedo ou mais tarde seria forma de governo em terras brasileiras. Homossexualizar o personagem-principal negro foi uma maneira assaz irônica que o narrador de Caminha encontrou para demonstrar tanto o pensamento da elite brasileira como a ideologia de Estado¹⁸, pois, na verdade “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos de degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p.111). A apropriação da citação deste crítico, que trabalha questões do final do século XX e início XXI, demonstra que o discurso do final do Oitocentos seguia o mesmo viés, ou seja, servia tão somente de sustentação ao ponto de vista do colonizador, através do qual esse arvora a raça branca e hegemônica, da qual era e é representante, como balizadora e disseminadora da “civilização” pura e superior. Mas, na verdade, o que realmente este discurso queria e quer é conspurcar a imagem do colonizado e legitimar a rapinagem que os colonizadores faziam e fazem. Partimos, agora e com essas considerações em mente, para nossas conclusões sobre o que discutimos até aqui.

¹⁸ “Segundo Nietzsche, portanto, o Estado é produto da violência dos mais fortes sobre os mais fracos, e não de qualquer processo contratual. O Estado é uma usurpação de direitos e não uma confraria de ideais. Ele não estabelece por consenso, mas pela espantosa tirania (NUNES FILHO, 1997, p.61).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho e de *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, através do fértil diálogo que perpassa os estudos comparados, a questão da interdisciplinaridade, entrelaçadas com as questões das masculinidades rejeitadas socialmente (homossexualidades), de raça, de mistura racial (hibridismo) e do desejo colonial, expõe as múltiplas faces de como marginalizar outras formas descentralizadoras de sexualidades em defesa da hegemonia arbitrária da heterossexualidade. Podemos dizer que os narradores dos dois romances vão buscar subsídios nos discursos médico-legais, que já respaldavam os abusos da política colonial, para consolidar a heterossexualidade e a raça branca como parâmetro a seguir. Dentro desta lógica, negros, híbridos e homossexuais eram, de acordo com os discursos biologizantes, considerados categorias refutadas para construção da civilização pretendida pelos colonizadores. Assim, estas categorias marginalizadas são colocadas, por interesses políticos, em oposição ao puro, heterossexual e branco, tornando-se categorias incompatíveis com o projeto que o colonizador, em seu discurso alicerçado na hipocrisia, arvora como sustentáculo à instalação da civilização e do progresso. Contudo, em nossa análise literária não pretendemos comprovar estas teorias, já que elas se bastam e se autodefinem em seus terrenos específicos. O cerne do nosso trabalho visou tentar compreender como as narrativas trafegam dentro destas teorias, sem perder de vista como estas nos dão licença para nossas leituras. Para apoiar nosso raciocínio é bom sublinhar que os “romances naturalistas expõem as marcas do conflito entre o campo das pulsões sexuais e o das proibições da civilização, o que se traduz em sensações torturadas e no mal-estar que as personagens carregam” (BULHÕES, 2003, p.200).

Na verdade, o negro, o híbrido e o homossexual são categorias vistas nas narrativas como embargos à civilização e devem ser, de algum modo, extirpados, pois, segundo as teorias oitocentistas, a civilização prescinde destes para se instalar. Assim, nas diegeses, os narradores reduzem o campo de possibilidades de contribuição positiva dos personagens-título, de modo que a esses, devido aos preconceitos culturais que grassavam na época, não são apresentadas oportunidades, a não ser aquelas em que esses sejam nocivos à sociedade. Deste modo, o ponto de vista reinante no fim do

século XIX era o seguinte: se Portugal - país colonizador em decadência - e Brasil - nação emergente - não pretendem perder o trem que os conduzirá mais celeremente à civilização, devem banir negros, híbridos e homossexuais, pois estes não atendem às expectativas civilizatórias.

Do explicado nos dois parágrafos anteriores, vemos que os narradores, apesar algum modo condenar a homossexualidade, o hibridismo e o negro nos dois romances, abrem um leque para o estudo das masculinidades marcadas negativamente (questões de gênero), já que a vivência do “amor que não ousa dizer seu nome” pelos personagens-título, tanto no romance português como no romance brasileiro, também insinua que “a homossexualidade se mostra como lócus de transgressão e de recriação da dicotomia homem/mulher, que é o gênero propriamente dito, portanto se configura num tema importante” (MONTEIRO, 1997, p.1). As análises comprovam que as diversas formas de manifestações das masculinidades não canônicas descentralizam qualquer forma de sexualidade naturalizada como universal. As mais variadas formas de desejo, que perpassam tanto *O Barão de Lavos* como *Bom-Crioulo*, não podem só ser explicadas pelo binarismo criado para sustentar a heterossexualidade compulsória. Assim, em função de um maior equilíbrio entre as diversas categorias de sujeitos e suas múltiplas performances “a formulação binária do sexo tem de se fragmentar e proliferar até o ponto em que o próprio binário seja revelado como contingente” (BUTLER, 2010, p.171). Na realidade, os desejos múltiplos e suas performances em direção aos objetos do desejo em muito extrapolam as fronteiras da heteronormatividade, ao mesmo tempo em que criam para si um entre-lugar nas questões referentes ao gênero.

é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. (LOURO, 2004, p. 45)

Nas duas tramas, os personagens, transitam em múltiplos entre-lugares, variando estes de feminilizados a masculinizados, dependendo de suas performances sexuais. Se estes são desejados como passivos, são feminilizados; se seus desejos impõem uma prática sexual ativa, são transformados em indivíduos masculinizados. Toda esta gama de performances é referendada por rígidos códigos atrelados ao

binarismo sexual e introjetados tanto no inconsciente individual como no coletivo. Os narradores, continuando esta tradição, atrelam a masculinidade ao exercício dos papéis de ativo nas relações sexuais. Assim, quando Aleixo e Eugênio, seguindo o pensamento dos dois narradores, são passivos nos seus relacionamentos sexuais com o barão e com Bom-Crioulo respectivamente, o julgamento dos narradores os tornam marcados negativamente, já que estes não estão executando as funções de ativos que lhes são imputadas, pela tradição patriarcal, por serem machos. Ao contrário, toda vez que Aleixo ou Eugênio desejam ser ativos sexualmente, são descritos pelos narradores de maneira oposita. Nestas relações eles são masculinizados, já que na relação sexual não estão sendo efemeados, ou seja, não estão no lugar de inferiorização imputado às mulheres na tradição ocidental patriarcal. Vemos, assim, que “isto configura uma forma cognitiva machista, uma forma machista de compreender a realidade” (MONTEIRO, 1997, p.6).

Contudo, é preciso atentar para um fato que permeia o universo cultural do senso-comum: as performances sexuais flutuantes ou deslizantes de Eugênio e de Aleixo aconteceriam não em razão deles assumirem uma subjetividade homossexual como D. Sebastião e Amaro, mas em função da conveniência: dinheiro, proteção, sexo, prazer, com homem ou mulher, como sujeito ou objeto. Entretanto, esta observação não é uma questão fechada, mesmo no Naturalismo. O que observamos, segundo o narrador onisciente, é que os indivíduos no exercício de suas práticas sexuais podem também transitar aquém e além fronteiras do binarismo que perpassam os gêneros, sem que necessitem apenas atenderem as conveniências do modelo da masculinidade imposta como positiva. Na verdade, segundo alguns teóricos, há diversas performances sexuais permeando os indivíduos, que seguem uma escala que passam de hetero exclusivo a homo exclusivo e isto é o que se presume nas narrativas analisadas. Na verdade, a homossexualidade exclusiva de Amaro, a bissexualidade de D. Sebastião e as bissexualidades de Aleixo e Eugênio atendem aos apelos metafóricos dos narradores, pois estes pretendem condenar tanto as práticas sexuais heterodoxas, independente de como estas se manifestem como as questões das misturas raciais - raça negra à qual pertence Amaro, o híbrido em D. Sebastião - que induzem estes a práticas sexuais não “naturais” - dentro de um processo político/econômico opressor e conservador.

No aspecto que se refere à condenação explícita da homossexualidade, os narradores se apoiam no ponto de vista machista herdado da presunção heterossexual, circunscrita pelos muros da cultura heterossexista, baseada numa teoria dicotômica das

práticas sexuais e que se alicerça, em seu discurso, em arranjos que marcam a masculinidade exercida no campo da heterossexualidade institucionalizada positivamente e as outras formas de manifestações das masculinidades negativamente. Contudo, este discurso não se sustenta perante as manifestações dos desejos sexuais amplamente diversificados que perpassam os personagens das narrativas. Deste modo, as diversas performances sexuais dos personagens, mesmo que didaticamente o discurso heterossexual queira mostrar o contrário, demonstram que “o desejo é um solvente poderoso e imprevisível de identidades estáveis; que pessoas ou escolhas objectuais aparentemente heterossexuais são fortemente marcados por influências e desejos relativos ao mesmo sexo” (SEDGWICK, 2003, p.29). A partir desse pressuposto, observamos que “o discurso da heterossexualidade nos oprime no sentido de que nos impede de nos falarmos a não ser que nos falemos em seus termos” (LAURETIS, 1994, p.227).

Ainda, hoje, no primeiro decênio do século XXI, os privilégios dos não marcados negativamente, no caso, as masculinidades heteronormativas, se impõem sobre as masculinidades homossexuais, assumindo diversas reatualizações em seus diversos discursos como forma de sustentação, já que “a heterossexualidade é uma instituição social, histórica e por isso contingente, não natural, não universal” (MONTEIRO, 1997, p.9). A civilização europeia do final do Oitocentos erigida sobre as colunas da patrilinearidade considerava, respaldada pelos dois narradores nos romances, que a união sexual “normal” haveria de passar pelo crivo da reprodutividade aliada a não mistura das raças. Direcionar os desejos para outras formas de práticas sexuais, que não seja a heterossexualidade, segundo o mito da cultura patriarcal, burguesa e judaico-cristã, poderia levar a humanidade ao colapso. Deste modo, fica patente que nada é mais eficaz do que patologizar médico-juridicamente a práxis homossexual, pelos olhares obnubilados pela tradição da cultura preponderante. Contudo, frisamos que não existe uma heterossexualidade original, mas uma imitação impositiva de poderes e discursos que se desenrolam historicamente e que são necessários para manutenção da sexualidade machista não marcada. Assim, esta é naturalizada e “autorizada” a nortear as masculinidades e as identidades de gênero. Isto pode ser observado, quando os narradores introjetam homossexualidades na história de vida dos personagens-título, como forma de demonizar suas práticas sexuais heterodoxas.

Deste modo, vale observar que a heterossexualidade, não sendo natural, mas histórica, precisa ser continuamente construída e renovada, numa reconstrução

permanente, passando da tradição à tradução, em leituras da sexualidade que se sobrepõem espaço-temporalmente. Mas, não podemos negar que a heteronormatividade, que se ergue através do binarismo, atrelada a uma postura preconceituosa do poder patriarcal e burguês ocidental, resiste a mudanças. Contudo, as flutuações identitárias e de pertencimento, sob diversas outras performances sexuais, que não as naturalizadas, conseguem mostrar em diversos espaços suas subjetividades, mesmo que muitas vezes precisem de máscaras para que possam manifestar seu *modus vivendi*.

As homossexualidades masculinas, um dos focos de nossos estudos nos dois romances, nos mostram que as questões de gênero não podem ser limitadas pelo sexo anatômico, demonstrando que as fronteiras impostas pelo binarismo que se impõe ao sexo estão marcadas por construções culturais. Na verdade, as performances tanto dos personagens-título como dos personagens secundários nos dois romances demonstram que os papéis sexuais são pluralíssimos e que, em suas manifestações, estão presentificados discursos, fantasias, convenções e rituais diversos. Deste modo, “se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo” (BUTLER, 2010, p.163).

Partindo do pressuposto de que o heterocentrismo, naturalizado por meio do discurso médico-jurídico e cultural, devido a/e em defesa do seu caráter reprodutor, se opondo a homossexualidade patologizada, por não estar a serviço dos interesses do estado burguês, coloca em xeque a questão binária da divisão dos sexos, é que nos utilizamos, também, das categorias sexuais problematizadas e multifacetadas para abordar nossos personagens-título e suas performances. Mesmo que os personagens-título estejam agindo, segundo os narradores, sob o comando de sua genética degenerada, eles, em seus espasmos oníricos, introjetam e questionam seu procedimento sexual afastado do cânone heterocentrista. Gênero e sexo estáveis fazem parte do discurso hetero-reprodutor que tenta por diversas formas tanto marcar negativamente as categorias marginalizadas como balizar a sexualidade humana como estanque ou não mutável sócio-culturalmente. Inferir ou “dar nomes” às categorias marginalizadas quer nos induzir a acreditar que a heterossexualidade poderia ser algo natural, mas só serve para fixar o arcabouço que tenta promover o heterocentrismo como algo fundante, obrigatório e autorizado a falar por outros segmentos, inclusive por aqueles que preferem amar seus iguais. Contudo “a nomeação do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela

exigência de uma construção discursivo-perceptiva dos corpos, segundo a diferença sexual” (BUTLER, 2010, p.168).

Vemos que em *O Barão de Lavos*, D.Sebastião é questionado por sua prática sexual homoafetiva com Eugênio. Em prolepse, o narrador, para justificar o caráter patológico da homossexualidade do barão, faz toda a etiologia das doenças daquele, através de sua árvore genealógica híbrida. “A obsessão pela norma determinou um considerável esforço para definir o anormal. Multiplicaram-se as explicações etiológicas: corrupção ou degeneração, caráter inato ou trauma de infância (...). Produziram-se tipologias complexas, distinguindo diferentes homossexualidades (...)” (BADINTER, 1993, p.104). Na realidade, a homossexualidade do barão é explicada por este ser híbrido e último descendente de uma família de nobres em degenerescência; por esse motivo, todo seu proceder sexual “normal” estava comprometido, até mesmo seu sêmen era impróprio à fertilização, confirmando tanto as teorias sobre eugenia como os diversos textos que mostram que “o homossexual ameaça a nação e a família. Mas ele é também ‘um traidor da causa masculina’” (BADINTER, 1993, p.104). Estes marcadores negativos alocados na pessoa do barão pelo narrador servem na narrativa como metáfora para execrar a monarquia portuguesa, que tornara a grande pátria portuguesa em um império decadente. Este, que já fora grandioso, com colônias em diversas partes do globo, estava tanto confinado a uma pequena superfície como economicamente falido.

A patologização da homossexualidade do Barão, na voz do narrador do romance português alia-se também ao pensamento burguês que quer, então, arditamente, através das questões do binarismo sexual naturalizado e normatizado, impor sua ideologia. Ideologia que no romance associa o exercício da sexualidade masculina negativamente à nobreza. Esta alegoria é válida, pois a nobreza e a homossexualidade são, sob o ponto de vista do narrador, traidores do patriarcado, e por contiguidade da masculinidade, e da virilidade, itens basilares para continuação da cultura heterocentrista e dos princípios burgueses. Segundo o narrador em Botelho, o banimento da monarquia como forma de governo seria condição *sine qua non* para que a nação portuguesa pudesse continuar sendo uma grande nação colonial.

Bom-Crioulo e *Barão de Lavos*, seriam metáforas que mostram o atraso histórico, tecnológico e político que a monarquia portuguesa e a brasileira, descendente da portuguesa, impuseram tanto a Portugal como ao Brasil. Nos romances lemos que a família imperial portuguesa e sua descendência, que reinava também no Brasil, eram

maus administradores e peritos em como gerir inocuamente um país. Estas narrativas servem, assim, para demonstrar que as monarquias tinham perdido o “bonde da história”, e que seriam necessárias mudanças. Sabemos que a corrente naturalista estava, naquele momento histórico, atrelada, politicamente, à causa republicana. Obviamente esta questão não podia deixar de ser ventilada numa análise dos dois romances. Até o nome de uma peça que D.Carolina e Aleixo vão assistir no teatro serve de ironia à monarquia: “Foram ao teatro, ontem, à *Tomada da Bastilha*” (BC, p.78). Isso mostra que as sementes advindas da revolução francesa e das aspirações republicanas foram depositadas em terras lusitanas e em *terra brasilis* e nelas encontraram terreno fértil devido à crise político-econômica que passavam os respectivos países.

Todas essas metáforas que saem em defesa da heterossexualidade e da causa republicana, que por atalho execram o homossexualidade e o mistura racial nas narrativas de Botelho e de Caminha, juntamente com aquelas que condenam a monarquia em favor da causa republicana, se utilizam como pano de fundo da ciência e da heterocentrismo patriarcal como base de defesa de seus pontos de vista. Vemos que a condenação metafórica da monarquia na narrativa brasileira, em *Bom-Crioulo*, esta centrada na prática corrente da homossexualidade dentro da corveta da Marinha Imperial Brasileira. Estes fatos aconteciam em todos os níveis hierárquicos, e eram passados de ouvido a ouvido pelos mexericos correntes. Esta prática servia para demonstrar a inoperância, o descalabro moral (ou a hipocrisia) que existia na nossa marinha imperial e que a depreciava perante toda a nação. Além disso, a frota imperial estava totalmente antiquada e inadequada para uma nação com uma imensa costa marítima e que precisava tanto defendê-la como se impor como país soberano e emergente.

A homossexualidade que o narrador incute em *Bom-Crioulo* carrega o ranço do racismo e do sexismo e está tanto associada à questão do branqueamento da população brasileira, além de destacar a inferioridade do homossexual, do negro e da mulher. No Oitocentos, “todos se dedicam a demonstrar, com sucesso, a inferioridade ontológica da mulher. A mulher está próxima do animal e do negro, sendo dominada por instintos primitivos – ciúme, vaidade, crueldade” (BADINTER, 1993, p. 18). A vinda de imigrantes europeus brancos livres para trabalhar em nossa lavoura cafeeira foram os prenúncios de tal fato histórico. Então, imputar à homossexualidade em um negro, forte, descomunal, feroz, protótipo do macho, demonstra a sagacidade e ironia do narrador. Pois esse, de maneira subliminar, trazia à tona o desejo das autoridades

brasileiras de acabar com a presença da mácula histórica da política escravagista, e isto só poderia acontecer com o desaparecimento ou confinamento do negro. A imputação, metaforizada, da homogenitalidade no personagem-título descortina o pensamento da elite branca brasileira e republicana, pois o Bom-Crioulo, sendo negro e homossexual, colocava-se fora da rede da sexualidade reprodutiva, item necessário para propagar uma nação, através de gerações. Assim, a não perpetuação da raça negra, metaforizada pela homossexualidade de Bom-Crioulo, resolvia dois problemas da política brasileira: exaltava a heterossexualidade e condenava a perpetuação da presença da herança negra no Brasil.

A apropriação tanto do Barão como do Bom-Crioulo, de uma prática sexual considerada “inferiorizada e feminina” e suas performances vem “revelar a relação arbitrária entre significante e significado, e de desestabilizar e mobilizar o signo. Tratar-se-ia de uma apropriação colonizadora do feminino? Creio que não. Tal acusação supõe que o feminino pertença às mulheres, uma suposição certamente suspeita” (BUTLER., 2010, p.177). Na verdade, tanto o Barão como o Bom-Crioulo, com suas performances sexuais marcadas negativamente e, conseqüentemente, inferiorizadas pelos olhares dos seus narradores, deslocam a posição do sujeito hetero construído e naturalizado pelo binarismo. Deste modo, ao utilizarem outros lugares que não aqueles privilegiados que a cultura patriarcal lhes oferece, desde o nascimento, por suas condições de machos, D. Sebastião e Amaro problematizam a sustentabilidade da heterossexualidade naturalizada e o lugar de estabilidade em nossa cultura. Como histórica e culturalmente a construção da homossexualidade, no âmbito de nossa cultura patriarcal burguesa judaica e cristã, sempre esteve em oposição à heterossexualidade e, sendo assim é “quase sempre concebida, nos termos da economia significante homofóbica, tanto como incivilizada quanto como antinatural” (BUTLER, 2010, p.190). Os cruzamentos das fronteiras do binarismo em suas práticas sexuais pelos dois personagens-título nos romances estudados nos mostram os passos descompassados de uma suposta unidade e estabilidade de sexo e gênero, visto, em nossa cultura, como natural. As performances sexuais deles desconstroem o mito da heterossexualidade como modelo único de relacionamento afetivo-sexual a ser seguido, já que colocam em xeque a sua suposta naturalidade e demonstrarem que não existe um *a priori* que sustente que o “feminino” pertença só as mulheres e o “masculino” só aos homens. Na verdade, “o feminino que ameaça a cada instante o ideal viril está instalado nele próprio (BADINTER, 1993, p.18). Deste modo, tanto o romance de Botelho como o de Caminha, nos impulsionam a

confrontar a questão das variadas configurações performáticas das diversas masculinidades e, ao mesmo tempo, desvelam o mascaramento que a sexualidade heterossexual hegemônica tenta impor a outras performances de relacionamentos afetivo-sexuais.

Assim, as duas narrativas nos mostram como a ciência, a cultura a serviço de determinadas causas e setores conservadores da sociedade podem violentar segmentos marginalizados que não comungam com eles. Ultrapassar fronteiras históricas destas imposições é compromisso não só individual, mas da coletividade em luta permanente pela cidadania. Na verdade, transgredir para melhorar os diálogos entre os gêneros é comprometer-se com uma humanidade melhor. Em *O Barão de Lavos* e em *Bom-Crioulo*, mesmo que os personagens-título carregem estigmas negativos devidos as raças, classes sociais e homossexualidades imputadas pelos narradores, podemos observar que os arcabouços diegéticos dos dois romances são deveras inovadores e colocam à mesa alimentos de difícil digestão em sociedades acostumadas com o feijão com arroz. Aqui é bom salientar que as sexualidades marcadas negativamente são, ainda hoje, nos albores do século XXI, assuntos muitas vezes velados e quase sempre polêmicos, silenciados ou jocosamente tratados em distintos espaços.

Por fim, poderíamos afirmar que *O Barão de Lavos* e *Bom-Crioulo* seguem, como toda obra literária de valor, sendo atualizadas e reatualizadas como fonte de pesquisa nos mais diversos campos do conhecimento humano, principalmente na área da crítica literária. Isso se passa porque os narradores, mesmo que quase sempre circunscritos aos mandamentos deterministas do Naturalismo, mostram diversas vezes nas tramas, através das peripécias vividas por D. Sebastião, Amaro, Eugênio e Aleixo, que não existem lugares e objetos anatomicamente predeterminados para manifestação do desejo erótico. Pois, o desejo sexual ultrapassa a lógica da racionalidade que o autoritário e limitador binarismo propõe às questões relacionadas a gênero. Neste sentido, difícil seria circunscrever, em fronteiras imaginadas pela moral sexual, o impulso de quem cobiça sexualmente, se o objeto do desejo está ao alcance do desejante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

BOTELHO, Abel. **O Barão de Lavos**. Porto: Lello e Irmão, 1982

_____. **Amanhã**. Porto: Chadron, 1924.

_____. **Amor Crioulo**. Porto: Chadron, 1927.

_____. **Fatal Dilema**. Porto: Lello e Irmãos, 1926.

_____. **Os Lázaros**. Porto: Chadron, 1919.

_____. **O Livro de Alda**. Porto: Chadron, 1927.

_____. **Mulheres da Beira**. Porto: Lello e Irmãos.

_____. **Próspero Fortuna**. Porto: Chadron, 1925.

_____. **Sem Remédio**. Porto: Chadron, 1924.

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A normalista**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Bom-Crioulo**. Fortaleza: ABC, 2001.

_____. **Cartas literárias**. Fortaleza: UFC, 1999.

_____. **Contos**. Fortaleza: UFC, 2002.

_____. **Judite e Lágrimas de um Crente**. Rio de Janeiro: Magalhães e C. 1893.

_____. **No país dos Ianques**. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894.

_____. **Tentação**. Rio de Janeiro. Laemmert e C., Editores – proprietários, 1896.

_____. **Vôos Incertos**. Rio de Janeiro: Tip. Escola de Serafim Alves. 1887.

Fontes Secundárias

_____. **Bíblia de Jerusalém**. Trad. Salum, Isaac Nicolau. São Paulo: Paulinas, 1981.

ABREU, Caio Fernando. **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo** - Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

_____. **Máquina de fazer machos**: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: CHARLITON, José dos Santos; SANTIAGO, Idalina M F; NUNES, Maria L S (orgs). **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias; JANNELLI, Maurizio. **A Princesa**. Trad. Elisa Byngton. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALMEIDA, Miguel Vale. **Senhores de Si** - Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, s/d.

ALVES, Castro. **Navio Negreiro**. Salvador: Progresso, 1959.

AMEAL, João. **História de Portugal**: Das origens até 1940. Porto: Tavares Martins, 1974.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André et al (orgs). **Sexualidades Ocidentais**: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Trad. Lygia Araújo Watanabe; Thereza Christina Ferreira Stummer. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. Trad. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Sânzio. **Adolfo Caminha** (Vida e Obra). Fortaleza: EUFC, 1999.

_____, **Um romance ousado**. In: CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. Fortaleza: ABC, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

_____. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Trad. Yara Frateschi. São Paulo-Brasília, HUCITEC-Ednub, 1999.

_____. **Questões de literatura e de estética** (A Teoria do Romance). Trad. Aurora Fornoni Bernardini [et al]. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BARCELLOS, José Carlos. **Literatura e Homoerotismo em Questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006. Disponível em <<http://www.dialogarts.com.br>> Acessado em 23/03/11

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Trad. Hortência dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

_____. **O Prazer do Texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, s/d.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Trad. Cláudia Fares. São Paulo: Arx, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Amor Líquido** - sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade e holocausto**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no Século XIX**. São Paulo, Annablume, 2008.

BERND, Zilá. **Negritude e Literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BERUTTI, Eliane Borges. **Gênero, sexualidade, sociedade: vozes e histórias de 'transgenders'**. In: SOUZA HENRIQUES, Ana Lúcia de (org.). **Feminismos, Identidades, Comparativismos: Vertentes nas Literaturas de Língua Inglesa**. Rio de Janeiro: Caetés, 2003.

_____. **Voz, Olhar e Experiência Gay: Resistência à Opressão**. In: SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton (Orgs). **A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos Estudos Gays e Lésbicas no Brasil**. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. (Org.). **Literatura comparada: teoria e prática**. Porto Alegre: Sagra - D. C. Luzzatto, 1996.

BLÁZQUEZ, Niceto. **La prostitución: el amor humano em clave comercial**. Madrid: San Pablo, 2000.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1994.

BOSWELL, John. **Christianity, social tolerance, and homosexuality**. Chicago and London: University of Chicago, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRAYNER, Sonia. **A metáfora do corpo no romance naturalista: estudo sobre o Cortiço**. Rio de Janeiro: São José, 1973.

_____. **Labirinto do espaço romanesco: Tradição e renovação na literatura brasileira: 1880-1920**. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1979.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BULHÕES, Marcelo. **Leituras do Desejo: O Erotismo no Romance Naturalista Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003.

BUTLER, Judith. **Variações sobre sexo e gênero** Beauvoir, Wittig e Foucault. In: **Feminismo como crítica da modernidade**. BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (orgs). Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, s/d.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMÕES, Luís. **Os lusíadas**. São Paulo: Abril, 2010.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Regina Lessa; Trad. Da introdução, Gênese de Andrade. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **O discurso e a cidade**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

_____. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Sérgio... [et al.]. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Schwarcz, 1987.

CARRELA, Túlio. **Orgia**: Os diários de Túlio Carella, Recife, 1960. Trad. Hermilo Borba Filho. São Paulo: Opera Prima, 2011.

CARUSO, Igor A. **A separação dos amantes**: uma fenomenologia da morte. Trad. João Silvério Trevisan. São Paulo: Diadorim/Cortez, 1984.

CARVALHAL, Tânia Franco (Org.). **Culturas, contextos e discursos**: limiares críticos do comparativismo. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 2007.

CASTRO D'AIRE, Teresa. **O Racismo**. Lisboa: Temas da Actualidade, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual, essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de Símbolos**. Trad. Rubens E. F. Frias. São Paulo: Moraes, 1984.

COELHO, Eduardo Prado. (Org). **Estruturalismo**: Antologia de textos teóricos. Trad. Maria Eduarda Reis Colares; Antonio Ramos Rosa; Eduardo Prado Coelho. São Paulo: Martins Fontes, s/n.

COGNI, Pierre. **Que sais-je? Le Naturalisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas** – Heart of the darkness. Trad. Fabio Cyrino. Landmark: São Paulo, 2011.

COSTA, Benhur Pinós. **Espaço Social, Cultura e Território**: o processo de microterritorialização homoerótica. Revista Espaço e Cultura n. 27, p. 25-37, jan/jun. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o Vício**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2002.

_____. **A face e o verso** - Estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

_____. **Da cor do corpo**: a violência do racismo. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Rogério da Silva Martins. **Homossexualidade**: um conceito preso ao tempo. In: SOUSA FILHO, Alípio de. **Bagoas**: estudos gays – gêneros e sexualidades. Natal: EDUFRN, 2007.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTINHO, Eduardo F. **A reconfiguração de identidades na produção literária da América Latina**. In: CARVALHAL, Tânia Franco (Org.). **Culturas, contextos e discursos**: limiares críticos do comparativismo. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CRITELLI, Dulce Mara. **Vida, morte e destino**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 1992.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução**: Teoria e crítica do pós-estruturalismo. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DARWIN, Charles. **A origem do homem e a seleção sexual**. Trad. Atilio Cancian e Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Hemus, 1974.

DELEUZE, Gilles. **A Imagem – Movimento**: Cinema 1. Trad. Stella Senra. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. Trad. Maria Lúcia Machado; trad. das notas Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DERRIDA, Jacques. **Pensar a desconstrução**. Trad. Evando Nascimento... [et al.]. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

DESCARTES, René. **As paixões da alma**. Trad. Sebastião Paz. São Paulo: DPL, 2004.

DOLLIMORE, Jonathan. **Sexual dissidence** - Augustine to Wilde, Freud to Foucault. Oxford: Oxford, 2004.

_____. **Death, Desire and Loss in Western Culture**. London: Penguin Books, 1988.

DOVER, K.J. **A Homossexualidade na Grécia Antiga**. Trad. Luís S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Gênero e Comparativismo**. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves. (orgs). **Limiares críticos**: Ensaio sobre literatura comparada. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

DUBERMAN, Martin Baumi; VINICIUS, Martha; CHAUCEY JR, George. **Hidden from history**: reclaiming the gay and lesbian past. New York: New American Library, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Lições de sociologia**: a Moral, o Direito e o estado. Trad. J. B. damasco Penna. São Paulo: EDUSP, 1983.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura** – Uma Introdução. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A função da crítica**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **A idéia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EARL, Miner. **Poética comparada**: um ensaio intercultural sobre teorias da literatura. Trad. Ângela Gasparin. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

EILBERG-SCHWARTZ, Howard. **O falo de Deus**: e outros problemas para os homens e o monoteísmo. Trad. Solange de Souza Barbosa. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação** – Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMPEREUR, James L. **Direção espiritual e homossexualidade**. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2006.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FALCONNET, Georges; LEFAUCHER, Nadine. **A fabricação dos machos**. Trad. Clara Ramos. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Porto: Paisagem, 1975.

FAURI, Mara Lúcia. **Uma flor para os malditos**: a homossexualidade na literatura. Campinas: Papirus, 1983.

FERNANDEZ, Dominique. **El rapto de Ganimedes**. Trad. Beatriz Ibarra Elorriaga. Madrid: Tecnos, 1992.

_____. **Tribunal de Honra**. Trad. Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FERREIRA, Jerusa Pires. **A Literatura**: Um Ato de Conhecer. In: KRYSINSKI, Wladimir. **Dialéticas da transgressão**: o novo e o moderno na literatura do século XX. Trad. Ignácio Antonio Neis; Michel Peterson; Ricardo Iuri Canko. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FIGARI, Carlos. **@s “outr@s cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna. **O comparatismo e as literaturas de língua portuguesa**. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves. (Orgs). **Limiares críticos**: Ensaio sobre literatura comparada. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O Sexo e o Ocidente**: evolução das atitudes e dos comportamentos. Trad. Jean Progrin. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOKKEMA, Douwe; IBSCH, Elrud. **Conhecimento e compromisso:** uma abordagem voltada aos problemas dos estudos literários. Trad. Sara Viola Rodrigues. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FORSTER, Edward Morgan. **Aspectos do romance.** Trad. Sergio Alcides. São Paulo: Globo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do Poder.** Trad. Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Diálogo sobre os prazeres do sexo.** Trad. Jorge Lima Barreto; Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landi, 2005.

_____. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.

FRANCONI, Rodolfo A. **Erotismo e poder na ficção brasileira contemporânea.** São Paulo: Anablume, 1997.

FREUD, Sigmund. **Sobre os sonhos.** Trad. Walfredo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Ordem e Progresso.** São Paulo: José Olympio, 1962.

FRIEDMAN, David M. **Uma Mente Própria:** A história cultural do pênis. Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GARCIA, Wilton (orgs.). **A Escrita de Adé: Perspectivas Teóricas dos Estudos Gays e Lésbicas no Brasil**. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

GIRARD, René. **O bode expiatório**. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

GOBINEAU, Arthur. **The Inequality of Human Races**. Trad. Adrian Collins. New York: Nabu Press, s/d

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 2009.

GOLIN, Célio; WEILER, Luis (orgs.). **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GOMES, Heloísa Telles. **O negro e o romantismo brasileiro**. São Paulo: Atual, 1988.

GREEN, James N; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

HAMBURGER, Käte. **A lógica da criação literária**. Trad. Margot P. Malnic. São Paulo: Perspectiva, 1986.

HECKER FILHO, Paulo. **Um tema crucial**: aspectos do homossexualismo na literatura. Porto Alegre: Sulina, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 2007.

HELMINIAK, Daniel. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Trad. Eduardo Teixeira Nunes. São Paulo: Summus, 1998.

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Tendências e impasses** - o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HOMEM, Amadeu Carvalho. **Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal**. In: SZESZ, Christiane Marques [et al]. (Orgs). **Portugal-Brasil no século XX**: sociedade, cultura e ideologia. Bauru: EDUSC, 2003.

HOPCKE, Robert H. **Jung, Yunguianos e a Homossexualidade**. Trad. Cássia Rocha. São Paulo: Siciliano, 1993.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

JORGE, Silvio Renato; ALVES, Ida Maria Santos Ferreira (orgs). **A palavra silenciada** - Estudos de Literatura Portuguesa e Africana. Niterói: Vício de Leitura, 2001.

KAISER, Gerhard R.. **Introdução à literatura comparada**. Trad. Teresa Alegre. Lisboa: Gulbenkian, 1989

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Trad. Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KAVÁFIS, Konstantinos. **Poemas**. Trad. José Paulo Paes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

KOTHE, Flávio R.. **O cânone imperial**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psychopathia sexualis**: as histórias de caso. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRISTEVA, Julia. **Ensaio de Semiologia**. In: CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 2007.

KRYSINSKI, Wladimir. **Dialéticas da transgressão**: o novo e o moderno na literatura do século XX. Trad. Ignácio Antonio Neis; Michel Peterson; Ricardo Iuri Canko. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUZMIN, Mikhail. **Asas**. Trad. Elias Ribeiro de Castro. São Paulo: Z, 2003.

LAGO, Mara Coelho [et al.] **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero**: teorias, sexualidades, religiões. Florianópolis: Mulheres, 2004.

LAS CASAS, Frei Bartolomé. **O paraíso destruído**: brevíssima relação da destruição das Índias. Trad. Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2001.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Tendências e impasses** - o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, Bruno Souza. **Caio Fernando Abreu: a metrópole e a paixão do estrangeiro**: contos, identidade e sexualidade em trânsito. São Paulo: Annablume, 2002.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Psicologia e Literatura**. São Paulo: UNESP, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Trad. Inácia Canelas. Lisboa: Presença. 1952.

LHOSA, Mario Vargas. **O sonho do celta**. Trad. Paulina Wacht; Ari Roitman. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Trad. Sebastião José Roque. Lisboa: Ícone, 2007.

LOPES, Oscar; SARAIVA, António José. Apud: JORGE, Silvio Renato; ALVES, Ida Maria Santos Ferreira. (orgs.). **A palavra silenciada** - Estudos de Literatura Portuguesa e Africana. Niterói: Vício de Leitura, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade** - psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Gradiva, 2007.

LOURO, Guacira. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Um corpo estranho** - ensaios sobre sexualidade e teoria queer. São Paulo: Autêntica, 2004.

LUCAS, Fábio. **Do barroco ao moderno**: Vozes da literatura brasileira. São Paulo: Ática, 1989.

LUGARINHO, Mário César. **Direito a história ou o silêncio de uma geração**: uma leitura d'O Barão de Lavos, de Abel Botelho. In: JORGE, Silvio Renato; ALVES, Ida Maria Santos Ferreira. (orgs.). **A palavra silenciada** - Estudos de Literatura Portuguesa e Africana. Niterói: Vício de Leitura, 2001.

LUKÁCS, George. **Ensaaios sobre literatura**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **A teoria do romance**. Trad. José Marcos M de Macedo; São Paulo: Editora 34, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **A Sombra de Dionísio**. Trad. Aluizio Ramos Trinta. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACINNES, John. **The end of masculinity**: the confusion of sexual genesis and sexual difference in modern society. London: Biddles, 1998.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves (orgs). **Limiares críticos**: Ensaio sobre literatura comparada. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____, **Literatura comparada e estudos culturais: diálogos interdisciplinares**. In: CARVALHAL, Tânia Franco (Org.). **Culturas, contextos e discursos**: limiares críticos do comparativismo. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política vol I. (Os economistas). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MAYER, Hans. **Os marginalizados**. Trad. Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

MELO, Adrián. **El amor de los muchachos**: Homosexualidad & Literatura. Buenos Aires: Lea, 2005.

MELVILLE, Herman. **Billy Budd/Benito Cereno**. Trad. Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador**: sexualidade e romance naturalista no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da literatura brasileira** – Prosa de Ficção de 1870 a 1920. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – MEC, 1973.

_____. **Adolfo Caminha** – trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. **A “Patologia Social” de Abel Botelho**. São Paulo: USP, 1961.

_____. **Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira** - Volume II- Romantismo, Realismo. São Paulo: Cultrix, 1984.

MONTEIRO, Marko (markosy@uol.com.br). **O pós-estruturalismo no estudo do gênero**. (Campinas, 1997).

MOREIRA, Carlos Eduardo et al. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da Literatura: teorias e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

MORICONI, Ítalo. **Literatura moderna e homossexualismo** (pressupostos básicos, ou melhor, mínimos). In. **Homossexualidade, cultura e política**. GOLIN, Célio; WEILER, Luis Gustavo. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MUECKE, D.C. **Ironia e o Irônico**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (orgs). **Corporeidade, etnia e masculinidade: Reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

NAPHY, William. **Born to be gay** - História da homossexualidade. Trad. Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica**. São Paulo, Universidade São Paulo, 2010.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. **A desconstrução do masculino**. (org). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NUNES FILHO, Nabor. **Eroticamente humano**. Piracicaba: Unimep, 1997.

OKITA, Ciro. **Homossexualismo: da opressão à libertação**. São Paulo: Proposta, 1980.

OLIVEIRA, Paulo Motta. **Figurações do Oitocentos**. Cotia: Ateliê, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PACHECO, João. **O Realismo – A Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1963.

PANNOF, Michel; PERRIN, Michel. **Dicionário de Etimologia**. Lisboa: Edições 70, s/d.

PAZ, Octávio. **Um desafio além erótico**: Sade. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Mandarim, 1999.

PESSOA, Fernando. **O Eu profundo e os outros Eus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1870-1930)**. Revisão técnica: Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2002.

PINTO, Júlio Lourenço. **Estética Naturalista**: Estudos críticos. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996.

PITA, Eduardo. **Fractura** – A condição homossexual na literatura portuguesa contemporânea. Coimbra: Ângelus Novus, 2003.

POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a aids**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

POSSO, Karl. **Artimanhas da sedução**: homossexualidade e exílio. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

POUND, Ezra. **ABC da Literatura**. Trad. Campos, Augusto; Paes, José Paulo. São Paulo: Cultrix, 1990.

POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joselune. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1997.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, Maria Bernadete. **Homens de pedra-e-cal do estado novo português; estatuária e virilidade da nação**. In: SZESZ, Christiane Marques [et al]. (Orgs). **Portugal-Brasil no século XX**: sociedade, cultura e ideologia. Bauru: EDUSC, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. **A partilha do sensível**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo. Ed. 34, 2009.

RANKE–HEINEMANN, Ulrike. **Eunucos pelo reino de Deus**. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosas dos Ventos, 1996.

RAUEL, Judith. **Ensaio sobre o trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

REBELLO, Lúcia de Sá. **Poética Comparada e Teoria dos Gêneros**. In: BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva (Org). **Literatura comparada: teoria e prática**. Porto Alegre: Sagra - D. C. Luzzatto, 1996.

REGO, José Lins do. **Usina**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2004.

REGO, A. da Silva. **Relações luso-brasileiras (1822-1953)**. Lisboa: Panorama, 1966.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Trad. Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

REIS, Carlos. **Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós**. Lisboa: Almedina, 1980.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria narrativa**. São Paulo: Ática, 1998.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. Trad. Angela Bergamini [et al] . São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REVEL, Judith. **Foucault, conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Sabóia. **Roteiro de Adolfo Caminha**. Rio de Janeiro: São José, 1957.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - Tomo II**. Campinas: Papirus, 1995.

RUSCONI, Marisa. **Amor plural masculino: os homens descobrem o prazer dos sentimentos**. Trad. Lea E. Passalacqua. São Paulo: Maltese, 1991.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**. Salvador: UFBA, 2004.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Arte masculina?** In: NOLASCO, Sócrates. **A Desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto, 2010.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SARTRE, Jean Paul. **Reflexões sobre o racismo**. São Paulo: Difel, 1978.

SCHNEIDER, Liane. **A representação e os espaços de releitura das diferenças**. In: SCHNEIDER, Liane; ÁVILA, Eliana. (orgs). **Ilha do Desterro**: A Journal of English Language Literatures in English and Cultural Studies; Revista de Língua Inglesa, Literaturas em Inglês e Estudos Culturais n. 48- jan/jun 2005. Florianópolis: UFSC, 2005.

_____. **Escritoras indígenas e a literatura contemporânea dos EUA**. João Pessoa: Ideia, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SEBALD, W. G. Apud: WOOD, James. **Como funciona a ficção**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do Armário**. Trad. Ana R Luís; Fernando Matos Oliveira. Coimbra: Ângelus Novus, 2003.

SEGOLIN, Fernando. **Personagem e anti-personagem**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SEFFNER, Fernando. **Gênero, performance e contextos**. In: **Poéticas e políticas feministas**. COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (orgs.). Florianópolis: Mulheres, 2004.

SHOHAT, Ella. **Des-orientar Cleópatra**: um tropo Moderno da identidade. In: BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade**: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no Século XIX. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Antonio de Pádua Dias. (Org). **Sexualidade, identidade e gênero em debate**. Olinda: Livro Rápido, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOHN, Anne-Marie. **“Sois um homme!”** La construction de la masculinité au XIX siècle. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Bagoas**: estudos gays – gêneros e sexualidades. Natal: EDUFRN, 2007.

SOUZA JÚNIOR, José Luiz Foureaux. **Abel Botelho**: o lado “esquisito” do esquecimento. In: JORGE, Silvio Renato; ALVES, Ida Maria Santos Ferreira. (Orgs). **A palavra silenciada** - Estudos de Literatura Portuguesa e Africana . Niterói: Vício de Leitura, 2001.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade uma história**. Trad. Rubem Mauro Machado. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SPARGO, Tamsin. **Foucault y la teoría queer**. Trad. Gabriela Ventura. Barcelona: Romanyà/Valls, 2004.

STEINER, George. **Nenhuma paixão desperdiçada**: ensaios. Trad. Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2001.

SZESZ, Christiane Marques [et al]. (Orgs). **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia**. Bauru: EDUSC, 2003.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal** – uma discussão sobre o homossexualismo. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, Qual romance?** Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achimé, 1984.

SULERI, Sara. **The rhetoric of English India**. Chicago: University of Chicago, 1984.

THOMÉ, Ricardo. **Eros proibido: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **As categorias da narrativa literária**. In: BARTHES, Roland [et al]. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____, **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Tribades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história**. São Paulo: Summus, 2000.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: (a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade)**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAN TIEGHEM, P. **A Crise da Literatura Comparada**. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves. (Orgs). **Limiares críticos: Ensaio sobre literatura comparada**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VERGA, Giovanni. **Os Malavoglia**. Trad. _____. Cotia: Ateliê, 2002.

VERNANI, Jean-Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. Trad. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2002.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura**. Trad. José Palla e Carmo. Mira – Sintra: Europa – América.

WOENSEL, Maurice Van. **Simbolismo animal na Idade Média: Os bestiários: um safari literário à procura de animais fabulosos.** João Pessoa: Universitária (UFPB), 2001.

WOOD, James. **Como funciona a ficção.** Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

YOUNG, Robert J.C. **Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça.** Trad. Sergio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZILBERMAN, Regina. **O Positivismo e a História da Literatura Brasileira.** In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). **Histórias da Literatura: teorias e autores.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

ZOLA, Emile. **Do romance.** Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 1995.

_____, **Thérèse Raquin.** Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.